



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL

JUÇARA FREIRE DOS SANTOS

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO *DESPERTA*
***LITORAL*: ANALISANDO AS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO**
LOCAL SUSTENTÁVEL-SOLIDÁRIO NA COSTA DOS COQUEIROS, LITORAL
NORTE DA BAHIA, NO PERÍODO DE 2011 A 2013

Salvador
2013

JUÇARA FREIRE DOS SANTOS

**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO *DESPERTA*
LITORAL: ANALISANDO AS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO
LOCAL SUSTENTÁVEL-SOLIDÁRIO NA COSTA DOS COQUEIROS, LITORAL
NORTE DA BAHIA, NO PERÍODO DE 2011 A 2013.**

Dissertação apresentada ao Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. Robinson Moreira Tenório

Salvador
2013

Escola de Administração - UFBA

S237 Santos, Juçara Freire dos

Avaliação dos resultados do Projeto Desperta Litoral: analisando as contribuições ao desenvolvimento local sustentável-solidário na Costa dos Coqueiros, Litoral Norte da Bahia / Juçara Freire dos Santos. – 2013.
399 f.

Orientador: Prof. Dr. Robinson Moreira Tenório.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2013.

1. Costa dos Coqueiros (BA) – Projetos de desenvolvimento - Avaliação.
2. Economia solidária. 3. Desenvolvimento sustentável – Costa dos Coqueiros (BA). I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração.
II. Título.

CDD – 306.3

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE JUÇARA FREIRE
DOS SANTOS DO CURSO DE MESTRADO INTERDISCIPLINAR E
PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.**

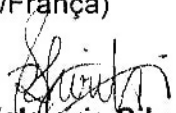
Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e treze a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pelo Prof. Dr. Robinson Moreira Tenório (PDGS/UFBA), orientador da aluna, pelos membros titulares Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho (PDGS/UFBA), Profa. Dra. Rosineide Pereira Mubarack Garcia (UFRB), Prof. Dr. Bernard Roux (Paris/França) e a convidada Valquíria Silva Vinhas Juriti (Gestora do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros) se reuniu para julgar o trabalho de dissertação intitulado: "AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO "DESPERTA LITORAL", ANALISANDO AS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL-SOLIDÁRIO NA COSTA DOS COQUEIROS, LITORAL NORTE DA BAHIA, NO PERÍODO 2011 A 2013", de autoria de Juçara Freire dos Santos. Após a apresentação da dissertação, a mestranda foi submetida à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando à conclusão que este merece ser APROVADO. Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientador, pelos demais membros da comissão e pela mestranda.


Salvador, 31 de outubro de 2013.


Prof. Dr. Robinson Moreira Tenório
(PDGS/UFBA - Orientador)


Prof. Dr. Bernard Roux
(Paris/França)


Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho
(PDGS/UFBA)


Sra. Valquíria Silva Vinhas Juriti
(Gestora do Fórum Sustentável da
Costa dos Coqueiros)


Profa. Dra. Rosineide Pereira Mubarack Garcia
(UFRB)


Sra. Juçara Freire dos Santos
(Mestranda)

Dedico este trabalho aos atores sociais que dele participaram - companheiros com os quais aprendi mais sobre a vida. Coragem, resistência e simplicidade pautam as suas rotinas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar

Ao Pai Superior, pelo dom da vida.

Aos meus pais (in memoriam), Albino e Izaura, pela carinhosa acolhida.

Especialmente

A Prof. Robinson Tenório, seu estímulo me fez chegar até aqui, grata pela orientação e oportunidade de aprendizado.

À amiga Izabel Loureiro, que me mostrou a possibilidade.

A M. Laerte Moura, pela compreensão.

À Minha irmã Jucélia, pelo apoio.

A Marcílio, pelo encorajamento e contribuições.

A Meu filho Ramon, que, me acompanhando numa atividade de campo e sensibilizado com a dificuldade de vida do pescador, me pediu: “Faça algo, mãe!”

Também a

Julie, querida tradutora.

Amigos e amigas, tantos... sempre me cativando com palavras de incentivo.

Dr. Henrique Diniz, pela compreensão e oportunidade.

Colegas de trabalho, companheiras da lida, Claudiane, Ozânia e Zilma, pela colaboração.

E mais

Ao Grupo de Avaliação da linha Política e Gestão da Educação da FAGED-UFBA, entre outros, Jaqueline Dourado, Andréia e Cléssia, pelas contribuições e companheirismo.

A Cláudio Amorim, pelo auxílio.

Aos professores, pelo aprendizado; em especial a Claudiani, pelo apoio.

Aos (às) colegas do Mestrado, pela convivência e debate das idéias, entre estes, Luciene, com quem dialoguei e dividi angústias do percurso e alegrias da conquista.

[...]

*Tô na estrada, tô sorrindo apaixonado
Pela gente e pelo povo do meu país (olêlê)
Tô feliz pois apesar do sofrimento
Vejo um mundo de alegria bem na raiz (vamos lá)
Alegria muita fé e esperança
Na aliança pra fazer tudo melhor (e será)
Felicidade o teu nome é união
E povo unido é beleza mais maior*

Gonzaguinha

SANTOS, Juçara Freire. Avaliação dos Resultados do Projeto *Desperta Litoral*: analisando as contribuições ao desenvolvimento local sustentável-solidário na Costa dos Coqueiros, Litoral Norte da Bahia, no período de 2011 a 2013. 399 f. il. 2013. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

RESUMO

Este trabalho tem o propósito de avaliar os resultados do Projeto *Desperta Litoral*: projeto de apoio à organização produtiva e de implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros. Seu objetivo geral é contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho na Costa dos Coqueiros, por meio do fortalecimento da organização produtiva de 13 grupos produtivos solidários, participantes do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros. Tem como objetivos específicos: 1) melhorar a capacidade produtiva de 13 grupos solidários através da aquisição de materiais e equipamentos necessários à sua organização; 2) oferecer capacitação para a gestão do Fórum e em temáticas específicas para as cadeias produtivas (agroecologia, pesca, artesanato e serviço de alimentação) onde se inserem os 13 grupos solidários; 3) Implantar o Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros. O Projeto é executado pelo Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, que é o proponente, selecionado no edital público 001/2011, da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), do Governo do Estado da Bahia. O contexto socioterritorial no qual este estudo se fundamenta é marcado pela ausência ou precariedade de serviços básicos - cenário que contrasta com os pujantes dados econômicos da região, que figura como importante polo industrial e forte vetor turístico do estado baiano. O Projeto situa-se no campo das Finanças Solidárias, cuja meta é oferecer serviços financeiros em rede. Propõe investir recursos na reorganização produtiva dos grupos, oferecer capacitação em temáticas demandadas por estes e implantar o primeiro Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros. A análise foi feita a partir dos indicadores de medição do alcance dos objetivos específicos, utilizando os resultados do diagnóstico marco zero comparados ao diagnóstico atual, tendo a variação como resultado. No atendimento aos objetivos específicos do Projeto *Desperta Litoral*, foi comprovado o aumento da produção dos grupos, a diversificação da produção, a expansão da arrecadação financeira, a melhoria da organização dos grupos, a evolução da participação, a elevação da motivação, a articulação com a sociedade civil e com o governo (três esferas). O Conselho Gestor local, até a conclusão deste estudo, não se encontrava em funcionamento, como também ainda não havia sido operacionalizado o Fundo Rotativo Solidário - embora a maioria dos grupos já estivesse devolvendo, conforme exigência do Projeto, parte do recurso recebido. Outra etapa de análise correspondeu à verificação dos objetivos específicos do projeto *Desperta Litoral*, no tocante à contribuição ao desenvolvimento local sustentável-solidário. Não foram identificadas as soluções sustentáveis solidárias coletivas; tampouco as soluções próprias de modalidades articuladas com base nas relações econômicas e na troca de experiências; nem a articulação de rede dos empreendimentos solidários participantes.

Palavras-chave: Avaliação. Resultado. Economia. Finanças. Solidária. Sustentável.

SANTOS, Juçara Freire. Évaluation des résultats du Projet *Réveille-toi Littoral: analysant les contributions au développement local durable et solidaire de la Côte des Cocotiers, Littoral Nord de Bahia, entre 2011 et 2013*. 399 f. il. 2013. Dissertation (Master Multidisciplinaire et professionnel en Développement et Gestion Sociale) - École d'Administration, Université Fédérale de Bahia, Salvador, 2013.

RÉSUMÉ

Ce travail cherche à évaluer les résultats du projet *Réveille-toi littoral* : projet de soutien à l'organisation productive et d'implantation du Fond Rotatif Solidaire de la Côte des Cocotiers. Son objectif général est de contribuer à l'amélioration des conditions de vie et de travail de la Côte des Cocotiers à travers le renforcement de l'organisation de 13 groupes productifs solidaires, participants au Forum de développement durable de la Côte des Cocotiers. Ses objectifs spécifiques sont : 1) Améliorer la capacité productive de 13 groupes solidaires à travers l'acquisition de matériel et d'équipement nécessaires à son organisation ; 2) offrir des stages professionnalisant pour la gestion du Forum et pour des thématiques spécifiques de la chaîne productive (agro-écologie, pêche, artisanat et service d'alimentation) où s'insèrent les 13 groupes solidaires ; 3) implanter le Fond Rotatif Solidaire de la Côte des Cocotiers. Le projet est exécuté par le Forum de Développement Durable de la Côte des Cocotiers qui est un des acteurs sélectionnés par l'appel d'offre public 001/2011, du Secrétariat du Travail, Emploi, Revenu et Sport (SETRE) du Gouvernement de l'État de Bahia. Le contexte socio territorial de la population sur laquelle porte cette étude est marqué par l'absence ou la précarité des services de base – scénario qui contraste avec les données économiques prospères de cette région qui contient un important pôle industriel et qui est un fort vecteur touristique de l'État de Bahia. Le projet se situe dans le domaine des financements solidaires, dont l'objectif est d'offrir des services financiers en réseau. Il propose d'investir dans la réorganisation productive des groupes, d'offrir des qualifications dans des thématiques, et d'implanter le premier Fond Rotatif Solidaire de la Côte des Cocotiers. L'analyse a été faite à partir d'indicateurs de mesures de réalisation des objectifs spécifiques, en utilisant les résultats du diagnostic au marqueur zéro et en les comparant avec le diagnostic actuel, la variation en étant le résultat. En réponse aux objectifs spécifiques, il a été prouvé une augmentation de la production des groupes, la diversification de la production, l'expansion des rentrées d'argent et l'amélioration de l'organisation des groupes, l'évolution de la participation, l'élévation de la motivation, l'articulation avec la société civile et avec le gouvernement (les trois sphères). Le Conseil de Gestion local, au moment de la conclusion de cette étude, ne fonctionnait pas encore et le Fond Rotatif Solidaire n'avait pas non plus encore été rendu opérationnel – bien que la plupart des groupes aient déjà engagé, en accord avec les exigences du projet, les ressources reçues. Une autre étape d'analyse a correspondu à la vérification des objectifs spécifiques du projet « *Réveille-toi littoral* ! » pour sa contribution au développement local durable et solidaire. Il n'a pas été identifié de solutions durables solidaires collectives, ni de solutions propres aux modalités articulées sur la base des relations économiques et sur l'échange d'expériences, ni d'articulation en réseau d'entreprises solidaires participantes.

Mots clés: Évaluation. Résultat. Économie. Finances. Solidaire. Développement durable.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa do Litoral Norte da Bahia	18
Figura 2	Mapa Conceitual das cinco dimensões	91
Figura 3	Conexão: inclusão e sustentabilidade sob o paradigma da sustentabilidade	133
Figura 4	Casa de Farinha - Associação de Artesãos Domínio dos Deuses	150
Figura 5	Artesãs - Associação de Artesãos Domínio dos Deuses - Imbassaí	150
Figura 6	Membros da Associação Beneficente Progresso Alamedas do Rio – Camaçari	150
Figura 7	Reunião - Associação de Marisqueiros e Pescadores de Ponte de Tabatinga – Jandaíra	150
Figura 8	Membros da Associação de Pescadores e Marisqueiras do Município do Conde	151
Figura 9	Membros do Grupo de Produção de Alimentos – Lauro de Freitas	151
Figura 10	Membros Assoc. Comunitária dos Produtores Rurais de Jóia do Rio e adjacências – Camaçari	151
Figura 11	Membros da Associação dos Criadores de Aves da Fazenda Açú da Capivara – Camaçari	151
Figura 12	Membros da Assoc. dos Produtores Rurais de Prevenção Ecológica da Foz do Imbassaí – Camaçari	151
Figura 13	Membro do Grupo Produtivo do Assentamento Euclides Neto – Mata de São João	151
Figura 14	Membros da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro do Retiro – Mata de São João	152
Figura 15	Membros da Associação Agrícola Rancho Alegre - Camaçari	152
Figura 16	Pescadora de Poças na Feira do Conde	152
Figura 17	Moradia de artesã - Imbassaí- Mata de São João	152
Figura 18	Membro da Direção do Fórum em Entrevista Grupo Focal	152
Figura 19	Autora Entrevista Representante da Comunidade do Retiro	152
Figura 20	Reunião dos Grupos de Produção com Técnicos da SETRE, Fund. Esquel e CARITAS	153
Figura 21	Reunião dos grupos de produção com Técnicos da SETRE, Fund. Esquel e CARITAS	153
Figura 22	Oficina de Economia Solidária com Grupos de Produção	153
Figura 23	Reunião do Fórum com Grupos de produção	153
Figura 24	Ponte sobre o mangue do Rio Capivara, Rancho Alegre, Arembepe Camaçari	236

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Índices por Município e Ano com Ranking (t 164) - Metadados	135
Quadro 2	Eventos – ações da Setre, Fundação Esquel e Cáritas com o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros e grupos produtivos (2012-2013)	148
Quadro 3	Composição dos Grupos Produtivos – Projeto Desperta Litoral (2011) – quanto à localização, produto, número de associados e renda mensal	149
Quadro 4	Levantar resultados com base nos objetivos específicos	161
Quadro 5	Levantar a contribuição dos resultados conforme objetivos específicos	162
Quadro 6	Levantar dados conforme fontes e instrumentos de coleta de Informações	162
Quadro 7	Levanta dados sobre a contribuição dos resultados conforme fontes e instrumentos de coleta de informação	163
Quadro 8	Demonstrativo do público participante da pesquisa (Grupos de produção)	181
Quadro 9	Demonstrativo do Público participante da pesquisa (técnicos e colaboradores do Fórum)	184
Quadro 10	Demonstrativo do público participante da pesquisa (Fórum e Comitê Gestor Local)	184
Quadro 11	Melhoria da capacidade produtiva dos grupos pela aquisição de insumos e equipamentos	186
Quadro 12	Demonstrativo de comparação de dados- Associação Beneficente Progresso Alamedas do Rio	190
Quadro 13	Demonstrativo de comparação de dados- Associação de Produtores Rurais de Preservação Ecológica – Mara de São João	190
Quadro 14	Demonstrativo de comparação de dados- Assoc. Comunit. dos Produtores Rurais de Jóia do Rio e adjacências	191
Quadro 15	Demonstrativo de comparação de dados- Assoc. Comunit. dos Moradores do bairro do Retiro- Mata de São João	191
Quadro 16	Demonstrativo de comparação de dados- Assoc. dos Criadores de aves da Fazenda Açu da Capivara – Camaçari	192
Quadro 17	Demonstrativo de comparação de dados- Grupo de Produção de Alimentos – Lauro de Freitas	192
Quadro 18	Demonstrativo de comparação de dados- Grupo Arte Nativa - Esplanada	193
Quadro 19	Demonstrativo de comparação de dados- Assoc. de Pescadores e Marisqueiras do Município do Conde	193
Quadro 20	Demonstrativo de comparação de dados- Assoc. de Marisqueiros e Pescadores de Ponte de Tabatinga	194

Quadro 21	Demonstrativo de comparação de dados- Assoc. Agríc. Rancho Alegre	194
Quadro 22	Soluções Sustentáveis Solidárias Coletivas relacionadas à Organização dos empreendimentos	196
Quadro 23	Evidências de eficácia da gestão a partir das capacitações oferecidas e indicadores relacionados	198
Quadro 24	Soluções Sustentáveis Solidárias geradas no próprio território	210
Quadro 25	Evidências da articulação de uma rede dos empreendimentos solidários	213
Quadro 26	Evidências de funcionamento do fundo rotativo	220
Quadro 27	Ocorrência de melhoria da capacidade produtiva, diversificação e arrecadação financeira dos grupos	223
Quadro 28	Efetivação de capacitação para a gestão do Fórum e em temáticas específicas para as cadeias produtivas	224
Quadro 29	Evidências de implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros	225
Quadro 30	Soluções sustentáveis-solidárias coletivas enquanto estratégia de cooperação para o desenvolvimento local	226
Quadro 31	Relações constituídas, a troca de experiências, a articulação dos empreendimentos na geração do próprio processo de desenvolvimento	226
Quadro 32	Evidências da articulação de uma rede dos empreendimentos solidários	226

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Participantes da pesquisa quanto a sexo (Diagnóstico marco zero)	166
Gráfico 2	Gestão dos Grupos de Produção relação com integrantes	166
Gráfico 3	Gestão dos grupos de produção relação com o Fórum Sustentável Costa dos Coqueiros	167
Gráfico 4	Gestão dos Grupos de Produção relação com as organizações comunitárias	169
Gráfico 5	Grupos conforme segmento de produção	170
Gráfico 6	Transporte da produção	172
Gráfico 7	Arrecadação média mensal dos grupos com a comercialização da produção	173
Gráfico 8	Relação dos membros dos grupos entre si	176
Gráfico 9	Componentes dos grupos de produção por sexo (Diagnóstico atual)	181
Gráfico 10	Faixa etária média dos componentes dos grupos de produção Faixa	182
Gráfico 11	Grau de instrução dos membros dos grupos de produção	183
Gráfico 12	Aumento da produção mensal dos grupos em percentual com base no diagnóstico marco zero	187
Gráfico 13	Resultado financeiro mensal dos grupos de produção em salário mínimo	189
Gráfico 14	Avaliação da gestão do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros	206

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Capacidade produtiva mensal dos grupos	171
Tabela 2	Demonstrativo-demandas dos grupos por capacitações	175
Tabela 3	Distribuição dos motivos explicitados pelos grupos de produção (capacidade produtiva)	188
Tabela 4	Demonstrativo das contribuições das oficinas de Economia solidária	200
Tabela 5	Capacidade organizativa dos grupos a partir da capacitação	201
Tabela 6	Relação dos grupos com seus membros a partir da capacitação	202
Tabela 7	Capacidade de articulação dos grupos a partir da capacitação	203
Tabela 8	Capacidade de resolução de gestão a partir da capacitação	204
Tabela 9	Os grupos avaliam a gestão do Fórum na execução do Projeto Desperta Litoral	207
Tabela 10	Demonstrativo dos grupos produtivos com valores de aquisição e devolução	214

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	OBJETIVOS	23
1.2	ESTRUTURA DO TRABALHO	26
2	ECONOMIA SOLIDÁRIA	30
2.1	CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO	31
2.2	A ECONOMIA PLURAL	37
2.3	AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS	42
2.4	A CONCEPÇÃO SUSTENTÁVEL SOLIDÁRIA	52
3	DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL	61
4	TRAJETÓRIA DA CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO	75
4.1	A PRIMEIRA GERAÇÃO: MENSURAÇÃO	79
4.2	A SEGUNDA GERAÇÃO: DESCRIÇÃO	82
4.3	A TERCEIRA GERAÇÃO: JUÍZO DE VALOR	83
4.4	PROBLEMAS PREDOMINANTES DAS TRÊS PRIMEIRAS GERAÇÕES	85
4.5	QUARTA GERAÇÃO: A NEGOCIAÇÃO	87
4.6	A QUINTA DIMENSÃO: A MELHORIA DO PROCESSO	89
5	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS	95
5.1	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA “FUNÇÃO AVALIAÇÃO” NA AMÉRICA LATINA	96
5.2	A PERSPECTIVA “GERENCIALISTA” DA AVALIAÇÃO	98
5.3	A POLÍTICA DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	102
5.4	A AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS	109
6	AVALIAÇÃO DE RESULTADOS	114
6.1	TIPOS DE AVALIAÇÃO	115
6.2	FUNÇÕES DA AVALIAÇÃO	118
6.3	AVALIAÇÃO DE RESULTADO E AVALIAÇÃO DE IMPACTO	121
6.4	AVALIAÇÕES CENTRADAS EM OBJETIVOS	128
7	O PROJETO DESPERTA LITORAL: APOIO À ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E IMPLANTAÇÃO DO FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO DA COSTA DOS COQUEIROS	134
7.1	OBJETIVOS	138
7.2	JUSTIFICATIVA DO PROJETO	138
7.3	METODOLOGIA E ABORDAGEM	140
7.4	METAS	143
7.5	OPERACIONALIZAÇÃO:	144
7.6	REGISTRO FOTOGRÁFICO – CENÁRIO DOS GRUPOS DE PRODUÇÃO	150

8	PERCURSO METODOLÓGICO	154
8.1	FORMULAÇÃO CONCEITUAL	154
8.2	OBJETO DE ESTUDO	155
8.3	ABORDAGEM	156
8.4	LOCAL	157
8.5	FONTES	157
8.6	INSTRUMENTOS DE COLETA	158
8.7	PROCEDIMENTOS DE COLETA	158
8.8	DIAGNÓSTICO MARCO ZERO	160
8.9	MATRIZ DE PLANEJAMENTO DE AVALIAÇÃO DE RESULTADOS	161
8.10	FONTES DE INFORMAÇÃO E INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÃO	162
9	RESULTADOS E ANÁLISE	164
9.1	DIAGNÓSTICO MARCO ZERO	164
9.1.1	Entrevista Estruturada	165
9.1.2	Entrevista Grupo Focal	177
9.2	DIAGNÓSTICO ATUAL	179
9.2.1	Perfil do Público Participante	180
9.2.2	Entrevista Estruturada	180
9.2.3	Entrevista Semiestruturada	183
9.2.4	Entrevista Grupo Focal	184
9.3	AVALIAÇÃO DE RESULTADOS COM BASE NOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS	185
9.3.1	Melhoria da capacidade produtiva dos grupos, tendo em vista a aquisição de equipamentos e insumos recebidos	186
9.3.1.1	Relaciona-se ao objetivo específico 1	195
9.3.2	Evidências de eficácia da gestão a partir das capacitações oferecidas	198
9.3.2.1	Relaciona-se ao objetivo específico 2:	210
9.3.3	Identificar as evidências de funcionamento do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros	212
9.3.3.1	Relaciona-se ao objetivo específico 3:	219
9.4	ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROJETO DESPERTA LITORAL	222
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	230
	REFERÊNCIAS	247
	APÊNDICE A – Memorial - Experiência da Residência Social na Universidade de Lyon 2 - ISH- Unidade de Pesquisa da Universidade de Lyon 2 - COACTIS	256
	APÊNDICE B - Entrevista Estruturada - aplicado com os Grupos Produtivos (Marco Zero)	301
	APÊNDICE C - Entrevista Estruturada - aplicado com os grupos produtivos do Projeto <i>Desperta Litoral</i>	302

APÊNDICE D - Roteiro Grupo Focal: aplicação com a direção do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros (marco zero)	307
APÊNDICE E - Roteiro Grupo Focal: aplicação com a Direção do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, Grupos Produtivos, Conselho Gestor Local	309
APÊNDICE F - Roteiro Entrevista Semiestruturada: aplicada com Instrutora de Capacitação Em Economia Solidária	310
APÊNDICE G - Roteiro de Entrevista Semiestruturada: aplicada com Agente Local e Coordenação Do Projeto	312
APÊNDICE H - Roteiro de Entrevista Semiestruturada: aplicada com Agente Local e Coordenação do Projeto	314
APÊNDICA I - Roteiro de Entrevista Semiestruturada: aplicada com Agente Local E Coordenação Do Projeto	316
APÊNDICE J - Carta ao Superintendente Sesol- Superintendência ee Economia Solidária	318
APÊNDICE K - Resposta do Superintendente SESOL	321
ANEXO A - Formulário de Projeto - Projeto "Desperta Litoral"	322
ANEXO B - Resultado da Seleção de Empreendimentos para Constituição de Fundos Rotativos Solidários - EDITAL Nº 001/2011	362
ANEXO C - Termo de Convênio	364
ANEXO D - Portaria nº 069/2011 - Institui o Comitê Gestor dos Fundos Rotativos Solidários e a Comissão Técnica de Avaliação dos projetos	384
ANEXO E - Relatório da 1ª oficina realizada em Baixios para procedimentos operacionais do projeto 001/2011	385
ANEXO F - Relatório da 2ª oficina realizada em Baixios para procedimentos operacionais do projeto 001/2011	388
ANEXO G - Proposta Metodológica das ações de consultoria para grupos de Economia Solidária	390
ANEXO H - Oficinas Ministradas - Economia Solidária - Projeto Desperta Litoral	395

1 INTRODUÇÃO

O Projeto *Desperta Litoral*, projeto de apoio à organização produtiva e implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, tem como objetivo geral contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho na Costa dos Coqueiros por meio do fortalecimento da organização de 13 grupos produtivos solidários, participantes do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros.

Como objetivos específicos, o projeto se propõe:

- 1) melhorar a capacidade produtiva de 13 grupos solidários mediante a aquisição de materiais e equipamentos necessários à sua organização;
- 2) oferecer capacitação para a gestão do Fórum em temáticas específicas para as cadeias produtivas (agroecologia, pesca, artesanato e serviço de alimentação) onde se inserem os 13 grupos solidários;
- 3) implantar o Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.

O Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, Organização Não Governamental fundada em 2006, uma iniciativa de entidades comunitárias do Litoral Norte da Bahia com a proposta de ampliar, integrar e fortalecer a organização comunitária da região, é o proponente do projeto em questão, selecionado no edital público 001/2011, da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), do Governo do Estado da Bahia.

A região, que compreende sete municípios, integra os territórios de identidade reconhecidos pelo Governo da Bahia - Litoral Norte e Agreste Baiano (Jandaíra, Conde, Esplanada, Entre Rios e Mata de São João) e Região Metropolitana de Salvador (Camaçari e Lauro de Freitas). Considera-se território o conceito adotado pela Secretaria do Planejamento (SEPLAN):

Território como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (SEPLAN¹ BA, 2013).

¹ Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia



No contexto socioterritorial, identificam-se as evidências do descaso político pela ausência e/ou precariedade de serviços básicos sofrida pela população objeto deste estudo - um cenário que contrasta com os dados econômicos da região, que figura como importante polo industrial e forte vetor turístico baiano. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano de 2010, cerca de 2,4 milhões de pessoas, ou 17,7% da população do Estado da Bahia, estão vivendo com uma renda mensal per capita de até R\$ 70,00² (setenta reais). Neste Estado, estão aproximadamente 14,8% da população considerada miserável (IBGE, 2010).

O Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros se constituirá numa organização comunitária, no âmbito dos grupos produtivos que compõem o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, cujo objetivo é oferecer serviços financeiros em rede. Propõe investir recursos na reorganização produtiva dos grupos, promover capacitação em temáticas demandadas por eles e implantar o primeiro Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.

Fundo solidário é uma metodologia que casa o financiamento de iniciativas produtivas e sociais comunitárias com ações de formação e organização popular que estimulam o fomento de um patrimônio coletivo que permite à comunidade organizada se tornar protagonista do seu próprio desenvolvimento econômico e social (FUNDOS SOLIDÁRIOS: POR UMA POLÍTICA DE EMANCIPAÇÃO PRODUTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, CADERNO 1, 2007, p. 6).

O Fundo se desenvolve por meio de uma metodologia participativa com garantias baseadas no aval solidário e gestão de um Comitê Gestor Local, composto por representantes dos grupos produtivos eleitos e pela diretoria do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros. O processo de construção exige o instrumento de regulação, um regimento interno com definição de forma de acesso ao fundo, condições de retiradas e devolução, com a responsabilidade na condução da gestão dos recursos.

Conforme (FRANÇA FILHO, 2001), a economia solidária, diante de uma lógica hegemônica do mercado, estabelece a procura de equilíbrio pela superação da fragilidade e dificuldade de se manter na competição das racionalidades da dinâmica organizacional. Esta se caracteriza entre as economias mercantis, não mercantis e não monetária. Segundo o autor, aí reside o diferencial do comportamento da economia solidária, a perspectiva de outro olhar em relação à economia real, sem reduzi-la ao mercado, numa perspectiva de economia plural, correspondendo a uma pluralidade de princípios do comportamento econômico.

² O que equivale a 28,69 euros (2,4328 Real- Brasil = 1 Euro) - cotação realizada no dia 25/10/2011.

O autor compartilha da ideia de Polanyi (2000 *apud* FRANÇA FILHO, 2001) ao se referir à economia não mercantil, aquela assentada na redistribuição. Nessa condição, o ato econômico “é marcado pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos, a fim de distribuí-los [...]” (p. 253).

A gestão se dá a partir da lógica de reciprocidade e confiança, no desafio de reunir as potencialidades do modelo de gestão social de recursos públicos em finanças solidárias na Costa dos Coqueiros, com atenção às iniciativas da autogestão do Fundo, e a repercussão ao desenvolvimento local. Segundo Fischer *et al.* (2002, p.8), "a gestão é um ato relacional que se estabelece entre pessoas, em espaços e tempos relativamente delimitados, objetivando realizações e expressando interesses de indivíduos, grupos e coletividade".

A Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas (Ebp/FGV), compreende o conceito de gestão social como um processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação. A qualificação do substantivo gestão, pelo adjetivo social, identifica-se como o espaço onde as relações sociais se dão, sem nenhum tipo de coação. A definição ainda se apoiará em conceito de cidadania deliberativa, com ênfase na legitimidade das decisões a partir de princípios de inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum, num processo gerencial decisório deliberativo no atendimento das necessidades de uma sociedade, região, território ou sistema social específico, vinculado à produção de bens ou à prestação de serviços (TENÓRIO, 2006).

O processo peculiar de gestão da organização ocorre numa esfera pública de ação que não é estatal, trata-se do espaço da sociedade civil em condição diferenciada do que acontece no mercado e no Estado. As organizações que se situam nesse âmbito não buscam objetivos econômicos, restringem-se à condição de meio para realização dos fins sociais, culturais, políticos ou ecológicos. A especificidade da gestão social é contrária à lógica de prioridade que determina os interesses da empresa privada (FRANÇA FILHO, 2007).

O compromisso dos governos com a superação dos mecanismos geradores da pobreza tem motivado iniciativas, desde as políticas sociais de transferência de renda, a consolidação de políticas estruturais de geração de trabalho e renda, à ampliação de recursos para obtenção de crédito, como o microcrédito, a bancarização e o cooperativismo - todas essas iniciativas com o objetivo de impulsionar a organização produtiva e propiciar melhoria das condições de

vida da população. Os Fundos Rotativos Solidários funcionam como poupanças coletivas populares, geridos por entidades da sociedade civil, comunitárias, com metodologia que agrega iniciativas comunitárias produtivas e sociais, de organização popular, com ênfase no protagonismo comunitário e na formação de capital social agregado à autogestão dos recursos, o que envolve mobilização, capacitação, organização social, monitoramento e avaliação (FUNDOS SOLIDÁRIOS: POR UMA POLÍTICA DE EMANCIPAÇÃO PRODUTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, CADERNO 1, 2007).

A execução do projeto *Desperta Litoral* foi prevista em três fases, correspondentes a cada um dos objetivos específicos que, por estarem inter-relacionados, deveriam acontecer concomitantemente:

- Fase I - Aquisição de materiais e equipamentos necessários à organização dos 13 grupos. Esta etapa foi cumprida, visto que os grupos receberam os insumos e equipamentos programados para incrementar a atividade produtiva.
- Fase II – Capacitação dos 13 grupos e da direção do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros. Esta etapa não ocorreu conforme havia sido planejada³. Foi realizada uma única formação em economia solidária, programada em sete oficinas, tendo ocorrida apenas cinco. As demais formações, para atendimento às cadeias produtivas, não aconteceram, inclusive a de gestão para o Fórum e grupos produtivos.
- Fase III – Implantação do Fundo Rotativo Solidário. O projeto tem como desafio a sua execução a partir de um comitê gestor local, que tem a finalidade de fazer a gestão do fundo rotativo solidário. Portanto envolve novas práticas na área da gestão de recursos públicos em finanças solidárias, tendo as iniciativas de organização e os mecanismos financeiros solidários como alternativa de financiamento à economia popular local.

Com base nos depoimentos dos participantes do grupo focal⁴ e nas observações feitas

³ Constatado nos depoimentos dos participantes da entrevista grupo focal realizada em 24 de julho de 2013 conforme proposta metodológica das ações de consultoria para grupos de economia solidária (APÊNDICE C).

⁴ Grupo focal realizado em 24 de julho de 2013 com a participação da direção do Fórum, representantes dos grupos de produção e agente local.

pelos participantes das entrevistas⁵ semiestruturadas e estruturadas, esta etapa⁶ não se concretizou. Embora já se tenha membros eleitos para a composição do comitê gestor local, observamos a falta de preparação das pessoas para compreenderem e assumirem a gestão, assim como a responsabilização pela construção do instrumento de regimento interno, regulador do Fundo. A implantação do fundo rotativo solidário dependerá da concretização dessas ações. Os grupos de produção apresentam situações diversas em relação à devolução do recurso. Há grupo que já devolveu 96% do recurso previsto; outros grupos fazem esta retribuição conforme as suas condições; enquanto que alguns ainda não iniciaram o pagamento.

A realidade social das comunidades, objeto deste estudo, retrata um panorama marcado por desigualdade, exclusão econômica, social e política. Com base no pensamento de Koga (2011), o processo de exclusão apresenta um caráter perverso e até de certa banalização na sociedade brasileira, requerendo entendimento e compreensão dessa lógica para o eficiente enfrentamento pelas políticas públicas. Segundo a autora, é necessário ir além do que os indicadores estatísticos demonstram, o que exige a constatação dessa realidade e a busca da origem desses indicadores. Na identificação e verificação das demandas, as situações de exclusão social, características da população marginal, requerem compreensão histórica da formação de nossa sociedade. A autora chama atenção para a exclusão social nos territórios e a falta de atenção para com a cidadania, bem como a ausência de questionamento das razões pelas quais se dão as situações de desigualdades entre os cidadãos.

A análise da autora Koga (2011) contribui para reforçar a necessidade da busca de alternativas ao modelo de desenvolvimento excludente, o que vai ao encontro da iniciativa de implantação de um Fundo Rotativo Solidário - uma ação pública de apoio às finanças solidárias, expressa na relação entre a sociedade civil e o governo, no exercício do princípio da redistribuição. Esta experiência, suscita a relevância da avaliação, principalmente por se tratar da avaliação de resultados de um projeto de iniciativa do governo, relacionada às políticas públicas, à utilização do conhecimento científico numa pesquisa avaliativa com base em referências teórico-metodológicas de campos de saberes variados, tendo como princípio a questão do seu uso, que tem papel de subsidiar processos de decisão. O conhecimento científico, como produção de informações e forma de explicar a realidade, será referência

⁵ Entrevistas semiestruturadas e estruturadas realizadas em julho de 2013 com representantes dos grupos de produção, membros do fórum, técnicos das instituições envolvidas e instrutora.

⁶ Implantação do Fundo Rotativo Solidário bem como a estruturação do comitê gestor local.

importante no respaldo à tomada de decisão para uma atuação de maior eficácia e eficiência (COELHO E FERREIRA, 2011).

1.1 OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivo geral:

Avaliar os resultados do Projeto *Desperta Litoral*, analisando a sua contribuição ao desenvolvimento local sustentável-solidário na Costa dos Coqueiros, Litoral Norte da Bahia, no período de 2011 a 2013.

Como objetivos específicos:

a) Com base nos objetivos específicos do projeto *Desperta Litoral* (2011), verificar se os objetivos foram atingidos.

1. Verificar a ocorrência de melhoria da capacidade produtiva de 13 grupos solidários mediante a aquisição de materiais e equipamentos necessários à sua organização.
2. Identificar a efetivação de capacitação para a gestão do Fórum e em temáticas específicas para as cadeias produtivas (agroecologia, pesca, artesanato e serviço de alimentação) onde se inserem os 13 grupos solidários.
3. Analisar as evidências de implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.

b) Verificar se os objetivos específicos do Projeto *Desperta Litoral* (2011) contribuíram para o desenvolvimento local sustentável-solidário.

1. Identificar, nos resultados que se referem à organização dos empreendimentos, as soluções sustentáveis-solidárias coletivas enquanto estratégia de cooperação para o desenvolvimento local.
2. Verificar, nos resultados dos aprendizados formativos, as relações constituídas, a troca das experiências, a articulação dos empreendimentos na geração do próprio processo de desenvolvimento.

3. Analisar, a partir dos resultados de operacionalização do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, evidências da articulação de uma rede dos empreendimentos solidários participantes.

Credita-se os resultados decorrentes ao aporte de fomento ao desenvolvimento dos grupos de produção beneficiados e às comunidades onde estão localizados, o fortalecimento das iniciativas comunitárias no campo da produção, comercialização, a finalidade social, conforme o alcance dos objetivos específicos do projeto *Desperta Litoral*. Constatamos na avaliação de resultados, o aumento da produção dos grupos, a diversificação da produção, a expansão da arrecadação financeira, a melhoria da organização dos grupos, a evolução da participação, a elevação da motivação, a articulação com a sociedade civil e com o governo (três esferas).

A segunda etapa de análise correspondeu à verificação dos objetivos específicos do projeto *Desperta Litoral*, no tocante à contribuição ao desenvolvimento local sustentável-solidário. Esta análise foi respaldada no princípio de que tanto o combate à pobreza como a promoção de desenvolvimento local são saídas ou soluções a serem construídas de forma coletiva, tendo em vista novas formas de regulação das relações socioeconômicas. Nesta direção, os territórios são valorizados como portadores de soluções sustentáveis aos problemas endógenos, inaugurando um processo de cooperação de organização solidária que fomenta uma rede local solidária na construção de um novo modelo de desenvolvimento. A concepção sustentável-solidária realiza-se na reorganização das economias locais, relacionada à afirmação do conceito de rede de economia solidária - uma estratégia complexa e inovadora de cooperação para o desenvolvimento local (FRANÇA FILHO, 2008).

Na análise que fizemos com base nos resultados do projeto, não foram identificadas as soluções sustentáveis solidárias coletivas; tampouco as soluções próprias de modalidades articuladas com base nas relações econômicas e na troca de experiências; nem a articulação de rede dos empreendimentos solidários participantes.

No que concerne à avaliação, Lopes e Tenório (2010, p.15-16) destacam que “avaliar programas corresponde à utilização de metodologias de pesquisa social para investigar, de forma sistemática, a efetividade de programas de intervenção social”. Estes autores defendem a avaliação como “uma análise ponderada e sistemática da operação e/ou dos resultados de uma política ou de um programa”, ressaltando que tal ocorre em confronto com um “conjunto

de padrões implícitos ou explícitos”, objetivando contribuir para o aperfeiçoamento dos programas ou políticas.

Dentre as classificações da avaliação, nos dedicamos ao estudo da avaliação enquanto papel ou função a ser cumprida, podendo ser distinguida entre *avaliação somativa* e *avaliação formativa*. A avaliação somativa refere-se ao estudo dos resultados ou efeitos de um programa (PATTON, 1978; MORRIS e FITZ-GIBBON, 1978 apud AGUILAR e ANDER-EGG, 1994). Determina até que ponto os objetivos foram cumpridos e produzidos os efeitos previstos. Identifica o valor do programa, comparando os efeitos às necessidades dos beneficiários. Permite ainda julgar a validade da manutenção ou não do programa (AGUILAR e ANDER-EGG, 1994).

A avaliação formativa diz respeito ao seguimento na decorrência do processo de execução de um programa ou projeto. Traz informações sobre o desenvolvimento do processo, auxiliando o andamento do programa no sentido de melhorar o que está em funcionamento. (AGUILAR e ANDER-EGG, 1994).

Segundo Tenório et al., (2010, p. 10), na obra *Dicionário de Avaliação*,

a avaliação de um processo é uma atividade que consiste no levantamento de informações fidedignas e precisas sobre o processo, para subsidiar uma tomada de decisão com vistas à sua melhoria. Em outras palavras, a avaliação comporta três grandes momentos: um primeiro momento do diagnóstico, de busca de informações de qualidade, ou seja, fidedignas e precisas; um segundo momento de julgamento, de tomada de decisão, em que as informações previamente levantadas, organizadas e analisadas servirão de subsídio para uma tomada de decisão com relação ao processo em avaliação; e, finalmente, faz parte ainda da avaliação, um terceiro momento, que é o uso dessa decisão no sentido de melhoria do processo. Então, incorpora-se, no conceito de avaliação, a finalidade da avaliação.

Justificamos a importância desta pesquisa em avaliar os resultados do Projeto *Desperta Litoral*, verificando a sua eficácia, ou seja, o grau de alcance dos objetivos do projeto, bem como observar as mudanças ocorridas e a contribuição dessas para a realidade da população beneficiária e o desenvolvimento local. Trata-se de uma experiência de utilização da metodologia de Fundos Rotativos Solidários, promovida pelo Estado como ator protagonista desse processo. Tendo a Bahia como pioneira. A avaliação de resultados do projeto reveste-se como oportunidade de contribuir com a análise da política estadual de fomento à economia solidária em execução no governo da Bahia que, em seus processos decisórios, possa servir dos resultados deste trabalho, para alavancar a melhoria dos processos avaliados a partir da superação dos limites diagnosticados – numa ação comprometida com

todos os atores envolvidos e com a efetivação de políticas públicas de fundos rotativos solidários.

1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO

A pesquisa está estruturada nos capítulos a seguir:

- Capítulo 1- **Introdução ao Estudo**
- Capítulo 2- **Economia Solidária** – Apresentamos as contribuições de autores que contextualizam questões contemporâneas, indicando os sinais das transformações decorrentes das mudanças econômicas, política e cultural no Brasil e em outros países motivados pelo capital financeiro e a internacionalização da economia. Tratamos sobre economia plural, processo formado por diferentes modalidades do ato econômico, das tradicionais às dimensões coletivas e políticas, considerando formas diversas e institucionalidades de ajustes econômico e social de uma sociedade; incluimos as finanças solidárias, iniciativas que se baseiam em princípios de solidariedade, formas de expressão da sociedade com adoção própria de auto-organização coletiva, proveniente de grupos organizados em territórios com o objetivo de fazer a gestão de recursos econômicos próprios e o argumento de uma plataforma de promoção do desenvolvimento local, como a *via sustentável-solidária*, a qual adotamos para a análise das iniciativas ao desenvolvimento local sustentável-solidário na Costa dos Coqueiros, com base nas experiências dos grupos produtivos atendidos pelo projeto *Desperta Litoral*.
- Capítulo 3 - **Desenvolvimento Local Sustentável** – Iniciamos com uma discussão sobre "desenvolvimento", do campo semântico ao terreno da política e da hegemonia. A relação com o conceito de desenvolvimento humano, compreendendo a satisfação de um conjunto de requisitos de bem-estar e qualidade de vida. O desenvolvimento local relacionado às dimensões do exercício da cidadania; às questões da globalização; à tendência a concentrações econômicas; à equidade, capital humano e capacidade de organização no território. O conceito de sustentabilidade e as dimensões econômico-financeira, social e ambiental, correspondentes a valores produzidos pela atividade humana.

A compreensão sobre a aplicação da ideia da sustentabilidade, não sob os critérios de economicidade, mas sob os aspectos da rentabilidade financeira dos empreendimentos produtivos. Redefinição da ideia de sustentabilidade nas dimensões socioeconômica, político-cultural e ambiental, que darão suporte a análise que faremos dos resultados do projeto *Desperta Litoral* ao desenvolvimento local sustentável-solidário.

- **Capítulo 4 - Trajetória da Concepção de Avaliação** – Reunimos um conjunto de definições sobre avaliação com o propósito de delinear as contribuições a esse campo do conhecimento como forma de aproximação e compreensão de sua trajetória. Os conceitos nos inserem na cultura da avaliação e dão suporte à fundamentação da análise da pesquisa avaliativa. Apresentamos uma visão histórica da avaliação, trazendo as três primeiras gerações; em seguida, algumas críticas relacionadas a essas abordagens; por fim, a defesa de uma avaliação responsiva, vista como de quarta geração, que tem como dinâmica a negociação. Continuando a *Trajetória*, trouxemos a valiosa contribuição de Vieira e Tenório (2010), incluindo um novo elemento conceitual, que esboça o surgimento de uma quinta dimensão, que aponta a melhoria do processo, ancorada no paradigma da sustentabilidade - um novo conceito da avaliação. Os variados enfoques determinam a evolução do conceito.
- **Capítulo 5- Avaliação de Políticas, Programas e Projetos** – Recorremos à literatura sobre o tema, dispondo de concepções de diferentes autores que tratam dos procedimentos de avaliação de políticas, programas e projetos - ação pública, implantação e viabilização; institucionalização da “função avaliativa” na América Latina; perspectiva “gerencialista” da avaliação; política de avaliação de políticas públicas. Conceitos e orientações de políticas, programas e projetos; complexidade e especificidades da avaliação de políticas e programas sociais. Resultados como múltiplas causas ou fatores a serem analisados na investigação avaliativa. Programas sociais e iniciativas de políticas sociais, mobilizações de ações intersetoriais e intergovernamentais.
- **Capítulo 6 - Avaliação de Resultados** - a contribuição de autores que dedicaram-se a estudos e a melhoria de resultados da política social, nos subsidia, oferecendo orientação metodológica sobre a avaliação - uma forma de medir o grau em que o

programa atinge os seus objetivos e metas. Optamos por trazer informações sobre a classificação dos principais tipos de avaliação; evidenciar as funções da avaliação; expor as duas modalidades de avaliação, no sentido de diferenciá-las; mostrar impactos e resultados. Concluimos com avaliações centradas em objetivos, que respaldam a avaliação de resultados que fazemos do Projeto *Desperta Litoral*.

- **Capítulo 7 – O Projeto *Desperta Litoral*** - Expomos o projeto - objeto de estudo da pesquisa avaliativa. Contextualizamos a problemática, apresentamos dados relacionados à iniciativa, origem dos recursos, objetivos, justificativa, equipe executora, abrangência, metodologia, grupos produtivos contemplados, operacionalização, registro fotográfico.
- **Capítulo 8 - Percurso Metodológico** - Esboçamos as escolhas metodológicas para os procedimentos operativos da pesquisa avaliativa. Abordamos os requisitos: formulação conceitual, objeto de estudo, abordagem, local, fontes, instrumento de coleta, procedimento de coleta, diagnóstico marco zero, matriz de planejamento de avaliação de resultados, fontes de informação e instrumento de coleta de informação.
- **Capítulo 9- Resultados e Análise**- Demonstramos a avaliação de resultados do Projeto *Desperta Litoral*: projeto de apoio à organização produtiva e implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, no período de 2011 a 2013, obtidos mediante a aplicação dos instrumentos de coleta, entrevista estruturada, semiestruturada e grupo focal, elaborados com base nos indicadores previstos na matriz de planejamento de avaliação de resultados. Organizamos a apresentação em duas etapas necessárias à compreensão dos resultados da pesquisa. Na primeira parte mostraremos o diagnóstico marco zero, realizado em fase inicial da ação do Projeto *Desperta Litoral*, uma etapa da avaliação de resultado que serviu de subsídio para avaliar os resultados do projeto. Na segunda parte, mostraremos o diagnóstico atual, para em seguida respondermos aos objetivos específicos do projeto, estabelecendo uma comparação dos dados adquiridos no diagnóstico marco zero (passado) e diagnóstico atual (presente) para a identificação das mudanças ocorridas (variação), concluindo com a análise interpretativa dos dados apresentados.

- Capítulo 10- **Considerações Finais** - Conclusões sobre a pesquisa realizada, fazendo algumas considerações baseadas no estudo e nos resultados apontados, como contribuições propositivas à realidade investigada.

No segundo capítulo, apresentaremos as contribuições de distintos autores sobre questões contemporâneas, que indicam as transformações decorrentes das mudanças econômicas, política e cultural no Brasil e em outros países. Trataremos sobre economia plural, e as diferentes modalidades do ato econômico. Apresentaremos as finanças solidárias, iniciativas que se baseiam em princípios de solidariedade, e o argumento de uma plataforma de promoção do desenvolvimento local, como a *via sustentável-solidária*, a qual adotamos para a análise das iniciativas ao desenvolvimento local sustentável-solidário.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ao nos propormos avaliar os resultados do Projeto *Desperta Litoral*: apoio à organização produtiva e implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, estamos diante de dois distintos e complexos temas: *o das finanças solidárias* que, baseadas em princípios da solidariedade, da confiança e ajuda mútua, se inserem na temática da economia solidária; *e o do vasto campo da avaliação de políticas, programas e projetos*. Objetivando atender primeiramente ao campo da economia solidária, reunimos neste capítulo as contribuições de autores que contextualizam questões contemporâneas, indicando os sinais das transformações decorrentes das mudanças econômicas, política e cultural no Brasil e em outros países motivados pelo capital financeiro e a internacionalização da economia.

Tratamos sobre economia numa condição plural, processo que se dá pela combinação de diferentes modalidades do ato econômico, das tradicionais às dimensões coletivas e políticas, considerando formas diversas e institucionalidades de ajustes econômico e social de uma sociedade; apresentamos as finanças solidárias, iniciativas que se baseiam em princípios de solidariedade, formas de expressão da sociedade com adoção própria de auto-organização coletiva, proveniente de grupos organizados em territórios com o objetivo de fazer a gestão de recursos econômicos próprios. Neste aspecto, foi enfatizado o fundo rotativo solidário, prática solidária, com mecanismo similar a uma poupança comunitária, aplicado na comunidade, iniciativa correspondente ao Projeto *Desperta Litoral*, sob nossa avaliação.

Concluimos com a ideia da concepção sustentável-solidária, uma proposta estruturante de promoção do desenvolvimento local, baseada em princípios e valores de uma economia que não tem no mercado autorregulado a concentração das relações de troca. É motivada pelo combate à ausência de trabalho, requerendo a reorganização das economias locais numa concepção centralizada do conceito de rede de economia solidária. Esta visão nos inspirou na construção dos objetivos do projeto de pesquisa. No que concerne ao campo da avaliação, este será tratado em capítulos posteriores.

Para uma melhor compreensão da opção que fizemos com base na concepção sustentável-solidária, os objetivos específicos do projeto de pesquisa explicitaram, no item (a), a verificação se os objetivos específicos do Projeto *Desperta Litoral* (2011) foram atingidos. Já no item (b), foi dada ênfase à análise da contribuição dos resultados do Projeto

Desperta Litoral ao desenvolvimento local sustentável-solidário na Costa dos Coqueiros. Para isso, nos respaldamos na concepção da *Via sustentável-solidária* (FRANÇA FILHO, 2008) - uma iniciativa que defende as soluções de combate à pobreza e promoção de desenvolvimento local por meio da construção cooperativa. Nessa concepção, os territórios são valorizados como potenciais de soluções sustentáveis às questões internas. O processo é caracterizado por uma nova forma de regulação das relações socioeconômicas, com estímulo à cooperação para um modelo de desenvolvimento de construção de uma rede local solidária, com prática financeira de inserção econômico-social, a exemplo das finanças solidárias. Conforme o argumento de França Filho (2008), a concepção sustentável-solidária reorganiza as economias locais, adotando o conceito de rede - uma estratégia complexa e inovadora de cooperação para o desenvolvimento local.

2.1 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO

O contexto contemporâneo retrata as evidências das condições de desigualdade e exclusão econômica, social e política a que estão submetidas grandes parcelas das camadas populares. Analisado por Iamamoto (2008) ao referir-se à globalização mundial, à hegemonia do grande capital financeiro, da aliança estabelecida entre o capital bancário e o capital industrial, determina novos padrões de produção e de trabalho. Em decorrência disso, a demanda de trabalho é reduzida, aumentando a população sobrando para as necessidades médias do capital, o que amplia a exclusão social, econômica, política e cultural de homens, mulheres, jovens e crianças das classes subalternas, que passam a viver sob o domínio de uma violência institucionalizada. O novo tempo é marcado pela ausência de equidade, pelo agravamento das questões sociais, pela exaltação do mercado e do consumo, pela crescente concentração de renda, de capital e de poder.

Na busca de solução para a problemática contemporânea, configurada na “crise do trabalho,” tendo o desemprego como característica nas duas últimas décadas, alguns estudiosos, a exemplo de Singer (1999, apud FRANÇA FILHO, 2008, p. 220), analisam o “desassalariamento da economia”: de cada 10 postos de trabalho gerados naquele momento no Brasil, apenas três eram de carteira assinada. Conforme o autor, mesmo com iniciativas de reparação

desse quadro, ainda assim observa-se um *déficit* significativo das oportunidades ao trabalho formal, identificado na realidade do universo da informalidade.

Na Europa, a questão do emprego também é evidenciada, mesmo com perda da centralidade. Como explica França Filho (2008), vive-se a contradição, em razão da importância desse, à condição de integração social, para a constituição das identidades individuais e coletivas, que significa reconhecimento social das pessoas. Tal situação realça a crise na construção dos vínculos sociais concernentes à sociabilidade, resultando em problemas relacionados à exclusão social.

Ressalta França Filho (2008) que, em países de capitalismo avançado cujas economias revelam graus de saturação, esta problemática é tratada como grande drama social. Respalda-se em Sennet (1999, apud FRANÇA FILHO, 2008), ao referir-se ao contexto norte-americano, e ainda a Castels (1995 apud FRANÇA FILHO, 2008), relacionado ao caso francês. Em se tratando de países denominados de “economias emergentes”, é informado por (FRANÇA FILHO, 2008) que, pela condição inferior de saturação de suas economias de mercado, optam pela capacidade destas (via crescimento econômico) de responder à problemática pela inserção no processo convencional por meio de iniciativas de empreendedorismo e microcrédito.

Reforçam esse argumento os autores Antunes e Pocchmann (2008), trazendo informações sobre o desemprego com base numa análise da evolução da pobreza no Brasil⁷, observando que, em um mercado de trabalho que demonstra restrição e comportamento pouco dinâmico, os empregos de destaque são reservados para os segmentos de mais alta renda, mesmo numa dimensão insuficiente que permita uma sequente mobilidade socioprofissional - o que resulta em aprofundamento da crise de reprodução social no interior do mercado de trabalho, com maior peso para os trabalhadores ativos no interior da pobreza brasileira. Constatam, nas duas últimas décadas, o aparecimento de uma nova forma de reprodução da pobreza, cada vez mais concentrada no segmento da população que se encontra ativa no interior do mercado de trabalho (desempregados e ocupação precária).

A questão já era observada por Furtado (1992), ao alertar para os traços característicos do desenvolvimento, referindo-se à morosa absorção de mão-de-obra, gerando consequências

⁷ Dimensões do Desemprego e da Pobreza no Brasil. Ricardo Antunes; Marcio Pochmann – INTERFACEH Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente.

de desemprego crônico e pressão para a baixa de salários da mão-de-obra não especializada – particularidade da chamada “sociedade de serviços”, que apresenta elevada taxa de desemprego somada à parte expressiva da população que exercia atividades laborais em tempo parcial e de forma precária. Conforme o autor, no sistema econômico nacional, a prevalência de critérios políticos deveria superar a rigidez da lógica econômica pelo bem-estar coletivo. Desprezando a referência do sistema econômico nacional e a produtividade social, a ideia de política econômica perde sentido, retornando à economia de mercado em estado puro, como foi concebida por Adam Smith.

Ainda segundo Furtado (1992), a ausência de um confiável sistema de regulação plurinacional consequentemente iria resultar em desemprego crônico de recursos produtivos. Admite que o “freio” a esse processo poderia vir de grupos da população, reivindicando a preservação de suas raízes culturais e valores ameaçados - fruto da homogeneização de padrões comportamentais imposta pela racionalidade econômica.

Numa mesma linha de raciocínio, Kraychette (2000) reporta-se à confluência de constatações de como as mudanças na estrutura do mercado de trabalho, nas décadas de 1980 e 1990, resultaram em aumento do desemprego, na redução do número de trabalhadores assalariados e no crescimento do número de trabalhadores por conta própria. Como decorrência dessa situação, observa-se uma dependência de significativa parcela da população relacionada às atividades localizadas no trabalho realizado de forma individual, familiar ou associativa. Segundo o autor, com base em dados do IBGE nos anos 1990, todas as regiões brasileiras apresentaram taxas de desemprego que são, no mínimo, o dobro das verificadas no final da década de 1980⁸.

As injustas consequências geradas pelo capitalismo impõem a necessidade da busca de respostas, alternativas, ou mesmo de se rever concepções. Conforme enfatiza Santos (2001 apud CORTIZO e OLIVEIRA, 2004), os desafios da pós-modernidade configuram-se em uma teoria que contrapõe aos universalismos e totalidades. Nesta teoria as alternativas são potencializadas e valoriza-se o multicultural, o transdisciplinar, a subjetividade, a inquietação,

⁸ Conforme a metodologia adotada na pesquisa, observam-se variações dos números de desempregados no Brasil. O IBGE considera como empregado qualquer pessoa que fez algum tipo de trabalho na semana anterior à pesquisa. O índice de desemprego apurado pelo Dieese/Seade considera o desemprego oculto pelo trabalho precário (aqueles que procuram trabalho, mas exercem precariamente alguma atividade) e o desemprego oculto pelo desalento (aqueles que gostariam de estar trabalhando, procuraram trabalho no último ano, mas não o fizeram nos últimos 30 dias).

a indignação, as diferenças. Baseia-se na diversidade, no embate às questões relacionadas à resignação e ao conformismo. Revive-se o compromisso com a utopia, a esperança e a emancipação. Para o autor, torna-se inviável a existência de uma única alternativa ou modelo de generalização, pois as experiências precisam ser conhecidas e compartilhadas entre diferenciadas alternativas e localidades, como suporte e referencial epistemológico, uma vez que é no ato da troca, da socialização e articulação em rede que se constituirá a força e a sustentabilidade.

Com base nas autoras Cortizo e Oliveira (2004), os argumentos a respeito da pós-modernidade direcionam para a transformação social num processo de complexificação da realidade cuja relevância é a da coletividade, ao invés de um único sujeito, como também dos locais, dos grupos com potencial para gerar e construir relações democráticas, participativas, equânimes e autônomas. Essas reflexões contribuem para um entendimento das iniciativas de economia solidária como experiências que se destacam pelo potencial emancipatório e por representarem formas de organização econômica não capitalista, baseadas na igualdade, na cooperação, na prudência ecológica, na solidariedade (SINGER, 1997, 2000, 2002; MANCE, 1999; LISBOA, 2001; CATTANI, 2003 apud CORTIZO e OLIVEIRA, 2004).

A economia solidária constrói um movimento social amplo e organizado com visibilidade econômica, social e política. Como explica Schiochet (2006), no Brasil o conceito tem sido apropriado na luta por identidades sociais e, na esfera pública, crescente número de atores, como trabalhadores, trabalhadoras, comunidades pobres, comunidades de populações tradicionais e grupos de classe média, pautam práticas coletivas numa linha de economia solidária. Esboça-se a existência de um sujeito coletivo cuja identidade, interesses e projeto associam-se aos princípios, práticas e propostas da economia solidária.

Na complexa relação entre o Estado e a sociedade civil, a economia solidária, segundo Schiochet (2006), representa uma questão pública, de direito e de dever público, a ser encarada em âmbito do espaço público. Daí porque, conforme o autor, estabelece-se uma contradição entre as bases que constituem a economia solidária (autogestão, solidariedade, autonomia econômica) e a atuação (ou intervenção) do fortalecimento pelo Estado. Sujeitos, organizações e entidades concentram suas reivindicações em ações públicas e reconhecimento na relação do Estado e da sociedade civil. Assim, a economia solidária, como questão pública, de direito e de dever público, localizada no âmbito do espaço público, tem o desafio de enfrentamento pela intermediação, no campo das lutas sociais, entre cidadania e democracia.

“A economia solidária politiza a questão econômica por via da radicalização da democracia (com a consequente democratização da economia e do Estado)” (p. 7).

Reportando-se à origem do conceito de economia solidária, França Filho (2001, p. 247) afirma: “O termo economia solidária identifica uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade.” Segundo o autor, essas formas de solidariedade fazem menção à iniciativa cidadã, contrastando com as outras formas de solidariedade, como as historicamente praticadas pelo Estado e as de aspecto comunitário adotadas tradicionalmente. As novas formas referem-se às diversas iniciativas de organizações de ordem social que sobressaem no contexto de crise dos mecanismos de regulação da sociedade, especialmente a crise do Estado-Providência. As iniciativas trazem manifestações distintas de solidariedade, que variam de aspecto, político, assistencial, estendendo-se da filantropia à cooperação, ajuda mútua e reciprocidade. Essas práticas vêm se somar às formas já consagradas no meio social, identificadas na noção de economia popular⁹, comprovando a condição universal das novas formas de solidariedade.

Dessa forma, como compreender a emergência do fenômeno da economia solidária?

O argumento de França Filho (2001) relaciona-se à problemática de exclusão social como questão urbana em contexto de crise do Estado-Providência. Neste sistema, ocorre a falência dos mecanismos de regulação político-econômicos da sociedade, originários das esferas de organização das relações sócio-político-econômicas. O Estado e o mercado têm, na relação assalariada, sua estruturação fundamental. Em meio a essa dinâmica, a economia solidária apresenta-se como fenômeno, requerendo novas formas de regulação da sociedade.

Como afirma França Filho (2001), essa “emergência”, no contexto europeu, corresponde a um conjunto de novas práticas socioeconômicas, que prosperam mediante iniciativas locais de serviços denominados de “serviços de proximidade” (p. 249) ou “serviços solidários” (p. 249). São serviços cuja produção tem tradição na esfera doméstica, como auxílio em domicílio, jardinagem, consertos domésticos (*bricolage*), ou mesmo serviços relacionados à “mediação social” (p. 249), ligados à melhoria da qualidade de vida e do meio

⁹ “[...] a noção de economia popular é utilizada, na maioria das vezes, para identificar uma realidade heterogênea, um processo social que pode ser traduzido pela aparição e expansão de numerosas pequenas atividades produtivas e comerciais no interior de setores pobres e marginais das grandes cidades da América latina” (RAZETO, 1991 apud FRANÇA FILHO, 2002).

ambiente local (LAVILLE, 1992 apud FRANÇA, 2001). Com o objetivo de uma melhor compreensão dessas práticas e o entendimento da singularidade do fenômeno, Laville e Eme realizaram trabalho de descrição sobre economia solidária.

Para situar a problemática, França Filho (2001) refere-se às especificidades dos serviços de proximidade (ou solidários), demarcadas por dois traços característicos, baseados na hipótese da economia solidária como modo de regulação:

- a) Híbridação de economias ou recursos, essas iniciativas vão dar sustentação à perenidade dos projetos, fruto da articulação com variadas fontes de recursos, distinguindo-se por natureza:
 - não mercantil - por meio de subvenções ou outros financiamentos de origem do poder público, recurso ao Estado;
 - mercantil - fruto de comercialização ou prestação de serviços a particulares (pessoas físicas), recurso ao mercado;
 - não monetária - pela atividade voluntária de participantes, a doação de forma material ou humana (doação de tempo) - recurso a uma lógica reciprocitária ou de dádiva.
- b) Construção conjunta da oferta e da demanda, nessa circunstância os serviços são pensados e propostos tendo em vista as necessidades sociais expressas localmente.

A construção conjunta da oferta e demanda se dá em detrimento da razão da interação entre os participantes da iniciativa e seus estatutos particulares, podendo ser múltiplos ou difusos e, ao mesmo tempo, usuários e assalariados ou usuários e voluntários. Decorrente dessa condição, os espaços públicos de proximidade, enquanto forma de concepção destes serviços, facilitam o debate dos problemas comuns da realidade, promovendo o exercício da dimensão política dessas experiências (LAVILLE, 1997 apud FRANÇA FILHO, 2001).

Considerando a perspectiva da economia solidária como nova forma de regulação da sociedade, França Filho (2001, p. 251) destaca a pretensão de oposição às duas formas tradicionais de interpretar o fenômeno:

- Uma condição de ver as experiências como reativação de socialidade comunitarista, caracterizada por grupo fechado e com forte tradição dos costumes, que vê na experiência de economia solidária o retorno ao passado como solução

para os dilemas do tempo presente. Essa condição é vista com criticidade por setores de linha à esquerda no âmbito político europeu, que não identificam o fenômeno sob a ótica de uma dimensão política.

- Uma condição que vê o fenômeno sob uma ótica liberal (à direita), numa opção de constituir-se um setor à parte (terceiro), que se justapõe aos dois outros (Estado e mercado) no papel de corrigir as lacunas deixadas para suprir necessidades. Ou ainda uma visão funcionalista, limitando a ação da economia solidária, vista numa função de ajustamento social, como uma espécie de economia subsidiária às formas mercantis e estatistas (FRANÇA, 2001, 2002; NYSSSENS, 2000; EVERS, 2000 apud FRANÇA FILHO, 2001).

Acerca da questão, na interpretação de França Filho (2001), as experiências de economia solidária requerem uma articulação específica entre as esferas econômica, social e política, haja vista as diferentes lógicas das experiências. Considera-se uma forma de economia que não se coloca como setor à parte (terceiro), mas tem condição de interagir com formas econômicas dominantes (Estado e mercado), numa menção de elaborar arranjos particulares de princípios econômicos diversos, na tentativa de subordinar a lógica mercantil a outras modalidades da ação organizacional ou coletiva, como uma dinâmica reciprocitária ou um projeto associativo.

A seguir, trazemos algumas contribuições referentes à economia numa visão à frente de uma lógica mercantil, onde a produção e distribuição da riqueza não estão condicionadas a apenas esta lógica, mas a uma multiplicidade de formas econômicas, correspondentes a uma economia plural.

2.2 A ECONOMIA PLURAL

Trataremos de lógicas distintas do ato econômico, ou seja, diferentes racionalidades presentes na dinâmica organizacional. Uma economia que supõe uma variedade de princípios do comportamento econômico.

O mercado autorregulado não será a única forma possível de alocação, produção e distribuição de recursos. Conforme França Filho (2002), não basta o princípio econômico,

mas o agregar de outras formas, a exemplo da redistribuição estatista e a reciprocidade. Nesta condição, a economia supera a restrição de mercado e sua definição adequa-se à forma de economia plural. Sendo assim, permite-se uma pluralidade de princípios do comportamento econômico que, na forma de organização do trabalho, articula diferentes registros da ação econômica nas três formas de economia: mercantil, não mercantil e não monetária.

Para ilustrar a citação acima, utilizamos depoimentos de atores sociais (participantes da pesquisa) que se configuram em registros variados da ação econômica.

Mercantil: “As produções são transportadas para a comercialização por meio de barco ou de carro de mão ao longo de quatro quilômetros de estrada de barro que liga o assentamento ao centro comercial de Arembepe.” AS¹⁰1(2012), participante do Grupo de Produção – Comunidade de Rancho Alegre - Arembepe - Camaçari (Coleta de dados – diagnóstico marco zero).

Não mercantil: “A comercialização se dá, sobretudo, para mercados institucionais, como o Banco de Alimentos, do município de Lauro de Freitas.” AS 1(2012), participante do Grupo de Produção – Comunidade de Rancho Alegre- Arembepe – Camaçari (Coleta de dados – diagnóstico marco zero).

Não monetário: “É frequente a prática dos mutirões.” Na comunidade de Açu da Capivara, os moradores relatam a realização desta forma de organização coletiva para garantir o plantio em propriedades de associados que estejam sem condições físicas e financeiras de arcar com tal trabalho. AS 2 (2012), participante do Grupo de Produção – Comunidade Assentamento Açu da Capivara - Arembepe – Camaçari (Coleta de dados – diagnóstico marco zero).

Outra iniciativa que serve para exemplificar a modalidade da ação econômica não monetária. Em Rancho Alegre, um mutirão resultou na construção de uma ponte de acesso ao centro de Arembepe, cujo deslocamento mais próximo só podia ser feito pelo rio. Ao longo de sete meses e meio, cerca de 80 voluntários, entre homens e mulheres, se alternaram na construção da ponte, usando madeira, barro e sacos plásticos. Após 14 anos, a ponte erguida pelos moradores continua sendo o acesso mais próximo da comunidade ao centro de

¹⁰ AS – ator social – participante da pesquisa (grupo de produção).

Arembepe, apesar das péssimas condições de manutenção. AS 3 (2012), participantes do Grupo de Produção - Comunidade de Rancho Alegre - Arembepe - Camaçari.

Marcel Mauss (1924 apud CAILLÉ, 2002), em sua obra *Essai sur le don* (Ensaio sobre o dom), uma experiência em sociedades arcaicas, compreendeu que a relação social nestas sociedades funciona diferentemente dos parâmetros do mercado ou do contrato. A lógica que prevalece não é a mesma resultante de uma produção realizada para satisfazer uma utilidade. Nesta sociedade mantém-se a cultura de que tudo procede de um dom original. Esta posição é característica da própria condição da vida, é necessário preservá-la, subordinando as condições necessárias de utilidade e eficácia à primazia da despesa antiutilitária.

Em termos sociológicos: se o antiutilitário deve hierarquicamente ter a precedência sobre o útil, englobar toda a funcionalidade, é porque, antes mesmo de produzir bens ou filhos, o que importa em primeiro lugar é construir o laço social. O laço é mais importante que o bem, eis o que o dom afirma (CAILLÉ, 2002, p. 7).

Ainda sob a influência do pensamento de Mauss, Gonçalves (2010) cita os intelectuais que, ligados ao Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S.), criticam a visão economicista e utilitarista pertencente às ciências sociais e às políticas de corte neoliberais na análise que fazem sobre o associativismo, a economia social ou solidária e o estatuto político (democracia). Os participantes desse Movimento argumentam que, onde o Estado e o mercado se mostraram incapazes de solucionar os problemas decorrentes de suas próprias responsabilidades, como “[...] a desigualdade de renda e a pobreza, os laços sociais presentes nos movimentos associativos e na dinâmica democrática se apresentam como uma dimensão estratégica no combate à desigualdade social e à pobreza em várias regiões, a exemplo da França, Brasil, África e Índia” (p. 226).

As experiências rurais no sertão nordestino demonstram semelhanças com as ideias de Mauss. Foi observado por Gonçalves (2010) a importância do laço social para a economia da região. Paralelas às trocas mercantis, coexistem relações econômicas não mercantis, baseadas em teias de reciprocidade, a exemplo dos costumes tradicionais, marcados pela prática da dádiva, como as festas religiosas, o mutirão na construção de cisternas, barragens, poços, que funcionam como sobrevivência de muitos grupos. Como salienta Temple (1997, apud GONÇALVES, 2010, p. 227-228), “a reciprocidade via redistribuição é um fator essencial para a produção da subsistência e do excedente entre os agricultores, promovendo, via economia da dádiva, a inserção do grupo à economia mercantil”.

Observando as diversas formas de economia - a que se baseia no mercado auto-regulado, simbolizada pela equivalência monetária e pelas relações utilitaristas; a economia que se fundamenta em trocas verticais não mercantis com a finalidade de redistribuição, tendo na figura do Estado a condição de operador; e a economia não monetária, na condição de reciprocitária, horizontal, antiutilitária, com base na lógica da dádiva, cujas relações econômicas transcendem os aspectos mercantis, resultando na formação dos vínculos sociais, portanto, numa visão plural da economia, percebemos a articulação não somente de elementos materiais e interesses utilitaristas mas também obrigações, solidariedade, dom.

A possibilidade de uma “economia alternativa,” diante dos riscos provenientes da expansão capitalista, é algo que mobiliza e alenta esperanças, encontrando forte tendência nos movimentos sociais em suas manifestações. Conforme explica Laville (2004), não há como esquivar-se da revalorização dos pressupostos herdados da economia ortodoxa, onde se fundamentam as proposições e até mesmo as concepções de mudança social. São reflexões que não podem ser negligenciadas nas discussões sobre potenciais de mudança e condições de transição, uma forma de compreender as dimensões da atividade econômica que se encontra encoberta pela naturalização da economia dominante, para que haja uma articulação com a concepção de transformações sociopolíticas apoiadas no debate público.

Polanyi e Mauss contribuíram com seus estudos para um projeto de emancipação que distingue o político e converge ideias na crítica ao reducionismo, que vê a ação econômica apenas como interesse material e individual. Esses autores acreditam que a ação econômica resulta do sentimento de propriedade e de uma trama entre desprendimento e interesse para além de um interesse material, deduzindo que a realidade da economia é plural, razão desconsiderada por uma análise utilitarista (apud LAVILLE, 2004).

Para França Filho (2007), a ideia de economia plural configura-se numa multiplicidade de princípios e formas do agir econômico. As limitações dos modelos tradicionais transcendem e resgatam-se as dimensões coletivas e política dos processos de desenvolvimento, buscando novas formas de regulação da sociedade. Segundo o autor, a economia plural baseia-se numa compreensão substantiva da economia, associando-a a toda forma de produzir e distribuir riqueza.

Argumenta Laville (2004) que, apesar da tentativa de “naturalização” do capitalismo, uma das principais estratégias de construção de sua hegemonia é revelado em diversos estudos e experiências, que é a combinação de diferentes lógicas econômicas ao longo da

história da humanidade, inclusive no mundo contemporâneo. Como sugere Laville (2004, p.46), “não há um modo único de organização da economia, que seria a expressão de uma ordem natural, mas um conjunto de formas de produção e de distribuição que coexistem”.

As diferentes acepções da economia, para Laville (2004), oscilam entre dois polos de significação. Referenciado por Polanyi e Caillé, o autor sugere que o sentido formalista da economia tem como pressuposto a ideia de escassez, tendo em vista a raridade de recursos. Já o sentido substantivo provém da interdependência entre a humanidade e a natureza numa relação de subsistência (apud LAVILLE, 2004).

Enquanto o sentido formalista privilegia uma visão utilitarista e individualista das trocas econômicas, a concepção substantiva reconhece uma pluralidade histórica de formas de produção e distribuição de riquezas. Estas podem ser associadas, conforme aponta França Filho em referência a Polanyi, a diferentes princípios do comportamento econômico: o mercado autorregulado, a redistribuição, a reciprocidade e a domesticidade (FRANÇA FILHO, 2007).

Essa perspectiva permite ampliar o olhar sobre o econômico, visualizando diferentes tipos de racionalidades e trocas – mercantis, solidárias, redistributivas, seus arranjos e suas inter-relações numa determinada organização ou território. Explica França Filho (2002) que as economias de mercado não se restringem a ser exclusivamente mercantis, pois dependem do polo não mercantil, principalmente em se tratando de sistemas de infraestruturas, investimento dos poderes públicos. Da mesma forma, há também a participação do polo reciprocitário no que tange às relações familiares, de vizinhanças e associativistas.

Em seguida, exporemos ideias relacionadas ao campo das finanças solidárias a partir da base de organizações comunitárias características das formas de finanças de proximidade, como é o caso dos Fundos Rotativos Solidários, Banco Comunitário de Desenvolvimento e Cooperativas de Crédito Solidário - iniciativas que integram as finanças solidárias que promovem o desenvolvimento de territórios de apoio às economias populares. Exposição que contribuirá com o nosso propósito de avaliação dos resultados do Projeto *Desperta Litoral*, uma iniciativa de economia numa lógica não monetária, redistributiva.

2.3 AS FINANÇAS SOLIDÁRIAS

As finanças solidárias são expressões da sociedade de auto-organização coletiva, utilizadas por pessoas e grupos organizados de um determinado território ou comunidade. Conforme França Filho (2010 apud FRANÇA FILHO, 2013), procedem de forma própria com o objetivo de fazer a gestão dos seus recursos econômicos, tendo por base os princípios de solidariedade e confiança mútua.

Conhecidas como finanças de proximidade, a existência das finanças solidárias pressupõe relações sociocomunitárias com a finalidade de democratizar o sistema financeiro por meio da gestão comunitária e da solidariedade, uma forma de proporcionar alternativas aos excluídos do sistema de crédito tradicional (MATTOS, 2010 apud FRANÇA FILHO, 2013). Esta iniciativa é bastante diferenciada das práticas convencionais de microcrédito. Porém, como explica França Filho (2013), a distinção das características, supostamente comuns às duas práticas, é de difícil percepção, se analisado pelo paradigma econômico convencional, em razão de corresponder a operações financeiras de baixo teor econômico e direcionar-se a público identificado como de baixa renda com o objetivo de democratizar o crédito à população excluída do sistema financeiro formal.

A interpretação desses fatos, conforme França Filho (2013), necessita de fundamentação mais ampliada e deve se dar com base no funcionamento da economia real, limitado à lógica mercantil e à posição que ocupa cada uma dessas práticas na dinâmica contextual da sociedade. Enquanto o microcrédito convencional situa-se como nicho mercadológico no sistema financeiro formal, as finanças solidárias transitam em espaço que não é de economia de mercado, mas de manifestação da sociedade. Elas possuem formas próprias de auto-organização coletiva, originadas de territórios ou comunidades que fazem a gestão de seus recursos econômicos com base em princípios de solidariedade, confiança e ajuda mútua.

Há particularidades que fazem com que as práticas distingam-se fundamentalmente. No caso do microcrédito convencional, ressalta França Filho (2013), seguem-se critérios de concessão do crédito que terminam por restringir o público-alvo: aquele formado por população de baixíssima renda termina sendo excluído por não conseguir ajustar-se aos critérios do mercado. Razão pela qual ocorre a expressiva inadimplência em experiências

dessa natureza. Tal fato denuncia o modelo calcado em critérios de rentabilização do capital investido - opção que muito se diferencia da proposta de finanças solidárias.

Nas relações de proximidade, defendidas pelas finanças solidárias, é valorizada a confiança e a solidariedade numa escala de prioridade que se coloca relevante à concessão de crédito. Como explica França Filho (2013), neste sistema as relações sociais superam as relações econômicas, logo, são contrárias à lógica clássica do mercado, numa lógica de funcionamento econômico-social oposta à ideia de crescimento como propósito do sistema, mas com a finalidade de dar conta das demandas e necessidades comunitárias de um determinado território. Essa condição faz com que as práticas de finanças solidárias sejam enraizadas territorialmente e/ou comunitariamente, daí a razão da denominação de finanças de proximidade.

Neste sistema, a condição de crescimento, numa visão de ampliação de atendimentos, inviabilizaria a iniciativa devido à condição desfavorável de manutenção dos padrões de relacionamento socioaproximadores. Conforme abordado por França Filho (2013), os critérios de confiança e solidariedade, naturais nos processos de finanças de proximidade, diferentemente da condição de crescimento, que exige mecanismos de impessoalidade das relações entre as pessoas com o objetivo da funcionalidade do sistema, correspondem a relações socioafastadoras no plano espacial, cuja iniciativa não delega ao homem a condição de sujeito com prioridade, mas conforme a lógica das instituições de economia convencional.

Numa comparação analítica dessas lógicas deve-se ter o cuidado para não se julgar a superioridade de uma sobre a outra, recomenda França Filho (2013). A precedência deve se dar conforme características naturais da realidade. O autor chama atenção para o equívoco de que os sistemas devam necessariamente caminhar na direção do mercado, uma forma de se acreditar na superioridade deste em relação a outras economias. A predominância dessa crença inviabiliza a busca de solução para o desenvolvimento local numa opção que favoreça as finanças solidárias.

Por conseguinte, as finanças solidárias e/ou de proximidade, como explica França Filho (2013), inscrevem-se na lógica da economia solidária, numa intenção de produção, reprodução e preservação da vida em contexto territorial. Nesta circunstância, as atividades de reprodução das condições materiais de existência deve constituir-se como meio para a realização de outros propósitos humanos. Nas abordagens já feitas, identificam-se as diversas formas do lidar com o econômico, que são manifestações do Estado, do mercado ou da

própria sociedade. As iniciativas podem ter origem nas formas de solidariedade dos meios populares ou, ainda, nos mecanismos de auto-organização da sociedade civil.

Como já destacado no início do capítulo, os anos 1980 representam um momento de crise na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcado pelo desemprego em muitos países, configurando-se numa "crise do trabalho". Nesse momento vive-se a ausência de emprego formal e oportunidade de acesso à renda pela população de diferentes países. Diante da crise, é questionado o modo de organização e regulação da sociedade na modernidade que, segundo França Filho (2013 p. 43), "tem sido baseado em dois pilares - em interação dinâmica ou sinérgica: a economia de mercado (supridora de empregos), de um lado, e o estado social (responsável pela proteção social), do outro". O contexto sinaliza para a necessidade de mudanças na sociedade, embora essa perspectiva ainda não se mostre nítida para todos, há quem acredite em solução relacionada aos limites do paradigma de mercado ou ainda quem opte pelo rompimento do mesmo paradigma (FRANÇA FILHO, 2013).

No contexto de incertezas que marcam o futuro das sociedades modernas, França Filho (2013) adverte quanto aos dilemas e contradições que integram a agenda do debate público, como a perda gradual do emprego formal, que, junto à crise do trabalho, constitui uma problemática de cujas consequências decorre a "exclusão social". Paralelo a essa conjuntura numa "sociedade do trabalho", com base no pensamento de França Filho (2013), vive-se outra realidade, onde o acesso ao trabalho não apenas garante renda, mas é facilitador da construção das identidades individuais e coletivas, valorizando-se o reconhecimento das pessoas, atribuindo sentido à sua própria existência. Na ausência do trabalho, as suas consequências se refletem no cidadão tanto do ponto de vista social quanto nos aspectos relacionados à saúde mental.

A solução para a circunstância da crise de trabalho associada à exclusão social é recomendada por França Filho (2013): algumas iniciativas de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento. Essas podem vir de mudanças paradigmáticas onde sejam valorizadas formas de trabalho com experiências de reorganização de economias locais, como é o caso de rede de economia solidária. Nesta alternativa questiona-se a centralidade e a lógica da economia de mercado, propondo novos arranjos institucionais, onde podem conviver distintas formas de economia como modelos de regulação da vida em sociedade. No entanto, predominam as estruturas da inserção pelo econômico, apostando na economia de mercado

como solução para a demanda de trabalho ou, ainda, por meio do empreendedorismo privado, buscando transformar assalariados em novos detentores de micro e pequenos negócios.

A crença no mercado, como paradigma de solução para a falta de trabalho, contribuiu pela opção de qualificação da força de trabalho como resposta ao diagnóstico do desemprego no capitalismo em função do baixo grau de qualificação da mão-de-obra. A iniciativa não teve sucesso pela incapacidade do mercado de absorver a demanda por trabalho. Na opção pelo empreendedorismo privado, em um regime que, diante da competição de mercado, não há espaço para todos, apenas alguns casos deram certo, enquanto outros não deslancharam. Outra alternativa apontada como solução é o microcrédito que se dá de forma individual, valorizado pela possibilidade de democratização do crédito para excluídos do sistema financeiro, com acompanhamento de assistência técnica. Essa alternativa tem influência no modelo adotado por instituições financeiras internacionais, como é o caso do *Grameen Bank*, em Bangladesch, estimulador do setor financeiro privado que passa a adotar uma nova dinâmica do capitalismo contemporâneo - “a indústria da microfinança” (FRANÇA FILHO, 2013).

O fenômeno da bancarização dos mais pobres, a partir do fomento do microcrédito, não se restringe apenas a essas práticas. Conforme França Filho (2013), há outras experiências de finanças de proximidade ou finanças solidárias que integram o universo das microfinanças, a exemplo dos fundos rotativos e fundos solidários que se reportam a iniciativas antigas e tradicionais, anteriores ao microcrédito. Outras iniciativas, como os bancos comunitários de desenvolvimento, se combinam com uma base de organização comunitária. As finanças de proximidade, como o microcrédito, formam uma manifestação de economia solidária no Brasil. Compõem o campo das finanças solidárias as experiências de fundos rotativos solidários e bancos comunitários de desenvolvimento, sendo que essas práticas algumas vezes são empreendidas por cooperativas de crédito e Oscip’s¹¹ de microcrédito.

O cooperativismo de crédito solidário origina-se do segmento do cooperativismo de crédito. Explica França Filho (2013) que esse entendimento se dá por uma abordagem geral desse sistema. O autor se utiliza da definição de Parente (2002 apud FRANÇA FILHO, 2013, p. 46):

Trata-se de sociedades de pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeitas à falência, constituídas com o

¹¹ Oscip - Organização da sociedade civil de interesse público.

objetivo de conceder empréstimo e prestar serviços aos seus associados e com funcionamento determinado pelo respectivo estatuto social.

No Brasil, práticas relacionadas a laços de reciprocidade vieram à tona a partir de 1990. Conforme Gonçalves (2010), essas práticas caracterizaram-se por (re) significação e institucionalização, como as políticas públicas de desenvolvimento local na esfera do governo federal. A partir dessas experiências, vêm sendo atualizadas iniciativas identificadas com a economia da dádiva, que tem o potencial de fortalecer a condição organizativa social e produtiva de pequenos agricultores, porém, contraditoriamente, são inseridas à economia de mercado. Para Woortmann (1990 apud GONÇALVES, 2010, p. 228), “o espírito da reciprocidade, enquanto princípio moral presente nas sociedades camponesas, nega-se e se contrapõe ao espírito do lucro”.

As práticas de fundos em comunidades reportam a um tempo longínquo. Explica Gonçalves (2010) que, no Estado da Paraíba, referem-se a 30 anos em experiência iniciada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) com pequenos agricultores associados. A experiência consistia em disponibilizar e gerir recursos financeiros para o atendimento urgente de necessidades das comunidades, que tinham uma forma própria de ressarcimento, como trocando produtos entre si (porcos, cabras, galinhas e sementes). Na iniciativa estava explícita a circulação da dádiva. A autora, para compreensão dessa iniciativa, apoia-se em Duque; Oliveira (2007 apud GONÇALVES, 2010, p. 228), afirmando que esta “baseia-se na cooperação dos atores envolvidos a partir dos laços sociais de solidariedade, confiança e reciprocidade entre eles estabelecidos”. Nesta circunstância os recursos circulam na mesma comunidade e a reposição obedece a uma lógica da solidariedade herdada de regras tradicionais de reciprocidade.

A Paraíba traz um histórico sobre os Fundos Rotativos Solidários, que se iniciaram com o objetivo de atender aos programas de construção de cisternas - uma forma de minimizar a falta de água na região. Conforme Gonçalves (2010), foi a partir de 1993 que práticas como essas passaram a ser ressignificadas como políticas públicas de desenvolvimento local, sendo chamadas de Fundos Rotativos Solidários. Um conjunto de entidades contribuíram para a mobilização das comunidades rurais, colocando em evidência a problemática da água e a inserção de uma nova visão sobre as relações homem-natureza: a Articulação do Semiárido (ASA/PB), as Comunidades Eclesiais de Base (CEB'S), a Cáritas e

o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (PATAC), também a participação dos movimentos sociais e lideranças camponesas.

No Nordeste, a significação para as ações de Fundo Rotativo Solidário estava relacionada ao combate à seca. Ao final dos anos 1980, definiu-se pela convivência com o semiárido, tendo três eixos de atuação: o fortalecimento da organização produtiva do pequeno agricultor, a valorização de suas tecnologias e demais saberes tradicionais e uma nova relação homem-natureza via política dos fundos rotativos solidários, como informa Silva (2006 apud GONÇALVES, 2010).

As experiências, resultantes da mobilização e da participação dos movimentos sociais, decidiram-se pelas construções de cisternas, que favoreceram as comunidades rurais a conviverem com o semiárido com o auxílio dos fundos, conforme ressalta Duque (2008, apud GONÇALVES, 2010, p. 229).

Os fundos rotativos solidários têm um objetivo imediato: permitir aos produtores organizados em grupos ou associações obter um crédito modesto para construir uma cisterna, uma barragem subterrânea, ou qualquer outro bem necessário para sua convivência com o semiárido, sem ter que passar pela burocracia e pelas exigências próprias dos bancos, assegurando que os recursos devolvidos sejam utilizados por outras famílias ou para outras necessidades do grupo ou da comunidade. A dívida é paga segundo modalidades definidas localmente, de acordo com as possibilidades dos envolvidos.

Do ponto de vista histórico, é importante citar a experiência do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que desde 2003 iniciou processo de abertura, interação e articulação com os movimentos sociais, passando a adotar, institucionalmente, o apoio à Política Nacional de Economia Solidária, com a implantação de políticas públicas de crédito para fomentar o desenvolvimento regional. Gerido pelo BNB, surge a linha “Crediamigo Comunidade”, dentro do Programa de Microcrédito Crediamigo. Com a iniciativa, valorizou-se a organização de redes de cooperação social ligadas aos movimentos populares, agregando valor ao desenvolvimento das comunidades por meio da geração de ocupação e renda e de poupanças coletivas (SANTOS FILHO, 2010).

De acordo com Santos Filho (2010), o Programa de Apoio aos Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) foi implantado pelo BNB em 2005. O Programa demonstrava inovações no crédito e baseava-se nas experiências de tecnologias sociais desenvolvidas nas redes

tecidas no meio popular. Foi utilizada a metodologia dos fundos rotativos solidários - uma forma de disponibilizar, democraticamente, recursos financeiros para organizações da sociedade civil, visando estimular a criação e o fortalecimento de territórios a partir de formas de convivência solidária e de autogestão. Foram aplicados, até 2008, R\$ 4,8 milhões no Programa, sendo R\$ 2,5 milhões da SENAES e R\$ 2,3 alocados pelo BNB/FDR. Com este montante, já foram apoiados 50 projetos, distribuídos por toda área de atuação do BNB.

Os fundos rotativos solidários funcionam como poupança comunitária, são recursos poupados resultantes de aplicações feitas pela própria comunidade. Tornam-se financiadores de projetos de trabalho e renda. Como explica França Filho (2013), os fundos têm distintas práticas solidárias, como a devolução de recursos, que pode ser integral ou parcial, monetária, em produtos ou serviços; práticas de troca; uso da moeda social, etc. Os recursos dos fundos resultam de várias fontes, desde organismos internacionais a governos federal, estaduais e municipais, iniciativa privada, ou mesmo originários da própria comunidade.

Conforme França Filho (2013), algumas características singularizam o fundo rotativo solidário, a exemplo dos recursos aplicados não serem reembolsáveis, ou seja, a devolução não é obrigatória. As pessoas atendidas são de baixa renda, grupos socialmente excluídos e grupos produtivos solidários. Normalmente o fundo é gestado por ONGs, fundações, OSCIPs, associações e cooperativas de crédito. A denominação “solidário” relaciona-se aos critérios para a concessão do crédito, adotando relações de proximidade e confiança. Denomina-se “rotativo” pela condição de ser utilizado e, após a devolução, disponibilizado para outros grupos da comunidade.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) integra centenas de grupos de economia solidária, instituições e organizações sociais. A entidade se posiciona por uma proposta de construção da política nacional de apoio a fundos rotativos solidários. Informa Heck (2007) sobre a existência de 180 organizações que se utilizam de fundos de crédito solidário. Para ele, um número grande de empreendimentos e grupos de geração de trabalho e renda podem participar e receber esse apoio.

Um programa ou política nacional de apoio a fundos solidários concebe-se como política pública de fomento à Economia Solidária - uma proposição da I Conferência Nacional de Economia Solidária que sugere:

a democratização do financiamento que valoriza iniciativas de finanças solidárias, os fundos rotativos e solidários, §78; a criação de linhas subsidiadas e não-reembolsáveis de financiamento, § 74; e a necessidade de articulação com políticas de educação, qualificação e acompanhamento técnico e gerencial aos trabalhadores/as dos empreendimentos solidários, § 73 (FUNDOS SOLIDÁRIOS: POR UMA POLÍTICA DE EMANCIPAÇÃO PRODUTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, CADERNO 1, 2007 p. 23).

Portanto, um Programa Nacional de Apoio a Fundos Solidários não ficará restrito à condição de suprir as carências da população elegível às ações redistributivas do governo, mas terá a função de promover o processo de desenvolvimento local, sustentável (econômico, ambiental e social) e solidário, de forma a enraizar-se nas práticas comunitárias de organização. O objetivo deste Programa não somente deve fomentar as atividades produtivas comunitárias mas também favorecer outros mecanismos, como acesso à formação, comercialização, capacitação, cooperação, sensibilização para a cidadania e autoestima, também trabalho direcionado às questões de gênero, como possibilidade de superar a ampliação da pobreza, numa tentativa de reverter a atual lógica do mercado, com a reorganização do tecido socioprodutivo, baseando-se nos empreendimentos solidários e na formação de uma rede de organizações sociais, com a participação das comunidades e movimentos populares na gestão direta dos fundos solidários (FUNDOS SOLIDÁRIOS: POR UMA POLÍTICA DE EMANCIPAÇÃO PRODUTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, CADERNO 1, 2007).

Como respaldo às finanças solidárias, incluímos, em entrevista à Júlia Rabahie, da RBA¹², os depoimentos de Singer (2013), que se encontra à frente da Secretaria Nacional de Economia Solidária – ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), existente desde 2003, tendo o objetivo de fomentar atividades de apoio à economia solidária: “Estamos desenvolvendo um sistema de finanças solidárias sob a forma de cooperativas de crédito e fundos rotativos, que são grupos de famílias que juntam sua poupança para investir em economia solidária e em bancos comunitários”. Singer (2013, p. 1).

“Os bancos comunitários são associativos e de propriedade das comunidades de determinados municípios, e também são responsáveis por sua gestão, voltados para a geração de renda que promova a economia solidária” (SINGER, 2013, p. 1).

Conforme Singer (2013), há 103 bancos comunitários no país que “irão se multiplicar”. O sistema de produção agrícola dos assentamentos do Movimento dos

¹² RBA- Rede Brasil Atual - por Júlia Rabahie, da RBA, publicado, última modificação 29/04/2013 10:48.

Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), por meio da agricultura camponesa familiar – que produz alimentos livres de agrotóxicos –, e a experiência de 67 empresas do país, recuperadas da falência e assumidas por trabalhadores de forma autogestionária, são apontadas como experiências concretas de funcionamento exitoso da economia solidária (SINGER, 2013).

Singer (2013) explica que se enquadram no ramo da economia solidária atividades organizadas sob a forma de autogestão - forma que procura a valorização da ação humana conjunta. A economia solidária nasceu como resposta ao capitalismo industrial, que se firmou como modo de produção hegemônico depois da Revolução Industrial do século 18, e implica a reversão da lógica capitalista de exploração da mão-de-obra e dos recursos naturais.

Os bancos comunitários de desenvolvimento têm em suas ações o fomento de outra lógica de desenvolvimento, numa posição além do estabelecido da oferta do microcrédito, com compromisso local ou comunitário. Para uma melhor explicação, França Filho (2013) utiliza o pensamento de Melo Neto e Magalhães (2007 apud FRANÇA FILHO, 2013, p. 51), trata-se de

promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores.

Para uma definição de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, utilizamos a definição de França Filho (2013, p. 50):

[...] podem ser definidos como uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares de territórios com baixo índice de desenvolvimento humano. Estruturados a partir de dinâmicas associativas locais, os BCDs se apoiam em uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território. Para tanto, são articulados quatro eixos centrais de ação em seu processo de intervenção: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária. Diferentemente das práticas de microcrédito convencionais, que estão orientadas para a pessoa ou organização individual, os BCDs preocupam-se com o território ao qual pertencem, seja ele uma comunidade, um bairro ou um pequeno município. Neste sentido, os BCDs procuram investir simultaneamente na capacidade de produção, de geração de serviços e de consumo territorial. Para tanto, eles financiam e orientam a construção de empreendimentos socioprodutivos e de prestação de serviços locais, bem como o próprio consumo local. Isto porque, para além da disseminação de microcréditos com múltiplas finalidades, conforme as linhas de crédito definidas por cada banco, o seu maior objetivo e compromisso é com a construção de redes locais de economia solidária através da articulação de produtores, prestadores de serviços e consumidores locais.

A constituição de um Banco de Desenvolvimento Comunitário requer muito mais que o aporte de recursos. Torna-se indispensável à sua criação a mobilização endógena do

território. Como explica França Filho (2013), deve existir o querer da comunidade e, a partir desse desejo, inicia-se a implantação do banco. Para isso, alguns procedimentos devem estar em andamento, tais como: capital financeiro para o fundo de crédito; recurso financeiro para pagamento das despesas operacionais do banco; organização comunitária (associação, fórum, conselho, etc.) para assumir a gestão do banco; pessoas capacitadas para as funções de agente de crédito; assessoramento para assimilação da tecnologia pela comunidade.

Como traços que conferem especificidade aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, a rede brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento traz em sua visão: a) a coordenação do banco e gestão dos recursos efetuadas por uma organização comunitária; b) a utilização de linhas de microcrédito para produção e o consumo local com juros justos, que possibilitem a geração de renda e oportunidades de trabalho em toda a comunidade; c) a concessão e cobrança dos empréstimos baseadas nas relações de vizinhança ou de proximidade, impondo um controle que é muito mais social do que econômico; d) a criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local- cartão de crédito e moeda social circulante local- reconhecidos por produtores, comerciantes e consumidores como eficazes para a dinamização da economia local (FRANÇA FILHO, 2010).

Como vemos, numa lógica de economia solidária, as finanças de proximidade validam a concepção de uma outra economia com a tendência de seguir numa ordem de produção, reprodução e preservação da vida de um dado contexto territorial, desdobrando-se em reprodução das condições materiais de existência e desenvolvendo meios para a realização de propósitos humanos, socioculturais, políticos, ambientais, sem tornar-se um fim em si mesmo, como procede numa lógica de mercado, compreendendo as formas de lidar com o econômico, mesmo que seja relacionado ao Estado, ao mercado ou à própria sociedade.

Seguiremos, ainda neste capítulo, incluindo ao debate das ideias a concepção sustentável- solidária como alternativa à promoção do desenvolvimento local de forma estruturante, opção que adotamos como forma de analisar os resultados do projeto *Desperta Litoral*.

2.4 A CONCEPÇÃO SUSTENTÁVEL-SOLIDÁRIA

A concepção sustentável-solidária apresenta-se como uma alternativa de contribuição ao desenvolvimento local, buscando condições de equidade e igualdade na sociedade, em face do agravamento da problemática social resultante da concentração de renda, de capital e de poder. Segundo França Filho (2008), a defesa de uma via sustentável-solidária se dá numa plataforma onde a solidariedade permeia como elemento estruturante, podendo configurar uma economia que se baseia numa outra forma de desenvolvimento, onde princípios e valores de um mercado autorregulado não devem ocupar a centralidade das relações de troca.

Na análise que faz sobre a problemática da “crise do trabalho,” gerada pelo agravamento do desemprego, o acirramento das questões sociais, decorrentes do movimento do capitalismo contemporâneo, e as repercussões no Brasil e em outros países, na procura por alternativas de promoção ao desenvolvimento, França Filho (2011) respalda-se em vários autores (AZNAR, 1993; RIFKIN, 1995; GORZ, 1998 e 1997; CASTELS, 1995; DE MASI, 1999; LAVILLE, 1994 e 1997) e ainda Sennet (1999), quando refere-se às respostas apontadas como caminhos a seguir: a “via insercional - competitiva” e a “via sustentável-solidária” espelham duas grandes éticas, norteando formas de combate ao desemprego e de promoção ao desenvolvimento local, numa lógica da competição em oposição à cooperação.

A concepção insercional-competitiva (soluções pela inserção do econômico), como explica França Filho (2008), tem o objetivo de inserir a população desempregada nos circuitos formais da economia, apoia-se em diagnóstico sobre os motivos do desemprego, buscando formas de atender às questões de desqualificação da mão-de- obra, encontrando modos de melhoria da empregabilidade da população na economia de mercado. Nesta visão, observa-se certo desconhecimento do caráter excludente da economia de mercado, que não percebe soluções além do mercado baseado no crescimento econômico. Por outro lado, há de se observar as limitações da economia de mercado de absorver e gerar empregos, já que a oferta de trabalho acaba sendo inferior à demanda. Neste caso, apelam para a reatualização desta concepção, servindo-se de novo discurso, com ênfase no empreendedorismo e microcrédito.

Conforme França Filho (2011), as iniciativas de empreendedorismo e micro- crédito passam a ser difundidas como soluções para a crise do trabalho pelo fato de incluir os mais pobres. Ocorre a inserção de grandes bancos privados na área do microcrédito, processo

denominado bancarização dos mais pobres - um novo fenômeno na dinâmica do capitalismo contemporâneo, “a indústria da microfinança.” Mesmo diante das constatações empíricas, ainda assim as saídas individuais, como solução para o problema do desemprego, não perderam força. A defesa do empreendedorismo se mantém em aspectos que estimulam a ação de empreender (inovação, criatividade, flexibilidade, disposição, espírito de iniciativa) também a associação com a possibilidade do microcrédito, que de alguma forma é valorizado como mecanismo de democratização do crédito para os excluídos do sistema financeiro, porém há de se considerar a premente necessidade de orientação e acompanhamento de uma assistência técnica.

Já na concepção sustentável-solidária, segundo França Filho (2008), as soluções de combate à pobreza ou promoção do desenvolvimento local deixam de ser pensadas no âmbito individual, como uma possível capacidade empreendedora individual. Compreende-se que a causa da falta de trabalho relaciona-se a questões de natureza estrutural. Assim sendo, as soluções de enfrentamento precisam ser coletivas, conforme novas formas de regulação das relações econômico-sociais.

Para França Filho (2008), a superação da problemática da falta de trabalho exige uma visão territorial. Nesta, a reorganização das economias locais tem prioridade, com ênfase na concepção de rede de economia solidária. Porém, a solução não é simples, o que significa vencer desafios. Segundo o autor, é provável que, para o êxito dos processos, conjuguem-se múltiplos fatores, como arranjos institucionais, a exemplo de apoio institucional, principalmente em nível governamental, na criação e fortalecimento de uma política pública para a economia solidária que suponha construção de redes, metodologias adequadas de formação das iniciativas de rede, parcerias com instituições identificadas, participação de pessoas, grupos e entidades locais envolvidas na reconstrução do território. Outro importante fator é o marco legal ou marco regulatório das práticas de economia solidária, que, na inexistência de uma legislação apropriada no tocante à organização, como a legislação trabalhista, exige adaptações na formação das redes, que apresenta limites à proposta inovadora.

Na concretização dessa via sustentável-solidária de desenvolvimento local, é salientada por França Filho (2008) a necessidade de fortalecer as capacidades locais, impulsionadas pelo próprio processo de desenvolvimento, de gerar os processos fundamentais de interação dinâmica: a mobilização e formação; a pesquisa; o planejamento; a própria

montagem dos empreendimentos e a implantação da rede e concretização do marco legal de economia solidária. Na concepção sustentável- solidária é ressaltada a importância dos territórios e a sustentabilidade destes, ainda que, em situação socioeconômica precária, sejam valorizadas as soluções endógenas, compreendendo que cada comunidade tem as soluções de seus próprios problemas.

A mobilização dos atores no seu território, para o diálogo sobre os problemas comuns, é uma eficaz etapa na implantação das redes locais. Recomenda França Filho (2008) estimular e fortalecer as iniciativas sócio-organizativas, pois elas darão base às ações socioprodutivas que ocorrerão em outro estágio. Mais uma recomendação deste autor é valorizar os espaços públicos locais - atitude de estímulo ao associativismo ou constituição de fóruns locais que servirão de lastro para o avanço do território. A mobilização deve ser respaldada por formação e capacitação das pessoas envolvidas, dando ênfase ao aspecto pedagógico.

O desenvolvimento prático deste processo implica desafios a vencer, apontados por França Filho (2008) como: o marco legal ou marco regulatório das práticas de economia solidária; a construção prática da economia solidária em termos de gestão das suas diferentes formas de manifestação; a formação e capacitação das pessoas envolvidas em iniciativas de economia solidária; o modo específico de construção da sustentabilidade em rede de economia solidária; a mudança de mentalidade necessária em relação ao paradigma econômico convencional, que tem o desenvolvimento associado à ideia de crescimento econômico centrado no mercado.

A reorganização das economias locais, para se afirmarem ao conceito de rede de cooperação, visando ao desenvolvimento, como informa França Filho (2008), vai exigir estudos diagnósticos sobre a condição socioeconômica do território. Este procedimento favorece o conhecimento aprofundado da realidade, condição para a sua transformação e reconstrução, permitindo, a partir do resultado obtido, o planejamento da implantação de rede identificada com a sustentabilidade territorial. Para esse autor, a rede de economia solidária é formada pela associação ou articulação de empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária com o objetivo de formar circuitos próprios de relações econômicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos para garantia da sustentabilidade dos empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária. Isso fortalece o potencial endógeno do território, promovendo o seu processo de desenvolvimento. Nesta construção, é essencial a reunião das

novas iniciativas com o que já existe como economia local; a mobilização dos atores em prol de um pacto territorial novo.

Conforme França Filho (2008), as práticas de finanças solidárias ou de proximidade, como o banco comunitário de desenvolvimento ou mesmo o fundo rotativo solidário, são iniciativas fomentadoras dessas redes. Iniciativas de fóruns econômicos e fóruns de desenvolvimento comunitário funcionam neste processo como pactos e arranjos sustentáveis-solidários de desenvolvimento.

O conceito de rede de economia solidária, como estratégia de cooperação com o objetivo de promover o desenvolvimento local, é trazido pelos autores França Filho e Laville (2004 apud FRANÇA FILHO, 2008, p. 223-224) deste modo:

Uma outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativista, oriundas da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam o seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias socioprodutivas autônomas e, em alguns casos, fortemente baseadas em relações não monetarizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias com os poderes públicos. As formas assumidas por esta economia também variam de acordo com as diferentes regiões e países: de cooperativas de produção e prestação de serviços, passando por bancos comunitários, clubes de trocas e associações de serviços em países latino-americanos, até as cooperativas sociais, as sociedades cooperativas de interesse público, as empresas sociais, ou os sistemas de trocas locais, entre outros, em países europeus.

Conforme França Filho (2008), a tipologia da rede de economia solidária expressa-se nas modalidades:

- transterritorial - articulação de vários empreendimentos, atuando numa cadeia produtiva de determinado produto. Pode envolver também acordos e contratos bilaterais ou multilaterais com iniciativas ou organizações com diferentes áreas de atuação, a exemplo do comércio justo. Há a possibilidade de articulação de empreendimentos de uma mesma natureza com experiências compartilhadas quanto a princípios, saberes e funcionamento próprio, sendo preservada a autonomia da organização individual, decorrente de circunstâncias particulares, por exemplo, a rede brasileira de bancos comunitários;
- territorial - uma rede de economia solidária envolvendo, numa mesma base territorial, articulação de empreendimentos com diferentes âmbitos de atuação, a exemplo do comércio justo, produção autogestionária e serviços locais. Esta

modalidade inclui articulação entre iniciativas de distintas naturezas - socioeconômicas, sociopolíticas, socioculturais e socioambientais, envolvendo articulações com a economia local, tanto a preexistente como a estabelecida;

- mista - refere-as à dimensão territorial, envolvendo parcerias e articulações transterritoriais. Há uma tendência das redes locais à condição mista, pelo fato da experiência não ser limitada a um âmbito geográfico específico, o que facilita a sustentabilidade da própria rede, embora seja significativo na economia solidária o fortalecimento da economia local inicialmente.

As redes de economia solidária funcionam como estratégias para o desenvolvimento. A eficácia de uma via sustentável-solidária pressupõe a visão paradigmática do fato econômico, o seu funcionamento, e a necessidade de ressignificação do agir econômico na sociedade. Para compreender o fundamento desta concepção, é preciso assumir outra visão, que se dá pela redefinição da economia, numa forma plural, diversa. França Filho (2008) refere-se às noções de hibridação de economias, combinando lógicas diversas econômicas de um lado e a noção conjunta de construção da oferta e da demanda do outro - uma compreensão da natureza singular das práticas de rede de economia solidária, traduzida na desconstrução da concepção do fato econômico como símbolo da noção de mercado ou troca mercantil.

A noção de economia plural, adotada como definição substantiva de economia, tem a peculiaridade de admitir uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas. Segundo França Filho (2008), esta noção nos faz perceber o real funcionamento da economia, também favorece a ampliação do olhar sobre o econômico para além de uma visão dominante, que reduz o seu significado à ideia de economia de mercado, permitindo perceber as singularidades comuns às práticas de economia solidárias, tais como:

- a possibilidade de pensar essas práticas como projeção no nível micro ou mesossocial do conceito macrossocial de economia plural;
- a possibilidade de enxergar a economia solidária como articulação inédita das três formas de economia: economia mercantil - princípio do mercado autorregulado; economia não mercantil - princípio da redistribuição; economia não monetária - princípio da reciprocidade, configurando-se como outro modo de instituir o ato econômico;

- a possibilidade de pensar as práticas da economia solidária como modos de gestão de diferentes lógicas em tensão nas dinâmicas organizativas. Nesse caso, evidencia-se o desafio da procura do equilíbrio necessário à sustentabilidade das práticas, tendo em vista a tensão dessas lógicas.

Como desafio à combinação e equilíbrio dessas lógicas, França Filho (2008) chama atenção para uma vocação da economia, definindo-a como construção conjunta da oferta e da demanda; compreendida como pressuposto da economia solidária enquanto iniciativas de caráter associativo ou cooperativista, onde moradores de determinado contexto territorial empenham-se no fomento de atividades socioeconômicas, buscando a solução de problemas públicos referentes ao seu cotidiano. Nesta circunstância, as atividades ou ofertas de serviços efetivadas resultam de demandas verdadeiras, sentidas em suas localidades. Esta economia provoca no território um circuito integrado de relações socioeconômicas, conjugando produtores e/ou prestadores de serviço a consumidores e/ou usuários de serviços, numa lógica de economia solidária.

Nesta economia, portanto, a oferta e a demanda, como entidades abstratas que têm vocação de se harmonizar com o mercado autorregulado, deixam de ter sentido. Nesta lógica, o mesmo ocorre com a competição, a falta da razão de ser, em decorrência do objetivo da rede ser a ruptura com o processo habitual, conforme os regimes de mercado autorregulado. Como explica França Filho (2008), a produção e o consumo, em meio às consequências de conotação social e o estímulo a produtores e consumidores (ou prestadores de serviços e usuários) à livre associação, firmam o conceito de “prosumidores”. Esta economia de “prosumidores” é regulada pelos debates públicos em espaço associativo - uma prática de democracia local que possibilita aos moradores planejarem e decidirem sobre a criação de atividades socioeconômicas de oferta de produtos e/ou serviços de acordo com as demandas efetivas identificadas pelos mesmos.

Para França Filho (2008), o efeito desta economia estimulada tem como principal característica a construção conjunta da oferta e da demanda, que supõe uma articulação entre as dimensões socioeconômica e sociopolítica, em razão das atividades socioprodutivas configurarem-se como ação pública. Trata-se de moradores de um determinado território que debatem e decidem soluções para problemas comuns, exercendo papel político em espaços públicos que se configuram de pertencimento da comunidade por tais problemas ocorrerem

em seus territórios. As experiências conjuntas de oferta e demanda, na prática, significam muito mais que a vocação da economia solidária, pois estas não são comuns e surgem mais frequentemente nas experiências de redes locais de economia solidária, principalmente quando enraizadas num território, abraçando uma cadeia produtiva ou ainda na oferta de serviços e/ou produtos que a comunidade demanda.

A título de mais esclarecimentos sobre a temática, França Filho (2008) apresenta quatro tipos de reducionismo de visão, que, na falta de entendimento, compromete a análise teórica:

- A irredutibilidade da ideia de organização à de empresa mercantil - tendência a assimilar a iniciativa da organização produtiva no mesmo conceito de empreendimento lucrativo com fins utilitários. Esta visão dificulta as possibilidades de ações coletivas com a finalidade produtiva e propósitos de atividades econômicas sem fins de acumulação privada, ou seja, em benefício de grupos e comunidades territoriais. Nessa condição há de se ampliar o conceito de organização produtiva para além da norma capitalista, redefinindo parâmetros de gestão de desenvolvimento e institucionalização autogestionárias.
- A irredutibilidade da ideia de economia à de troca mercantil- superação da maneira de pensar a economia pela lógica utilitarista de mercado. Nesse reducionismo dificulta-se a compreensão do que seja o ato econômico e o sentido de produzir e distribuir riquezas. Uma visão de superação permite instituir uma economia que tem a solidariedade no centro das atividades produtivas.
- A irredutibilidade da ideia de política à de Estado – esse reducionismo separa a política da sociedade das práticas cotidianas dos cidadãos em seus territórios, como se o *locus* adequado fosse exclusivamente as estruturas de Estado. A visão defendida aqui é a de uma economia não como um fim em si mesma, numa lógica de mercado, mas como meio a serviço de finalidades sociais, políticas, culturais, ambientais, etc. São atividades econômicas concebidas por iniciativas organizadas para a resolução de problemas públicos concretos num determinado território. Essas iniciativas são observadas como ação pública, uma forma de exercício político da própria sociedade, pois tais iniciativas respondem a certos problemas públicos vividos coletivamente num dado contexto territorial. Funcionam como

fomento de uma política do cotidiano que estimula os cidadãos a agir, intervir na realidade.

- Irredutibilidade da ação humana à de ação interessada - visão complexa do humano, ser simbólico, dotado de valores, comportamento marcado por condição de imprevisibilidade e incerteza, impelido por vezes a condutas utilitárias, contudo há de se ter cuidado nessas considerações às condutas humanas, ao se tratar da seara da economia solidária.

Quanto ao potencial da via sustentável-solidária, como espaço e opção de sobrepor-se ao problema da ausência de trabalho, França Filho (2008) argumenta:

- a) A ideia de uma via sustentável- solidária não exclui a dinâmica e lógica do mercado, que se mantém no espaço que lhe cabe na agenda de desenvolvimento, mas exige pensar a economia de uma forma plural, permeando diferentes iniciativas e institucionalidades conforme regulação econômico-social de uma sociedade.
- b) É dada ênfase a uma visão de sustentabilidade, os circuitos de relações de comercialização e consumo questionam a competitividade como propulsora do desenvolvimento. Dessa forma, prioriza-se a abordagem da intervenção territorial no sentido de reorganizar as economias locais.
- c) Nesta via, as relações da sociabilidade nos territórios são priorizadas, com o objetivo de fortalecimento e/ou reconstrução, atentando para as diversas dimensões que constituem a vida das pessoas no tocante a aspectos além do econômico, quais sejam: formas de auto-organização político-associativa (dimensão sociopolítica); o resgate e afirmação de sentimentos de pertença e identidade local (dimensão sociocultural); a preservação ambiental e busca de soluções tecnológicas adequadas ao seu meio ambiente e que sejam apropriadas por todos (dimensão socioambiental).

Entre as contribuições relacionados a esse tema, concluímos com a inspiração de Sewell (1983 apud FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004), baseada na dimensão fraterna do “viver em conjunto”. Numa visão para além do utilitarismo, a demanda de se definir o laço social moderno, donde Leroux (1841 apud FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004 p. 42) constrói a noção de solidariedade: “A natureza não criou nenhum ser para ele próprio [...] ela

os criou uns para os outros e colocou entre eles uma solidariedade recíproca. Através desta, apenas pelo fato de os homens existirem e terem entre si relações, a sociedade existe” (p. 42).

No capítulo a seguir, estaremos desenvolvendo a temática sobre o desenvolvimento local como subsídio aos nossos objetivos, que propõem uma avaliação dos resultados do projeto *Desperta Litoral*, analisando as contribuições ao desenvolvimento local sustentável-solidário na Costa dos Coqueiros, Litoral Norte da Bahia.

3 DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Neste capítulo apresentamos pensamentos de diferentes autores, como Oliveira (2002); Zapata (2011); Dowbor (2006); Sachs (2003); Santos (1997); Koga (2011); Silva e Silva (2003); Lopes e Tenório (2011); França Filho e Santana Júnior (2013), entre outros, que servirão de base à configuração de análise que faremos do projeto *Desperta Litoral* - contribuições à temática do desenvolvimento local sustentável-solidário na Costa dos Coqueiros.

De acordo com Koga (2011, p. 26),

está mais do que patente que a justiça social está além da ótica da economia. É preciso que o desenvolvimento seja social, participativo, sustentável, preservacionista como defensor do meio ambiente e alicerçador de novas condições de cidadania e dignidade.

Com base em nosso propósito de fazer uma avaliação dos resultados do projeto *Desperta Litoral* e, a partir destes, uma análise das contribuições do projeto para o desenvolvimento local numa lógica sustentável- solidária, faz-se necessária a compreensão do termo desenvolvimento.

Há muito tempo o termo foi assimilado à noção de desenvolvimento econômico. Conforme Oliveira (2002), no discurso dominante atual, vem sendo substituído por crescimento. Dessa forma, impede-se certa impregnação qualitativa da noção anterior. A discussão, no campo semântico, entre o terreno da política e o da hegemonia ideológica requer compreensão. A ONU vem fazendo um trabalho no sentido de recuperar a carga semântica do termo, com o índice de “desenvolvimento humano”, onde as dimensões qualitativas adquirem preponderância.

Assim, o desenvolvimento local, em âmbitos restritos, corresponderia a noção de desenvolvimento humano, se analisado o termo conforme proposta da ONU. Numa noção de desenvolvimento humano que consta da satisfação de um conjunto de requisitos de bem-estar e de qualidade de vida, como explicado por Oliveira (2002), faltaria o acréscimo de algumas dimensões decisivas ao conceito, como a especificidade histórica. Não-desenvolvimento local significa subdesenvolvimento, próprio à periferia do capitalismo. Tal afirmação traz consequências teóricas e práticas que podem ser explicitadas: o desenvolvimento local não

será o elo numa cadeia de desenvolvimento total; ou é concebido como alternativa ou reproduzirá a forma estrutural.

A cidadania é outra dimensão - esta não é passível de ser mensurada apenas pelo procedimento de atribuir pontos ao que se quer medir. Conforme Oliveira (2002), a cidadania como um “estado de espírito” não pode ser mensurada, é irredutível à quantificação. As condições de qualidade de vida e bem-estar são direitos dos cidadãos, mas não podem ser sinônimos de cidadania. Uma interpretação economicista desconsidera como cidadãos aqueles que não apresentam meios materiais de bem-estar e qualidade de vida. O mesmo sentido aplica-se à política, pois é por meio dela que os cidadãos lutam pela qualidade de vida e bem-estar. O autor lembra Marshall, referindo-se ao percurso dos direitos civis e políticos até os sociais, denominados de 3ª geração, ampliando-se hoje para os direitos difusos, onde o sujeito não é mais particular, e sim coletivo, com ênfase na cidadania e nos direitos ambientais.

Segundo Oliveira (2002), a tentativa de mensuração da cidadania, vista como qualidade do desenvolvimento local, deve ser afastada, pois terá o significado de acumulação de bem-estar e qualidade de vida em âmbitos restritos. A noção de cidadania que deve nortear a tentativa de mensurar os processos e estoques de bem-estar e qualidade de vida sintoniza-se com o indivíduo autônomo, crítico, reflexivo. Diferentemente da conotação coletiva indivíduo-massa, trata-se de uma aquisição por meio do conflito. Na concepção neoliberal, cidadania tem sentido de não-conflito, de harmonia, de paz social. Neste contexto, programa-se o discurso sobre desenvolvimento local como paradigma alternativo à sociedade de conflitos. O autor refere-se a esta situação como um “emplastro” ¹³ com o poder de curar as mazelas de uma sociedade desumana - uma apologia a comunidades harmoniosas.

Para Oliveira (2002, p. 13), “o desenvolvimento local é uma noção polissêmica, e necessariamente comporta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerce a cidadania; qualquer tentativa, pois, de transformá-la em modelos paradigmáticos está fadada ao fracasso”. Como primeira dimensão substantiva do desenvolvimento local, refere-se à condição efetiva de participação da cidadania denominada de “governo local”, trata-se de um resgate pela insuficiência da democracia representativa de compensar a distância entre governo e governados nos parâmetros modernos. O segundo contraste para o desenvolvimento local relaciona-se à atuação de corrigir a tendência de concentração

¹³ Medicamento que, ao amolecer com o calor, adere ao corpo.

relacionada ao processo capitalista em nível macro, como que entrelacem a concentração econômica com a concentraçõespacial (OLIVEIRA, 2002).

O terceiro contraste se dá entre a globalização e o desenvolvimento local, ressalta Oliveira (2002), com o entrelaçamento das concentrações de poder econômica e espacial, resultando da conjunção uma ideia de “olho do furacão.” Não estaria o desenvolvimento local em contradição com a globalização, passando a ideia de ser um de seus círculos concêntricos? Esta tendência está expressa na teoria das “cidades globais”. “As cidades globais formam uma rede cuja integração se realiza no plano molecular-digital, desintegrada” (BORJA; SASSEN apud OLIVEIRA, 2002).

Uma nova forma de pensar o desenvolvimento é apresentada por Zapata (2011), buscando demonstrar como, numa abordagem territorial com base teórica para a ação de fazer, suceder uma História a partir do território, com a primazia do desenvolvimento humano. - um processo que garante a ampliação do leque de opções e oportunidades das pessoas, pois tem, como principal fundamento do desenvolvimento humano, o universalismo do direito à vida, cujo paradigma do desenvolvimento humano sustentável é o mesmo dos valores da própria vida humana. Baseado neste paradigma, o modelo de desenvolvimento local vai exigir mais cooperação e equidade a partir do capital humano e da capacidade de organização do território.

As primeiras experiências de desenvolvimento local no mundo, de acordo com Zapata (2011), ocorreram na década de 70, em decorrência da crise do modelo capitalista e da falência do modelo de desenvolvimento fordista, evidenciado pela produção em grande escala. No Brasil, na segunda metade dos anos 90, amplia-se o debate e, a partir de 2000, o local passa a ter visibilidade como espaço de construção social, valorizando-se o saber, a cultura e a forma de pensar das pessoas, bem como o território e as suas potencialidades. O processo de globalização dialeticamente estimulou a revalorização do local.

Em contraponto ao global, o local se redimensiona e é ressaltada a importância de se valorizar os recursos e a identidade dos territórios. Assim o local assume o papel de inspirador de ações dos atores locais, no sentido de se buscar novos arranjos socioeconômicos, ancorados na busca da sustentabilidade, a partir de estratégias alternativas de desenvolvimento produtivo do território, construindo espaços de formulação e gestão de políticas públicas, desenvolvendo uma cidadania mais participativa e a reconstrução do tecido social sob novas bases (ZAPATA, 2000 apud ZAPATA, 2011, p. 13).

Zapata (2011) explica que o espaço local é composto de recursos humanos, econômicos, culturais e institucionais, forma ambiente favorável às transformações sociais e à construção do desenvolvimento endógeno. Este espaço encontra-se mais próximo das pessoas e é onde se estabelecem os vínculos econômicos, políticos, sociais e culturais e de onde podem emergir as estratégias de busca do seu desenvolvimento. Os atores protagonistas do desenvolvimento do território têm a intencionalidade de promover as mudanças sociais. Nesta perspectiva, o desenvolvimento é pensado de baixo para cima, numa formação de capital social, redes e arranjos produtivos, reforçando o tecido das micro e pequenas empresas. O empoderamento e fortalecimento da comunidade compreendem o papel do local e os valores agregados, como autonomia, pluralismo, solidariedade, equidade e respeito ao meio ambiente.

Num mesmo entendimento, Boisier (apud FERRAZ E SHIMBO, 2008) atenta para o conceito de desenvolvimento local, relacionado à endogenia, a partir da compreensão da importância que a sociedade e suas relações sociais internas têm no processo de desenvolvimento do território em que se localiza. É a sociedade, com suas formas locais de solidariedade, integração social e cooperação, o principal agente da modernização e da transformação socioeconômica de uma região. Dessa forma, é por meio da sociedade que se dá a liderança e a realização do seu próprio processo de desenvolvimento, dada a condição de mobilizar os fatores produtivos disponíveis em seu território com a adoção de valores e de instituições locais como agentes de comunicação e operacionalização do processo. Assim, o desenvolvimento está intrinsecamente vinculado às características dos arranjos sociais e relações cívicas próprias de uma localidade.

Zapata (2011, p. 17) conceitua desenvolvimento local como:

processo intencional e orgânico, um fenômeno humano, portanto não padronizado. Envolve os valores e os comportamentos dos participantes. Suscita práticas imaginativas, atitudes inovadoras, espírito empreendedor. Conclama a adoção de parcerias para mobilizar os recursos e as energias. Isso aponta para diferentes caminhos, segundo as características e capacidade de cada economia e de cada comunidade.

Entre as vertentes do desenvolvimento local, Zapata (2011) refere-se à construção do capital social como fomento adequado aos micro e pequenos empreendimentos, à construção de uma nova governança local por meio da cooperação e da pactuação de atores em um projeto coletivo estratégico. O desenvolvimento sustentável e o protagonismo local vinculam-se ao reconhecimento e valorização das potencialidades e redes socioprodutivas a serem ativadas em cada território. A concepção do “local” como construção social compreende uma

trama produtiva, social e cognitiva, uma cultura em rede e um encontro entre lugares e fluxos. O território é assim um ator real, espaço de sujeitos sociais podendo realizar a gestão do seu desenvolvimento. Um espaço de fomento à ação coletiva.

Nos processos de desenvolvimento local com sustentabilidade de baixo para cima, são vistos por Zapata (2011) como importantes os seguintes aspectos: ampliação e consolidação da democracia e reestruturação dos sistemas políticos; novo pacto social, com estímulo e fortalecimento dos processos de participação; justiça social (garantia dos direitos humanos, sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais); igualdade de oportunidades e acesso democrático ao conhecimento e à informação; equidade e equilíbrio global interdependente, desenvolvendo estruturas de representatividade e instrumentos jurídicos de controle e gestão social e regional, nacional e mundial; geração de novas formas públicas e globais de investimentos sociais; articulação do espaço-nação para um desenvolvimento socioterritorial.

Na visão de Dowbor Ladislau (2006, p. 4), “[...] o contexto institucional das iniciativas de desenvolvimento local está simplesmente desatualizado; em alguns lugares ou instâncias, nunca existiu; em outras, ainda atrapalha.[...]” “as forças que se articulam para fazer funcionar estas pequenas iniciativas pertencem a um espaço geográfico concreto e, na maioria dos casos, a uma cidade, a um bairro ou a um território onde o conhecimento direto entre os atores permite articulações criativas”.

Toynbee (1974 apud SACHS, 2003) previu que o avanço das técnicas de comunicação nos levaria simultaneamente a experimentar três esferas culturais: a local, na qual estamos fixados; a global, e a eletiva, formada por associações voluntárias de pessoas espalhadas pelo mundo, porém unidas por afinidades e interesses compartilhados. O local e o cotidiano simbolizam a nossa realidade, onde constatamos a representatividade de desenvolvimento ou não. Neste plano ocorre a participação de atores diversos, como trabalhadores, empresários, poderes públicos e o terceiro setor.

Neste patamar, buscam-se as soluções para os conflitos, negociam-se compromissos e constroem-se sinergias. Desse ambiente provêm as iniciativas e inovações, os arranjos produtivos locais, os encadeamentos das atividades exercidas. Conforme Sachs (2003), no plano local, realizam-se as cinco eficiências: a alocativa, a inovativa, a de pleno emprego de todos os recursos, a social e a ecoeficiência. Pensar o desenvolvimento, em termos territoriais, define horizontalmente todas as dimensões verticais que nos levam às cadeias produtivas e a outros territórios (SACHS, 2003).

Para Santos (1997), as palavras horizontais e verticais têm uma antiga presença na geografia. Para Jong (1962 apud SANTOS, 1997, p. 233), são dois os tipos de diferenciação geográfica: “a integração das coisas e dos respectivos fenômenos em um ponto qualquer da superfície da Terra”, denominada de inter-relação vertical, e as “relações entre coisas e seus fenômenos em pontos ou lugares diversos no mundo, fundadas em sua localização relativa”, chamadas de integração horizontal. Há uma tendência à união vertical dos lugares. Disponibilizam-se créditos internacionais a países e regiões mais pobres para permitir o estabelecimento das redes a serviço do grande capital. Pela união vertical, os vetores de modernização trazem desordens aos subespaços, onde se instalam e criam ordem em benefício próprio, sobrevivendo à custa de normas rígidas. Porém os lugares podem se refortalecer horizontalmente, num processo de reconstrução das ações locais constituídas, numa base de vida abrangendo a coesão da sociedade civil em favor do interesse coletivo.

Sachs (2003) propõe algumas reflexões para a concretização do desenvolvimento do território. Como superar o imediatismo, até então entendido, diante da problemática social? Como compreender o demasiado prazo para atender à dimensão ambiental ecológica? Como excluir as formas predatórias de uso do solo e outros recursos naturais, diminuir o consumo de energias fósseis e minorar a poluição? Como utilizar o Zoneamento Ecológico-Econômico e subordinar o desenvolvimento agrícola aos preceitos da agroecologia? A construção das estratégias territoriais de desenvolvimento deve ser formada em instrumento da concretização das normas de desenvolvimento sustentável, tanto no meio rural como no meio urbano.

Koga (2011) reporta-se ao território como chão do exercício da cidadania. Segundo ela, por meio da cidadania, se configura a vida ativa no território, onde as relações sociais de vizinhança, de solidariedade e de poder concretizam-se. A autora explica que também no território se evidenciam as desigualdades sociais entre os cidadãos, onde as diferenças se apresentam nas condições de vida dos moradores de uma mesma localidade - a presença/ausência dos serviços públicos e a qualidade de seus serviços são identificados e sentidos. Portanto, nas condições de vida das pessoas, é expressado o direito a ter direito, que pode ser negado, abnegado ou reivindicado.

As principais tendências atuais sobre a questão território e desenvolvimento, valorizando a organização social e as escalas locais e regionais, podem ser classificadas em dois grupos: aqueles que não veem significado nas questões de desenvolvimento, julgando uma utopia, considerando a globalização e o “triunfalismo do mercado”, reforçando a

concentração territorial (EDWARDS, 1989; KURZ, 1992; LATOUCHE, 1995 apud, SILVA E SILVA, 2003) e aqueles que, mesmo diante dos mecanismos de fragmentação, consideram uma semi-utopia, tendo em vista a internacionalização do capital, a revolução científica e tecnológica pela reforma dos aparelhos de Estado, resultando em desregulamentação e privatização e as demandas da sociedade civil, organizada sobre bases territoriais (ESCOBAR, 1992, 1995; CRUSH, 1995; PEET; Watts, 1996 apud SILVA E SILVA, 2003).

As ideias sobre territorialidade e desenvolvimento devem ser reavaliadas, assim como suas relações. Para Silva e Silva (2003), devem ser observadas novas territorialidades nos aspectos de coesão e solidariedade, com prioridades para o futuro nas diferentes escalas (nacional, regional e local) e tendo em vista os processos de globalização. Os novos conceitos de desenvolvimento devem ser revistos, diferenciando de concepções superadas e conceitos de crescimento e de progresso (SOUZA, 1995, 1997; PEET; WATTS, 1996; HAVEY, 1996; ADELMAN; MORRIS, 1997; YAPA, 1996 apud SILVA E SILVA, 2003).

A relação territorialidade-desenvolvimento com a questão ambiental deve ser buscada pela dinâmica social presente em movimentos estruturados em bases territoriais (locais, regionais, nacionais). Segundo Silva e Silva (2003), a gestão da relação território e desenvolvimento apresenta-se como uma importante característica da territorialidade. Há uma tendência a constituir-se numa territorialidade politicamente organizada por objetivos comuns. Historicamente apresenta a valorização de fatores exógenos; em seguida, a revalorização dos fatores endógenos e, em tempos atuais, a combinação dos dois. Há que diferenciar, em termos analíticos, os dois fatores, observando, na sobreposição, de onde veio o processo de mudança e a decorrência de outros fatores. Os desafios serão compreendidos a partir do estudo de resiliência dos territórios aos impactos da globalização mediante movimentos de coesão e solidariedade por objetivos comuns.

Para atender à nossa demanda sobre a temática da sustentabilidade, buscamos a definição de Capra (2001 apud LOPES e TENÓRIO, 2011, p.73) “como a capacidade de uma sociedade projetar o seu desenvolvimento de tal maneira que seu modo de vida, sua economia, suas instituições, sua tecnologia, não interfiram na inerente habilidade da natureza de manter a teia da vida.” Lopes e Tenório (2011, p. 76) também formulam seu conceito sobre sustentabilidade como “princípio de atuação de uma sociedade que mantém as características necessárias para um sistema social justo, ambientalmente equilibrado e economicamente

próspero por um período de tempo longo e indefinido”. Assim sendo, atende as gerações presentes e futuras.

Tal definição contém as dimensões econômico-financeira, a social e a ambiental, que correspondem a específicos valores produzidos pela atividade humana. Essas dimensões funcionam como eixos articuladores de valores. Esses vêm sendo mensurados por muito tempo com base em indicadores que auxiliam nas análises e tomadas de decisões sobre políticas públicas. A iniciativa de pesquisadores, em 1996, na Itália, para revisar dados sobre as iniciativas de avaliação de sustentabilidade, deu origem a um documento que serve como guia para avaliação de atividades, a escolha e interpretação de indicadores até a comunicação dos resultados (BELLEN, 2005 apud LOPES e TENÓRIO, 2011).

Conforme Bellen (2005 apud LOPES e TENÓRIO, 2011, p. 77), são:

10 princípios que servem como orientação para avaliar e melhorar a escolha, utilização, interpretação e comunicação de indicadores. Eles foram formulados com a intenção de serem usados na implementação de projetos de avaliação de iniciativas de desenvolvimento, do nível comunitário até experiências internacionais, passando pelos níveis intermediários.

Explicam Lopes e Tenório (2011), sobre o termo “indicador”, originário do latim *indicare*, definido como apontar, anunciar, estimar, que os indicadores podem expressar informação sobre o progresso de uma determinada meta, também funcionam como recursos que possibilitam observar tendência ou fenômeno que ainda não tenha sido detectável. Os indicadores não devem ser considerados como modelos absolutos, pois são construídos pelos atores que participam dos processos sociais, daí porque não são neutros, mas trazem volume de aspectos ideológicos. Têm como principal função a permissão de leitura e aproximação da realidade, sendo necessário simplicidade, clareza e objetividade para que possam contribuir na tomada de decisão (LOPES e TENÓRIO, 2011).

No indicador, segundo Lopes e Tenório (2011), existem as variáveis que o integram, que significam a representação operacional de um atributo do sistema. Quanto mais se apresentar próxima ao atributo, contará com mais reflexão da realidade, sendo mais forte indicador de tomada de decisão. Considerando a sustentabilidade que amplia a projeção de futuro, os indicadores podem antecipar tendências, resultando em “melhoria dos processos”. Conforme Bellen (2005 apud LOPES e TENÓRIO, 2005), há vários termos que equivalem ao de indicador, a exemplo de sinal, sintoma, diagnóstico, informação, dado, medida. Os indicadores funcionam como ferramentas de mudança, de aprendizado e de propaganda. São

apresentados nesta ordem: sigla do indicador, nome, país de origem, ano de surgimento, objetivo e resultado.

Estaremos realizando uma breve apresentação das dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade, conforme foi esquematizado pelos autores Lopes e Tenório (2011), pela relevância que essa temática tem para nosso projeto-dissertação de avaliação de resultados, que analisará as contribuições do projeto *Desperta Litoral* ao desenvolvimento local, sustentável solidário na Costa dos Coqueiros. A dimensão econômica nos faz reportar às nossas origens, quando as atividades humanas visavam à satisfação das necessidades, logo, ao serem atendidas as demandas, o resultado era zero, não havendo excedente. A partir do momento em que houve a produção de mais valores que os necessários, surgiu o excedente, havendo, por conseguinte, a necessidade de organizar, controlar e planejar sua utilização.

Segundo Lopes e Tenório (2011), essa dimensão constitui um valor em si, expresso pela conjugação do trabalho como energia social que transforma em riqueza social os valores de riqueza da natureza para satisfação das necessidades humanas. A partir da ação do ser humano, a natureza é humanizada, valorada, útil. Na atividade humana, utilizando-se da matéria-prima, o homem objetiva-se na natureza, com valor não apenas de uso, pelo seu trabalho. Neste processo de criação de valor, surge novo valor sobre o antigo, um novo componente, segundo Marx, o capital, a coisa produzida (a mercadoria). Conforme Louette (2009, apud LOPES e TENÓRIO, 2011), nosso sentimento de impotência, em relação às dinâmicas econômicas, vem de que não se tem instrumentos para saber sobre as contribuições das atividades humanas para o bem-estar coletivo.

A dimensão social da sustentabilidade está presente desde o princípio da vida humana na Terra, já que os homens associam-se para produzir os meios necessários à sua sobrevivência. Carente, com necessidades, o ser humano experimenta a relação de dependência com outros seres humanos e com a natureza. O ato de viver é fundamental aos indivíduos - comer, beber, abrigar-se, vestir-se, reproduzir-se (IANNI, 1984, apud COELHO e TENÓRIO, 2011). Ao associarem-se para dar conta de satisfazer certas necessidades, os homens passam a criar outras. Neste movimento, criam-se a si mesmos como seres sociais, motivam a união de vários indivíduos para desenvolverem um esforço concentrado. Aspectos como carência, atividade e a dependência recíproca são a melhor forma de caracterizar a dimensão social da sustentabilidade. Assim, os homens agem para satisfação das suas

necessidades, porém não o fazem isoladamente. Nesta ação coletiva, criam a sociedade, mas dependem dela para continuarem existindo (LOPES e TENÓRIO, 2011).

Na dimensão ambiental da sustentabilidade, percebemos que os homens retiram da natureza os bens necessários à satisfação de suas necessidades. Com esta ação, criam uma espécie de simbiose, de interdependência e de complementaridade entre o ambiente natural e o ambiente humano. Engels (1979 apud LOPES e TENÓRIO, 2011) compara as formas de relação do homem e demais animais com a natureza, apresentando a similitude de que ambos modificam a natureza com suas atividades. Essas alterações produzidas no ambiente atuam sobre elementos causais, transformando-os, razão pela qual na natureza as coisas não acontecem isoladamente.

O Relatório Brundtland, fruto da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, na Noruega, elaborou o documento, “Nosso Futuro Comum”, que traz, como definição de sustentabilidade, “o cuidado para além dos limites do impacto da atividade econômica no meio ambiente, relacionando o desenvolvimento também com a qualidade de vida e de bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura” (COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991 apud LOPES E TENÓRIO, 2011). Formou-se o tripé onde se apoia o conceito de desenvolvimento sustentável: atividade econômica, meio ambiente e bem-estar social - conhecido triângulo da sustentabilidade (LOPES e TENÓRIO, 2011).

França Filho e Santana Júnior (2013) apresentam ideias e práticas de desenvolvimento local. Referem-se a inquietações decorrentes das tradições das políticas desenvolvimentistas que, não atingindo o bem-estar social, apontam o desenvolvimento local como solução aos problemas oriundos da ideia de desenvolvimento. A importância desse conceito, no seu aspecto teórico-prático, ganha certa complexidade, visto que alterna aprovação e receio. Porém, assume a condição de abrigo e solução, inspirando variados processos de intervenção em diferentes modalidades, o que favorece o conceito de desenvolvimento local transferir o foco de atenção na resolução dos problemas públicos para o território, ainda que se mantendo a questão ou problema do agir no território.

Os mesmos autores reportam-se às experiências de desenvolvimento local de iniciativa do governo, baseadas em dinâmica mercantil, em que se aposta no êxito destas - fenômeno denominado de empresarização (SOLÉ, 2004 apud FRANÇA FILHO e SANTANA JÚNIOR, 2013), mesmo tratando-se de iniciativas associativas e cooperativas. Referem-se à

contraposição da visão de desenvolvimento local quanto às dinâmicas de empresarização. Segundo Gallichio e Camejo (2005 apud FRANÇA FILHO e SANTANA JÚNIOR, 2013), o desenvolvimento local é entendido como um ambicioso processo que envolve tempo, recursos humanos e econômicos; que se constrói em etapas quanto ao território e articulação com o global. Distingue-se de outras práticas que não exigem processos de longo prazo, podendo ocorrer a não-modificação substancial das formas de implementação e sustentabilidade de processos. Busca-se a valorização do modo de agir no desenvolvimento local, numa perspectiva de equilíbrio das várias dimensões que integram a vida num território.

A economia solidária, como prática que promove o desenvolvimento local, inspira em análise uma nova concepção da sustentabilidade. Segundo França Filho e Santana Júnior (2013), parte-se do pressuposto de que a economia solidária, como iniciativa de ordem associativa ou cooperativista, aproxima moradores de um contexto territorial motivados pela resolução de problemas públicos que dizem respeito às suas reais condições de vida. A partir da organização de atividades socioeconômicas oriundas daquela realidade local, passa a estimular no território um circuito integrado de relações socioeconômicas, reunindo produtores e/ou prestadores de serviços em articulação com consumidores e/ou usuários de serviço, caracterizando uma lógica de rede de economia solidária.

Mas, como se configura a sustentabilidade no desenvolvimento local/territorial?

Para França Filho e Santana Júnior (2013), se faz necessário compreender de que forma aplicar a ideia da sustentabilidade. No território, a sustentabilidade não pode ser avaliada conforme critérios de economicidade, dando enfoque especial aos aspectos da rentabilidade financeira dos empreendimentos produtivos. Faz jus uma redefinição da ideia de sustentabilidade, adotando-se um critério relacionado à promoção de uma articulação entre os diversos aspectos da vida em um dado território, tendo em conta, principalmente, as dimensões econômica, social, política, cultural e ambiental.

O valor da dimensão econômica é reconhecido, porém não a ponto de ter a absoluta centralidade no processo de desenvolvimento. Os autores França Filho e Santana Júnior (2013) explicam que a sustentabilidade passa pela afirmação das demais dimensões da vida num território, a exemplo da história, da identidade e, assim, por várias outras, que constituem o tecido da vida social das pessoas. Então não há como desvencilhar a relação dessas dimensões na dinâmica da vida dos habitantes do território. Assim, a sustentabilidade no território deve ser compreendida considerando o conjunto das dimensões. A avaliação da

sustentabilidade, com vistas a cada dimensão no território, tem dupla importância: de um lado, aprofunda-se a compreensão do desenvolvimento local, levando em conta as facetas, as dimensões; de outro, traz um conhecimento mais preciso sobre os diferentes graus do desenvolvimento local nos territórios. Conforme estes mesmos autores, o grau de desenvolvimento local e sua sustentabilidade num território exigem tanto equilíbrio dinâmico entre as pessoas e suas organizações como entre as variadas dimensões relacionadas à vida das pessoas.

Concluiremos o capítulo com as contribuições de França Filho e Santana Júnior (2013), que a partir das considerações expostas, apresentam cinco dimensões relacionadas à questão da sustentabilidade, impondo questionamentos sobre a aferição da sustentabilidade em cada uma delas.

A dimensão econômica relaciona-se a um importante indicador que enfatiza o grau de impacto no território promovido pela experiência de distribuição de renda. Para França Filho e Santana Júnior (2013), relaciona-se ao indicador o número de aquisições de postos novos de trabalho e, conseqüentemente, o número de famílias beneficiadas, o valor dos rendimentos proporcionados, a utilização dos insumos do território - isso quanto à dinâmica do consumo local. Já outro indicador ligado a esta dimensão econômica diz respeito à capacidade desenvolvida na articulação das ações em diferentes lógicas econômicas - mercantis, não mercantis e não monetária. Para os autores citados, além das transações decorrentes de atividade mercantil, precisam ser estimulados no território mais circuitos econômicos, como a produção para autoconsumo, intercâmbios de produtos e serviços não monetarizados, mecanismos de subsídios para produção e consumo nas relações com os poderes públicos (transferências governamentais, isenções tributárias e outras formas de subsídios), utilização coletiva de recursos (equipamentos, propriedades etc.), como também diversas formas de finanças solidárias.

Na dimensão social, o indicador principal corresponde à questão qualitativa. França Filho e Santana Júnior (2013), referem-se ao nível de coesão social existente no ambiente onde se dá as relações entre as pessoas que vivem uma determinada experiência. Os indicadores qualitativos mais significativos associam-se ao tipo de sociabilidade vivido no território, o grau de confiança e a natureza do vínculo na relação entre as pessoas. Dessa forma, os vínculos, fruto das relações sociais muitas vezes já existentes, darão suporte às

atividades econômicas, que deverão encontrar-se em condições indissociáveis às práticas de relações sociais.

A dimensão cultural corresponde ao grau de afirmação identitária característico dos grupos relacionados à experiência de desenvolvimento local. Segundo França Filho e Santana Júnior (2013), o entendimento dessa dimensão passa pelo conhecimento da própria história do local e o grau de identificação das pessoas com esta história, ou seja, o sentimento de pertencimento das pessoas ao seu território, o compartilhamento das práticas e valores comuns. Assim, adota-se como critério de relevância o grau de enraizamento das atividades que forem empreendidas na experiência, no tecido da vida cultural da localidade, significando não apenas reafirmar valores e costumes próprios mas também o usufruto de recursos naturais locais e tecnologias socialmente apropriadas.

A dimensão política caracteriza-se por um triplo aspecto. França Filho e Santana Júnior (2013) explicam: o primeiro aspecto relaciona-se ao grau de autonomia dos grupos locais no processo de gestão da experiência, também ao grau de democratização das relações e, por fim, ao nível de participação das pessoas; o segundo aspecto corresponde à capacidade da experiência de fomentar um modo de ação pública no território, que diga respeito à qualidade de participação das pessoas na discussão de problemas comuns no cotidiano da vida daquele lugar; o terceiro aspecto tem relação com o nível de articulação da experiência, tanto no sentido de inserir-se em redes no âmbito da própria sociedade civil como ter capacidade de estabelecer pactos ou interações com os poderes públicos, preservando sua autonomia. Os aspectos referidos apontam o caráter sociopolítico como importante critério a perpassar a experiência. No primeiro aspecto é enfatizado o nível de aprendizado de uma cultura político-democrática, situando os processos decisórios internos. Os demais aspectos referem-se às inovações na esfera da cultura política local, assim como à capacidade que a experiência tem de promover transformações no plano mais institucional da vida no território.

A dimensão ambiental refere-se ao grau de vinculação da experiência às características ambientais próprias de um território. Segundo França Filho e Santana Júnior (2013), alguns aspectos devem ser observados, como a avaliação das formas de manejo dos recursos ambientais por meio das atividades desenvolvidas, dando a devida atenção à dimensão tecnológica, essencial na qualificação da relação entre meio ambiente e processo produtivo. As iniciativas/atividades devem estar relacionadas a uma tecnologia original, se veio de uma construção socialmente referenciada; ter cuidado com a utilização de técnicas, observar a

procedência, se de outras realidades e adaptadas ao local ou se convencionais, havendo recuperação, se por meios tradicionais ou transplantadas de outras lógicas, sem considerar as especificidades do território. Salienta-se as iniciativas de uso, se insumos ou recursos próprios do território; bem como os recursos utilizados, se de boa procedência, sem efeito poluidor, se as fontes são de base renovável, avaliando o nível da geração de resíduos e tratamento das atividades. Outro aspecto diz respeito à centralidade do ser humano nos processos utilizados. Esta dimensão deve estar relacionada aos aspectos ambientais de utilização e preservação dos recursos associadas ao bem-estar humano. Outro aspecto relevante é a re-educação dos envolvidos nos processos de consumo.

A seguir, apresentamos uma trajetória da concepção de avaliação com o objetivo de melhor compreender este campo, esboçando representações atribuídas à avaliação que traduzem o contexto histórico e propósitos daqueles que contribuíram neste percurso. A intenção é de fundamentar o nosso projeto de pesquisa, que propõe avaliar os resultados do projeto *Desperta Litoral*.

4 TRAJETÓRIA DA CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

Apresentamos neste capítulo um conjunto de definições sobre avaliação com o propósito de delinear as contribuições dadas por diversos autores a este campo do conhecimento como forma de aproximação e compreensão de sua trajetória. Os importantes conceitos trazidos aqui nos inserem na cultura da avaliação, dando suporte à fundamentação da análise da nossa pesquisa avaliativa. Os variados enfoques expõem a evolução do conceito. Nesta perspectiva, revisitamos a proposta teórica apresentada por Guba e Lincoln (2011), que exprime significados referentes à avaliação nos últimos cem anos. Tal proposta mostra-se pontuada por fatos históricos e opções filosóficas de avaliadores e teóricos. Estes, por sua vez, aparecem dispostos em estágios, denominados *gerações* (quatro). As três primeiras, centradas na mensuração, na descrição e no juízo de valor; já a quarta, chamada nova avaliação, tem como dinâmica a negociação.

Continuando a trajetória da concepção de avaliação, inserimos a valiosa contribuição de Vieira e Tenório (2010). Estes autores discutem possíveis lacunas na proposta teórica de Guba e Lincoln, destacando a insuficiência do próprio conceito de gerações e, particularmente com relação à quarta geração, que incorpora a negociação, segundo esses autores, não garante a sustentabilidade dos resultados. Assim, eles incluem um novo elemento conceitual, que esboça o surgimento de uma quinta dimensão, a melhoria do processo, ancorada no paradigma da sustentabilidade. Eis que temos aí um novo conceito de avaliação.

O hábito de querer avaliar é intrínseco às pessoas quando realizam algo, desde as intenções iniciais às decorrências de êxito ou não na consecução dos seus objetivos. Recorrem ao ato de avaliar como forma de melhorar o seu fazer. Aguilar e Ander-Egg (1994) informam que, nestas circunstâncias, utilizamo-nos da avaliação informal, desprovidos de informações suficientes e adequadas, sem medir com objetividade e precisão o que está em julgamento. Sendo assim, quando pretendemos avaliar serviços ou atividades profissionais, devemos buscar a avaliação sistemática.

Conforme Luckesi (2010, p. 9), “o termo avaliar tem a ver com o sujeito que avalia, pois significa ‘atribuir qualidade a alguma coisa,’ cuja fonte etimológica é o latim com a expressão *a-valere*, que pode ser traduzida por ‘atribuir valor a’ ou ‘atribuir qualidade a.’” Para este autor, o ato de avaliar associa-se ao sujeito que se apropria da realidade para

imputar-lhe um valor ou uma qualidade, com base num determinado critério, que denote validade, o que faz com que a avaliação indique características de investigação qualitativa de alguma coisa (LUCKESI, 2010).

Uma definição das mais antigas sobre avaliação é trazida por Tyler (1942, apud AGUILAR; ANDER-EGG, 1994, p. 24), que a vê como “processo que tem por objetivo determinar até que ponto foram alcançados os objetivos previamente estabelecidos.” Seguindo a mesma linha de raciocínio, Kaufman e English (1979, apud AGUILAR; ANDER-EGG, 1994) ponderam que a avaliação consiste em analisar as discrepâncias entre o que é e o que deve ser, ou seja, a disparidade entre uma situação desejada ou esperada e outra existente ou real.

Para Scriven (apud AGUILAR; ANDER-EGG, 1994, p. 26), as funções da avaliação e suas variedades “se relacionam com o uso que se faz da informação que se colhe, isto é, com o tipo de decisão à qual serve.” Ele faz ainda distinção entre mérito e valor e enfatiza a importância de sua diferenciação. O valor de uma ação é medido pelo grau de necessidade de realizá-la. Já o mérito associa-se ao fazer bem alguma coisa, independentemente de seu valor. Refere-se ainda à ação meritória, pela eficiência do que se quer fazer. O ato de avaliar reveste-se de critérios e normas para favorecer tanto o mérito como o valor do que se quer avaliar (SCRIVEN, 1967, apud AGUILAR; ANDER-EGG, 1994).

Na perspectiva de ser útil à tomada de decisões concretas, a avaliação pode ser tida como “um estudo sistemático, dirigido e realizado com o fim de ajudar um grupo de clientes a julgar e/ou aperfeiçoar o valor e/ou o mérito de algum objeto” (STUFLEBEAN; SKINFIELD 1987, apud AGUILAR; ANDER-EGG, 1994, p. 26). A mesma ênfase dada à avaliação como utilidade para a tomada de decisão é observada em Cronbach (1983, apud AGUILAR; ANDER-EGG, 1994, p. 26): “[...] processo sistemático de coleta e valoração de informação útil para uma eventual tomada de decisões.” Em ambos os casos, registra-se o real sentido da avaliação.

Hayes (1969, apud AGUILAR; ANDER-EGG, 1994, p. 27) diz que “a avaliação é primeiro, e necessariamente, uma coleção de conceitos e práticas que provaram sua utilidade (no campo das Ciências Sociais) e que se aplicam de modo tal que podem contribuir para o aperfeiçoamento das atividades práticas”.

A contribuição de Flor-Ángeles Cabrera, com base em Cronbach e Scriven, refere-se à avaliação como “processo de coleta e análise de informação relevante na qual deve se apoiar um juízo de valor sobre a entidade avaliada que sirva de base para uma eventual tomada de decisões” (CABRERA, 1987, apud AGUILAR; ANDER-EGG, 1994, p. 28-29).

Os autores Cohen e Franco (1988, apud AGUILAR e ANDER-EGG, 1994) utilizam o conceito de avaliação de autoria de Franco: “avaliar é fixar o valor de uma coisa; para fazê-lo, exige-se um procedimento mediante o qual se compara aquilo que deve ser avaliado com um determinado critério ou padrão” (FRANCO, 1971, apud AGUILAR; ANDER-EGG, 1994, p. 29). O sistema de organismos das Nações Unidas definiu avaliação em 1979, formulada pela UNESCO e, posteriormente, publicada em documento:

a avaliação é o processo que se destina a determinar sistemática e objetivamente a pertinência, eficiência, eficácia e impacto de todas as atividades à luz de seus objetivos. Trata-se de um processo organizacional para melhorar as atividades que estão em andamento e auxiliar a administração no planejamento, programação e decisões futuras (ONU, 1984, apud AGUILAR; ANDER-EGG, 1994, p. 30).

Mesmo contando com as construções teórico-metodológicas de conceitos e práticas avaliativas de estudiosos, a avaliação ainda é considerada como um campo novo do conhecimento, demarcado, no entanto, pelos paradigmas que norteiam a produção do conhecimento.

Guba e Lincoln (2011) organizaram as concepções de avaliação em torno de períodos, considerando o contexto histórico, os objetivos inspiradores, os pioneiros que deflagraram as experiências avaliativas e as linhas filosóficas que os apoiavam, identificando o processo cronológico de construção evolutiva em quatro gerações:

- Primeira geração – mensuração
- Segunda geração – descrição
- Terceira geração – juízo de valor
- Quarta geração – negociação

Os autores atribuem características à avaliação, detectando as concepções relacionadas a organismos paradigmáticos do *positivismo* (primeira geração), da *fenomenologia* (segunda e terceira geração) e hermenêutico-*dialético* (quarta geração). Conforme Guba e Lincoln (2011), devemos pensar no paradigma como um sistema de crenças básico, com suposições que estamos acostumados a fazer, que nos auxiliam como norma para orientar as nossas

atividades, representando os principais pontos de vista que normalmente assumimos no cotidiano.

Para Trivinos (1987) a avaliação positivista busca uma racionalidade, um caráter conclusivo do ato empírico (razão instrumental), o paradigma apresenta algumas características de uma visão isolada dos fenômenos sociais, desvinculados, sem aprofundamento da causa; a realidade é constituída de fatos observados, o conhecimento é objetivo e alheio a traços da subjetividade; limita-se ao positivamente dado, aos fatos imediatos da experiência; identifica como verdadeiro o que é empiricamente verificável; os fenômenos da natureza e da sociedade são regidos por leis invariáveis; há reconhecimento apenas de dois tipos de conhecimentos científicos: do empírico, encontrado nas ciências naturais, e do lógico, formado pela lógica e pela matemática.

A fenomenologia traduz-se pela comunicação, pelo essencialismo. Há uma busca pela valorização da ação a partir do ser na sua individualidade (razão dialógica). O pensamento de Husserl (apud TRIVINOS, 1987) influencia a filosofia contemporânea por meio de grupos de pensadores. Este autor referiu-se à “redução fenomenológica”, que, segundo ele, era a condição do fenômeno se apresentar puro, livre de elementos pessoais e culturais, atingindo o nível chamado das essências. Tem como ideia fundamental a noção da intencionalidade. Descreve-se, mas não se expressa nem analisa - uma conotação originada da psicologia descritiva.

A concepção hermenêutico-dialética manifesta-se pelas contradições, um concretismo entre realidade e seres (razão transformadora). Ao se referirem às concepções que apoiam a 4ª geração, ou seja, o paradigma construtivista, Guba e Lincoln (2011, p. 102-103) explicam:

A investigação deve ser realizada de uma maneira que exponha as construções a uma variedade de interessados, abra cada uma delas a críticas em relação a outras construções e ofereça oportunidade para construções revistas ou totalmente novas – uma metodologia hermenêutica.

[...] o processo é hermenêutico, no sentido de que seu objetivo é desenvolver construções mais aprimoradas (conjuntas/articuladas), um significado que esteja intimamente associado ao emprego mais tradicional do termo para designar o processo de desenvolvimento de interpretações cada vez mais esclarecidas de textos históricos ou consagrados. É dialético no sentido de que envolve a justaposição de ideias conflitantes, forçando a reconsideração de posturas anteriores.

A esquematização de Guba e Lincoln adota como base histórica o século XX, reunindo autores que refletem o contexto histórico, propósitos relacionados à temática da avaliação e opções filosóficas assumidas, partindo de uma “função” técnica a ações

compreensivas e transformadoras. Como estética da apresentação, as quatro gerações são apresentadas aquirepresentando os três paradigmas identificados.

4.1 A PRIMEIRA GERAÇÃO: MENSURAÇÃO

Esta geração contextualiza-se a partir do início do século XX, estendendo-se até a década de 1930, dando ênfase à classificação mediante a utilização de técnicas quantitativas, adotando a prática de exames e testes apoiados em base conceitual da psicologia-psicometria, priorizando por meio de testes a mensuração da inteligência e o desempenho humano (GUBA; LINCOLN, 2011).

A avaliação surge de um processo evolutivo de construção e reconstrução, envolvendo variadas influências. Guba e Lincoln (2011) explicam a sua iniciação a partir de experiências de mensuração de desempenho de crianças e jovens submetidos a exames escolares que exigiam domínio dos conteúdos mediante testes de memória. Uma das experiências citadas pelos autores, por aplicação de pontuação de teste, foi a realizada por Joseph Mayer Rice (1897). A partir de sua busca na Europa pelo conhecimento da pesquisa empírica e fundamentos para a pedagogia científica, retorna da Alemanha com forte influência de melhorar a educação básica nos Estados Unidos. Propõe a observação de elementos essenciais para o desenvolvimento natural da criança, formação adequada do professor e currículo baseado em princípios psicológicos (GUBA; LINCOLN, 2011).

Desenvolve pesquisas em tempos diversos em várias escolas públicas dos Estados Unidos com variado público e visita instituições de formação de professores. Recomenda, conforme a teoria de Herbart¹⁴, a extensão dos currículos e incentiva uma abordagem integrada, além do tradicional "leitura, escrita e aritmética". Embora não obtivesse êxito, inclusive pela ausência do controle de campo adequado, investe em outra pesquisa com crianças de quarta a oitava série, analisando a pedagogia da ortografia em teste desenvolvido e aplicado por ele em escolas diversas, investigando o tempo dedicado ao ensino da ortografia. No resultado, não encontrou nenhuma ligação entre o tempo gasto em exercícios de ortografia

¹⁴ Educador e filósofo alemão Johann Friedrich Herbart, conhecido como o criador da ciência da educação e da psicologia moderna, focada no desenvolvimento de um ser humano culto que se esforçou para descobrir como ser guiado pelos mais altos valores éticos.

e o desempenho dos alunos nos testes realizados. As notas refletiram o aproveitamento concreto dos alunos. Em seu estudo "The futility of the spelling grind" (A futilidade da ortografia moer), aponta uma metodologia e pedagogia à frente de seu tempo (GUBA; LINCOLN, 2011).

Outra experiência referente à aplicação de teste, informada por Guba e Lincoln (2011), ocorreu na França e foi realizada pelo psicólogo Alfred Binet, que utilizou inicialmente técnicas psicométricas, fruto das experiências de estudiosos como Francis Galton, Karl Pearson e Wilhelm Wundt. A finalidade era encontrar uma solução para a triagem de jovens com retardamento mental, tidos como problema por razões de dificultar o ensino entre as crianças "normais". A demonstração de ineficiências nas técnicas levou Binet a uma nova abordagem relacionada à observação do senso comum, a de que, tendo retardo mental, essas pessoas não seriam capazes de vivenciar situações simples da vida. Conclui imprimindo o termo "idade mental", organizando as tarefas conforme a idade dos sujeitos que participaram do estudo e mostraram-se capazes de concluí-las.

A partir da experiência de Binet, tornou-se comum medir o "quociente de inteligência", dividindo a idade mental obtida pela idade cronológica. Conforme Guba e Lincoln (2011), feita a tradução do teste de Binet em 1910 por Henry Goddard, a contribuição transpôs a experiência em outro continente e, em 1916, Louis Terman reforma e renormaliza o teste de Binet, já denominado Stanford-Binet, passa a vigorar no sistema americano. Segundo Guba e Lincoln (2011), as novas técnicas de mensuração foram bem utilizadas em objetivos escolares, desdobrando-se em oportunidades de classificação e determinação do aproveitamento escolar, bem como gerando unidades de pesquisa educacional. Os testes mentais foram amplamente utilizados na triagem do alistamento militar na primeira guerra mundial, mediante uma adaptação do instrumento .

Guba e Lincoln (2011) referem-se à concorrência de alguns fatores relacionados ao teste como a legitimação decorrente da ascensão das ciências sociais. A recomendação de John Stuart Mill, em 1843, para a aplicação da abordagem científica à pesquisa de fenômenos humanos/sociais, com base no êxito dessa abordagem na física e na química do século XVIII e início do século XIX, pela inexistência de uma base sistemática para pesquisas em ciências humanas. A tese de Darwin contribuiu para tornar científica a abordagem utilizada como referência pelos cientistas sociais. Ao relacionarem a tese, que consistia em pequenas diferenças na estrutura animal ou vegetal, quando acumuladas por longos períodos, poderiam

ter consequências funcionais significativas para as espécies. Assim sendo, inferiram os cientistas sociais em relação às pequenas diferenças nas pessoas, que talvez poderiam servir para compreender os padrões de desenvolvimento nos seres humanos.

Portanto, a experiência motivou os laboratórios psicométricos, criados por Galton, em 1873, e por Wundt, em 1879. As descobertas sobre as diferenças individuais no tempo de respostas eram características de sujeitos humanos, confirmando a precisão das investigações, dando crédito aos investigadores. Os resultados contribuíram para a inserção da psicologia, da educação e de outros ramos das ciências sociais à nova abordagem científica, que buscaram igualar-se às ciências físicas, às ciências duras ou experimentais (GUBA; LINCOLN, 2011).

Segundo Guba e Lincoln (2011), concorreram também em diferentes momentos contextuais à aplicação de testes, os trabalhos de Ronald Fischer, em 1920, criando instrumentos analíticos básicos, tabelas matemáticas, para interpretar seus resultados no setor de algodão. O movimento facilitou setores de empresa e indústria, na década de 1920, na pesquisa dos métodos de trabalho mais produtivos e rentáveis para motivar os trabalhadores em longa jornada. A visão estendeu-se às escolas, onde os alunos passaram a ser vistos como “matéria- prima” a ser processada na “fábrica” da escola. Os testes determinavam se os alunos estavam prontos às “especificações,” relacionadas ao acesso à faculdade. Esta visão foi contestada pelos estudos de Hawthorne (ROETHLISBERGER; DIXON, 1939, apud GUBA; LINCOLN, 2011).

As décadas de 1920 e 1930 são marcadas por uma multiplicação da prática dos testes escolares. Guba e Lincoln (2011) citam a publicação de Stone, em 1908, como testes de aproveitamento, constam de raciocínio em aritmética, produzidos de variadas formas. Em 1922, foi a publicação de Stanford, ou seja, era uma bateria de testes de aproveitamento, que propiciou a avaliação simultânea do aluno em relação a várias disciplinas escolares. Gertrude Hildreth, da Universidade de Minnesota, publicou uma lista de testes com suficiência, garantindo sua adoção.

Nesta geração, como salienta Guba e Lincoln (2011), o avaliador, mesmo com a função técnica gerada pelo conhecimento do instrumental disponível, deveria ainda ser capaz de medir de forma quantitativa a variável a ser investigada. Na inexistência do instrumento, deveria ser capaz de criá-lo. O modelo de avaliação baseado em mensuração ainda hoje é utilizado em grande escala para avaliar alunos dos mais diferentes níveis e em concursos públicos, por meio de testes, como forma de “medir” o grau de conhecimento.

4.2 A SEGUNDA GERAÇÃO: DESCRIÇÃO

A segunda geração surge do propósito de corrigir uma deficiência da primeira geração. Como explicam os autores, Guba e Lincoln (2011), os alunos foram escolhidos como sujeitos da avaliação. Após a primeira guerra mundial, houve a necessidade de uma reforma significativa dos currículos escolares, isso porque, não correspondiam às expectativas e demandas do contexto daquele momento por razão da não-adequação dos currículos às exigências de inserção às faculdades. Foi identificado na abordagem de avaliação que os dados existentes eram apenas sobre os alunos, insuficientes para o atendimento dos propósitos e demandas da avaliação exigida naquele momento.

Em 1933, o programa *Eight-Year Study* (Estudo de oito anos), segundo Guba e Lincoln (2011), é introduzido em escolas secundárias públicas e particulares, que passam a ser orientadas a desenvolver currículos mais responsivos, com o propósito de saída da forma convencional, esperando-se assim obter melhor desempenho dos estudantes na faculdade. Para avaliar a eficácia de tais currículos, foi feito por Ralph W. Tyler, membro do Departamento de Pesquisa Educacional, na Universidade Estadual de Ohio, trabalho semelhante ao realizado por meio de testes de avaliação com alunos para confirmação ou não do aprendizado deles, de acordo com os interesses de seus professores. Os resultados dessa experiência foram denominados objetivos.

Segundo Guba e Lincoln (2011), nas escolas secundárias do programa *Eight-Year-Study*, Tyler trazia uma modificação útil em relação à avaliação convencional (mensuração), no sentido de propor o aperfeiçoamento dos currículos em desenvolvimento, para confirmação do seu funcionamento. Dessa experiência originou-se a avaliação de programas. Os novos currículos, projetados pelas escolas que participavam do programa, serviram de análise a Tyler para levantar informações quanto ao nível de aproveitamento dos seus alunos. As evidências apontadas nas informações colhidas (pontos fracos e fortes) foram utilizadas na condução de aprimoramentos e reformas. Este processo seria hoje identificado como avaliação formativa, sendo que os resultados deveriam ser obtidos apenas no término de um determinado teste, não sendo considerados os resultados durante o mesmo. O processo repetia-se em sucessivos cursos oferecidos, até a constatação de que o currículo produzia um nível satisfatório de aproveitamento.

A abordagem, marcada pela descrição de padrões de pontos fracos e fortes relacionados a determinados objetivos, como salientam Guba e Lincoln (2011), foi o que caracterizou a denominação da avaliação de segunda geração. Nessa circunstância, delimita-se ao avaliador a função de descritor, assegurando os aspectos técnicos anteriores da função. A mensuração passa a ter outra conotação, não mais como equivalência da avaliação, mas redefinida como um dos instrumentos a ser utilizado em seu serviço. A repercussão do terceiro volume do relatório Eight-Year-Study, publicado em 1942, que contava da descrição das atividades de avaliação do projeto (SMITH e TYLER, 1942), influenciou o reconhecimento concedido a Tyler como o “Pai da Avaliação” (Comitê Misto, 1981) (GUBA; LINCOLN, 2011, p.35).

4.3 A TERCEIRA GERAÇÃO: JUÍZO DE VALOR

A terceira geração, conforme Guba e Lincoln (2011), caracteriza-se pela inclusão do juízo de valor e o papel que o avaliador exerce, como julgador, nos procedimentos avaliativos, permanecendo as funções técnicas e descritivas anteriores. A difusão desta característica mobilizou profissionais da área que não tinham sido contemplados devidamente nas gerações anteriores, como Michel Scriven (1967).

Nesta geração, explicam Guba e Lincoln (2011), há a identificação das falhas da abordagem descritiva. Fundamentada em objetivos, esta geração relaciona-se ao período pós-Sputnik (1957), quando o governo federal americano, na competição da exploração do espaço, busca avaliar o que prevaleceu na vitória dos russos. Os avaliadores escolhidos para esta missão condicionaram o início do trabalho à definição dos objetivos do projeto. Tal atitude contrariou os criadores do programa, que dispensou de forma radical os contratados, pois estes não admitiam resultados antes do programa totalmente desenvolvido. Contudo, ressalta-se a formação consistente dos criadores do programa, que atestaram a impropriedade dos argumentos dos avaliadores. Eram profissionais - físicos, químicos, biólogos e matemáticos - que não queriam comprometer-se com os objetivos do projeto enquanto não tivessem uma visão clara sobre o que faziam, não aceitando inclusive definir objetivos provisórios, como forma de impedirem arrependimentos mais tarde por castração prematura de criatividade.

Certamente diferente de uma visão de educadores de ciências ou mesmo de matemática, o episódio fez com que caracterizassem a abordagem inadequada na condição de avaliar e apontar as deficiências da educação americana (GUBA; LINCOLN, 1911). Os problemas foram documentados por Cronback (1963) em artigo intitulado *Aprimoramento de currículos por meio da avaliação*.

Os divergentes do método de avaliação apontavam crítica à segunda geração pelo fato de ser descritiva e não ter levado em conta a contribuição de Robert Stake, que denominou, em seu artigo de 1967, a fisionomia ou outra fase da avaliação, o juízo de valor:

a fisionomia da avaliação contemplada pelo educador não é a mesma contemplada pelo especialista em avaliação. O especialista se vê como um “descritor”, alguém que descreve aptidões e ambiente e concretizações. Entretanto, o professor e o gestor escolar esperam que o avaliador classifique algo ou alguém pelo mérito. Além disso, esperam que o avaliador julgue as coisas com base em padrões externos, em critérios talvez pouco relacionados com os recursos locais da escola. Nenhum dos dois vê a avaliação de uma maneira suficientemente ampla. Tanto a descrição quanto o juízo de valor são essenciais - na verdade, ambos são procedimentos básicos de avaliação (WORTHEN E SANDERS, 1973, apud GUBA; LINCOLN, 2011, p. 37).

A inclusão do juízo de valor no procedimento da avaliação significou um marco que originou a terceira geração, caracterizando as iniciativas que tinham a finalidade de alcançar juízos de valor. O avaliador assumia o papel de julgador, mas conservava as funções técnicas e descritivas anteriores. Portanto, o apelo da inserção do juízo trouxe desafios a vencer pelos profissionais da área, como a necessidade de problematizar os objetivos, que deveriam, também com o desempenho, serem submetidos à avaliação; conforme Stake (1967, apud GUBA E LINCOLN, 2011), o juízo de valor requer a existência de critérios para a avaliação com base nos mesmos critérios; para haver juízo de valor, é necessário um julgador (GUBA; LINCOLN, 2011).

Os avaliadores sentiam-se incompetentes para exercerem esse papel, haja vista a exposição política a que se submetiam. Por fim, cedem, enfrentando o desafio, o que motiva o surgimento de uma multiplicidade de novos modelos de avaliação a partir de 1967. Posteriormente, estes avaliadores alçam-se à condição de emitirem o juízo de valor, que, considerado parte essencial da avaliação, torna-se marca relevante dos avaliadores da terceira geração (GUBA; LINCOLN, 2011).

4.4 PROBLEMAS PREDOMINANTES DAS TRÊS PRIMEIRAS GERAÇÕES

Guba e Lincoln (2011), ao desenvolverem um estudo ordenando as experiências de avaliação em três gerações, constata, nesta análise, a necessidade de propor uma abordagem alternativa ao método científico, trazendo uma significativa contribuição à compreensão deste campo do conhecimento.

Os autores reconhecem de pouca discussão as demonstrações sobre as primeiras gerações, porém satisfatórias para dedução do papel de cada uma no processo construtivo e sedimentar da avaliação. A sistematização da coleta de dados tornou-se possível com o desenvolvimento dos instrumentos específicos utilizados na primeira geração com indivíduos, porém houve a necessidade de se avaliar os objetos da avaliação (programas, conteúdos, estratégias, padrões organizacionais, abordagens), inseridos na segunda geração. Na terceira geração, a avaliação se centra no juízo de valor, resultado do mérito do objeto de avaliação, valor íntimo e intrínseco, como também sua importância, enquanto valor extrínseco ou contextual (GUBA e LINCOLN, 1981, apud GUBA; LINCOLN, 2011). Acreditam estes autores que as três gerações da avaliação têm imperfeições e veem a necessidade de complementação, a ponto de questionarem a razão de ainda não haver ocorrido, desde que foram identificadas na análise. Assim, sugerem uma completa reconstrução.

Os autores partem de três pontos que consideram falhas graves:

- tendência ao gerencialismo;
- incapacidade de acomodar o pluralismo de valores;
- comprometimento exagerado com o paradigma científico de investigação.

Tendência ao gerencialismo (condição de gestor - administrador/clientes ou patrocinadores, aqueles que contratam ou investem numa avaliação) - Segundo Guba e Lincoln (2011), o avaliador estabelece com este público parâmetros e delimitações que dificilmente serão contestadas. Esta relação está sujeita a consequências que podem inclusive tornar-se desagradáveis, tendo em vista o poder emanado de quem contrata e que se exime da responsabilidade por encontrar-se na cômoda posição de estar fora da avaliação, o que resulta numa relação enfraquecedora para o avaliador, porque privada de poder e injusta. Alguns escritores referem-se a esta questão buscando soluções, como Scriven (1983, apud GUBA; LINCOLN, 2011), que dedicou estudo ao problema do gerencialismo. Ele sugere uma solução

para o problema, ou seja, um modelo de avaliação que faça perguntas supostamente cativante para o público de interesse e que preste contas a esse grupo. A abordagem ganha nova conotação, porque reconhece e valoriza outros grupos, que não o dos administradores - essa opção evita a ocorrência do gerencialismo.

Incapacidade de acomodar o pluralismo de valores (compartilhamento de valores entre os indivíduos que integram uma sociedade, convivendo com a riqueza da diversidade das experiências coletivas num processo de aculturação e compreensão) - Mostram os autores que, mesmo tendo sido defendida a existência de diferenças valorativas, era possível confiar nos resultados de uma avaliação porque a metodologia usada era científica e a ciência, tida como comprovadamente isenta de valores. Uma afirmação que pode ser contestada, pois, se a ciência não for isenta de valores, não só os resultados estarão sujeitos a interpretações diferentes como também os fatos serão determinados conforme o sistema de valores em que o avaliador se fundamenta. Sendo assim, a sociedade evidencia o pluralismo de valores, já a avaliação faz apelo ao juízo de valor. Dessa forma, conforme afirmam Guba e Lincoln (2011, p. 43), “[...] todo ato de investigação, seja ele avaliação, pesquisa, seja análise de políticas, torna-se um ato político nesse sentido”. A afirmação de isenção de valores coincide com a tendência gerencialista. O pluralismo de valores na sociedade é uma questão relevante no processo de avaliação. Para os autores, as abordagens das três primeiras gerações não consideram as diferenças valorativas (GUBA; LINCOLN, 2011).

Comprometimento exagerado com o paradigma científico de investigação - Informam Guba e Lincoln (2011) que a influência dos cientistas sociais pelos métodos das ciências físicas seguia a reação positiva, principalmente pelo sucesso que as ciências físicas usufruíam, a busca por racionalidade e sistematização que o positivismo oferecia, como também a legitimidade da profissão alcançável pelo rigor da metodologia, a exemplo das ciências duras ou experimentais. Deu-se lugar à “descontextualização”, avaliar o objeto como se ele não existisse em um dado contexto, mas apenas em condições controladas a vigorar após a implementação de um projeto. Segundo os autores, o compromisso com esse paradigma pode gerar uma dependência exagerada em relação à mensuração quantitativa formal, dando lugar à “coercitividade da verdade” (HANNAH ARENDT, 1963, apud GUBA; LINCOLN, 2011, p. 45). A verdade é negociável. O avaliador que utiliza o método científico assegura a seus clientes os dados colhidos subsequentemente, os quais ninguém discute nem contradiz. Nenhum dos valores, de clientes ou de quem quer que seja, pode ser influenciado

pelos resultados. O avaliador assume a autoridade de mensageiro legítimo (GUBA; LINCOLN, 2011).

Como observado por Guba e Lincoln (2011), ao se utilizar o método científico, naturalmente já se opõe às formas alternativas de pensar sobre o objeto de avaliação, pois só à ciência é cabível revelar a verdade sobre as coisas; qualquer outra opção é considerada como uma atitude errada. A ciência é concebida como verdade, como autoridade suplantando grupos de interesse. A isenção de valores da ciência e a opção pelo paradigma científico retiram do avaliador a responsabilidade moral por suas ações; seu papel finaliza-se na entrega do relatório, não existindo também o controle do uso dos resultados da avaliação. Essa postura é adotada nas três gerações (GUBA; LINCOLN, 2011).

4.5 QUARTA GERAÇÃO: A NEGOCIAÇÃO

A quarta geração, enfatizada por Guba e Lincoln, é uma abordagem a qual denominam de avaliação construtivista responsiva ou respondente. Esta concebe em sua especificidade a ocorrência de negociação entre cliente e avaliador. Os autores propõem uma metodologia construtivista que conduz a avaliação, cujas raízes situam-se no paradigma de investigação, contrário ao paradigma científico, podendo ser denominada construtivista, mas também avaliação interpretativa ou hermenêutica ou, ainda, hermenêutico-dialética, que são denominações que abrigam percepções específicas da natureza deste paradigma. Portanto, metodologicamente, o paradigma refuta a abordagem dominante e manipulatória (experimental), peculiar à ciência, e a substitui pelo processo hermenêutico-dialético.

Campos e Furtado (2011) referem-se à avaliação da quarta geração como uma abordagem emergente, fora do contexto científico devido à crença nos valores, nos aspectos sociais e políticos. Os autores informam que esta geração propõe algo à frente da ciência, uma condição de maior evolução, não restrita a fatos, ampliada por elementos humanos, políticos, sociais, culturais e contextuais, na intenção de transpor as gerações anteriores, atreladas à mensuração, à descrição e ao juízo de valor, apresentando, portanto, uma nova dinâmica - a negociação.

Robert Stake (apud GUBA; LINCOLN, 2011, p. 47), refere-se ao termo “avaliação preordenada” no intuito de indicar essa qualidade *a priori*. A avaliação responsiva, também iniciativa do mesmo autor, define parâmetros e limites em processo interativo e negociado, envolvendo grupos de interesse, exigindo disponibilidade de tempo e recursos. Como método responsivo de focalizar, o processo de avaliação impõe a definição das questões e informações a serem levantadas e coletadas. A avaliação responsiva busca identificar as diversas visões dos interessados e tem como organizador avançado as reivindicações, preocupações e questões com relação ao objeto de avaliação, reconhecidos pelos interessados (*stakeholders*), pessoas, grupos, que sofrem o impacto da avaliação (GUBA; LINCOLN, 2011).

Conclui-se que, nesta fase, a avaliação responsiva busca obter consenso sobre todas as reivindicações, preocupações e questões. De posse dessas informações, o avaliador, à frente de uma sessão para este fim, construirá uma agenda de negociação, atuando como moderador. A participação dos interessados é geral. Junto com o avaliador, eles resolvem o que se encontra em pauta. O esforço é coletivo, a responsabilidade é conjunta. Esta avaliação não se completa, pois é um processo de interação e reiteração constante (GUBA; LINCOLN, 2011).

Como abordagem a substituir o método científico adotado nas avaliações realizadas no século XX, Guba e Lincoln (2011) propõem a metodologia construtivista (denominada paradigma), que se apoia em crenças opostas à ciência. Definição de paradigma por Michel Quinn Patton (1978, apud GUBA; LINCOLN, 2011, p. 52):

Paradigma é uma visão de mundo, uma perspectiva geral, uma forma de decompor a complexidade do mundo real. [...] os paradigmas estão profundamente enraizados na socialização de adeptos e praticantes: os paradigmas lhes indicam o que é importante, legítimo e sensato. Os paradigmas são também normativos, pois indicam aos praticantes o que fazer sem a necessidade de realizar amplas considerações existenciais e epistemológicas. Contudo é a fisionomia do paradigma que constitui tanto seu ponto forte quanto seu ponto fraco - ponto forte porque torna uma ação possível; ponto fraco porque o motivo genuíno da ação fica velado nas suposições indiscutíveis do paradigma.

Os autores questionam o paradigma positivista, que evidencia a ciência contemporânea, e propõem a sua substituição pelo paradigma construtivista, que nega a existência de uma realidade objetiva, defendendo que a realidade são construções sociais mentais, existentes tanto quanto o número de indivíduos, mesmo compreendendo as construções compartilhadas. Refutam a ideia de leis naturais imutáveis que dirijam as construções, como leis de causa e efeito. Negam o dualismo sujeito-objeto e acreditam que os

resultados de um estudo decorrem da interação. Implementam o processo hermenêutico-dialético, priorizando a construção da realidade de forma esclarecedora e fundamentada (GUBA; LINCOLN, 2011).

4.6 A QUINTA DIMENSÃO: A MELHORIA DO PROCESSO

Os autores Vieira e Tenório (2010), com base nos estudos apresentados, desenvolvidos por Guba e Lincoln (1989), trazem suas contribuições à avaliação, identificando algumas lacunas, destacando principalmente duas: a insuficiência do próprio conceito de gerações e a não-garantia da sustentabilidade dos resultados pela quarta geração, que incorpora a negociação. Tal constatação os leva a prognosticar a construção de uma nova teoria da avaliação. O novo conceito inclui todas as outras dimensões da avaliação, ampliando a ação avaliativa para depois da tomada de decisão, ou seja, a Melhoria do Processo, para além dos resultados da avaliação.

Os autores recomendam uma nova forma de pensar os valores dos interessados, observando os resultados da avaliação após a própria avaliação. Os resultados finais não podem se abster de outros interessados, a exemplo da abrangência ao meio ambiente, comunidade, sociedade, numa perspectiva de avaliação que tem compromisso com a sustentabilidade (VIEIRA; TENÓRIO, 2011).

Eles partem da análise do conceito de avaliação que, no seu campo de aplicação, denota construção social e histórica e, por assim ser, é influenciado pelo processo evolutivo pelo qual passa a humanidade, sujeita às transformações, conforme se dá com as relações sociais. Referem-se ao equívoco sobre o uso da terminologia “gerações”, relacionadas ao desenvolvimento do conceito de avaliação, mas que apresentam sucessivos conceitos independentes nas quatro formulações conceituais denominadas por Guba e Lincoln (2011), sem ocorrer uma transformação conceitual em que uma fase contribui para a formação da fase conceitual posterior (VIEIRA; TENÓRIO, 2010).

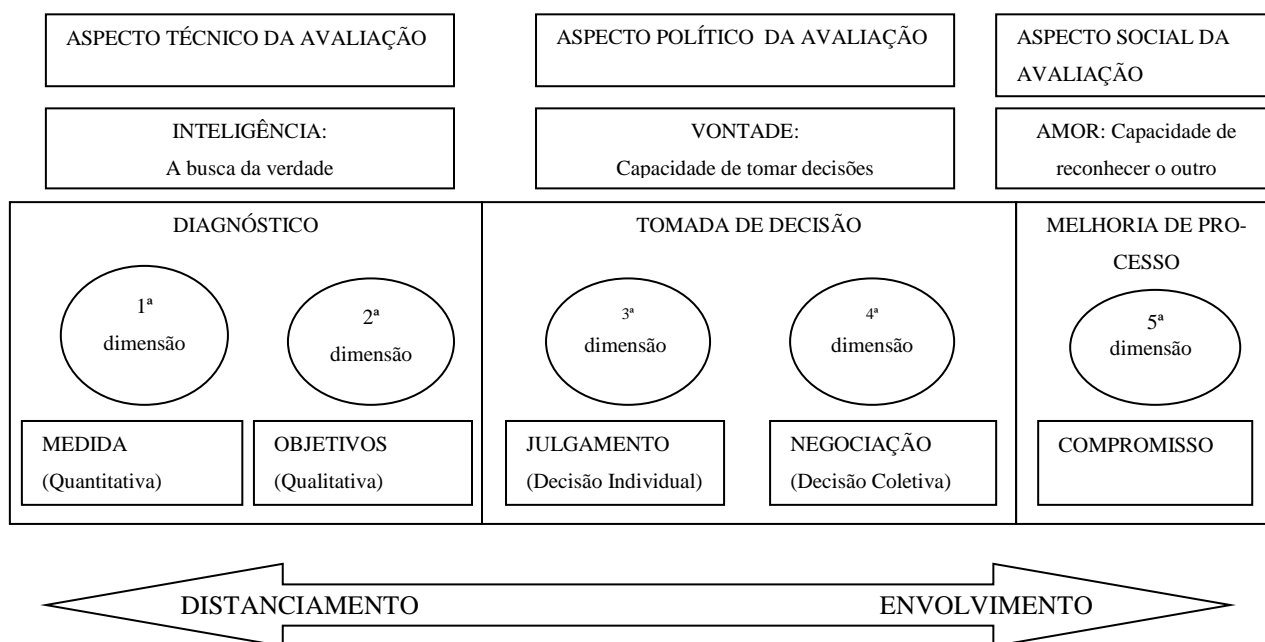
Sugerem a substituição de “gerações” por “dimensões” da avaliação, tendo em vista a relação com elementos constitutivos da ideia contemporânea de avaliação, relacionada a cada momento histórico. Anteveem uma nova dimensão, que se configura na ressignificação sócio-

histórica do conceito de avaliação. Opinam sobre a demanda dos atores dos processos avaliados utilizarem efetivamente a avaliação para a melhoria do processo (VIEIRA; TENÓRIO, 2010).

No estudo, Vieira e Tenório (2010) propõem um novo paradigma e conceito de avaliação, o paradigma da sustentabilidade. Segundo os autores, é necessário reconsiderar os elementos de constituição desta nova condição para uma atualização. Afirmam “que avaliar é o diagnóstico para a tomada de decisão com vistas na melhoria do processo” (p. 65). Esse conceito engloba todas as dimensões da avaliação, ampliando a ação avaliativa para a fase posterior à tomada de decisão, ou mesmo depois do que se conhece como resultados da avaliação (VIEIRA; TENÓRIO, 2010).

Nesta perspectiva, sugerem uma nova visão sobre os valores dos interessados, que se ampliam para incluir outras partes ou segmentos, como o meio ambiente, a comunidade, a sociedade, que não podem encontrar-se isolados das ações no curso da avaliação, ou seja, devem inserir-se em seus resultados. Daí porque chamam atenção para a observação dos resultados da avaliação, após a própria avaliação, inserindo-se assim um novo elemento conceitual, que consta de um compromisso com a sustentabilidade. Convidam-nos a uma reflexão sobre a possibilidade de se estar introduzindo uma quinta dimensão, a Melhoria do Processo (VIEIRA; TENÓRIO, 2010).

Os autores desenharam um mapa conceitual das cinco dimensões que facilita a compreensão de sua tese.

Figura 2 - Mapa conceitual das cinco dimensões

Fonte: Vieira e Tenório, 2010

Referem-se os autores ao estudo de Guba e Lincoln, quanto ao distanciamento e aproximação dos interessados, relacionando as três dimensões iniciais de forma isoladas individualizadas e descontextualizadas, enquanto que a quarta dimensão é apresentada de forma aproximada dos interessados. Vieira e Tenório (2010) organizaram ideias que relacionam elementos dos paradigmas construtivista e da sustentabilidade, auxiliando a compreensão sobre suas especificidades.

O paradigma da sustentabilidade estabelece uma compreensão diferenciada do paradigma construtivista, proposto por Guba e Lincoln, que se apoiam na ontologia relativista, na epistemologia subjetivista monista e na metodologia hermenêutica. Propõem Vieira e Tenório (2010), com o novo paradigma, a crença na sustentabilidade, relacionada a uma ontologia ecológica, fruto de múltiplas realidades construídas socialmente e também não observadas. Significados e conceitos resultam de uma construção que reconhece homem e mundo, observado e complexo nas redes de relações.

A epistemologia, no paradigma da sustentabilidade, é a da complexidade - investigador e investigado não existem, os atores investigam realidades construídas por eles.

As redes que interligam indivíduos e mundo carecem de clareza. No paradigma construtivista, investigador e investigado interligam-se, os produtos da investigação relacionam-se às criações no processo. A metodologia do paradigma da sustentabilidade compreende um seguimento com base na interação dialética, análise crítica e reanálise, finalizando o compromisso com o resultado. Já a metodologia construtivista é hermenêutica, compreende interação dialética, análise crítica e reanálise num processo continuado (VIEIRA; TENÓRIO, 2010).

Vieira e Tenório (2010), ao explicarem sobre o paradigma da sustentabilidade, referem-se ao “ser” como “social”, porém complexo. Essa complexidade decorre da não-limitação do “ser” às suas construções, que o fazem ir além da significação social, e da possibilidade de aceitação da não-construção. Os vínculos, homem e mundo, devem ser compreendidos como interessados, numa rede de vida (CAPRA, 1996, apud VIEIRA; TENÓRIO, 2010). Guba e Lincoln (2011), referiram-se ao paradigma construtivista como múltiplas realidades construídas socialmente, independentes das leis naturais, prevalecendo o consenso.

Para Vieira e Tenório (2010), no paradigma da sustentabilidade, o compromisso do avaliador é renovado por uma responsabilidade de dimensão espacial, em rede de vínculos que se estende ao presente, temporal e após a avaliação. Na quarta dimensão, a responsabilidade do avaliador é com o processo. Na quinta dimensão, o avaliador desenvolve a criticidade na análise que envolve todo o processo de construção, fundamentalmente nos resultados e na sustentabilidade dos ganhos. Na primeira dimensão de Guba e Lincoln, o avaliador converte o papel de técnico para especialista em dados qualitativos, embora mantendo o conhecimento quantitativo (VIEIRA; TENÓRIO, 2010).

O avaliador da quinta dimensão atenta para a análise da complexidade, resultante do próprio paradigma. No estudo de Guba e Lincoln, na segunda dimensão, o avaliador transfere o papel de descritor dos objetivos para historiador. Já a quarta dimensão vai exigir do avaliador o papel de descritor, compreendendo o avaliado em contexto geral, de forma mais completa e complexa (VIEIRA; TENÓRIO, 2010).

Na terceira dimensão de Guba e Lincoln (2011), o avaliador tem o papel de julgador; na quarta dimensão, o papel é transferido para mediador, utilizando-se do consenso. Na quinta dimensão, o avaliador debate a decisão que lhe diz respeito. Reúne papéis para além de controlador e colaborador, de aprendiz e de professor, mais o papel de transformador-

transformado da e pela realidade. Inspirado pelo conceito de Paulo Freire, de construção conjunta e de transformação por ela, move-se pela construção conjunta e sofre a transformação da e pela realidade. Engaja-se no papel de cidadão para além do papel político, passando a assumir uma responsabilidade em parâmetros de sustentabilidade, responsável pelos resultados (eficácia) e a sustentabilidade desses resultados (efetividade). Enquanto que, para Guba e Lincoln, a responsabilidade do sujeito com a avaliação recai sobre o quanto esta for negociada (VIEIRA; TENÓRIO, 2010).

Chegamos à finalização do capítulo com algumas conclusões a respeito do estudo realizado por Guba e Lincoln (2011). As três primeiras gerações, embora sejam reconhecidas suas contribuições contextuais e complementaridades, tiveram apontados, no seu conjunto, problemas e imperfeições que justificaram aprimoramentos ou mesmo uma completa reconstrução. A quarta geração surge como uma abordagem alternativa numa proposta construtivista responsiva - processo interativo e negociado, envolvendo grupos de interesse.

No entanto, Vieira e Tenório (2010) discutem e apresentam argumentos sobre a insuficiência das quatro primeiras gerações. Referindo-se tanto às lacunas e limites teóricos quanto à ideia de geração, que não se sustenta na forma como foi utilizada para indicar o desenvolvimento do conceito de avaliação. Observa-se que a indicação é uma sucessão de conceitos independentes, conforme explicam Vieira e Tenório (2010), contrária a uma transformação conceitual histórica, como os autores Guba e Lincoln (2011) quiseram apresentar, enquanto que uma fase conceitual contribui para a formação de uma fase conceitual posterior. Configurando uma transformação conceitual, cada fase amplia o significado dado na fase anterior. Portanto, conforme os autores, a verificação de alcance de objetivos não contesta, mas absorve a ideia de mensuração; já o julgamento incorpora a de medida e a de alcance de objetivos. A ideia de avaliação como negociação não pode dispensar a de mensuração, verificação de objetivos e julgamento de valores.

Argumentam os autores Vieira e Tenório (2010) sobre uma resignificação sócio-histórica do conceito de avaliação, a denominação de dimensões da avaliação, “correspondem a elementos constitutivos da ideia contemporânea de avaliação, e que foram reconhecidas paulatinamente, estando cada dimensão relacionada a um momento histórico” (p. 64).

Analisando a quarta geração de autoria de Guba e Lincoln (2011), Vieira e Tenório (2010) observam o novo conceito de avaliação centrando em argumentos de aspectos técnicos (análises e técnicas estatísticas), desenvolvendo o pensamento em discussão dos modelos do

final da década de 1980, baseado em problemas processuais existentes na concepção de avaliação. Os autores Guba e Lincoln (2011) reconhecem que não deram a devida atenção às questões sociais, culturais e políticas da quarta geração. Com base em Vieira e Tenório (2010), os dias atuais, apresentam demandas que as quatro gerações já não correspondem, em razão das exigências de uma sociedade onde os ditames da participação, do diálogo, da justiça social, dos valores, da complexidade do ser, das redes de relações, têm significado e valor. Os atores envolvidos na avaliação buscam a melhoria do processo, o que se configura numa nova dimensão - defensora do compromisso efetivo com seus resultados sob o paradigma da sustentabilidade.

Continuaremos no próximo capítulo, com a temática do campo de avaliação, estendendo a apresentação de conteúdos sobre avaliação de políticas, programas e projetos.

5 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS

A intenção de apresentar uma revisão teórica sobre avaliação de políticas, programas e projetos relaciona-se com o nosso objeto de pesquisa, o Projeto Desperta Litoral de apoio à organização produtiva e implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, sobre o qual propomos avaliar seus resultados, e tem propósito de oferecer subsídios ao nosso estudo. O projeto em questão é do Governo da Bahia, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre).

Os programas caracterizam-se como ações sistemáticas do Estado em atendimento à população em situações de vulnerabilidade social, em resposta às demandas variadas, numa situação de intervenção governamental, disponibilizando recursos públicos. Segundo Draibe (1997), a avaliação de políticas e programas sociais tem caráter de procedimento estratégico e essencial, permitindo o entendimento da ação pública, com a possibilidade de favorecer a democratização do Estado bem como da sociedade civil, aprimorar as políticas e a ação estatal, sugerindo e aconselhando alterações nos processos de formulação, implementação e resultados.

Buscamos na literatura as concepções de diferentes autores que tratam dos procedimentos de avaliação de programas e políticas, desde a ação pública, implementação e viabilização à institucionalização da “função avaliativa” na América Latina; a perspectiva “gerencialista” da avaliação e a política de avaliação de políticas públicas.

O tempo presente, com os desafios de agravamento das questões sociais, é ressaltado por Iamamoto (2008) como consequência de um sistema gerado pela crescente acumulação de capital, concentração de renda e de poder, gerando índices de expressão e a luta pela sobrevivência no campo e na cidade, denunciando as condições da desigualdade, o desemprego e o subemprego. Conforme a autora, as condições de vida de grandes parcelas da população brasileira são marcadas pela precarização, em consequência da ineficiência do Estado, mais especificamente nas suas responsabilidades sociais. A autora convida-nos a pensar nas mudanças que atingem o mundo da produção, a esfera do Estado e das políticas públicas, propondo uma análise sobre as novas mediações da questão social.

A complexidade dessa realidade social requer do Estado a disposição de oportunidades equitativas para atingir uma maturidade no processo de desenvolvimento nacional. Conforme

Bassi e Silva (2012), a consolidação da democracia requer espaços de diálogos e mais interação entre a sociedade. Na ausência dessa possibilidade, ocorre a condição de exclusão, comprometendo a participação e a capacidade de tomada de decisão de muitos brasileiros que vivem em condição de miséria.

O amadurecimento do Estado brasileiro depende de governos e políticas públicas inovadoras que favoreçam a inclusão da população como cidadãos dignos e capazes de tomar suas decisões para uma efetiva participação e contribuição com o país. Para Bassi e Silva (2003), as políticas públicas inovadoras cada vez mais estão sendo descentralizadas, no sentido de melhor se adaptarem à estrutura e condições da realidade local, o que torna mais complexo ao governo propor, estabelecer, implementar e avaliar políticas dessa natureza. Os autores explicam essas políticas como a conjunção de recursos que interferem em uma dada realidade social pela intervenção do Estado em local definido.

O Estado é uma organização política, administrativa e jurídica, constituída pela existência de um povo em um território fixo e submetido a uma soberania. De acordo com Bassi e Silva (2012), a sociedade é formada pela organização do povo em território, expressando-se pela orientação conjunta com o Estado para manter o poder político soberano. Os governos funcionam em condições transitórias e fazem a gestão pública, de onde estabelece o poder soberano do Estado.

O governo intervém por meio das políticas públicas, ao qual é atribuído implementá-las pela capacidade de universalização, coerção e regulamentação. Bassi e Silva (2012) referem-se à capacidade estabelecida pela governabilidade, conferida pela sociedade ao Estado para o exercício do poder para governar. A fonte da governabilidade está nos cidadãos e na cidadania organizada. Compete ao governo representar e atender aos anseios do Estado, agindo de forma estratégica e planejada para o bem público.

5.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA “FUNÇÃO AVALIAÇÃO” NA AMÉRICA LATINA

Faria (2005) vê a década de 90 como um tempo de busca do fortalecimento da função avaliação, tanto nas democracias ocidentais como especialmente na América Latina. Ele afirma que os processos que ocorreram foram justificados em nome da “modernização da

gestão pública em contexto de busca de dinamização e legitimação da reforma do Estado” (p.97).

Na América Latina, a necessidade de institucionalização da avaliação como atividade governamental, conforme Faria (2005), repercute nos propósitos de avaliação de políticas públicas, como visão da avaliação numa “última etapa” do “ciclo de políticas”, conceituando-a enquanto: a) atividade destinada a aquilatar os resultados de um curso de ação que se encerra; b) produzir elementos para novas intervenções ou para o aprimoramento de políticas e programas em curso; c) prestação de contas e responsabilização dos agentes estatais, como elemento central da *accountability*. Para Farias (2005), embora reconhecendo o caráter político da avaliação ainda que implicitamente confuso, observa-se em estudos mais recentes a prevalência de viés normativo e/ou priorização de aspectos mais técnicos da avaliação das políticas públicas enfatizando sua atribuição de instrumento gerencial.

Associa-se a “função avaliação” à reforma gerencialista do Estado, com destaque nos resultados e na desresponsabilização/devolução/privatização da provisão de bens e serviços sociais, que vão explicitar posições como as de Vieira (1997 apud FARIAS, 2005, p.99):

[...] No Brasil, desde o tempo da elaboração da Constituição de 1988, a febre avaliatória ganha dimensão de epidemia e os avaliadores metamorfoseiam-se em festejados demiurgos [...]. Esta nova fase de acumulação capitalista não se importa com direitos. Seus filhos mais queridos, os recentes avaliadores, nutrem-se do relativismo tão a gosto da meritocracia.

Essa citação é observada como equívoco e temeridade em relação a uma percepção deturpada da avaliação, o que é explicado por Thoenig (2000 apud FARIAS, 2005 p. 99): a avaliação “não é, por natureza, característica de um tipo específico de Estado ou cultura administrativa”.

As motivações (expectativas) que originaram a institucionalização da “função avaliação” na América Latina são ressaltadas por Farias (2005) como um processo que se deu de forma tardia na década de 1990, com vantagem para a perspectiva de instrumentalização da pesquisa avaliativa na reforma do Estado. A medição e a avaliação do desempenho governamental e das políticas públicas integraram as agendas de reformas nos anos de 1980 e 1990, porém estiveram longe de se efetivar nos países latino-americanos. O processo de reforma do Estado nas democracias ocidentais foram sustentados por fatores de ordens econômica, política e ideológica, resultando dessas reformas, num primeiro plano, a adoção de medidas de contenção dos gastos públicos, melhorias da eficiência e da produtividade com

aspectos relacionados à gestão, onde o “consumidor” dos bens e serviços públicos supostamente estaria em primeiro plano. Num segundo plano, a expectativa de contribuição das reformas para a reavaliação da pertinência das organizações, preservando as atribuições e valorização da provisão privada de bens e serviços. Caiden e Caiden (2001 apud FARIAS, 2005). No que conclui Caiden e Caiden (2001 apud FARIAS, 2005 p. 100), “a medição de desempenho, o monitoramento e a avaliação não foram apenas ornamentais nem tiveram uma significação incidental nas reformas. Foram (ou deveriam ter sido) as alavancas essenciais da mudança”.

A justificativa da centralidade da avaliação tinha uma expectativa para as “funções”. Conforme Farias (2005), garantiriam a credibilidade do processo de reforma e a sustentabilidade política das diretrizes de desregulamentação e diminuição do tamanho do governo, numa via da “devolução”, ou ainda deslocamento das funções e serviços às instâncias subnacionais ou privatização. Nessa perspectiva, fomentavam-se o ideal de transparência na gestão pública e a satisfação dos usuários/clientes. O projeto a ser implantado de “modernização” do Estado relacionado à “revolução” gerencialista tem primazia pelo monitoramento e a avaliação de políticas. Porém a política da avaliação das políticas públicas está distante de atender às questões e disputas relativas à definição dos interesses prioritários e do escopo do Estado. Nessa circunstância, é possível a avaliação servir como instrumento na disputa eleitoral, no controle das interações intergovernamentais e no aglutinar de forças e de interesses no âmbito intraburocrático.

5.2 A PERSPECTIVA “GERENCIALISTA” DA AVALIAÇÃO

Embora evidenciado no Brasil um novo destaque à avaliação de políticas, Faria (2005) observa o pouco interesse demonstrado pela comunidade acadêmica em relação à abertura de novas frentes de investigação aos analistas de políticas públicas, particularmente aqueles das áreas de ciência política e da sociologia, o que é considerado pelo autor como contraditório. Já na área da administração pública, constata uma frequência de publicação de periódicos nacionais, como também a indução de forte influência externa no processo de institucionalização dos sistemas de avaliação na América Latina.

Para Faria (2005), justificando essa visão geral da avaliação enquanto trabalho multidisciplinar já reconhecido amplamente, há de se compreender a razão da omissão da ciência política brasileira. Para melhor explicar a questão, Faria (2005, p. 100) recorre a uma citação que se baseia na afirmação de Michael Scriven: “A investigação avaliativa deve produzir como conclusão exatamente o tipo de afirmação que os cientistas sociais dizem ser ilegítima: um juízo de valor ou mérito” (SCRIVEN, 1974 apud BALLART, 1996). Essa é uma razão que pode trazer a compreensão do paradoxo: as investigações na subárea da análise de políticas públicas são influenciadas pela conjuntura. Segundo Melo (1999 apud FARIA, 2005), a adaptação a essa condição não tem sido suficiente para a avaliação ganhar destaque na agenda de pesquisa dos profissionais da área, compreendida como subárea da ciência política.

O que vale observar que a estruturação do campo da análise de políticas públicas ainda é bastante incipiente no Brasil, conforme Melo (1999 apud FARIA, 2005), o Brasil sofre de grande fragmentação organizacional e de temática, apresentando uma institucionalização ainda precária, características que tornam compreensíveis as lacunas identificadas. Outra questão refere-se à ausência de investimentos sistemáticos para o estudo dos processos de implementação e avaliação, demonstrando o privilégio que têm os status decisórios da ciência política no Brasil. No entanto, os estudos “pós-decisão” no Brasil são escassos, o que é explicado pela frágil institucionalização da área; conforme Faria (2003 apud FARIA, 2005), a análise de políticas públicas ainda se insere nas questões analíticas de ordem tradicional qualificada pela ciência política somada a certa debilidade no campo de estudo da administração pública.

Portanto, com base na análise do autor acima, a interação da administração pública com a ciência política e com a sociologia ainda apresenta certa fragilidade. Como explicado por Faria (2005), a generalização da avaliação de políticas públicas deriva-se de sua instrumentalização no processo/projeto de reforma do Estado. A concepção prevalecente da avaliação enquanto instrumento administrativo e com função que se apresenta alheia às competições políticas torna claro o endosso à distorção do princípio republicano de desvinculação entre política e administração pública. Assim, conforme esse autor, fica reconhecida a hegemonia da perspectiva gerencialista nos processos de implantação dos sistemas de avaliação pelos organismos multilaterais que têm investido em assistência técnica e financiamento de projetos com exigências de avaliação. No entanto, Faria (2005) adverte

que não se pode esperar que a ciência política, por si só, (re)politize a avaliação de políticas públicas, mas é devido à mesma a análise do impacto e decorrências desse domínio.

Com base em Bouldosa (2009, p. 29-30), a avaliação no Brasil apresenta traços similares ao processo vivenciado na América Latina. A vivência exigiu esforço para a inclusão da avaliação nas agendas nacionais de governo, durante as décadas de 1980 e 1990, definidas pelo debate sobre a crise de governabilidade e credibilidade dos Estados Nacionais. A concepção gerencialista da administração pública brasileira origina-se desses debates, influenciados pelo movimento estadunidense e europeu na reforma dos aparelhos de Estado, nos governos de Ronald Reagan (presidente dos EUA entre 1981 e 1989) e Margaret Thatcher (primeira-ministra da Inglaterra entre 1979 e 1990).

Tendo em vista as várias concepções dos movimentos de modernização do Estado, que terminam influenciando a reforma do Estado brasileiro, na opção por uma linha gerencialista, Bouldosa (2009, p. 31) refere-se à defesa da racionalização *top-down* (de cima para baixo) dos processos decisórios e à definição das bases para essa cultura de avaliação no Brasil. Alguns autores fazem referências à difusão das práticas de avaliação relacionadas às questões de efetividade, eficiência, responsabilização e desempenho da gestão pública, inseridas nesses moldes da reforma do Estado. A correlação dessas práticas com a cultura gerencialista da reforma do Estado é vista por Bouldosa (2009) como uma utilização limitada das avaliações, mesmo tendo sido no âmbito da administração pública e servido de embasamento às decisões de gestores, formuladores e implementadores de programas e políticas públicas, ainda assim, as avaliações de políticas e programas devem contribuir para as decisões mais acertadas desse público, pelo auxílio de informações e conhecimento do tema tratado, resultando em otimização do gasto público, maximização de resultados, identificação de êxitos, podendo trabalhar as dificuldades com maior condição de acertos.

Conforme Bouldosa (2009, p. 29), atualmente no Brasil, a avaliação já se consolida na agenda governamental, contudo ainda se considera limitação de seus usos. A cultura da avaliação, influenciada pela concepção gerencialista, ainda não permitiu superar o estigma da avaliação como etapa final de processos de intervenção social. O ato de avaliar ainda se dá sem um entendimento do motivo pelo qual o próprio Estado, ao promover processos de aprendizagem relacionados à intervenção social, não contempla essa necessidade. Há certa “automatização da avaliação”, não aproveitando seu uso prático nos próprios objetos

avaliados, como políticas, planos, programas, projetos ou ações, com certa falta de significação, fruto da forma como vem se consolidando essa cultura no país.

Ferreira e Tenório (2010), ao se reportarem à insuficiência ainda do desenvolvimento das pesquisas na avaliação de políticas públicas, explicam retomando o período de surgimento das exigências para financiamento de programas (década de 80), tendo como principal demanda o estudo sobre o processo de tomada de decisões e as influências delimitadas num contexto de viés comportamental e neutralista. Nesse caso, segundo os autores (p. 157), “[...] estuda-se a eficácia das políticas deixando relegada a avaliação política dos princípios que as fundamentam, ou seja, o seu conteúdo substantivo. Enfatizam-se o cumprimento de metas e os processos colaterais e deixa-se de lado a essência da política”. Portanto, a avaliação não deve limitar-se apenas às questões de análise conceitual de princípios como também a uma análise somente política, mas precisa atentar à avaliação, fundamentada em princípios que sustentam as razões que deram origem à própria política, isto é, baseada em princípios de concepção humanísticos de igualdade, democracia e de cidadania (FERREIRA; TENÓRIO, 2010).

No campo das políticas públicas, a avaliação passa a ter destaque considerando o movimento a partir dos anos 1990 em relação à ação governamental, evidenciando-se como elemento central do processo de regulação do Estado, no controle da qualidade e gestão das políticas públicas. Como explicam Ferreira e Coelho (2011), num contexto de construção do conhecimento de uma dada realidade e inserção numa determinada política, as relações que se estabelecem entre avaliadores e decisores vão exigir uma comunicação entre as seguintes questões: a) a credibilidade e a instrumentalização da avaliação no processo de produção de informação na dita pesquisa avaliativa; b) a análise dos resultados da pesquisa e suas considerações sobre estes resultados, julgando-os como base para a tomada de decisão e a melhoria dos processos; c) o problema da autonomia do avaliador no contexto do processo de tomada de decisão dos gestores e formuladores das políticas.

Os autores Ferreira e Coelho (2011) ordenam as questões acima, primeiro, sobre as reais possibilidades de a avaliação produzir conhecimentos que tenham validade sobre os resultados das políticas públicas, e, segundo, o uso dos resultados da avaliação no processo de tomada de decisão aponta para a necessidade de discutir as mediações na relação entre avaliadores e decisores. Para os autores Ferreira e Coelho (2011), no âmbito das políticas públicas, consideram-se alguns procedimentos no processo de uso dos resultados na tomada

de decisão, a exemplo da qualidade dos resultados que tem uma relação direta com o uso efetivo da avaliação, o nível de autonomia do avaliador, as concepções de avaliadores e gestores sobre esse uso e os aspectos relacionados às vinculações institucionais e profissionais dos atores. Segundo os mesmos, a avaliação é elemento estratégico de transformação das políticas públicas e de democratização da sociedade à proporção que as informações e julgamentos produzidos auxiliem as instâncias decisórias a melhorarem o desempenho das políticas.

5.3 A POLÍTICA DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A avaliação de políticas públicas não pode ser confundida como um cálculo de custo-benefício, nem uma atividade de pouco interesse, conforme Melo (2009), ela se ancora num conjunto de valores e noções que tratam da realidade social e a participação do público, formado pelo governo, composto por elites políticas e burocráticas, que os faz distinguir a condição de utilidade da política. Esses elementos informam “termos de debate” sobre as políticas definindo a agenda pública no Brasil.

A noção de políticas públicas, no campo da avaliação, entende-se como processo contínuo de decisões, que se alteram permanentemente (LAMOUNIER, s.d. apud CARVALHO, 2003), visualizando o sistema de políticas públicas como processos em fluxo evidenciando barganhas, pressões e contrapressões às vezes como redefinições das decisões. Observam-se os aspectos, o processo de redefinição dos objetos como produto de decisões anteriores e o processo onde se altera a definição do que é ou não objeto de decisão política, por exemplo, objetos que antes eram parâmetros não negociáveis deixam de sê-lo.

Conforme Carvalho (2003), sendo o sistema das políticas públicas processo em fluxo, não há como considerar a política pública como sequência linear de etapas. Já se tratou as políticas públicas como etapas estanques e sucessivas, porém é mais bem explicada como processo contínuo de decisões no papel de melhor contribuir para se ajustar e adequar as ações ao seu objeto, ou mesmo de outra forma, haver alteração substancial na política pública. Portanto, a avaliação constitui-se como parte do processo da política pública. Não são somente formulação e implementação de ações, integra-se atividade de forma permanente,

presente em todas as fases da política pública a partir da identificação do problema à análise das mudanças sociais da intervenção pública.

Para Campanha e Tenório (2012), a existência de muitas políticas públicas ineficazes, em oposição ao montante de recursos despendidos pela coletividade, exige uma necessidade de investigação contínua do problema, bem como das propostas implementadas pelo governo, cuja possibilidade se dá pelos procedimentos sistemáticos de avaliação quanto a sua eficiência, eficácia e adequação aos interesses da sociedade (efetividade), ator partícipe do processo e principal fonte de finanças do Estado.

No Brasil, a tradição da avaliação da efetividade de políticas públicas ainda carece de estruturação. Segundo Arretche (2009), o critério da efetividade das políticas faz-se presente em parte das análises. Encontra-se relacionado aos ideais de igualdade e justiça social, o que faz com que se criem expectativas no sentido de que as políticas implementadas reduzam os índices de pobreza, desigualdade e exclusão sociais existentes. A correlação entre as políticas e seus frágeis resultados é notória no discurso analítico das políticas públicas.

Como afirma Arretche (2009), na avaliação das políticas, as análises não trazem resultados significativos. Isso em decorrência da dificuldade em estabelecer a relação de causalidade. Parte das análises relaciona a inefetividade das políticas sociais brasileiras à persistência da condição de abandono, pobreza e desproteção da população pobre. Conforme a autora, a avaliação de eficácia é a mais utilizada nas avaliações de políticas públicas. Também é a mais exequível. O avaliador organiza uma equação entre metas de um programa e, de posse das informações colhidas, relaciona-as com as metas alcançadas e, assim, conclui pelo sucesso ou fracasso da política. No entanto, a maior dificuldade é em relação à confiabilidade dos dados obtidos.

Nas sociedades em que o mercado eleitoral tem peso, o impacto social de uma política é menor diante do processo decisório e até sobre a opinião pública ou ainda seu impacto eleitoral. Conforme Arretche (2009), a avaliação da eficiência, eficácia e efetividade das políticas tende a aparecer como elemento de pouca importância na decisão de adoção, reformulação ou supressão de um programa público, considerando a influência do mercado eleitoral no processo decisório. Por essa razão, a disponibilização de instrumentos sobre a produção e divulgação da avaliação de políticas é uma iniciativa que vai capacitar o eleitorado a exercer o princípio democrático de controle sobre a eficiência da ação dos governos, possibilitando o exercício do direito democrático, o controle das ações do governo.

Por avaliação política, Figueredo & Figueredo (1986 apud ARRETCHE, 2009, p. 30) entendem: “A análise e elucidação do critério ou critérios que fundamentam determinada política: as razões que a tornam preferível a qualquer outra”. Portanto, o caráter político do processo decisório que originou a política, como os valores e critérios políticos identificados, é destacado nessa característica de avaliação e, nesse caso, prescinde da análise da operacionalidade ou mesmo da implementação do programa. Pressupostos e fundamentos políticos do curso da ação pública são analisados independentemente do desenho institucional e dos resultados previstos (ARRETCHE, 2009).

No campo social, a avaliação é observada por Carvalho (2009) como auditoria ou controle externo de um dado programa. Isso devido ao fato de as práticas tecno-burocráticas das instituições se acostumarem a apresentar resultados dos programas às chefias sem a participação das comunidades e usuários. Avaliar políticas e programas sociais constitui-se desafio para os centros de pesquisa e também para os governos. Ainda afirma a autora, sobre a necessidade de uma concepção de avaliação que acompanhe a ação desde a sua formulação, implementação, execução, resultados e impactos. A questão não é somente avaliar resultados, mas também processos, não somente mensurar quantitativamente os benefícios ou malefícios da política ou programa, mas também qualificar decisões, processos, resultados, impactos.

Têm sido frequentes as pressões aos governos, pelas comunidades nacional, internacional e a sociedade civil organizada, para a apresentação da efetividade do gasto público e a eficácia dos serviços/programas ofertados. Conforme Carvalho (2009), sociedade e cidadãos reivindicam uma relação de transparência e de participação nas decisões em torno de alternativas políticas e programáticas. Querem conhecer e acompanhar a equação entre gastos públicos e o custo-efetividade das políticas e programas destinados a produzir maior equidade social.

A complexidade que a questão social assume no mundo contemporâneo e no Brasil, segundo Carvalho (2009), faz da avaliação de políticas e programas sociais também um imperativo ético, pois a avaliação sistemática e contínua representa um instrumento estratégico de informações substantivas que vai permitir o exercício do controle social. Portanto, a avaliação de políticas e programas sociais reserva complexidades e especificidades próprias. Numa dada ação social, os resultados são múltiplas causas ou fatores a serem analisados na investigação avaliativa. Os objetivos dos programas sociais demandam um

conjunto articulado de iniciativas de várias políticas sociais, mobilizando ações intersetoriais e intergovernamentais.

Conforme Palumbo (1998 apud BAUER, 2011), a política, por encontrar-se em constante mutação, envolvendo pessoas de diferentes níveis, é inferida pelas ações previstas à execução, pelo comportamento dos elaboradores e aplicadores. Por não ser de natureza palpável e de fácil apreensão, explica o autor, “uma política, assim como a política partidária, é complexa, invisível e elusiva [...] e não é algo que possa ser identificado, considerando-se um único evento ou uma única decisão” (p. 814). Suas ações e comportamentos, leis, regulamentos, documentos, são elementos indicativos da política.

Com base no conceito explicitado acima, é preciso ter clareza de que, ao analisar uma política, há de se compreender que não é algo objetivo que possa ser apreendido. As conclusões trazem o “olhar do pesquisador” que chamou para si a responsabilidade da tarefa. Bauer (2011) refere-se ao pressuposto relacionado à não implementação da política conforme seu desenho original, mediante a influência de fatores no processo de execução, como as concepções e crenças dos agentes responsáveis pela implementação. Portanto, nem todos os fatores que exercem influência no processo de execução podem ser controlados ou antecipados. Informa ainda a autora outro pressuposto, a comparação direta entre o previsto e o realizado, levantando informações que podem auxiliar a vislumbrar os aspectos que intervêm na concretização da política.

Os autores Costa e Castanhar (2003) ressaltam a exigência de maior eficiência e maior impacto nos investimentos governamentais dos programas sociais. A condição de melhores resultados desses programas deve atrelar-se ao cumprimento de instrumento fundamental, a avaliação sistemática contínua e eficaz. Assim sendo, pode ocorrer melhor utilização e controle dos recursos investidos, bem como ofertar subsídios aos formuladores de políticas sociais e aos gestores dos programas que contribuam para políticas mais estruturadas e maior eficácia na gestão pública.

No setor público, a avaliação de desempenho tem sua relevância, Costa e Castanhar (2003) já esclarecem que os serviços públicos oferecidos não têm competição no mercado consumidor que poderia servir como medida de qualidade e eficácia na prestação, até pelo próprio comportamento da demanda. Então o Estado deve cumprir a avaliação regular de seus programas e atividades.

Os autores Ferreira e Tenório (2010) observam no processo de avaliação de política e programas alguns condicionantes que farão parte das etapas de implantação e resultados, que devem integrar-se ao modelo avaliativo a ser definido, como o ambiente político onde se situa o programa; as forças políticas de contrapor ou de aliança de apoio ao programa; bem como recursos econômico-financeiros a respeito da alocação dos gastos públicos; visões sobre a democratização do Estado; princípios de eficiência, efetividade e eficácia das ações governamentais da área social.

Sobre a incompatibilidade das avaliações quantitativas e qualitativas, Ferreira e Tenório observam (2010) no tocante à tradição da administração pública brasileira levantamentos quantitativos de ordem econômico-financeira com o fim de penalizar as entidades que prestam contas ao governo federal, e sugerem os autores a inclusão de dados qualitativos mediante a inserção de parâmetros e indicadores.

Seguindo essa linha de raciocínio, vale atentar para o impacto que uma dada política traduz na dimensão do desempenho da ação pública e a necessidade de realização da avaliação política, que ainda pode ser de ordem moral (ética) ou instrumental. A primeira explicação refere-se aos princípios de justiça que devem permear a formulação de políticas e a repercussão na vida das pessoas. Trata-se de uma avaliação política e de política levando-se em consideração princípios, produto e impacto (FERREIRA; TENÓRIO, 2005).

Para os autores Ferreira e Tenório (2010), a segunda explicação tem a ver com a implementação da política ou programa, com o objetivo de obter um fluxo contínuo de informações sobre seus resultados relacionados a volume e qualidade, ou seja, controle de impacto. Não é necessário aferir se o estado desejado ocorreu, porém dão ênfase à verificação e adequação aos princípios de justiça reconhecidos à nova condição. Nessa circunstância, os projetos sociais estarão em confronto com a maneira como a sociedade se estrutura, da mesma forma com as representações sociais dos atores envolvidos nas etapas de formulação, implementação e controle dos resultados das políticas e programas.

Nessa circunstância, há de se ver as possibilidades de apelo à participação popular no controle da execução das políticas, que Ferreira e Tenório (2010) utilizam como forma de superar a desarticulação social, buscar os canais institucionais numa construção de gestão democrática, com a participação da sociedade civil no controle das ações do Estado, em espaços públicos institucionais na concretude da prestação dos serviços públicos. Dessa forma

dá-se a participação dos atores sociais enquanto estratégias de controle social e de sobrevivência da população organizada nos movimentos contemporâneos.

Ferreira e Tenório (2010) chamam-nos à reflexão para os modelos de avaliação implementados, no sentido de repensar ou mesmo superar modelos preestabelecidos com base em indicadores construídos previamente e baseados em padrões de qualidade definidos conforme parâmetros externos, na perspectiva de construção de modelos firmados com ênfase na negociação e no compromisso com os atores envolvidos no processo, inserindo uma nova dimensão da avaliação cuja construção pode se dar coletivamente numa perspectiva de contribuir para a melhoria efetiva dos serviços públicos.

Quanto às análises da política, Frey (2000) refere-se aos resultados e impactos, que nem sempre correspondem aos projetados em fase de formulação. Na análise de processos de implementação, cita duas abordagens, uma relacionada à qualidade material e técnica de projetos ou programas, a se levar em consideração, no caso, o conteúdo dos programas e planos. Ao serem comparados os fins determinados na formulação dos programas com os resultados alcançados, checam-se a ocorrência de cumprimento da encomenda da ação e as possíveis causas relacionadas a déficits de implementação.

Sobre a abordagem direcionada para as estruturas político-administrativas e a atuação dos atores envolvidos, Frey (2000) ressalta a importância ao processo de implementação, ou seja, a descrição do “como” e “por que” se dão as ocorrências, a atuação dos atores, os motivos e resultados. Na etapa de avaliação da política, onde se trata da correção da ação, os programas são vistos de acordo com os impactos efetivos, levantando os déficits de impactos e efeitos não desejados na condição de deduzir as consequências com vistas às ações e programas futuros. Quando os objetivos do programa foram alcançados, chega-se ao fim do ciclo político, já a não ocorrência dá origem a um novo ciclo, a elaboração de um novo programa ou a modificação do anterior. O mesmo autor observa a importância da fase da avaliação para o desenvolvimento e a adequação contínua dos processos e instrumentos da ação pública, denominado por Prittwitz (1994, apud FREY, p. 19) como “aprendizagem política”.

A avaliação oferece bases que servem ao (re) planejamento, como forma de ajustar políticas e práticas, propor melhorias utilizando-se da função diagnóstica e de controle, de maneira que o ente estatal possa fazer uso de diversas alternativas para obter informações

fidedignas, com qualidade. Este pensamento é comungado por Ketls (1998, apud COSTA & CASTANHAR, 2003, p. 971):

As iniciativas de reforma do Estado que se realizam em todos os cantos do planeta há mais de uma década e meia trazem em seu bojo um desafio portentoso: fazê-lo funcionar melhor, porém com um custo menor. A busca dessa melhoria passa pela avaliação do desempenho dos programas públicos, o que enseja a possibilidade de avaliar a própria *performance* do aparelho estatal. Ou seja, quando se estabelecem a eficiência, eficácia e efetividade como medidas de sucesso da ação governamental, impõe-se criar também meios de avaliar diferentes alternativas para se obter resultados equivalentes.

Conforme Cohen e Franco (2012, p. 16):

É necessário e factível avaliar as políticas sociais, no sentido de medir os resultados das ações realizadas. Mesmo os mais abstratos enunciados de política só podem ser postos em prática mediante sua operacionalização em programas e projetos que são modelados em ações concretas, sendo sempre possível (e necessário) avaliar se alcançaram os objetivos que queriam obter.

De acordo com Carvalho (2003), a avaliação ocupa no processo das políticas públicas posição externa aos agentes gestores, executores e singular em seus propósitos. A avaliação de políticas públicas visa:

Ajustar ou mesmo validar objetivos, metas e focos sociais, adequar os meios utilizados aos fins propostos, quantificar e qualificar o atendimento realizado e os benefícios gerados, identificar os impactos ou efeitos das ações nas condições de vida dos beneficiários diretos e indiretos (p. 186).

A citação relacionada à avaliação traz distinções nas modalidades “avaliação de processo e avaliação de impacto, que se estruturam em metodologias de análise comparada entre o antes e o depois, o proposto e o realizado e entre meios e fins (p. 186)”. Conclui a autora que a avaliação é instrumental de análise que avalia a eficiência, a eficácia e o processo da política ou programa e a efetividade, impactos resultantes das ações da política ou programa. Afirma Carvalho (2003) que a avaliação inscreve-se no campo das ciências sociais aplicadas, organiza-se e desenvolve-se apoiada nos referenciais conceituais das diferentes Ciências Sociais.

5.4 A AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS

Apresentaremos conceitos e orientações sobre a temática dos programas e projetos sociais. Cohen e Franco (2012, p. 85) auxiliam com a conceituação da ONU que traz uma compreensão. “Um projeto é um empreendimento planejado que consiste num conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo dados” (ONU, 1984). Complementando o conceito, “é a unidade mais operativa dentro do processo de planejamento e constitui o elo final de tal processo. Está orientado à produção de determinados bens ou a prestar serviços específicos” (PICHARDO, 1985 apud COHEN e FRANCO, 2012).

Explicam os autores citados, sobre os projetos e as organizações relacionadas aos setores público e privado às quais se atribuem a formulação e a execução, que desenvolvem suas atividades em áreas onde funcionam os projetos. Normalmente a implementação tem duração entre um e três anos, podendo ser maior quando fazem parte de um programa.

Já o programa “é um conjunto de projetos que perseguem os mesmos objetivos. Estabelece as prioridades da intervenção, identifica e ordena os projetos, define os âmbitos institucionais e aloca os recursos a serem utilizados” (COHEN e FRANCO, 2012, p. 85-86). As organizações que se responsabilizam pelos programas normalmente são públicas, porém há instituições privadas que operam nas diretrizes traçadas pelos órgãos de planejamento. Os programas têm durabilidade de um a cinco anos, podendo dispor de mais tempo.

Os projetos sociais, independentemente de serem desenvolvidos por organizações governamentais, empresariais ou não governamentais, atuam em nível micro de intervenção social, conforme limites de metas, tempos e orçamento existentes. Conforme Araújo (2009), existe um esforço para se avaliar as mudanças sociais que os mesmos promovem, como também uma cobrança de resultados, principalmente por parte dos financiadores. Existe uma exigência para a avaliação de projetos, principalmente para a mobilização de recursos pelas organizações sociais, como também acompanhar as ações sociais, realimentar as decisões, opções políticas e programáticas.

Carvalho (2000 apud ARAÚJO, 2009, p. 112) argumenta que “avaliar projetos é um dever ético que as organizações da sociedade civil deveriam ter para com a sociedade em geral”. Comenta sobre “a necessidade de estabelecer relações de transparência com os

diferentes interessados, no que tange aos resultados, propósitos e processos das organizações da sociedade civil”.

Stufflebeam (1999) estimula os avaliadores a experimentarem o novo milênio como oportunidade para a observação com criticidade das abordagens de avaliação de programas e que, assim, possam fazer suas escolhas por aplicações que devem ser mantidas e desenvolvidas, ao passo que outras sejam descartadas. Entre as abordagens de avaliação para o século XXI recomendada pelo autor, encontram-se as abordagens de defesa da agenda social, com o propósito de fazer a diferença na sociedade pela avaliação de programas. Defende a garantia de igual acesso às oportunidades sociais e educacionais e aos serviços a todos os segmentos da sociedade. Além disso, estas abordagens trazem o caráter de ação afirmativa pela condição preferencial à avaliação de programas aos desfavorecidos.

Para Stufflebeam (1999), o conjunto de abordagens direciona a avaliação de programas, no sentido de empoderar os cidadãos privados dos direitos civis. Isso porque os “*stakeholders*” participantes têm autoridade para definições importantes, como as interpretações e divulgação das descobertas resultado das avaliações. Esses atores são motivados pelos avaliadores a se empoderarem para a condição de usar a avaliação a seu favor, embora eles possam tornar a avaliação com tendências vulneráveis e de mau uso. Trata-se de abordagens orientadas aos princípios democráticos de igualdade e justiça e utilizam procedimentos práticos com o objetivo de envolver todos os *stakeholders*.

A abordagem centrada no cliente (avaliação responsiva), denominada por Robert Stake (1983) como avaliação responsiva, é enfatizada por Stufflebeam (1999) como abordagem de autonomia local, auxiliando as pessoas a utilizarem a avaliação para o aperfeiçoamento do programa. O avaliador condiciona-se a “servir” para que a avaliação atenda às necessidades dos clientes. Essa modalidade dá mais ênfase às informações subjetivas; as avaliações objetivas são rejeitadas para uma visão pós-modernista, não existindo preferências entre respostas e valores.

Na abordagem de avaliação de programas, segundo Stufflebeam (1999), podem ocorrer conflitos de descobertas, porém as interpretações são submetidas ao olhar do observador. Associa-se à “escola relativista de avaliação” uma abordagem plural, flexível, interativa, holística, subjetiva, construtivista e orientada aos serviços. É relativista pela condição de não exigir uma conclusão autoritária final, porém interpreta as descobertas das

avaliações entre os diferentes e conflitantes valores dos *stackholders*. Ou seja, devem ser identificados os efeitos extras e ganhos incidentais como também os resultados intencionais.

Conforme Sttuflebeam (1999), os avançados organizadores da avaliação nessa abordagem baseiam-se nos interesses dos *stackholders* e os assuntos do programa, como fundamento lógico, cenário, transações, resultados, padrões e julgamentos. Compreendem propósitos de auxiliar as pessoas a um entendimento das concepções do programa, desde a visão dos grupos sobre os problemas, as forças e fraquezas dos programas, o grau de valorização das pessoas em relação ao programa e o julgamento que os especialistas fazem. Essa abordagem conta com expressiva base filosófica, seguindo uma linha de promoção de igualdade e justiça dos avaliadores sobre os clientes bem como a continuidade dessa conduta nas respostas às demandas dos clientes.

A avaliação deliberativa democrática nos modelos de avaliação de programas, segundo House e Howe (1998 apud STTUFLEBEAM, 1999), funciona em quadro democrático explícito e responsabiliza os avaliadores a defenderem os princípios democráticos no sentido de conseguir conclusões avaliativas defensáveis. Essa abordagem prevê avaliação de programas com principal instituição societária influente, contribuindo com a democratização da publicação de reivindicações confiáveis e válidas. O autor refere-se aos organizadores avançados da abordagem que se dividem em três dimensões: participação democrática, diálogo para examinar e autenticar os registros dos *stackholders* e deliberações para se chegar a uma avaliação defensável do valor e do mérito do programa. Essas dimensões são consideradas essenciais nos aspectos da avaliação de programas.

Para Sttuflebeam (1999), a avaliação focada na utilização assegura que a avaliação do programa cause impacto. Trata-se de estudo de avaliação em colaboração com grupo de usuários prioritários selecionados de um conjunto de *stackholders*, com o objetivo de focar nos seus usos intencionais de avaliação. Todos os aspectos da avaliação de programas focados na utilização são aplicados para auxiliar os usuários-alvo a obterem e aplicarem as descobertas da avaliação e seus usos intencionais, ampliando a possibilidade deles agirem e assim fazerem. Os estudos referidos são julgados pela diferença que fazem para melhorar os programas e influenciar as decisões, mesmo os aspectos técnicos.

Os organizadores avançados da avaliação de programa focado na utilização são os usuários e os usos a serem servidos. Segundo Sttuflebeam (1999), na deliberação com os usuários pretendidos, o avaliador deixa claro o propósito da avaliação de programas, que deve

ser o de dar as informações necessárias para cumprir seus objetivos, que incluem ajudas válidas socialmente, como o combate a problemas de analfabetismo, crime, fome, mendigos de rua, desemprego, abuso de crianças, etc. Eles determinam o programa a ser avaliado, as informações a serem requeridas, como e quando os registros devem ser feitos e como serão usados.

Para Cotta (1998), a avaliação de programas sociais, embora seja tema recorrente, ainda não foi incorporada à administração pública. Considera-se a complexidade da metodologia da avaliação, mas também certo desinteresse dos *policy makers* (decisores políticos), bem como a desconfiança por parte dos responsáveis pelos programas. Trata-se de um comportamento que tem gerado perdas à medida que se anula um importante instrumento gerencial com a capacidade de auxiliar o processo decisório e trazer clareza sobre a coerência da intervenção na realidade social em questão.

Cotta (1998) ainda adverte para o crescimento das demandas da sociedade organizada, principalmente no processo de avanço da democracia, pela transparência da gestão de recursos públicos, que certamente a utilização de procedimentos da avaliação sistemática será capaz de atender às ações em execução.

Conforme Cotta (1998), as metodologias de avaliação de programas sociais têm servido de críticas, por não auxiliarem no processo decisório, haja vista apresentar resultados não conclusivos, inoportunos e irrelevantes. A autora se refere às limitações desse tipo de estudo, a morosidade do processo avaliativo e ainda por não responderem às demandas informacionais dos agentes sociais sujeitos da intervenção (SULBRANDT, 1993 apud COTTA, 1998, p. 119):

A implementação seria pouco realista e, pior ainda, teria um viés nitidamente tecnocrático. Estar-se-ia ignorando por completo as restrições impostas pelos contextos sociais, político e organizacional onde a implementação ocorre. Certamente, tais restrições potencializam a complexidade e a incerteza inerentes a esse processo, desautorizando as abordagens que partem do pressuposto de que os *policy makers* controlam o processo organizacional, político e técnico, associado à implementação de políticas.

Cotta (1998) refere ainda que o êxito da implementação decorrerá dos embates na burocracia pública e na interseção entre as ações administrativas e privadas. Os resultados estarão sujeitos ao poder e às estratégias de atores importantes ao processo, como também das organizações responsáveis pela intervenção. Para a autora, há equívoco na concepção dos

enfoques tradicionais da avaliação por exacerbar a condição governamental de ajustar as condutas de burocratas, grupos objetivos e atores sociais envolvidos na intervenção.

Já Weiss (1998) traz a ideia de avaliação colaborativa que tem o objetivo de auxiliar as pessoas do programa a refletirem sobre a prática, como também desenvolverem o senso crítico para melhor questionarem sobre a operacionalização do programa. A experiência proporciona aprendizagem do processo avaliativo, questionamento cético mais reflexivo. Pode ainda estimular a criatividade para desenvolver sistemas de informação que vão ser úteis ao estudo, permitindo avanço em base contínua.

Ala-Harja e Helgason (2000 p. 5) referem-se à avaliação de programas “como uma análise sistemática de aspectos importantes de um programa e seu valor, visando fornecer resultados confiáveis e utilizáveis”. Segundo os autores, a avaliação de programas resulta em mecanismo de melhoria do processo e de tomada de decisão, para assegurar melhores informações ao governo e, assim, repercutir em fundamentação de outros programas. Sobre a avaliação de programas, compreende a avaliação dos resultados de um programa em relação aos objetivos propostos.

Em meio às análises de distintos autores sobre avaliação de políticas e programas, temos a dizer que no campo social é fundamental a difusão da cultura da avaliação num processo de fomentar a participação popular, uma forma de garantir a legitimidade e a participação desde a formulação, implementação, execução das políticas e projetos, avaliação, no sentido de democratizar as informações, decisões, para uma apropriação mais rica, objetivando êxitos na eficiência, eficácia e efetividade, fazendo o uso dos resultados da avaliação no processo de tomada de decisão, visando a uma melhoria efetiva das políticas públicas, programas e projetos.

Prosseguimos no capítulo posterior com a contribuição de autores que dedicaram-se a estudos e a melhoria de resultados da política social, nos subsidiando em orientação metodológica sobre a avaliação - uma forma de medir o grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas.

6 AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Este capítulo nos subsidia com a contribuição de autores que dedicaram estudos à melhoria de resultados da política social, oferecendo orientação metodológica sobre a avaliação. Uma forma de medir o grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas. Trata-se de importante iniciativa a utilização de metodologia adequada à formulação da avaliação de projetos. Não basta que os projetos sejam eficazes, é preciso que os resultados sejam avaliados.

Uma definição da avaliação de programa é proposta por Aguilar e Ander-Egg (1994). Segundo os autores, avaliar um programa ou projeto não é algo que se possa fazer em qualquer tempo e em qualquer lugar. É necessária a interlocução com os participantes em ambiente apropriado para analisar a possibilidade da condição de avaliar. Conforme Luque e Casquete (1989 apud AGUILAR e ANDER-EGG, 1994), a análise exige requisitos prévios: lógicos, científicos e éticos. Ao passo que Stufflebeam e Shinkfield (1987 apud AGUILAR e ANDER-EGG, 1994) referem-se à avaliação como útil, factível, ética e exata. Ander-Egg (1984 apud AGUILAR e ANDER-EGG, 1994) reconhece como requisito fundamental que os responsáveis políticos e administrativos pelos programas tenham a convicção da necessidade da avaliação; além da concordância com os propósitos, aplicações e consequências da avaliação, bem como comprometer-se com a inclusão da avaliação enquanto parte do programa. O requisito básico comporta a utilidade e a viabilidade da avaliação.

Na definição feita por Cohen e Franco (2012), a avaliação de resultados constitui-se por resultados imediatos, resultados (impactos) de médio prazo e resultados (impactos) de longo prazo. O projeto tem como função primordial produzir mudanças em alguma parcela da realidade, solucionar um problema social ou ainda prestar serviço a um determinado grupo populacional. “[...] A avaliação terminal, por sua vez, tem como propósito aprender da experiência e utilizá-la para a formulação de projetos semelhantes” (p. 75).

Para Aguilar e Ander-Egg (1994), a avaliação da eficácia, ou seja, de resultados, consta em analisar em que ponto estão sendo alcançados os resultados previstos. Segundo os autores, a avaliação de resultados reveste-se de importância a ponto de configurar-se como preponderante a outros aspectos numa pesquisa avaliativa. Os autores chegam a questionar a validade da instituição que desenvolve um programa e não obtenha os resultados esperados.

Assim também questionam para que serve uma implementação, que, por mais que seja adequada, não tem validade, se em seguida os resultados previstos não forem alcançados?

No campo da avaliação, os tipos ou formas de avaliar podem ser classificados adotando diferentes critérios.

6.1 TIPOS DE AVALIAÇÃO

Os principais tipos ou formas de avaliação, conforme Aguilar e Ander-Egg (1994), são classificados conforme distintos critérios em quatro tipos de maior interesse prático: segundo o momento que se avalia; segundo o papel ou função da avaliação; segundo a procedência dos avaliadores; e segundo os aspectos do programa que são objeto de avaliação.

De acordo (AGUILAR e ANDER-EGG, 1994) há uma tríplice distinção entre o momento e o critério que se avalia:

- a) A avaliação antes ou (*ex ante*) também denominada inicial ou pré-decisão (LANCE, 1982; ROSSI e FREEMAN, 1982 apud AGUILAR e ANDER-EGG, 1994, p. 41). É realizada antes de se empreender um programa ou projeto, logo, na fase de planejamento. O programa é avaliado quanto à estimação crítica de sua pertinência, viabilidade e eficácia, com o objetivo de se estabelecerem critérios sobre a conveniência ou não de levar a cabo o programa ou projeto.

Informaremos a distinção, segundo Aguilar e Ander-Egg (1994) explicaram, com base em três aspectos principais:

1. Pertinência – coerência entre as soluções que se propõem e a realidade que se planeja modificar.
2. Coerência e congruência internas – análise formal, interessa avaliar a organicidade/unidade do projeto. Examina-se a viabilidade e a coerência das relações entre meios/recursos e objetivos; objetivos gerais, objetivos especiais e metas; diagnóstico e proposições.
3. Rentabilidade econômica das ações para atingir os objetivos propostos.

- b) Avaliação durante a execução, denominada de avaliação de gestão; avaliação contínua; avaliação concorrente; monitoração ou avaliação concomitante. Realizada na fase de execução, com informações sobre o andamento do programa com uma ponderação dos resultados. Avaliam-se as mudanças situacionais e até que ponto está sendo cumprido e realizado o programa de acordo com a proposta inicial. A avaliação contínua diferencia-se do controle porque também faz-se um juízo sobre o que se apoia a formulação do programa, permitindo adotar dois tipos de decisão: continuar ou não com o programa, ou, caso justifique-se a continuidade, verificar a manutenção da formulação inicial ou se devem ser redefinidos os objetivos, metas e procedimentos utilizados (AGUILAR e ANDER-EGG, 1994).
- c) Avaliação *ex-post* – realizada quando o projeto chega ao fim. Porém deve ser diferenciada. Uma coisa é a avaliação que se faz no fim do projeto e outra é a avaliação *ex-post*. A avaliação realizada na finalização do projeto dá-se na conclusão da execução. Ao passo que a avaliação *ex-post* é realizada quando o programa alcançou seu pleno desenvolvimento (meses ou anos depois de finalizada a execução), chamada de avaliação de impacto ou pós-decisão. São duas as formas de avaliação de resultados. Informam sobre execução, funcionamento e resultados ou efeitos de um programa. O objetivo de sua realização dá-se para avaliar quanto e como alterou a situação inicial ou quanto se modificou a “situação-objetivo”, conforme a referência inicial. Portanto, na distinção da avaliação durante e da avaliação *ex-post*, existe um duplo objetivo: avaliar o ganho dos resultados gerais em termos de eficiência, produtos, efeitos e impacto e adquirir conhecimento e experiências para outros programas ou projetos futuros Aguilar e Ander-Egg (1994).

Cohen e Franco (2012), ao se referirem à temática dos tipos de avaliação, deixam claro que essas são diferenciadas e conforme critérios estabelecidos, como o tempo de sua realização, objetivos procurados, por quem são realizadas, naturezas próprias, escalas assumidas e direcionamento das competências decisórias.

Na dimensão temporal, ainda no que se refere à avaliação *ex-post*, Cohen e Franco (2012) informam sobre as etapas decorrentes da realização do projeto (avaliação de processos ou concomitante) e depois (avaliação terminal), podem ainda diferenciar-se pela análise da

eficiência operacional ou impacto. Esses se distinguem pelas questões (perguntas que respondem, decisões envolvidas e usuários de seus resultados (CONTREIRAS, 1981 apud COHEN E FRANCO, 2012).

- Avaliação de processo: ocorre durante a implementação, podendo alterar a organização e operações. Delimita a dimensão da contribuição dos componentes de um projeto ou a incompatibilidade com os fins propostos no objetivo de medir a eficiência da execução do projeto.
- Avaliação de impacto: define em que medida o projeto alcança seus objetivos e relaciona seus efeitos secundários (previstos e não previstos).

Em relação à função de quem realiza a avaliação, segundo Cohen e Franco (2012), há quatro tipos: a avaliação externa, realizada por pessoas alheias à organização agente; a avaliação interna, realizada na organização gestora – nesse caso, conforme os autores, a avaliação oferece menor garantia de objetividade, pois a organização funciona então como “juiz e interessado” –; a avaliação mista, que combina os tipos de avaliação já informados, sendo que os avaliadores externos realizam trabalho próximo a membros do projeto a ser avaliado; e a avaliação participativa, que tem o objetivo de reduzir a distância entre o avaliador e os beneficiários e é utilizada em projetos menores, fixando mudanças propostas. Essa circunstância favorece a geração de resposta endógena do grupo.

Quanto aos aspectos do programa, objeto da avaliação, Aguilar e Ander-Egg (1994) trazem uma classificação incluindo elementos para melhor compreensão da atividade avaliativa de um programa realizado numa organização. Trata-se de uma tríplice distinção, de acordo aos aspectos a avaliar:

- Avaliação do plano e conceitualização do programa. Tem o objetivo de julgar a pertinência formal e o potencial de um programa, destacando a coerência interna entre os diversos componentes, concluindo com o diagnóstico da situação-problema.
- Avaliação da instrumentação e seguimento do programa. Avalia o funcionamento, podendo ser global ou de aspectos do processo, destina-se a diferentes componentes relacionados com o funcionamento do programa.

- Avaliação da eficácia (resultados) e da eficiência (rentabilidade). Trata-se da avaliação de resultados, nessa modalidade analisa-se até que ponto estão sendo alcançados os resultados, isto é, confrontam-se os resultados previstos e os resultados obtidos. Destina-se a usuários/beneficiários do programa. Considerando o conjunto da população (da qual fazem parte os destinatários do programa), o que se efetiva como avaliação de impacto.

Inclui-se também nessa classificação, a avaliação marco zero, adotada por nós na primeira etapa de avaliação do Projeto *Desperta Litoral*. Durante o estudo dessa fase do projeto, nos fundamentamos em conceitos de alguns autores, a exemplo de Chianca *et al.* (2001, p.18):

A avaliação do marco zero ocorre antes da instalação de um determinado programa ou projeto e serve para orientar a equipe responsável por ele no planejamento das ações, garantindo o máximo de proximidade às reais necessidades e expectativas dos futuros usuários.

Para Roche Chris (2002), uma boa avaliação vai exigir um estudo preliminar, onde os indicadores tenham sido monitorados de modo eficiente contando com objetivos claros e definidos, conforme as correspondentes atividades e indicadores.

O conhecimento das condições históricas é elemento importante na efetividade de uma intervenção adequada da avaliação, para uma melhor inserção do objetivo de transformação. Segundo Demo (2005 apud DEMO, 1995d e 1996b), essa circunstância dá à avaliação sentido de pesquisa, estratégia de questionamento, que favorecerá uma melhor intervenção à medida que se dá a reconstrução do conhecimento diagnóstico da realidade.

O projeto-dissertação sobre o método da pesquisa avaliativa vai necessitar da contribuição dos variados conceitos e argumentos sobre as classificações expostas.

6.2 FUNÇÕES DA AVALIAÇÃO

Scriven (2007) enfatiza os valores a serem verificados para a relevância de um programa. As necessidades da população afetada, avaliar aquelas que são questões de fato e não os valores em si, são fatos de valor imbuídos. Trata-se de consideração importante em

planos de avaliação (preformativa) e na avaliação formativa, mas também relevantes na avaliação somativa e na descritiva, quando é feito de forma prospectiva.

Aguilar e Ander-Egg (1994), ancorados em Scriven, classificam a avaliação enquanto papel ou funções a serem cumpridas, distinguindo-as entre avaliação somativa e avaliação formativa. A avaliação somativa refere-se ao estudo dos resultados ou efeitos de um programa (PATTON, 1978; MORRIS e FITZ-GIBBON, 1978 apud AGUILAR e ANDER-EGG, 1994). Por meio dessa modalidade avaliativa, é determinado até que ponto os objetivos foram cumpridos ou produzidos os efeitos previstos. Identifica o valor do programa, comparando os efeitos às necessidades dos beneficiários. Permite ainda julgar a validade da manutenção ou não do programa.

A avaliação formativa relaciona-se ao seguimento realizado no processo de execução de um programa ou projeto. Disponibiliza informação sobre como desenvolver o processo e auxilia a pôr em andamento um programa ou melhorar o que está sendo posto em prática ou em funcionamento (AGUILAR e ANDER-EGG, 1994).

Com base nas classificações da avaliação já apresentados nesse trabalho, podemos estabelecer a título de ilustração para uma melhor compreensão, articulação entre as funções, tipos e dimensões da avaliação, que se identificam entre relações e correspondências:

Considerando o momento em que se avalia:

- A avaliação realizada **durante a execução** ou **avaliação da gestão** -

Pode ser articulada de forma correspondente com a **função formativa** – que se realiza durante a execução.

- A **avaliação *ex-post***. Realizada quando o programa ou projeto **chegou ao fim**, tem correspondência com a **função somativa** – relacionada aos resultados ou efeitos do programa.

Verificando as dimensões da avaliação propostas em estudo de Vieira e Tenório (2010), explicitadas no capítulo 4 deste trabalho - Trajetória da concepção de avaliação, e na figura 2 (mapa conceitual das cinco dimensões), de autoria dos mesmos autores, pode ser estabelecida uma articulação e correspondência das funções da avaliação com essas dimensões numa relação entre as mesmas:

- A **primeira dimensão**, que trata da **mensuração**, e a **segunda dimensão**, que se refere aos **objetivos**, correspondem à **avaliação diagnóstica, similar à função somativa**.
- A **terceira dimensão – julgamento** e a **quarta dimensão – negociação** correspondem à **tomada de decisão (julgamento)** e relacionam-se à **função somativa**, julgar o valor do programa.
- A **quinta dimensão** relaciona-se com o **compromisso** na melhoria do processo, que também se relaciona à **função somativa**, a partir dos resultados, o compromisso com esses.

As informações acima são reforçadas pelos autores Ala-Harja e Helgasson (2000), ao se referirem à avaliação somativa realizada após algum tempo da implementação do programa (avaliação ex-post), com o objetivo de analisar sua eficácia e o julgamento de seu valor. Essa avaliação, segundo os autores, é adotada como forma de alocar recursos ou promover mais responsabilidade. A clientela é formada por políticos e outros agentes de decisão. A confiabilidade e a objetividade das contestações são dadas como importantes, bem como as questões relacionadas à relevância do programa.

Na mesma linha de informação, os autores, Ala-Harja e Helgasson (2000), referem-se à avaliação formativa, utilizada durante a implementação de um programa (avaliação intermediária) no sentido de se buscar mais conhecimento sobre o que se deseja contribuir. Tem o propósito de melhorar a gestão, a implementação e o desenvolvimento do programa. Os avaliadores e os clientes com frequência são internos, como também os gerentes do programa. A ênfase recai sobre a aplicabilidade dos resultados. Relacionam-se com questões operacionais de monitoramento dos eventos e aspectos referentes ao impacto.

No tocante às funções da avaliação, importante mencionar a função gestora da avaliação, para isso trazemos a contribuição dos autores Tenório, Lopes, Ferreira (2012): a avaliação é gestão; nessa atividade, a fase de tomada de decisão utiliza-se do bom senso, exigindo posicionamento político, que se sustenta num julgamento da realidade, apoiada em informações fidedignas e rigorosas. A tomada de decisão na avaliação e na gestão depende de fatores, como a negociação, que, associados ao julgamento, funcionam como respaldo para a sustentação da decisão. Portanto, avaliação e gestão aproximam-se pelas capacidades humanas de julgamento e de decisão.

De acordo com Lopes e Tenório (2010), nas organizações a avaliação é instrumento importante da gestão, posiciona-se também como elemento de controle, de regulação e de negociação, com base nos resultados obtidos, para a tomada de decisão. A negociação, como possibilidade de busca de solução dos problemas que pode ocorrer desde a elevação da qualidade de processos de treinamentos como também de desempenhos dos atores participantes dos programas. A tomada de decisão constitui-se então numa dimensão da gestão, associada à avaliação. Nos processos de gestão, essas ações estimulam e capacitam empreendedores e atores participantes e, até por já fazerem parte de um planejamento, compõem o processo de avaliação/gestão.

6.3 AVALIAÇÃO DE RESULTADO E AVALIAÇÃO DE IMPACTO

Neste tópico, apresentamos as duas modalidades de avaliação no sentido de diferenciá-las. Os autores Aguilar e Ander-Egg (1994) auxiliam na compreensão dessa distinção. Segundo eles, a diferença ocorre conforme o momento que se avalia. A avaliação de impacto ou ainda de pós-decisão trata-se da avaliação ex-post, “é a que se realiza uma vez que o programa ou projeto chegou ao fim” (p.42), ou seja, é realizada quando o programa ou projeto atingiu seu desenvolvimento (tempos depois de concluída a execução). Portanto, há uma diferença dessa para a avaliação do fim do projeto, aquela que se faz ao concluir a fase de execução. Assim, ficam esclarecidas as duas formas de avaliação de resultados. Essas distinguem-se pelas informações que se dão sobre a execução, o funcionamento e os resultados ou os efeitos de um programa.

Incluímos a contribuição de Cotta (1998) aos processos avaliativos. Refere-se à motivação que a situação-problema desempenha em relação à elaboração dos planos, programas e projetos. O avaliador não busca estimar a concordância interna ou a estratégia de implementação de uma dada intervenção, mas investigar sobre as mudanças efetivamente produzidas na realidade. A literatura oferece dois procedimentos dessa natureza: a avaliação de eficiência e a avaliação de eficácia. A eficiência é definida como a relação entre os resultados e os custos envolvidos na execução de um projeto ou programa. Tratando-se de projetos sociais, esta técnica não faz sentido, pois seus efeitos não se expressam monetariamente, destaca-se a natureza do problema em foco. Nesse caso, utiliza-se a análise

custo-efetividade, quando os custos dos produtos e o impacto da intervenção são observados em processo que julga a eficiência relativa de diferentes estratégias de implementação.

Cohen e Franco (2012), em relação aos objetivos e efeitos de um projeto, explicam que os objetivos dizem respeito à situação (estado desejado) com o propósito de alcance na realização do projeto. Situam-se num tempo antes da realização do mesmo e se estabelecem conforme valores pleiteados pelos idealizadores. Já os efeitos formam-se dos resultados das ações decorrentes do projeto, verificados durante ou depois do mesmo. Podem distinguir-se de efeitos ou produtos intermediários (ocorridos durante a realização do projeto) e finais (transformação verificada na população-objeto, podendo ser atribuída ao projeto). Conforme definido pela ONU (1984), o impacto resulta dos efeitos de um projeto. O impacto é determinado pela existência dos objetivos operacionais e de modelo cuja causa permite ligar o projeto com os efeitos resultantes de sua implementação.

Conforme Cohen e Franco (1985), no projeto existe uma razão principal, que é a produção de mudanças em alguma parte da realidade, trazendo solução a determinado problema social ou ainda uma prestação de serviço a alguma comunidade. A eficácia diz respeito ao grau do alcance dos objetivos e metas do projeto à população beneficiária num tempo determinado, sem depender dos custos investidos.

Sobre avaliação de impacto, Carvalho (2003) explica que enfatizam-se os efeitos ou impactos produzidos sobre a sociedade e devem situar-se para além dos beneficiários diretos da intervenção pública com o propósito de avaliar a sua efetividade social. Essa avaliação é orientada pelos pressupostos:

- Reconhecimento das intenções de mudança social na política em análise, estruturando-se a investigação e análise para mensurar seus impactos.
- Estruturação da análise baseada numa relação causal entre a política ou programa e a mudança social resultante.

Embora empiricamente possa identificar as mudanças, determinar as diferenciações e quantificações, para se analisar o impacto das mudanças é preciso estabelecer a relação causa-efeito entre as mudanças e a ação pública executada por meio da política. Condição de se comprovar que a mudança foi decorrente do programa.

Para Roche (2002, p.37, apud CAMPÊLO, s.d., p. 9), impacto são “mudanças duradouras ou significativas – negativas ou positivas, planejadas ou não – na vida das pessoas

e ocasionadas por determinada ação ou série de ações”. O impacto, portanto, é avaliado ao se analisar até onde o resultado de uma intervenção conduziu as mudanças, seja na vida daqueles que se pretendiam beneficiar, seja na vida de outros que não estavam envolvidos diretamente no programa.

Segundo Lopes e Tenório (2010), a efetividade de um processo avaliativo deve ser investigada sobre o verdadeiro impacto da ação que se encontra sob avaliação em relação à comunidade onde o projeto é executado. Explicam que a avaliação de impacto social deve ser entendida como mensuração do valor do investimento social, com a premissa da promoção de políticas públicas que já ocorrem com o objetivo do desenvolvimento social e econômico da região.

A avaliação de resultados motiva questões como: o programa ou projeto surtiu algum efeito sobre a população-alvo? Conforme Cotta (1998), como classificar tais efeitos (diretos, indiretos, etc.)? A próxima etapa do processo avaliativo é considerar o impacto do programa ou projeto, compreendido como a resultante dos efeitos por ele produzidos. O processo ocorre “como uma reação em cadeia”, efeitos são produzidos no grupo em questão, decorrente da intervenção, esses efeitos repercutem sobre o restante da população e/ou sobre o ambiente social. Portanto, o que vai diferenciar a avaliação de resultados da avaliação de impacto é o escopo de análise: se o objetivo é inquirir sobre os efeitos de uma intervenção sobre a clientela atendida, estamos falando de avaliação de resultados; se a intenção é captar os reflexos desta mesma intervenção em contato mais amplo, trata-se de avaliação de impacto.

[...] A avaliação de resultados visa aferir os resultados intermediários da intervenção, e a avaliação de impacto, seus resultados finais. (COTTA, 1998, p. 113).

Explica Cotta (1998) que, nas análises de impacto, identifica-se a efetividade de programas e projetos, buscando o grau de correspondência entre seus objetivos e resultados. Distinguem-se em prospectivas ou retrospectivas. E há alguns pré-requisitos: a) os objetivos da intervenção devem estar definidos de maneira a permitir a identificação de metas mensuráveis; b) sua implementação deve ter ocorrido de maneira minimamente satisfatória; do contrário, não necessitaria medir impacto. Assim, as ocorrências de problemas na execução dos programas dificultam a qualidade dos processos avaliativos, inclusive podendo até inviabilizá-los.

Ao referir-se às análises de impacto e suas relações de causalidade, no campo das ciências sociais, enquanto probabilidades, Cotta (1998) apropria-se de Rossi e Freeman (1998 apud COTTA, 1998 p. 113): “*El problema critico del análisis de impacto es determinar si un programa produce efectos diferentes a lo que habria ocurrido sin la intervención a con una intervención alternativa*”. Figueredo e Figueredo (1986 apud COTTA, 1998, p. 114) referem-se a alguns tipos de políticas públicas, os programas e projetos sociais, para serem considerados de bom resultado:

[...] Quando se pode imputar aos mesmos a condição de causa necessária, quando não suficiente, de uma mudança observada. Ou seja, a constatação de que ocorreram mudanças não é suficiente para concluir-se pelo sucesso de um programa: é necessário demonstrar que elas não ocorreriam (total ou parcialmente) sem o programa.

Em relação aos conceitos de resultados brutos e resultados líquidos, Rossi e Freeman (1989 apud COTTA, 1998, p. 114) esclarecem:

Los resultados brutos los conforman todos los câmbios que se observam en una medición de resultados quando se avalia un programa. Es más difícil medir los resultados netos. Estos resultados são aquellos que se pueden atribuir razonablemente a la intervención, libres de los efectos de cualquier otra causa que pueda estar ejerciendo influencia. Los resultados brutos, por supuesto, incluyen los resultados netos.

Segundo os autores, “os resultados brutos compreendem os efeitos da intervenção (resultado líquido), os efeitos de outros processos (fatores estranhos) e os efeitos do desenho da avaliação” (p. 114). Ou seja, o resultado bruto não só reflete as consequências da intervenção, mas também os efeitos de processos externos e simultâneos a ela. Logo, na estimativa de impacto confiável, eliminam-se explicações das mudanças observadas que não se relacionam com a intervenção em foco.

Considerando o impacto do programa, Vianna (2005) esclarece que, numa avaliação, é necessário observar o impacto do programa, determinar em que medida o programa teve algum significado, que sirva para possibilitar outras experiências e mudanças de comportamento. Segundo Stake (1973 apud VIANNA, 2005), um novo programa deve oferecer oportunidades para que mudanças sociais igualmente ocorram. A exemplo: qual o impacto da visita dos alunos da 8ª série de uma escola estadual a uma bienal do livro? Imagina-se que um programa deve oferecer ganhos aos alunos, à escola. No entanto, há casos de decepção de avaliadores pela não consecução de resultados esperados ou de redução desses. Pode se compreender pela falta de instrumentos capazes de constatar diferenças nos

diversos tipos de ganho durante um programa. Os instrumentos até podem ser válidos para a medida de diferentes tipos de atitude e de diversos níveis de desempenho, mas não chegam a refletir necessariamente o impacto dos programas. Trata-se de uma problemática a ser considerada, pois, com algumas exceções, poucas instituições se dedicam a criar instrumentos sensíveis à mensuração do impacto resultante de um programa.

Na avaliação de programas, é essencial observar os vínculos que podem existir entre o que foi pretendido e o que foi realmente identificado. A análise dessa convergência demonstrará ao avaliador o que pode ser considerável aceitável ou não na ocorrência. Nesse ínterim, o avaliador encontra-se diante de uma interrogação. O que causa realmente o quê? Quais as ações que correspondem a determinados resultados? Dessa forma, fica latente a necessidade de compreensão porque as coisas variam simultaneamente, para que se possa estabelecer relações de causa e efeito. A partir das comparações, deve-se atentar para as tendências às variações simultâneas, pouco frequentes, porém não impossíveis de ocorrer (VIANNA, 2005).

Em seu artigo *Modelos fundamentais para o século XXI*, que trata de 22 abordagens utilizadas em avaliação de programas, Stufflebeam (1999) refere-se à avaliação focada na utilização, uma abordagem que dirija e assegure que a avaliação do programa cause impacto. Aborda estudo de avaliação em colaboração com grupo de usuários prioritários selecionados de um conjunto de *stackholders*, com o objetivo de focar nos seus usos intencionais de avaliação. Os aspectos da avaliação de programas focados na utilização são aplicados para auxiliar os usuários-alvo a obterem e aplicarem as descobertas da avaliação e seus usos intencionais, ampliando a possibilidade de assim fazerem. Os estudos referidos são julgados mais pela diferença que fazem para melhorar os programas e influenciar as decisões do que mesmo em aspectos técnicos.

Conforme Stufflebeam (1999), os organizadores avançados da avaliação e programa focado na utilização, são os usuários e os usos a serem servidos. Na deliberação com os usuários identificados para o atendimento, o avaliador deixa claro o propósito da avaliação de programas a ser representado no estudo, a necessidade da avaliação, como utilizar as descobertas e como deve ser conduzido o processo. As informações necessárias para cumprir os objetivos, que incluem ajudas válidas socialmente, como o combate a problemas de analfabetismo, crime, fome, mendigos de rua, desemprego, abuso de crianças, etc. Os usuários têm o papel de determinar o programa a ser avaliado, as informações a serem requeridas,

como e quando os registros devem ser feitos e como serão usados. Já o papel do avaliador nessa abordagem é de facilitador, de buscar não somente a utilidade, mas padrões profissionais da avaliação de programa, tornando-se um verdadeiro negociador, relacionado aos princípios da avaliação e identificado com as necessidades dos usuários envolvidos.

Lopes e Tenório (2010) observaram que, em estudos datados de 1970 sobre a utilização dada aos resultados das avaliações, foi identificado que os decisores não faziam uso de forma adequada das informações geradas pelas avaliações, consequentemente não ocorria melhoria do desempenho dos programas. Há ênfase ao foco dos estudos para o aumento da utilização dos resultados, na condição de contribuir para novas perspectivas dos programas e projetos, haja vista o maior entendimento de suas questões e problemas, à medida que se tem as variáveis geradas pelas informações derivadas da avaliação *englightment* com base nas necessidades dos interessados (*stakeholders*) levantadas durante a avaliação ou nos resultados.

A avaliação da eficácia ou efetividade (avaliação de resultados) consiste em analisar até que ponto estão sendo alcançados os resultados previstos, em algumas situações agrega-se também os efeitos previstos. Para Aguilar e Ander-Egg (1994), essa avaliação relaciona-se aos usuários/beneficiários do programa. Quando se envolve na pesquisa avaliativa o total da população da qual fazem parte os destinatários do programa, realiza-se então a avaliação de impacto. Os resultados têm um papel preponderante, considerando os demais aspectos envolvidos no programa. Embora outros aspectos do processo revistam-se de importância, essa condiciona-se à função última dos resultados.

O que podemos considerar como efeito? Segundo Bond (1985 apud COHEN; FRANCO, 2012, p. 91), efeito “é todo comportamento ou acontecimento que se pode razoavelmente dizer que sofreu influência de algum aspecto do programa ou projeto”. Na definição, os objetivos de resultado de um projeto devem ter efeitos procurados, previstos, positivos e relevantes. Ocorre que pode haver efeitos “não procurados” que sejam ao mesmo tempo previstos, positivos e relevantes do ponto de vista da organização (sistema) que tem a responsabilidade do projeto. Há distinção entre objetivos e efeitos. Os objetivos relacionam-se à situação (estado desejado) com previsão de ser atingido com a realização do projeto. São previstos antes da realização do projeto, definidos conforme os valores sustentados por seus idealizadores. Já os efeitos resultam das ações contempladas pelo projeto, verificadas durante ou depois dele.

Para os autores Ala-Harja e Helgason (2000), a avaliação de resultados é um importante fator das reformas do setor público em países-membros da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Eles tratam a avaliação como ferramenta que tem o objetivo de oferecer as informações sobre os resultados obtidos pelas organizações e programas. Afirmam que a avaliação “pode ser definida como uma análise sistemática de aspectos importantes de um programa e seu valor, visando fornecer resultados confiáveis e utilizáveis” (p. 5). Tem como função melhorar o processo de tomada de decisão, com o objetivo de garantir informações mais precisas aos governantes, para melhor basearem suas decisões reunindo mais credibilidade na prestação de contas sobre os programas públicos. Os resultados vão permitir informações que devem ser utilizadas no aperfeiçoamento da concepção e implementação do programa.

Para Lopes e Tenório (2010), o termo avaliação ainda carece de uma definição de concordância geral entre os avaliadores profissionais, que adotam com maior frequência o significado de “julgar o valor ou mérito de alguma coisa”. O julgamento pode ocorrer por padrões de comparação decorrentes de critérios e normas (avaliação normativa) ou por padrões científicos (pesquisa avaliativa). A diferenciação das definições da avaliação se dá pela função do uso e do objeto da avaliação, que pode relacionar-se a diversos fatores, desde a pesquisa ao ato de coletar e apresentar informações que auxiliem nas tomadas de decisões mais precisas. O objeto a ser avaliado também tem naturezas distintas, como é o caso da avaliação de resultados de projetos sociais.

[...] Definir avaliação como sendo uma análise ponderada e sistemática da operação e/ou dos resultados de uma política ou de um programa, em confronto com um conjunto de padrões implícitos ou explícitos, tendo como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento desse programa ou dessa política (LOPES e TENÓRIO, 2010, p. 16).

A disseminação dos resultados da avaliação e seus efeitos reserva uma importante missão que deve corresponder e valorizar os esforços decorrentes de uma avaliação de programa. Como explica Vianna (2005), o documento que cuidará da difusão dos resultados da avaliação deve ter aspecto descritivo, considerando o público que se destina. Ele terá uma importância para os participantes da implementação do programa público, mas também para pesquisadores e especialistas em avaliação. Para que a divulgação dos dados da avaliação de programas tenha impacto, é necessário relatórios específicos de cada tipo de audiência ocorrido, com variações técnicas para especialistas, com registro das especificidades

estatísticas, como também divulgar para a sociedade, mediante folheto de divulgação dos aspectos mais significativos.

Nos processos de avaliação de resultados, enfatizam-se a responsabilidade do avaliador para o compromisso com os resultados e o uso desses resultados. A autora Weiss (1998, p. 22) ressalta a necessidade de uma postura sensível por parte do avaliador, como também a responsabilidade com a comunicação dos resultados:

Os avaliadores devem fazer avaliações de alta qualidade, sensíveis às preocupações daqueles cujos programas são avaliados, devem fazer o seu melhor de forma a comunicar os resultados de várias maneiras para garantir que as pessoas do programa saibam os resultados e vejam a sua relevância para a ação do programa. Realcei trabalhar com as pessoas dos programas no início para entender suas preocupações e novamente no final, para ajudar a interpretar as simplificações dos resultados.

Conforme Weiss (1998), tanto os estudos empíricos desenvolvidos para identificação dos usos correlatos da avaliação como as estratégias de comunicação foram associados a uma maior utilização dos resultados. Mas a autora chega a uma compreensão da complexidade do fenômeno do uso, as interações envolvidas no estudo, o avaliador, o ambiente e a comunicação dos métodos utilizados. Essas particularidades dificultam a redução dos elementos a um conjunto de variáveis quantitativas. O compartilhamento das experiências tem sido de ganho para todos. A colaboração entre avaliadores e a equipe do programa tende a ampliar o uso local dos resultados da avaliação.

As contribuições sedimentam informações e conhecimento para chegarmos ao objetivo de avaliar os resultados do Projeto *Desperta Litoral* centrada em objetivos.

6.4 AVALIAÇÕES CENTRADAS EM OBJETIVOS

Este tópico reveste-se de importância ao nosso estudo, porque estamos desenvolvendo o trabalho de pesquisa avaliativa com base na avaliação de resultados que ocorre centrada nos objetivos do projeto em análise. Contamos com a contribuição de alguns autores a esse tema.

Numa abordagem centrada em objetivos, têm razão os propósitos especificados da atividade; nessa condição, a avaliação concentra-se à medida que esses foram alcançados. As informações decorrentes de uma avaliação nesse modelo podem ser utilizadas para reformular as metas de uma atividade, a própria atividade e ou os procedimentos de avaliação

empregados para determinar a realização das metas. A origem da abordagem centrada em objetivos deu-se na década de 1930 e contou com algumas contribuições de estudiosos, porém aquele de maior expressividade refere-se a Ralph W. Tyler (1942,1950), cuja abordagem recebeu o seu nome como homenagem (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

A abordagem de Tyler desenvolveu-se na experiência denominada de *Estudo de Oito anos*, ocorrida na final de 1930, embora haja referência de estudo anterior¹⁵ que preparou o cenário para o estudo de Tyler na educação. Essa abordagem vê a avaliação como processo de estabelecer medida para observar se os objetivos de um programa são realmente alcançados. Nessa abordagem, seguiam-se os passos:

1. Estabelecer metas ou objetivos gerais.
2. Classificar as metas ou objetivos.
3. Definir os objetivos em termos comportamentais.
4. Encontrar situações em que é possível mostrar que os objetivos foram alcançados.
5. Criar ou selecionar técnicas de mensuração.
6. Coletar dados relativos ao desempenho.
7. Comparar os dados de desempenho com os objetivos formulados comportamentalmente.

As discordâncias entre o desempenho e os objetivos causam as modificações cujo processo avaliativo visa corrigir os problemas, ocorrendo assim a repetição do ciclo da avaliação. O argumento de Tyler era lógico, de boa aceitação científica e com facilidade de ser adotada pelos avaliadores, o que fez exercer influência sobre os teóricos que o sucederam. Algumas abordagens usaram metas ou objetivos como procedimento de avaliação, resultando em certo refinamento da abordagem de Tyler. Autores como Metfessel e Michael (1967) e Provus (1971 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004) distinguiram-se na contribuição à tradição tyleriana. Metfessel e Michael (1967) propuseram oito passos ao processo de avaliação:

1. Envolver os interessados como facilitadores da avaliação do programa.

¹⁵ Travers (1983) observou que uma obra anterior de Waples e Tyler, *Research methods and teacher problems (Os métodos de pesquisa e os problemas do professor)*, preparou o terreno para os feitos posteriores de Tyler na educação. Travers (1983 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004 apud, p. 130).

2. Formular um modelo coerente de metas e objetivos específicos.
3. Traduzir objetivos específicos de forma comunicável.
4. Selecionar ou construir instrumentos para fornecer medidas que permitam inferências sobre a efetividade do programa.
5. Realizar observações periódicas usando testes de conteúdo válidos, escalas e outras medidas comportamentais.
6. Analisar os dados usando métodos apropriados.
7. Interpretar os dados usando modelos de níveis desejados de desempenho de preferência sobre todas as outras medidas.
8. Fazer recomendações para implementação, modificação e revisão posteriores de metas gerais e objetivos específicos.

Os autores, por meio dos instrumentos alternativos que dispuseram ao avaliador educacional, constituíram como suas principais contribuições Metfessel e Michael (1967 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

Outra abordagem da avaliação na linha da tradição tyleriana é a de Malcolm Provus (1973 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004), que pensava a avaliação num processo contínuo de gerenciamento de informações destinado a servir de guardião da “administração de programas” (p. 134). Provus supôs a avaliação como um processo de: 1) concordância em relação a padrões (em lugar de objetivos); 2) descoberta da existência de discrepâncias entre o desempenho de um aspecto de um programa e os padrões estabelecidos para o desempenho; 3) uso de informações sobre discrepâncias para concluir se é necessário melhorar, manter ou encerrar o programa ou algum aspecto seu. O autor denominou sua abordagem de modelo da discrepância e sugere quatro estágios de desenvolvimento de um programa, desde seu início, acrescentando um quinto estágio opcional: 1. Definição; 2. Instalação; 3. Processo; 4. Produto; 5. Análise de custo-benefício (opcional).

As abordagens centradas em objetivos têm sido utilizadas desde a década de 1930 e influenciado a teoria e o desenvolvimento da avaliação. Essa tecnologia foi aperfeiçoada por Mager (1962 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004), que foi além das especificações de objetivos em termos comportamentais. Esse autor sugeriu que os objetivos

deveriam conter os níveis desejados de êxito e critérios para julgar o êxito. Sua contribuição abriu o debate na década de 1960, que se mantém até hoje.

Esse modelo de avaliação apresenta vantagens em relação à simplicidade, pela facilidade de compreensão, seguimento e implementação, com muitos adeptos, porém há aqueles que fazem críticas a essa abordagem, que pode resultar numa visão míope, podendo limitar sua efetividade e potencial, como: 1) não tem componentes avaliatórios reais; 2) não tem padrões para julgar a importância de discrepâncias observadas entre os objetivos e os níveis de desempenho; 3) despreza o valor dos objetivos em si; 4) ignora alternativas importantes que devem ser consideradas no planejamento de um programa; 5) negligencia transações que ocorrem no interior do programa ou atividade que está sendo avaliado; 6) negligencia o contexto em que a avaliação é feita; 7) ignora resultados importantes que não aqueles abarcados pelos objetivos; 8) omite evidência do valor do programa que esteja refletida nos próprios objetivos; e 9) promove uma abordagem linear e inflexível da avaliação (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

A contribuição de Cohen e Franco (2012, p. 152) para os objetivos da avaliação foi fundamental para nos orientar no processo da avaliação dos resultados do Projeto *Desperta Litoral*.

Uma instância central do processo de avaliação consiste em determinar o grau em que foram alcançadas as finalidades do projeto. Isto requer dimensionar o objetivo geral em subconjuntos de objetivos específicos, os quais por sua vez terão “metas”, cuja obtenção será medida através de indicadores. As variações nos valores que são verificados nas unidades de análise permitem quantificar este processo.

Na abordagem que adotamos para avaliação do projeto em estudo, avaliação centrada em objetivos, utilizamos os indicadores de aferição na interlocução com os atores sociais participantes, levando em consideração os objetivos específicos do projeto. Reconhecemos a importância do instrumento de avaliação como oportunidade de melhor explicitar essa realidade por meio dos resultados da pesquisa avaliativa que balizou o Projeto *Desperta Litoral*.

As opções técnicas e metodológicas que adotamos para o desenvolvimento deste trabalho têm uma conexão significativa, e isso nos estimula e motiva a trilhar em direção ao desafio de avaliar os resultados de uma experiência em economia solidária.

Para a avaliação de resultados do Projeto *Desperta Litoral*, buscamos inspiração na 5ª Dimensão¹⁶ da avaliação – que tem como princípio a Melhoria do Processo no Compromisso com os Resultados. Resulta desse paradigma a inclusão do sujeito na mudança, na decisão. Trata-se de uma avaliação inclusiva sustentável, norteadas pela sustentabilidade, “[...] uma responsabilidade mais ampla espacialmente, a rede de vínculos no presente e, temporalmente, a rede de vínculos após a avaliação em si” (VIEIRA e TENÓRIO, 2010, p. 67). “[...] Os significados e conceitos são estabelecidos a partir de uma construção que reconhece homem e mundo observado e complexo em suas redes de relações” (p. 66).

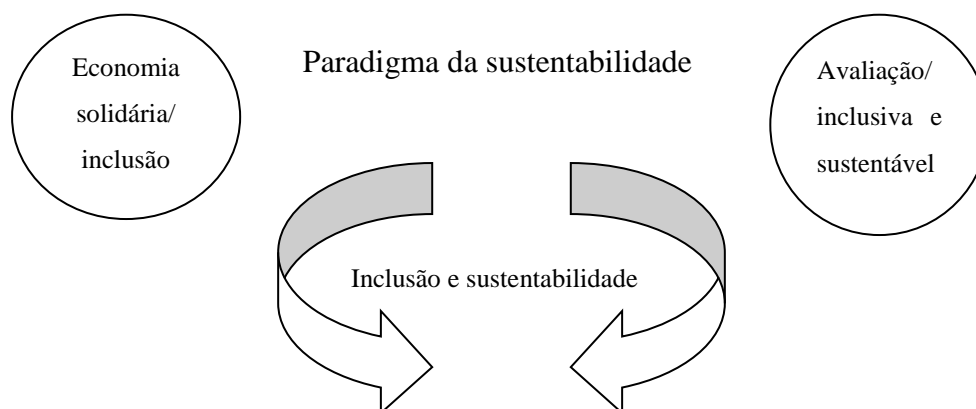
O Projeto *Desperta Litoral* insere-se na abordagem da economia solidária, ou seja, uma abordagem (inclusiva), com o propósito de desenvolvimento local sustentável-solidário. “[...] A solidariedade pode estar presente de maneira estruturante numa plataforma de desenvolvimento local [...]”, segundo França Filho (2008, p. 219). Sobre a sustentabilidade, os autores França Filho e Santana Júnior (2013) referem-se à sua configuração num território, onde é redefinida e compõe-se de critério que promove uma articulação entre os diversos aspectos da vida em um dado território, tendo em conta, principalmente, as dimensões econômica, social, política, cultural e ambiental. Assim, a sustentabilidade passa pela afirmação das demais dimensões da vida, a exemplo da história, da identidade, e, assim, por várias outras, que constituem o tecido da vida social das pessoas. Concluem os autores que a sustentabilidade no território deve ser compreendida considerando o conjunto das dimensões.

Nesse propósito, identificamos a implicação da conexão das categorias relacionadas – inclusão e sustentabilidade. Paralelamente a essa abordagem, a opção pelo método da pesquisa avaliativa, analisando os resultados do Projeto *Desperta Litoral*, inserido numa perspectiva de avaliação inclusiva que tem um compromisso com a sustentabilidade. Observamos um ponto de ligação, uma conexão entre as categorias/propostas cuja sincronicidade encontra-se num mesmo paradigma, o da sustentabilidade, que inclui um novo modo de pensar e regular as relações numa proposta de solidariedade, de inclusão, de partilhamento, da sustentabilidade social. As constatações nos levam à conclusão que a avaliação de um projeto que se situa no campo da economia solidária deve se dar numa perspectiva de avaliação inclusiva e comprometida com a sustentabilidade.

¹⁶ Novo paradigma e conceito da avaliação, proposto por Vieira e Tenório (2010).

Apresentamos o gráfico como ilustração do paradigma da sustentabilidade, elaborado para efeito de compreensão do argumento.

Figura 3 – Conexão: inclusão e sustentabilidade sob o paradigma da sustentabilidade



Fonte: elaboração da autora (2013)

Pretendemos com esse trabalho corresponder às expectativas da população participante e instituições executoras, apresentando o estudo sobre a avaliação de resultados do Projeto Desperta Litoral, na intenção de oferecer subsídios propositivos que venham contribuir para o aperfeiçoamento da política de finanças solidárias no Governo da Bahia, com o objetivo de que sejam utilizados os resultados dessa pesquisa para a melhoria dos processos avaliados, a superação dos limites diagnosticados numa ação comprometida com todos os atores envolvidos.

No capítulo seguinte, apresentaremos as informações sobre o Projeto *Desperta Litoral*.

7 PROJETO DESPERTA LITORAL: APOIO À ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E IMPLANTAÇÃO DO FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO DA COSTA DOS COQUEIROS

Este capítulo é dedicado à apresentação do Projeto *Desperta Litoral*, objeto deste estudo.

O Projeto Desperta Litoral: programa de apoio à organização produtiva e implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, proposta apresentada ao edital público 01/2011¹⁷ da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo da Bahia pelo proponente: Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, na Modalidade D – forma de proposta apresentada por Rede de Empreendimento Econômico Solidário, que desenvolva ou se proponha a desenvolver metodologias de fundos rotativos solidários, sediados no Estado da Bahia (EDITAL 001/2011 – SELEÇÃO PÚBLICA). Foi selecionado e teve assinatura do Termo de Convênio em 18.11.2011, com vigência de 24 meses após a assinatura desse termo.

Segundo a proposta apresentada, o Projeto *Desperta Litoral* (2011) visa contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho na Costa dos Coqueiros, por meio do fortalecimento da organização produtiva de 13 grupos produtivos solidários, participantes do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros. Tem como propósito investir recursos na reorganização produtiva dos grupos, oferecer capacitação em temáticas demandadas por eles e implantar o primeiro Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.

O Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros ainda não dispõe de estrutura física que lhe dê suporte e funcione como sede. Comumente é utilizado espaço cedido do Salão Paroquial da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, em Vila de Abrantes, município de Camaçari, onde são realizadas as reuniões, assembleias e espaços de diálogo. Utilizam também outros espaços de legitimidade comunitária – como as associações comunitárias integrantes do fórum. Essas organizações estendem-se pela faixa litorânea norte da Bahia desde o município de Lauro de Freitas, percorrendo ainda seis municípios até chegar à divisa da Bahia com Sergipe, integrando sete municípios: Camaçari, Mata de São João, Entre Rios,

¹⁷ Esta seleção pública obedecerá, integralmente, às disposições da Lei Estadual nº 9.433/05 (alterada pelas leis estaduais nº 9.658/05 e nº 10.967/08), a Lei Complementar nº 101/00, o regulamento aprovado pelo Decreto Estadual nº 9.266/04 e a legislação pertinente. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes – Setre/Superintendência de Economia Solidária – Sesol.

Esplanada, Conde e Jandaíra (num total aproximado de 217 km). A intenção dos representantes dos empreendimentos comunitários ao se articularam para a formação e organização da instituição foi dar conotação jurídica para que a mesma integrasse todas as entidades ali reunidas e as representasse com o propósito de luta pela promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades na Costa dos Coqueiros.

Com base em dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – Sistema de Informações Municipais, levantamos os índices dos municípios que compõem o Litoral Norte da Bahia, onde se localiza a Costa dos Coqueiros, região onde estão situados os grupos de produção, com o objetivo de compreensão e análise da realidade. Vale observar que a região em estudo, embora esteja localizada nesses municípios, restringe-se apenas à costa litorânea.

Quadro 1 – Índices por município e ano com ranking (t164) – Metadados

Município	Ano	Índice	Valor	Ranking
Camaçari	2006	Índice de Desenvolvimento Econômico	5.401,84	2
		Índice de Desenvolvimento Social	5.134,4	11
		Índice de Infraestrutura	5.268,36	4
		Índice de Produto Municipal	5.695,13	2
		Índice de Qualificação de Mão de Obra	5.253,46	3
		Índice de Renda Média dos Chefes de Família	5.204,45	18
		Índice do Nível de Educação	5.063,01	56
		Índice do Nível de Saúde	5.055,58	43
		Índice dos Serviços Básicos	5.216,81	10
Conde	2006	Índice de Desenvolvimento Econômico	4.980,83	256
		Índice de Desenvolvimento Social	4.994,63	192
		Índice de Infraestrutura	4.979,83	236
		Índice de Produto Municipal	4.987,6	153
		Índice de Qualificação de Mão de Obra	4.975,07	281
		Índice de Renda Média dos Chefes de Família	5.000,59	142
		Índice do Nível de Educação	4.986,41	229
		Índice do Nível de Saúde	4.981,15	262
		Índice dos Serviços Básicos	5.010,43	161
Entre Rios	2006	Índice de Desenvolvimento Econômico	5.015,81	85
		Índice de Desenvolvimento Social	5.006,79	152
		Índice de Infraestrutura	4.999,77	174
		Índice de Produto Municipal	4.998,97	47
		Índice de Qualificação de Mão de Obra	5.048,86	45
		Índice de Renda Média dos Chefes de Família	5.022,59	107
		Índice do Nível de Educação	4.985,03	235

Município	Ano	Índice	Valor	Ranking
		Índice do Nível de Saúde	4.992,37	228
		Índice dos Serviços Básicos	5.027,31	135
Esplanada	2006	Índice de Desenvolvimento Econômico	5.024,97	58
		Índice de Desenvolvimento Social	5.036,21	88
		Índice de Infraestrutura	5.018,39	133
		Índice de Produto Municipal	5.005,53	32
		Índice de Qualificação de Mão de Obra	5.051,1	44
		Índice de Renda Média dos Chefes de Família	5.062,4	76
		Índice do Nível de Educação	4.988,38	220
		Índice do Nível de Saúde	5.054,84	47
		Índice dos Serviços Básicos	5.039,55	113
Jandaíra	2006	Índice de Desenvolvimento Econômico	4.994,67	162
		Índice de Desenvolvimento Social	4.929,35	392
		Índice de Infraestrutura	4.968,9	270
		Índice de Produto Municipal	4.985,22	290
		Índice de Qualificação de Mão de Obra	5.030,09	69
		Índice de Renda Média dos Chefes de Família	4.917,52	377
		Índice do Nível de Educação	4.953,49	326
		Índice do Nível de Saúde	4.908,68	409
		Índice dos Serviços Básicos	4.937,83	321
Lauro de Freitas	2006	Índice de Desenvolvimento Econômico	5.245,34	4
		Índice de Desenvolvimento Social	5.303,97	1
		Índice de Infraestrutura	5.234,2	5
		Índice de Produto Municipal	5.114,98	8
		Índice de Qualificação de Mão de Obra	5.390,47	1
		Índice de Renda Média dos Chefes de Família	5.724,87	1
		Índice do Nível de Educação	5.172,72	10
		Índice do Nível de Saúde	5.026,91	121
		Índice dos Serviços Básicos	5.316,4	5
Mata de São João	2006	Índice de Desenvolvimento Econômico	5.116,63	12
		Índice de Desenvolvimento Social	5.065,11	50
		Índice de Infraestrutura	5.173,45	11
		Índice de Produto Municipal	5.002,92	39
		Índice de Qualificação de Mão de Obra	5.175,46	8
		Índice de Renda Média dos Chefes de Família	5.108,5	45
		Índice do Nível de Educação	4.953,49	325
		Índice do Nível de Saúde	5.017,1	142
		Índice dos Serviços Básicos	5.184,39	13

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - Sistema de Informações Municipais – Secretaria do Planejamento – Governo da Bahia

Os índices trazem dados importantes de cada município que traçam o perfil econômico, social, de infraestrutura, produto municipal, qualificação de mão de obra, renda média dos chefes de família, educação, saúde e serviços básicos. Apresentam realidades distintas entre os municípios que, conforme já informado neste trabalho, formam os territórios de identidade: Região Metropolitana de Salvador (Lauro de Freitas e Camaçari) e Litoral Norte e Agreste Baiano (Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra). Com base no universo de 417 municípios, podemos verificar, por exemplo, que, enquanto Camaçari aparece no ranking na 2ª posição, com referência ao índice de desenvolvimento econômico, temos situações discrepantes, como nos municípios do Conde, na 256ª, e Jandaíra, na 162ª posição. Nos demais municípios encontramos posições com significativas diferenças, como é o caso de Entre Rios, na 85ª, e Esplanada, na 58ª posição.

Outro índice cujos resultados denunciam a precariedade das condições de vida a que estão submetidas essas populações, refere-se ao desenvolvimento social. Observamos os municípios de Jandaíra, que no ranking encontra-se na posição 392ª; Conde, na posição 192ª; Entre Rios, na posição 152ª. Ao passo que Lauro de Freitas encontra-se na 1ª posição e Camaçari, na 11ª posição. Sabemos que, na composição dos índices, alguns fatores são considerados para a formulação do resultado. No entanto, a realidade encontrada evidencia a situação de agravamento das questões sociais, caracterizado pelo abandono, a constatação da inexistência de condições básicas de sobrevivência, como infraestrutura, transporte, saúde e ocupação, e ausência de políticas estruturantes que mudem essa realidade.

Surpreendemo-nos com a performance de alguns desses municípios, que, mesmo apresentando no ranking posições de destaque, apresentam nas comunidades visitadas situação de significativo atraso, abandono e pobreza. Essa realidade complexa e contraditória resultante da condição de expressiva desigualdade social requer uma análise para a compreensão das reais condições de vida e exclusão social, buscando formas e definindo opções por políticas que lutem no sentido da inclusão social e da melhoria das condições de vida.

Conforme França Filho (2013), a opção por uma lógica baseada na economia solidária, como as finanças solidárias ou de proximidade, valida iniciativas de outra economia promotora de produção, reprodução e preservação da vida num contexto territorial, cujas atividades de reprodução das condições materiais de existência funcionam como meio para fins de propósitos humanos, ou seja: sociais, culturais, políticos, ambientais, evitando adotar a

lógica de mercado de transformar-se em um fim em si mesmo. Numa realidade onde há a problemática da exclusão social, a crise do trabalho, essas iniciativas funcionam como possibilidades de solução ao combate da pobreza e promoção do desenvolvimento.

7.1 OBJETIVOS:

Conforme o Projeto *Desperta Litoral* (2011), os objetivos previstos são:

Objetivo geral:

Contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho na Costa dos Coqueiros, por meio do fortalecimento da organização produtiva de 13 grupos produtivos solidários, participantes do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros.

Objetivos específicos:

1. Melhorar a capacidade produtiva de 13 grupos solidários por meio da aquisição de materiais e equipamentos necessários à sua organização.
2. Oferecer capacitação para a gestão do fórum e em temáticas específicas para as cadeias produtivas (agroecologia, pesca e artesanato) onde se inserem os 13 grupos solidários.
3. Implantar o Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.

7.2 JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A justificativa do projeto se apoia nos aspectos relacionados a problemas socioeconômicos de grande parcela da população da região, fator que contrasta com a realidade, cenário que reúne importante polo industrial, forte vetor turístico integrado por complexos hoteleiros e empreendimentos imobiliários de alto investimento. No Projeto *Desperta Litoral* (2011) é apresentado um panorama da situação socioeconômica do Estado da Bahia, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de junho de

2011, uma divulgação da pesquisa de 2010 informando que 2,4 milhões de baianos, ou 17,7% da população do Estado, estão vivendo com renda mensal per capita de até R\$ 70. Revela-se naquele momento que 14,8% dos miseráveis do país estão na Bahia¹⁸. Os dados da pesquisa motivam a elaboração da proposta de promover a reorganização produtiva de 13 grupos na perspectiva de oferecer condições aos participantes de fortalecimento de suas iniciativas produtivas a partir da aquisição de equipamentos e insumos visando à melhoria da produção e ampliando as possibilidades nos aspectos econômicos e sociais.

O projeto visa fortalecer a organização produtiva e traz como elemento agregador a prática de finanças solidárias; neste caso, o Fundo Rotativo Solidário, que será implementado apoiando 13 grupos solidários. Conforme citações levantadas no Projeto *Desperta Litoral* (2011), como a de França Filho (2004, p. 121), para uma explicação sobre as finanças solidárias: “Um conjunto de experiências – também conhecidas sobre outras expressões (microcrédito, poupança solidária, microfinança, finança de proximidade, etc.)”. Acrescentam-se outras contribuições, como a de Vasconcelos (2002)¹⁹: a prática de finança solidária pressupõe uma relação que foge das características do mercado financeiro, democratizando o acesso ao crédito para empreendimentos ligados a ocupação e geração de renda.

Segundo informações do Projeto *Desperta Litoral* (2011), a prática de constituição de fundos rotativos vem desenvolvendo-se no Brasil desde os anos 80, com destaque para o fundo gerido pela ASA – Articulação para o Semiárido na Paraíba. Devido ao potencial positivo de contribuição para alteração positiva da realidade, essa prática espalhou-se por inúmeras comunidades, alcançando 1.840 fundos em 140 municípios, beneficiando 18 mil famílias. Esses dados justificam a propensão de que os fundos rotativos solidários são instrumentos promissores no enfrentamento dos mecanismos que geram empobrecimento. A repercussão dos fundos rotativos atualmente revela que 180 organizações estão desenvolvendo esta metodologia, com cerca de 15 mil empreendimentos e grupos de geração de renda que podem ser participantes ou que estão à espera de apoio para implantar um fundo²⁰.

18 Bahia tem o maior número de miseráveis em todo o Brasil (Jornal Correio – Notícias, 20/6/2011).

19 Revista Bahia Análise e Dados. Salvador, SEI, v.12, n.1, p. 131-140, Junho 2002.

20 Fundos Solidários, caderno 1. Fundação Esquel, 2007.

O projeto faz menção à opção pelo Fundo Rotativo Solidário, para o fortalecimento do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros e dos 13 grupos produtivos. Utilizamos a citação de França Filho (2001, p. 131) no Projeto *Desperta Litoral* (2011): a “afirmação de uma finalidade de aplicação ética do dinheiro na direção daqueles projetos articulando, por exemplo, um trabalho de luta contra a exclusão, de preservação ambiental, de ação cultural, de desenvolvimento local”. Segundo o mesmo projeto, justifica-se a relevância da proposta de constituição de um Fundo Rotativo Solidário, tomando por base iniciativas de 2008, quando foram aplicados R\$ 4,8 milhões no programa, do Banco do Nordeste do Brasil, que investe em fundos rotativos solidários, sendo R\$ 2,5 milhões da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e R\$ 2,3 alocados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB)/Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR)²¹.

Com base no Projeto *Desperta Litoral* (2011), os registros das diversas experiências que vêm sendo desenvolvidas no Brasil, os fundos rotativos solidários são mecanismos de promoção do desenvolvimento de territórios, por meio de suporte aos empreendimentos produtivos e de fortalecimento da articulação em rede, representada pelo fórum, sob a perspectiva da economia solidária em seus diversos âmbitos. Portanto, a proposta que contempla os 13 grupos representa o início de um processo que tende a se fortalecer para que seja possível concretizar o universo de 113 grupos que compõem o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros ao longo de sua abrangência, envolvendo sete municípios (Camaçari, Mata de São João, Lauro de Freitas, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra).

7.3 METODOLOGIA E ABORDAGEM

De acordo com o Projeto *Desperta Litoral* (2011), o Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros funcionará como uma organização comunitária, no âmbito dos grupos produtivos que compõem o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, cujo objetivo é poder oferecer serviços financeiros em rede. Até o momento de nossa pesquisa, o Fundo Rotativo Solidário ainda não havia sido implementado, mesmo estando o projeto em fase prevista de finalização, embora os grupos já estejam com parte da devolução sendo feita para a

21 Fundos Rotativos Solidários: Dilemas, avanços e esperanças de uma política pública inclusiva no marcos da economia solidária no Nordeste do Brasil.

constituição do fundo. Os motivos são decorrentes das questões de ordem administrativa resultantes da substituição de dois membros (respectivamente presidente e tesoureira) da direção do fórum, ocorrida em 6 de fevereiro de 2012, que gerou atraso na implementação do projeto e tem dificultado a operacionalização em consequência da não entrega de documentação legal necessária por parte dos membros substituídos, como também atraso do cumprimento do cronograma de acompanhamento pelas instituições Setre (entidade promotora do edital 001/2011 – dos fundos rotativos – papel fiscalizador e de acompanhamento técnico) e Cáritas Regional NE3 (instituição com as atribuições de acompanhar e orientar os projetos de Fundo Rotativo do edital 001/2011).

Conforme explicado no Projeto *Desperta Litoral* (2011), o fórum é de natureza associativa, assim também o fundo, que se direciona a fomentar a geração de trabalho e renda, sob os princípios da economia solidária. A metodologia é participativa, com garantias baseadas no aval solidário e gestão de um comitê local, composto por sete membros dos grupos produtivos e da diretoria do fórum. Essa abordagem garante que a comunidade se responsabilize pela gestão local dos recursos sem a intermediação de uma organização incubadora. Da mesma forma que relatamos o ocorrido pela não implementação do fundo rotativo, semelhante situação ocorre com o comitê gestor local, também ainda não implementado, embora já haja membros eleitos para tal, porém sem orientação em relação ao funcionamento do mesmo e ao cumprimento da regulamentação legal, que é o caso do regimento interno.

Estão previstas no Projeto *Desperta Litoral* (2011) capacitações e consultorias que servirão para estimular os interesses coletivos e a solidariedade nos vínculos sociais entre os membros dos grupos produtivos, e que a prática se efetive como instrumento de combate à pobreza, gerando renda e desenvolvimento. Porém, até o momento, somente ocorreram cinco das 24 capacitações previstas para as representações dos grupos produtivos. As demais oficinas programadas para a direção do fórum e grupos produtivos, inclusive as oficinas relacionadas às temáticas específicas das cadeias produtivas, ainda não foram realizadas. Segundo a presidente do fórum, há incompatibilidade do recurso orçado com a realidade orçamentária atual, o que exige uma adequação de valores para se definir o que de fato será oferecido aos grupos como formação.

Em relação à devolução do investimento por parte dos grupos produtivos, foi determinado no Projeto *Desperta Litoral* (2011) o percentual mínimo de 30% com pagamento

parcelado em 15 meses, tendo como carência os primeiros três meses, estabelecendo-se um fator de correção do sistema. Essa definição deu-se em processo participativo, recurso para impedir a desvalorização do valor de retorno.

O Projeto *Desperta Litoral* (2011), em sua metodologia, previu a execução em três fases, correspondentes a cada um dos objetivos específicos, que, por estarem interrelacionadas, acontecerão concomitantemente:

Fase I – Consta do levantamento de orçamento e aquisições de materiais e equipamentos necessários à organização dos 13 grupos produtivos. Recai sobre o comitê gestor do fundo a responsabilidade de observar o cumprimento das atividades conforme foi apresentado na proposta, como também o apoio de um agente comunitário contratado para dar suporte à execução do projeto.

Os processos de orçamento e aquisição dos produtos foram realizados, porém o comitê gestor local não foi legalmente constituído, nem contratado agente local. O processo foi acompanhado pela direção do fórum (presidente, tesoureira e membro do conselho fiscal). Uma pessoa vem realizando a atividade de agente local de forma voluntária.

Fase II – O Projeto *Desperta Litoral* (2011) previu a capacitação dos 13 grupos e do fórum. Discriminados a seguir: Relacionamento (Psicologia): dois encontros de seis horas; Mobilização/Associativismo: dois encontros de seis horas; Gênero: dois encontros de seis horas; Comercialização: quatro encontros de seis horas; Agroecologia: dois encontros de seis horas; Pesca: dois encontros de seis horas; Artesanato: dois encontros de seis horas; Apicultura: dois encontros de seis horas; Aproveitamento Integral de Alimentos: dois encontros de seis horas; e Plano de Negócios: quatro encontros de seis horas. Ao final, terão sido executadas 144 horas. Esta carga horária foi estabelecida considerando a solicitação dos grupos produtivos para que ocorram 24 encontros de seis horas cada um. Há previsão de participação de 13 pessoas nas capacitações, uma por empreendimento comunitário que compõe o projeto, mais a direção do Fórum Solicitado; também consultoria/assessoria para construção de instrumentos adequados de acompanhamento financeiro. Para isso, foram orçados recursos para logística de deslocamentos e alimentação durante os encontros. Conforme já explicitado até então, só ocorreram cinco oficinas referentes à temática da economia solidária, de um total de 24 formações previstas.

Fase III – Implantação do Fundo Rotativo Solidário.

Trata-se do empenho do fórum e, principalmente, da sensibilização dos 13 grupos produtivos para a devolução do investimento feito, como também da constituição do fundo propriamente dito, fruto dos recursos devolvidos, que gerarão recursos para contribuição a outros empreendimentos comunitários. A meta mínima estabelecida para devolução é de 30% do valor investido em cada grupo, com o objetivo de formar o primeiro recurso do fundo. A gestão do fundo compete ao comitê gestor local e será a garantia de um processo autogestionário. Estão previstos 48 encontros desse comitê durante os 24 meses de projeto, com os recursos para as despesas de transporte e alimentação dos participantes assegurados. Conforme já informado nesse documento, até então não ocorreu a implementação do comitê, como também do fundo.

O Projeto Desperta Litoral (2011) também previu e orçou a logística da realização de um intercâmbio que envolverá a direção do fórum e representantes dos grupos de produção, no intuito de conhecerem os resultados de uma experiência exitosa de Fundo Rotativo Solidário na Bahia. Essa iniciativa também não foi realizada.

7.4 METAS

O Projeto Desperta Litoral (2011) previu como metas: 13 grupos produtivos equipados; 24 encontros de capacitação realizados; um fundo rotativo implantado; uma visita de intercâmbio realizada; e 48 encontros do Comitê Gestor do Fundo Rotativo Solidário.

Com base nas metas descritas e a consecução das mesmas, podemos concluir que os 13 grupos receberam os equipamentos e insumos previstos; das capacitações programadas, apenas cinco foram realizadas; até então não houve a implantação do fundo rotativo solidário; tampouco a visita de intercâmbio, como também não foram cumpridos os 48 encontros do Comitê Gestor do Fundo Rotativo Solidário programados.

7.5 OPERACIONALIZAÇÃO

Foi disponibilizado ao Projeto Desperta Litoral em dezembro/2011 recurso público de R\$ 199.955,12 em uma única parcela, recurso da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – Setre, em nome do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, antes do início do projeto. Esse recurso foi utilizado para aquisição de equipamentos e insumos oferecidos aos grupos de produção. A execução do projeto conta com a seguinte equipe: uma coordenadora; um agente local; um técnico responsável; uma contadora. Há previsão de remuneração do agente local e da contadora, porém até o momento não ocorreu pagamento, por razão de pendências administrativas referentes à situação de transição da diretoria.

O Projeto Desperta Litoral conta com as seguintes parcerias: Concessionária Litoral Norte – CLN, no tocante a apoio e suporte (acessos a informática, internet, telefones); Igreja Matriz do Divino Espírito Santo – Vila de Abrantes, que cede espaço para abrigar as reuniões, assembleias, treinamentos.

O projeto, pelo termo de contrato, deveria ser concluído em novembro de 2013. No entanto, o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros pleiteia nesse momento à Setre a prorrogação do projeto por mais um ano, tendo em vista as dificuldades de ordem administrativa enfrentadas durante a execução normal das atividades. Os desdobramentos decorrentes dessa situação dificultaram o início do projeto. A questão ainda não está totalmente resolvida, a direção do fórum tem algumas pendências de documentação e contabilidade para solucionar.

Decorrente dessa situação, o fórum ainda não teve condição de formalizar a relação de trabalho com a agente local e a contadora por questões legais. As colaboradoras prestam serviço ainda sem remuneração, o que dificulta e limita suas possibilidades. O deslocamento para atendimento aos grupos que se distribuem em seis municípios é oneroso e complicado para quem tem a dificuldade da logística (transporte e recurso financeiro). Aliado a essas questões, o pouco e espaçado acompanhamento dos grupos pela Setre e Cáritas contribuíram para o atraso dos resultados esperados.

A aquisição dos equipamentos e insumos para os grupos de produção deu-se de acordo com os procedimentos exigidos, apesar de terem enfrentado alguns problemas para adequação dos fornecedores às exigências da Setre. Em decorrência dessa questão, houve retardação na entrega há exemplo de grupos que receberam aproximadamente após dez meses de execução do projeto, o que contribuiu para o atraso da devolução ao fundo.

As cinco oficinas de capacitação em economia solidária trouxeram repercussão positiva, conforme depoimentos dos entrevistados em relação à organização dos grupos, articulações e participações na sociedade civil. Também nas relações constituídas entre os grupos e a direção do fórum. Quanto às formações previstas até então não ocorridas, segundo a presidente do fórum, há necessidade de reformulação do projeto para que se ajustem valores orçamentários e possa ser cumprido o planejamento.

Até o fechamento da pesquisa, o comitê gestor local ainda não havia se constituído, como também não havia ocorrido a operacionalização do Fundo Rotativo Solidário. A concretização depende da regulação de um regimento interno que embora tenha iniciado sua elaboração a partir do acompanhamento da Cáritas, ainda não se encontra concluído. Mesmo assim, os grupos já iniciaram a devolução, apenas três grupos ainda não fizeram. Quanto aos 48 encontros previstos do comitê gestor local, ainda não foram realizados.

A previsão da realização do intercâmbio dos grupos produtivos do Projeto Desperta Litoral com outra experiência exitosa na Bahia também não se concretizou, oportunidade que certamente agregará motivação e experiência.

De acordo com o edital 001/2011, os projetos serão acompanhados pela Comissão de Avaliação e Acompanhamento, com visitas in loco pré-agendadas com relatórios técnicos e seminários de apresentação e avaliação de resultados. Há previsão de reuniões entre a Setre, a Comissão de Avaliação e Acompanhamento e as instituições proponentes com o objetivo de acompanhar o projeto, suas atividades e resultados a serem alcançados.

O edital 001/2011 prevê a fiscalização do convênio que deve ser feita pela concedente, que também fará o acompanhamento e a avaliação da execução do mesmo com a observação das despesas, a avaliação técnica da aplicação dos recursos repassados, bem como a verificação da forma como está sendo utilizado. Na comprovação devem constar relatórios de inspeções e visitas sobre a realização do objeto do convênio. Da mesma forma, consta no

edital a prestação de contas, cabendo ao conveniente encaminhar a devida prestação de contas de todos os recursos recebidos, conforme documentação exigida.

Estivemos na Setre com o técnico responsável pelo projeto para checar o acompanhamento e a fiscalização do mesmo, conforme prevê o edital.

Fomos informados sobre a existência do comitê gestor, formado por membros da Setre e de instituições e redes da sociedade civil, organizados por segmento, conforme a Portaria nº 069/2011, que institui, rege competência, composição do comitê e comissão técnica de avaliação. O acompanhamento e fiscalização, segundo o técnico entrevistado, é feito pelo comitê gestor junto com dois técnicos da Setre. O comitê reúne-se de dois em dois meses para discutir como se dar o funcionamento dos projetos e ver possibilidades de atenderem às suas necessidades. Na reunião de dezembro, não houve a participação das pessoas dos projetos. E numa dessas reuniões passou-se muito tempo tratando da situação do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, que tem um processo diverso, uma rede de associações, mas com algumas dificuldades, por causa de divergências ocorridas com a primeira direção.

Conforme o técnico responsável, ficou combinado que a Cáritas desenvolveria algumas oficinas, que ocorreram no ano passado, quando revisaram o projeto, fizeram o alinhamento com os grupos do fórum e também a revisão orçamentária. O técnico informa ainda que o fórum vai solicitar um remanejamento de despesas, pois perceberam que vão sobrar recursos, e, para não devolvê-los, vão remanejá-los. Ele cita que as oficinas auxiliaram bastante e que, diante dos problemas que passaram, acredita que não prejudicou tanto o projeto.

Sobre o fundo rotativo, informa o técnico responsável que se encontra em processo de devolução de recursos pelos grupos produtivos. Esclarecemos que, embora os grupos estejam cumprindo com essa determinação, ainda não constituíram formalmente o fundo, pois o próprio regimento interno, que tem papel de regulação, ainda não foi concluído. Da mesma forma ocorre com a implantação do comitê gestor local. Outra situação checada foi a efetivação de pagamento da função prevista de agente local, que acredita-se não ter ocorrido por problemas internos do fórum.

Ao solicitarmos informações sobre as avaliações feitas a partir do acompanhamento dos grupos, o que tem sido constatado em termos de resultados, nos foi informado pelo técnico da Setre que, enquanto Estado, há a preocupação com a execução do plano de

trabalho, se os recursos estão sendo executados de forma correta até o momento. Considera o resultado positivo. Refere-se a não finalização do projeto – e por mais que haja oficinas em aberto, acredita que, no período de 12 meses referente ao aditivo solicitado, sejam realizadas conforme o previsto. Informa ter visitado os grupos e viu que já se iniciou uma caminhada, os recursos estão sendo devolvidos mesmo ainda sem ter o regimento interno num compromisso visível.

Segundo o técnico entrevistado, em relação aos recursos destinados à aquisição dos equipamentos, foram todos adquiridos, as pessoas estão usando e usufruindo, gerando renda. “Falta a integração do fundo, que é uma responsabilidade da Cáritas, que tem essa expertise. Até terminar o prazo de 12 meses solicitados, vejo que eles vão conseguir realizar o que ainda não foi feito”. Questionamos sobre a prestação de contas e fomos informados de que ainda não foi realizada, porque normalmente é no final do projeto, embora não haja impedimento para fazê-la por etapas a partir de agora, se desejarem. Solicitamos ao técnico o acesso a relatórios relacionados às ações desenvolvidas pela Setre e Cáritas com o fórum e ao acompanhamento dos grupos de produção, o que não nos foi permitido.

Em razão do impedimento ao acesso aos documentos de acompanhamento da Setre e Cáritas relacionados às ações no Projeto *Desperta Litoral*, recorremos à presidente do fórum para ver a possibilidade de nos disponibilizá-los, já que, na avaliação dos resultados do projeto, essa informação tem uma importância, porém fomos informados de que até então não dispunham dos relatórios. Assim sendo, levantamos com a presidente as ocorrências das ações dessas instituições, que expomos em quadro para efeito de conhecimento sobre as intervenções no projeto.

Quadro 2 - Eventos – ações da Setre, Fundação Esquel e Cáritas com o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros e grupos produtivos (2012-2013)

	Projeto <i>Desperta Litoral</i> – Eventos com Setre, Fund. Esquel e Cáritas	
Data	Natureza	Locais
17 e 18/01/2012	Oficina com a SETRE -execução de convênios - procedimentos operacionais para as organizações contempladas no Edital 001/2011 -	Hotel Sol Bahia- Salvador
18/4/2012	Reunião com a SETRE -CARITAS - Fórum - Grupos produtivos - ajustes	Salão Paroquial- Vila de Abrantes- Camaçari
22 e 23/05/2012	Oficina com SETRE - Fundação Esquel - Fórum e grupos produtivos - procedimentos operacionais	Baixios - Esplanada
13, 14 e 15/09/2012	Oficina com Fundos rotativos solidários - edital 001-2011 - grupos produtivos - SETRE- Fundação Esquel	Irmãs Mercedárias - Rio Vermelho - Salvador
15/10/2012	Visita Técnica a grupos produtivos - SETRE - Fórum	Costa dos Coqueiros
29/10/2012	Visita Técnica a grupos produtivos - SETRE - Fórum	Costa dos Coqueiros
18/12/2012	Reunião com SETRE- CONFINS -Fórum	SETRE - CAB
25/1/2013	Reunião da CARITAS com Fórum e grupos produtivos	Vila de Abrantes- Camaçari
2/3/2013	Reformulação do projeto - CARITAS	Vila de Abrantes- Camaçari
16 e 17/03/2013	Oficina de Fundos Rotativos- Fórum- grupos produtivos	Irmãs Mercedárias - Rio Vermelho - Salvador
04 e 05/04	Visita a 5 grupos produtivos - CARITAS - Fórum	Costa dos Coqueiros
14 e 15/05 2013	Visita a 3 grupos produtivos - CARITAS - Fórum	Costa dos Coqueiros
19 e 20/08/2013	Oficina de Fundo Rotativo- Fórum- grupos produtivos - reformulação do projeto e elaboração do regimento interno- CARITAS - Fórum e grupos produtivos	Irmãs Mercedárias - Rio Vermelho - Salvador
9/9/2013	Continuação da Oficina de elaboração do regimento interno - CARITAS - Fórum e grupos produtivos	Salão Paroquial- Vila de Abrantes- Camaçari
23, 24, 26 e 27/ 09 /2013	Visita a 6 grupos produtivos- SETRE - Fórum	Costa dos Coqueiros

Fonte: Projeto Desperta Litoral (2013)

Mesmo diante das dificuldades já relatadas e das limitações que as condições de vida e socioterritoriais lhes impõem, observamos que, no atendimento aos objetivos específicos, houve aumento da produção dos grupos, diversificação da produção, expansão da arrecadação financeira, melhoria da organização dos grupos, evolução da participação, elevação da motivação e articulação com a sociedade civil e com o governo (três esferas). Conforme já explicitado, constatou-se a falta de funcionamento do comitê gestor local e da operacionalização do Fundo Rotativo Solidário.

No momento de apresentação da proposta no edital 001/2011 de seleção, foram elencados 12 grupos de produção. Ocorre que, durante o processo, houve substituição de grupos por questão de documentação ou mesmo de participação no processo, além da inclusão

de mais um grupo, por decisão do fórum, em momento de participação em evento junto à Setre e Cáritas, totalizando 13 grupos, então envolvendo 522 pessoas.

Quadro 3 - Composição dos Grupos Produtivos – Projeto Desperta Litoral (2011) – quanto à localização, produto, número de associados e renda mensal

Ord.	Grupo	Localização	Produção	Assoc.	Renda mensal
1	Associação de Marisqueiros e Pescadores de Ponte de Tabatinga	Rua A, nº 124 – Povoado de Ponte de Tabatinga – Jandaíra	Pescados e mariscos	60	R\$ 540,00 em média (por pessoa)
2	Associação dos Artesãos e Doceiras do Baixo	Baixo/ Esplanada	Doces (frutas da região)/ luminárias e Bijuterias (coco, osso-chifre, cipó e búzios)	35	R\$ 540,00 (em alta estação)
3	Associação de Pescadores e Marisqueiras do Município de Conde	Praia dos Passos, Poças/ Conde	Peixes e frutos do mar/ comercialização	38	R\$ 540,00
4	Associação das Costureiras e Bordadeiras	Fazenda Malícia II, km-13, Estrada do Coco – Vila de Abrantes/ Camaçari- BA	Artigos para o lar: toalhas, jogos de cozinha, panos de prato, bolsas de praia (tecidos e aviamentos em geral)	5	Em média R\$ 540,00
5	Associação dos Criadores de Aves da Fazenda Açú da Capivara	Fazenda Açú da Capivara, s/n, Coqueiros de Arembepe/ Camaçari	Frango, ovos (biofertilizante natural), confecção de vestuário (tecido)	25	De R\$ 250,00 a R\$ 500,00
6	Associação dos Produtores Rurais de Joia do Rio e Adjacências	Estrada da Tiririca – Comunidade Joia do Rio 2/ Camaçari	Peixe, frango, mel, mudas de plantas ornamentais e frutíferas	20	R\$ 500,00 a R\$ 600,00
7	Associação Agrícola Rancho Alegre	Fazenda Rancho Alegre, s/n Arembepe/ Camaçari	Agricultura diversificada: sementes, adubos e mudas	10	R\$ 300,00 a 600,00
8	Associação Beneficente Progresso Alamedas do Rio	Rua São Bento, nº 66 – Vila da Abrantes/ Camaçari	Agricultura orgânica, meliponicultura, apicultura, avicultura e piscicultura	25	R\$ 400,00
9	Associação de Artesãos Domínio dos Deuses	Sítio Amor Fiel, s/n, Barro Branco/ Mata de São João	Artesanato com utilização de metais e pedras, couros, entalhes em madeira, macramê, tecelagem, pinturas e cerâmica e agricultura orgânica	12	R\$ 200,00 a 500,00
10	Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto de Assentamento Euclides Neto	Fazenda Gameleira e Carijó de Cima, s/n/ Mata de São João	Agricultura orgânica, criação de galinhas, apiários, piscicultura, suinocultura e criação de caprinos	76	R\$ 240,00
11	Associação de Produtores Rurais e Preservação Ecológica	Fazenda Foz de Imbassai, km-67, Linha Verde/ Mata de São João	Agricultura orgânica e artesanato (derivados do coco, sementes e pedras)	200	R\$ 400,00
12	Associação Beneficente Casa da União da Bahia	Lot. Jardim Ipitanga, Fazenda Cajá, s/n/ Lauro de Freitas	Produtos alimentícios (orgânicos)	4	R\$ 540,00
13	Associação dos Moradores do Bairro do Retiro	Rua Direta do Retiro, s/n/ Mata de São João	Artesanato com utilização de metais e pedras, couros, madeiras, tecelagem e agricultura orgânica	12	R\$ 540,00

Fonte: Projeto Desperta Litoral (2011)

7.6 REGISTRO FOTOGRÁFICO – CENÁRIO DOS GRUPOS DE PRODUÇÃO

Figura 4 – Casa de Farinha – Assoc. de Artesãos Domínio dos Deuses



Fonte: foto da autora

Figura 5 – Artesãs – Assoc. de Artesãos Domínio dos Deuses – Imbasai



Fonte: foto da autora

Figura 6 – Membros da Assoc. Beneficente Progresso Alamedas do Rio – Camaçari



Fonte: Foto da autora

Figura 7 – Reunião – Assoc. de Marisqueiros e Pescadores de Ponte de Tabatinga – Jandaíra



Fonte: foto da autora

Figura 8 – Membros da Assoc. de Pescadores e Marisqueiras do Município do Conde



Fonte: foto da autora

Figura 9 – Membros do grupo de produção de alimentos – Lauro de Freitas



Fonte: foto da autora

Figura 10 – Membros da Assoc. Com. dos Produt. Rurais de Joia do Rio e Adjacências Camaçari



Fonte: foto da autora

Figura11 – Membros da Assoc. dos Criadores de Aves da Fazenda Açu da Capivara - Camaçari



Fonte: foto da autora

Figura 12 – Membros da Assoc. dos Produtores Rurais de Prev. Eco. da Foz do Imbassá



Fonte: foto da autora

Figura 13 – Membros do Grupo Produtivo do Assentamento Euclides Neto – Mata de São de São João



Fonte: foto da autora

Figura14 – Membros da Assoc. Com. dos Moradores do Bairro do Retiro – Mata de São João



Fonte: foto da autora

Figura 15 – Membros da Assoc. Agrícola Rancho Alegre – Camaçari



Fonte: foto da autora

Figura16 – Pescadora de Poças na Feira do Conde



Fonte: foto da autora

Figura 17 – Moradia de uma artesã – Imbassá – Mata de São João



Fonte: foto da autora

Figura 18 – Membros da direção do fórum em entrevista – grupo focal



Fonte: foto da autora

Figura 19 – Autora entrevista representante da comunidade do Retiro



Fonte: foto da autora

Figura 20 – Reunião dos grupos de produção Fórum com técnicos da Setre, Fund. Esquel e Cáritas



Fonte: foto da autora

Figura 21 – Reunião dos grupos de produção e fórum com técnicos da Setre Fund. Esquel e Cáritas



Fonte: foto da autora

Figura 22 – Oficina de economia solidária com grupos de produção



Fonte: foto da autora

Figura 23 – Reunião do fórum com grupos de produção



Fonte: foto da autora

8 PERCURSO METODOLÓGICO

O capítulo apresenta as escolhas metodológicas utilizadas para responder aos objetivos propostos do objeto de estudo. A opção pela pesquisa avaliativa como método para a construção da avaliação de resultados do Projeto Desperta Litoral requer fundamentos e procedimentos operativos no campo dos métodos de intervenção social, que visam subsidiar a realização de avaliações sistemáticas de programas de intervenção social.

8.1 FORMULAÇÃO CONCEITUAL

Nos processos avaliativos, é notória a necessidade e importância do aprimoramento das ações e intervenções planejadas e implementadas, embora ainda se constitua como desafio, haja vista a vigência ainda incipiente de uma formulação conceitual e metodológica. Para Aguilar e Ander-Egg (1994), a pesquisa avaliativa, em determinado momento histórico, teve uma repercussão na literatura, embora restritiva a aspectos da avaliação econômica, considerando os motivos de limitação de recursos. Essa questão determinou metodologias de indicação de rentabilidade ou não de programas ou serviços. Os procedimentos de longo tempo estiveram relacionados a modelos experimentais e quase experimentais apoiados nos métodos quantitativos. Nos campos da intervenção social, esses procedimentos mostraram-se inaplicáveis, mesmo com o reconhecimento da importância da avaliação e a tentativa de estímulo à pesquisa avaliativa no campo social. Com o desenvolvimento da metodologia avaliativa e o aperfeiçoamento aplicado além dos programas econômicos, houve uma fixação na avaliação dos programas educativos. São recentes as propostas de avaliação aplicáveis em programas de ação social e de serviços sociais.

Schuman (1967 apud AGUILAR e ANDER-EGG, 1994, p. 27) define a pesquisa avaliativa como “conjunto de procedimentos para a coleta e análise de dados que aumentam mais a possibilidade de ‘provar’ do que de afirmar o ‘valor’ de uma atividade social”.

Adotamos a indicação dos autores Aguilar e Ander-Egg (1994), quanto ao destaque às contribuições de Weiss (1970 e 1980 apud AGUILAR e ANDER-EGG, 1994, p. 31), pela precisão, utilidade e abrangência: “A avaliação analisa a relação programa/necessidade social,

medindo o grau e, se possível, a profundidade, em que seus fins são alcançados e, portanto, as necessidades satisfeitas e os problemas solucionados”.

Da mesma autora, (p. 31):

A pesquisa em avaliação é uma empresa racional que examina os efeitos das políticas (“*policies*”) e dos programas de suas populações-objeto (“*targets*”) (indivíduos, grupos, instituições, comunidades) em termos dos fins que pretendem alcançar. Por métodos objetivos e sistemáticos, a avaliação mede a extensão na qual os referidos fins são alcançados e observa os fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados. Supõe-se que, apresentando “fatos”, a avaliação auxilia a tomada de decisões para a escolha inteligente entre cursos de ação. Os dados precisos e não torcidos sobre as consequências dos programas melhorarão esta tomada de decisões.

Enquanto processo sistemático de valoração ou julgamento, Aguilar e Ander-Egg (1994, p. 31-32) definem avaliação:

A avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida: destina-se a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação e execução) ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos, comprovando a extensão e o grau em que se deram estas conquistas, de tal forma que sirva de base ou para uma tomada de decisões racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou fracasso de seus resultados.

A pesquisa avaliativa não tem sentido se não coadunar com a melhoria da prestação de um serviço ou a efetividade e eficácia da administração de um programa, conforme argumentam Aguilar e Ander-Egg (1994). Segundo os autores, os processos avaliativos revestem-se de necessidade e importância no aprimoramento das ações e intervenções planejadas e implementadas, porém constituem-se como desafio diante da incipiência na formulação conceitual e metodológica ainda vigente.

8.2 OBJETO DE ESTUDO

A pesquisa tem como objeto de estudo a avaliação de resultados do Projeto Desperta Litoral, analisando a contribuição ao desenvolvimento local sustentável-solidário na Costa dos Coqueiros, Litoral Norte da Bahia, no período 2011 a 2013.

Partiu-se de uma revisão bibliográfica para identificar os conceitos a serem utilizados na fundamentação do estudo da avaliação de resultados, especificamente a pesquisa avaliativa, bem como os conceitos relacionados à economia solidária, economia plural e desenvolvimento local sustentável-solidário.

A pesquisa deu-se por meio da observação indireta e foi confrontada com dados primários e secundários, direcionada aos atores diretos, beneficiários, gestores comunitários integrantes do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros e atores indiretos, os técnicos, consultores, representantes de órgãos públicos e instituições locais.

8.3 ABORDAGEM

Na abordagem, foram utilizadas medidas múltiplas, combinação qualitativa e quantitativa. Segundo Bryman (1992 apud FLICK UWE, 2009, p. 39), “[...] a pesquisa qualitativa pode apoiar a pesquisa quantitativa e vice-versa, sendo ambas combinadas visando fornecer um quadro mais geral da questão em estudo [...]”.

A pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida. As expressões-chave para essa pluralização são a “nova obscuridade” Habermas (1996 apud FLICK UWE, 2009, p. 20), a crescente “individualização das formas de vida e dos padrões biográficos” Beck (1992 apud FLICK UWE, 2009, p. 20) e a dissolução de “velhas” desigualdades sociais dentro da nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de vida. Essa pluralização exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões (FLICK UWE, 2009, p. 20).

A discussão sobre o uso combinado dos métodos qualitativos e quantitativos é uma questão que foi muito debatida, principalmente entre a década de 1980 e início dos anos 1990, por aqueles que trabalhavam com avaliação de programas. Explicam Worthen; Sanders; Fitzpatrick (2004) que atualmente a questão já absorvida é tida como coisa do passado, tanto que avaliadores em sua maioria admitem que nenhum método ou abordagem isolado seja apropriado. Segundo esses autores, o método, ao ser escolhido, deve se basear na questão que se está tentando responder. Portanto, como os fenômenos estudados nem sempre apresentam facilidade de mensuração diretamente, vão exigir múltiplas medidas para se estudar a questão.

Observam os autores citados que as medidas não são todas de uma mesma tipologia, pois sua finalidade é observar o fenômeno em distintas perspectivas. Dessa forma, as

medidas, ao serem usadas, exigem uma combinação de abordagens qualitativas e quantitativas (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 470). “As abordagens qualitativas e quantitativas melhoram nossa capacidade de julgar o valor do objeto de avaliação”. Cronbach (1982 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004 p. 468) também demonstra aceitação do uso de abordagens múltiplas de mensuração: “As avaliações não devem ser postas num único molde (científico). Podem-se propor muitas abordagens eficientes a toda avaliação, mas não abordagens perfeitas”.

8.4 LOCAL

O campo empírico de estudo, elemento territorial da pesquisa, é a Costa dos Coqueiros, Litoral Norte da Bahia, onde se encontram o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros e os 13 grupos produtivos, nas suas localidades específicas, municípios de Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Esplanada, Conde e Jandaíra.

8.5 FONTES

As fontes de informação abordadas foram os atores sociais pertencentes aos grupos produtivos (beneficiários) e integrantes do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, técnicos, consultores, representantes de órgãos públicos e organizações locais.

Utilizamos do recurso da pesquisa documental – dados secundários – para a análise de documentos existentes que serviram para a compreensão do objeto estudado, resultado da seleção de Empreendimentos para Constituição de Fundos Rotativos Solidários – Edital nº 001/2011, o Projeto Desperta Litoral: termo de convênio, portaria que institui o comitê gestor dos fundos rotativos solidários e a comissão técnica de avaliação dos projetos, documentos processados pelo Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros em relação à execução do projeto, etc.

No critério de seleção de fontes de informação, utilizamos amostra, 92,3% da população-alvo, com base no universo de 13 grupos produtivos, e 100% do comitê gestor

local e direção do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, instrutora de economia solidária do fórum, e os dois técnicos representantes da Setre e Cáritas.

8.6 INSTRUMENTOS DE COLETA

Os instrumentos de coleta utilizados foram formulário (questionário) para aplicação das entrevistas estruturadas pela entrevistadora (autora); levantamento de questões para compor os roteiros das entrevistas semiestruturadas e das entrevistas coletivas, grupo focal. A pesquisa documental foi utilizada como forma de contextualização das informações, relacionadas a documentos que dizem respeito ao processo de seleção, implantação e execução do Projeto Desperta Litoral, levantamento de dados com os grupos produtivos, comitê gestor local, Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, documentação correlata relacionada à formação de saberes, distribuição de recursos (equipamentos e insumos), devolução ao Fundo Rotativo Solidário e redistribuição de recursos.

8.7 PROCEDIMENTOS DE COLETA

A entrevista estruturada, instrumento de natureza quantitativa que tem como procedimento de coleta, objetivo definido, estar frente a frente com o respondente, em interação social. As entrevistas são elaboradas conforme questionário uniformizado, estruturado, com opções de respostas determinadas, caso seja apresentado por escrito; também pode ser utilizada a opção em que o entrevistador pergunta e anota a resposta, conforme escolha do entrevistado. A abordagem aumenta consideravelmente a taxa de resposta, por ser mais difícil o entrevistado negar a participação. Esta modalidade de entrevista demonstra vantagens, mas há também os inconvenientes do questionário normatizado, principalmente pela impositividade de respostas previstas antecipadamente, por impedir a expressão espontânea do pensamento do entrevistado. Contudo a padronização favorece custos razoáveis e atendimento a número expressivo de pessoas pela facilidade do tratamento dos dados através dos instrumentos estatísticos (DIONE; LAVILLE, 1999).

Segundo o pensamento de Trivinos (1987), essa entrevista fundamenta-se no princípio da neutralidade da ciência social, onde os dados são levantados com o objetivo de quantificação da informação, podendo também ter uso na pesquisa qualitativa.

A entrevista semiestruturada, instrumento de pesquisa de cunho qualitativo, tem como procedimento de coleta estabelecer os critérios de seleção dos entrevistados que vão compor o universo de investigação, a delimitação dos atores e seu grau de representatividade no grupo social em estudo. Conforme Flick Uwe (2009), as entrevistas semiestruturadas desenvolveram-se a partir de situação crítica da entrevista padronizada, nas quais recaía o argumento da artificialidade, em razão de o entrevistado estar afastado das relações cotidianas no decorrer da entrevista. Trivinos (1987, p. 146) a define como:

Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

O autor chama a atenção para a condição em que se dá essa entrevista: individualizada em relação à entrevista estruturada. Essa entrevista tem fundamento e centra-se no sujeito, como forma de compreendê-lo, há empatia entre entrevistador e entrevistado, quando o entrevistador na experiência coloca-se na situação vivenciada pelo sujeito. Trata-se da presença consciente e atuante do pesquisador, favorecendo a relevância da condição do ator (TRIVINOS, 1987).

O grupo focal, método de obter informações qualitativas de um grupo de indivíduos, baseado em processo coletivo, tem como procedimento de coleta envolver interações diretas, em um processo grupal, numa discussão que se dá entre entrevistador e entrevistados, continuando o diálogo entre os participantes. Conforme Flick Uwe (2009), amplia-se o escopo da coleta de dados em um determinado contexto, proporcionando situação de interação mais próxima do cotidiano. Trata-se de amplificar a condição da entrevista. Segundo alguns autores (MERTON, 1956; FONTANA e FREY, 2000; MERTON, 1987 apud FLICK UWE, 2009, p. 181): “As entrevistas de grupo têm sido conduzidas em um grande número de estudos”. Patton (2002 apud FLICK UWE, 2009, p. 181) define: “Uma entrevista tipo grupo focal é uma entrevista com um pequeno grupo de pessoas sobre um tópico específico. Em regra, os grupos são formados por seis a oito pessoas que participam da entrevista por um período de 30 minutos a duas horas”. Trata-se de um processo estruturado e moderado por um

entrevistador. Faz-se necessária a objetividade para mediar os participantes, impedir que eles dominem o diálogo, como também estimular aqueles de comportamento mais retraído. Contudo deve preservar um equilíbrio na conduta enquanto norteador e moderador (FLICK UWE, 2009).

8.8 DIAGNÓSTICO MARCO ZERO

Na primeira etapa deste trabalho, realizamos o estudo diagnóstico, entre janeiro e fevereiro de 2012, para caracterizar o marco zero, que teve como objetivo orientar e servir posteriormente de base ao formato da avaliação de resultado, para a comparação com os indicadores iniciais observados no diagnóstico, instrumento da gestão que visa contribuir para o acompanhamento e/ou transformação do projeto, vistos seus objetivos.

O diagnóstico marco zero teve como base retratar a realidade atual do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, entidade proponente do Projeto Desperta Litoral, e dos 13 grupos produtivos participantes, quanto à estrutura, organização, gestão, capacidade financeira, produção, escoamento e comercialização, formação de saberes (capacitação), mecanismos solidários adotados e percepção dos grupos produtivos em relação ao Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros.

O universo da pesquisa de avaliação de marco zero constituiu-se dos participantes dos 13 grupos de produção inseridos no Projeto Desperta Litoral, integrantes do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, como também a diretoria desta instituição. Os dados foram coletados com os atores sociais representantes dos grupos de produção e dos membros da diretoria do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, com uma amostragem intencional, utilizando-se dos instrumentos de entrevista estruturada e grupo focal.

No estudo dessa fase do projeto, baseamo-nos na definição de Chianca *et al.* (2001, p.18).

A avaliação do marco zero ocorre antes da instalação de um determinado programa ou projeto e serve para orientar a equipe responsável por ele no planejamento das ações, garantindo o máximo de proximidade às reais necessidades e expectativas dos futuros usuários.

Conforme o pensamento de Roche Chris (2002), uma boa avaliação vai exigir um estudo preliminar, onde os indicadores tenham sido monitorados de modo eficiente, contando com objetivos claros e definidos conforme as correspondentes atividades e indicadores.

De acordo com Demo (2005 apud DEMO, 1995 d e 1996 b), a avaliação exige uma intervenção adequada, cuja efetividade decorre do conhecimento das condições históricas, para uma melhor inserção do objetivo de transformação. Essa circunstância dá à avaliação sentido de pesquisa, estratégia de questionamento, que favorecerá uma melhor intervenção à medida que se dá a reconstrução do conhecimento diagnóstico da realidade. 11

8.9 MATRIZ DE PLANEJAMENTO DE AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Para construir os instrumentos da pesquisa e verificar em que medida os objetivos específicos foram alcançados, adotamos o uso da Matriz de planejamento de avaliação de resultados.

a) **Verificar se os resultados foram atingidos conforme os objetivos específicos do Projeto Desperta Litoral.**

Quadro 4 - Levantar resultados com base nos objetivos específicos

Perguntas operacionais	Indicadores
1 Quais as ocorrências de melhoria da capacidade produtiva dos 13 grupos solidários, tendo em vista a aquisição de materiais e equipamentos recebidos	1.1 Volume de produção 1.2 Diversidade de produtos 1.3 Resultado financeiro de arrecadação
2 Quais as evidências de eficácia da gestão do fórum e dos 13 grupos solidários, a partir das capacitações oferecidas?	2.1 Capacidade organizativa 2.2 Relação com a base (integrantes) 2.3 Capacidade articulativa com interorganizações 2.4 Capacidade resolutive de gestão
3 Identificar as evidências de funcionamento do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros	3.1 Operacionalidade do comitê gestor local na constituição do Fundo Rotativo Solidário 3.2 Frequência das contribuições dos grupos de produção 3.3 Distribuição de recurso com grupos até então não contemplados

Fonte: elaboração da autora

b) Verificar a contribuição dos objetivos para o desenvolvimento local sustentável-solidário.

Quadro 5 - Levantar a contribuição dos resultados conforme objetivos específicos

Perguntas operacionais	Indicadores
1 Quais as contribuições sustentáveis-solidárias coletivas relacionadas à organização dos empreendimentos, enquanto estratégia de cooperação para o desenvolvimento local?	1.1 Soluções sustentáveis-solidárias coletivas 1.2 Incremento de regulação das relações econômico-sociais
2 Quais as contribuições ao desenvolvimento local, enquanto soluções sustentáveis-solidárias, geradas no próprio território?	2.1 Soluções próprias de modalidades articuladas com base nas relações econômicas e na troca de experiências
3 Quais as contribuições advindas da operacionalização do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros para a articulação de uma rede dos empreendimentos solidários participantes?	3.1 Articulação de rede dos empreendimentos solidários Participantes

Fonte: elaboração da autora

8.10 FONTES DE INFORMAÇÃO E INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÃO

a) Corresponde à análise dos resultados conforme os objetivos específicos do Projeto Desperta Litoral.

Quadro 6 - Levantar dados conforme fontes e instrumentos de coleta de informação

Indicadores	Fontes	Instrumento
1.1 Volume de produção	Representante dos grupos de produção	Entrevista estruturada
1.2 Diversidade de produtos	Representante dos grupos de produção	Entrevista estruturada
1.3 Resultado financeiro de Arrecadação	Representante dos grupos de produção	Entrevista estruturada
2.1 Capacidade organizativa	Direção do Fórum Sustentável Costa dos Coqueiros e representantes dos grupos de produção	Entrevista coletiva - grupo focal
2.2 Relação com a base Integrantes	Direção do fórum e representantes dos grupos de produção	Entrevista coletiva - grupo focal
2.3 Capacidade articulativa com Interorganização	Direção do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, representantes de entidade governamental e técnicos e/ou instrutores do Projeto Desperta Litoral	Entrevista coletiva - grupo focal Entrevista semiestruturada
2.4 Capacidade resolutiva de Gestão	Direção do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros	Entrevista coletiva - grupo focal
3.1 Operacionalidade do comitê gestor local na constituição do Fundo Rotativo Solidário	Direção do fórum e comitê gestor local	Entrevista coletiva - grupo focal

Indicadores	Fontes	Instrumento
3.2 Frequência das contribuições dos grupos de produção	Direção do fórum e comitê gestor local	Entrevista coletiva - grupo focal
3.3 Distribuição de recurso com grupos até então não contemplados	Direção do fórum e comitê gestor local	Entrevista coletiva - grupo focal

Fonte: elaboração da autora

b) Corresponde à contribuição dos objetivos específicos do Projeto Desperta Litoral para o desenvolvimento local sustentável-solidário.

Quadro 7 – Levanta dados sobre a contribuição dos resultados conforme fontes e instrumentos de coleta de informação

Indicadores	Fontes	Instrumento
1.1 Soluções sustentáveis-solidárias coletivas	Direção do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, representantes dos grupos de produção e comitê gestor local	Entrevista coletiva - grupo focal
1.2 Incremento de regulação das relações econômico-sociais	Direção do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, representantes dos grupos de produção e comitê gestor local	Entrevista coletiva - grupo focal
2.1 Soluções próprias de modalidades articuladas com base nas relações econômicas e na troca de experiências	Direção do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, representantes dos grupos de produção e comitê gestor local	Entrevista coletiva - grupo focal
3.1 Articulação de rede dos empreendimentos solidários participantes	Direção do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, representantes dos grupos de produção e comitê gestor local	Entrevista coletiva - grupo focal

Fonte: elaboração da autora

No capítulo posterior, serão apresentados os dados coletados nos instrumentos de pesquisa, descritivamente e interpretativamente.

9 RESULTADOS E ANÁLISE

O capítulo a seguir tem papel fundamental de referendar a avaliação de resultados do Projeto Desperta Litoral: projeto de apoio à organização produtiva e implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, no período de 2011 a 2013, obtidos mediante a aplicação dos instrumentos de entrevista estruturada, semiestruturada e grupo focal, elaborados com base nos indicadores de avaliação.

Cohen e Franco (2012, p. 85), para explicar a análise avaliativa, utilizam o conceito de projeto adotado pela (ONU, 1984) tendo por base uma unidade mínima de execução: “Um empreendimento planejado que consiste num conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo dados”.

Organizamos a apresentação em duas partes, com a finalidade de desdobramento dos resultados da pesquisa em etapas necessárias à compreensão. Na primeira parte, apresentaremos e discutiremos o diagnóstico marco zero, uma das etapas da avaliação de resultado, como início da ação do Projeto Desperta Litoral, que servirá de subsídio para avaliar os resultados do projeto em execução.

Na segunda parte, mostraremos o diagnóstico atual iniciando com a caracterização do público participante da pesquisa e, em seguida, estaremos respondendo aos objetivos específicos do projeto, quando estabeleceremos uma comparação dos dados adquiridos nas etapas do diagnóstico marco zero (passado) e do diagnóstico de resultados atuais (presente) para a identificação das mudanças ocorridas (variação), fazendo a análise interpretativa dos dados apresentados.

9.1 DIAGNÓSTICO MARCO ZERO

O diagnóstico teve como base retratar a realidade do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros e dos 12 grupos produtivos participantes (dessa fase) anterior à implementação do Projeto Desperta Litoral, quanto à organização e constituição, gestão dos grupos na relação com seus integrantes, com o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, com entidades

comunitárias da região onde estão localizados e quanto à capacidade financeira; produção; escoamento; comercialização; valor médio mensal arrecadado pelos grupos; disposição de equipamentos e novas demandas; participação em treinamentos e demandas para treinamentos futuros; relação dos membros entre si; mecanismos solidários adotados, avaliação da relação dos membros dos grupos entre si e percepção do grupo sobre o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros.

Tratou-se de caracterizar o marco zero, para orientar e servir posteriormente de base ao formato da avaliação de resultado do projeto em questão. Nesse estudo, respaldamo-nos na definição de Chianca et al. (2001, p.18):

A avaliação do marco zero ocorre antes da instalação de um determinado programa ou projeto e serve para orientar a equipe responsável por ele no planejamento das ações, garantindo o máximo de proximidade às reais necessidades e expectativas dos futuros usuários.

Os dados foram coletados com os atores sociais representantes dos grupos de produção e dos membros da diretoria do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, com uma amostragem intencional no período de janeiro/fevereiro de 2012, embora já houvesse sido realizado o termo de convênio assinado em novembro de 2012 entre a Setre e o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, como também repassado o recurso em uma única parcela no valor de R\$ 199.955,12, porém, operacionalmente, o projeto ainda não havia iniciado.

9.1.1 Entrevista estruturada

Os resultados decorreram das informações coletadas com os entrevistados de 10 dos 12 grupos produtivos que naquele momento compunham o Projeto Desperta Litoral, já que dois grupos não participaram por motivo de o representante de um deles encontrar-se fora do Estado e o outro se omitiu à participação na experiência.

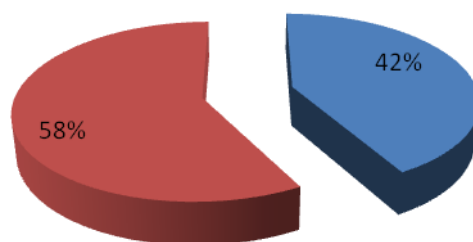
Iniciamos com os dados de identificação, localização e constituição formal da organização comunitária. Foi identificado que 100% dos grupos entrevistados estão documentados. Considerando aqui os grupos relacionados a uma organização comunitária com o registro CNPJ, estatuto e ata de eleição da diretoria da instituição.

Os dez grupos pesquisados são constituídos de 205 participantes, a maioria mulheres, representando 58%.

Gráfico 1 – Participantes quanto a sexo

Participantes quanto a sexo

■ Masculino ■ Feminino



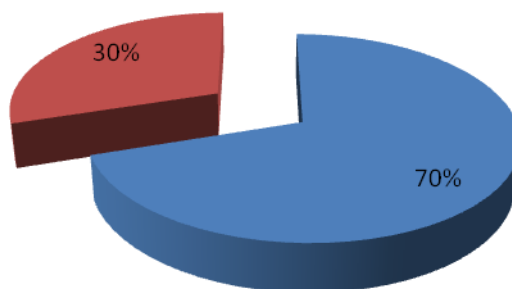
Fonte: elaboração da autora (2012)

Considerando os grupos de produção e sua gestão, investigamos como se dá a participação dos seus integrantes – 70% dos entrevistados avaliaram como participativa com o envolvimento de todos; 30% dos entrevistados avaliaram como média participação. Não houve registro da opção sem participação. O gráfico 2 demonstra o resultado.

Gráfico 2 – Gestão dos grupos de produção – relação com integrantes

Gestão dos grupos de produção - relação com integrantes

■ Participativa, envolvimento de todos ■ Média participação
■ Sem a participação dos integrantes



Fonte: elaboração da autora (2012)

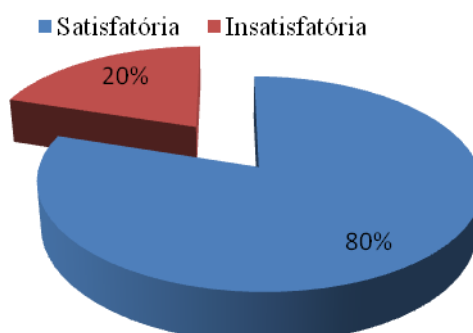
Segundo Fischer et al. (2002, p.8): “A gestão é um ato relacional que se estabelece entre pessoas, em espaços e tempos relativamente delimitados, objetivando realizações e expressando interesses de indivíduos, grupos e coletividade”. Apoiamos Fischer et al. (2006) quando se refere a esses espaços como captadores de necessidades sociais intangíveis, dando voz a novos atores, em experimentos de novas práticas e tecnologias sociais, formando comunidades de interesses e de aprendizagem coletiva. Como organizações associativas da sociedade civil, elas possuem níveis diversos tanto unitários como rede de movimentos, em escalas que vão ao micro local à escala global, e funcionam em estruturas das mais simples às mais complexas.

As organizações comunitárias são espaços livres que reúnem cidadãos por interesses comuns. Elas funcionam sob controles sociais frágeis e exercem papel de significação em suas comunidades. Vimos a importância de investigarmos esses dados para uma melhor compreensão da realidade dos grupos e da realidade onde se inserem.

A gestão dos grupos de produção na relação com o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros foi avaliada como satisfatória, com índice de 80%, houve quem avaliasse como insatisfatória, com índice de 20%. Alguns dos entrevistados opinaram sobre suas escolhas. Observamos uma tendência dos pesquisados em apoiar e reconhecer a importância do fórum em seus territórios, contudo identificamos algumas expressões de insatisfação principalmente em relação a mais esclarecimentos quanto ao Projeto Desperta Litoral.

Gráfico 3 – Gestão dos grupos de produção relação com o Fórum Sustentável Costa dos Coqueiros

Gestão dos Grupos de Produção-Relação com o Fórum



Fonte: elaboração da autora (2012)

Registro de alguns depoimentos dos pesquisados que complementaram suas respostas:

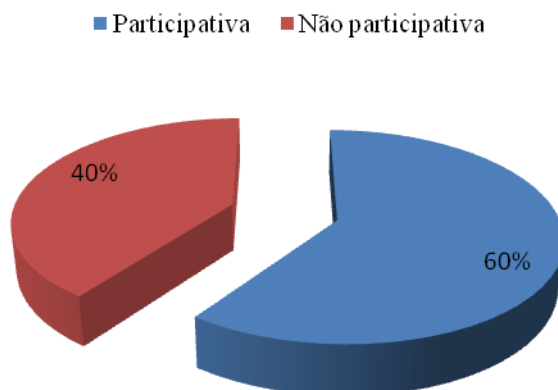
- ✓ “O fórum trouxe uma boa contribuição para nós, na execução do projeto Plante Saúde (2010)²²”.
- ✓ “A participação no fórum tem trazido benefícios para todos nós”;
- ✓ “O projeto Plante Saúde nos fez conhecer mais pessoas e sair do nosso canto”;
- ✓ “Foi através do fórum que nos inserimos nesse projeto, estamos interagindo com outras comunidades”;
- ✓ “O fórum nos deu uma oportunidade de nos colocar no projeto”;
- ✓ “O fórum precisa integrar os grupos produtivos e trazer um entendimento”;
- ✓ “É preciso mais clareza da pessoa do fórum que tem informado sobre o Projeto do Fundo Rotativo Solidário”.

A gestão dos grupos de produção na relação com as organizações comunitárias de suas localidades foi avaliada como participativa por 60% dos pesquisados e como não participativa por 40% deles. Algumas respostas são acompanhadas de depoimentos que serão apresentados. Observamos uma frequência nas falas sobre ausência de comunicação e mais integração entre as organizações comunitárias locais. O gráfico 4 apresenta os resultados.

²² Projeto Plante Saúde – investimento social da Concessionária Litoral Norte S/A – CLN e Instituto Invepar nas comunidades dos municípios de Camaçari e Mata de São João (durante os anos 2007, 2008 e 2009). Em 2010, o projeto foi executado em caráter experimental pelo Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros em sete comunidades do município de Camaçari, com o objetivo de promover capacitação a agricultores localizados ao lado da Rodovia BA-099, introduzindo técnicas de manejo sustentável, visando ao uso racional do solo, preservação ambiental, geração de renda e segurança alimentar. Atendendo, nessa edição, 70 agricultores.

Gráfico 4 – Gestão dos grupos de produção com relação com as organizações comunitárias

Gestão dos Grupos de produção-relação com as organizações comunitárias



Fonte: elaboração da autora (2012)

Registro de depoimentos de participantes que complementaram a resposta:

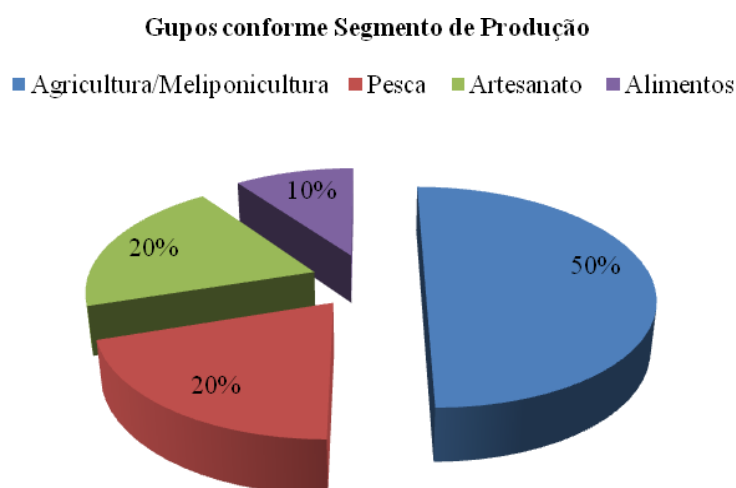
- ✓ “Existe falta de envolvimento e comunicação com as organizações comunitárias locais”;
- ✓ “Não buscamos a integração com outras organizações comunitárias da localidade por discordarmos de questões administrativas”;
- ✓ “Temos uma boa relação com as entidades comunitárias de nossa localidade, precisamos de mais comunicação”;
- ✓ “Participamos de reuniões mensais com a prefeitura de Mata de São João e de reuniões trimestrais com os hotéis e todas as associações e grupos de artesanato”.

Buscamos levantar dados quanto à sustentabilidade da gestão dos grupos de produção, solicitando informações sobre a disposição financeira, porém identificamos que 90% dos entrevistados não dispõem de recursos, apenas 10% dos pesquisados conseguiram reunir um pequeno saldo.

A produção, o escoamento e a comercialização ocorrem conforme o segmento relacionado à produção do grupo. O setor da agricultura agregado à meliponicultura reúne maior índice – 50% dos grupos pesquisados –, produz hortaliças, leguminosas, raízes, verduras e frutas, produção do mel e aproveitamento da cera (resultado da apuração do mel) na

confeção de velas decorativas. O setor da pesca tem percentual de 20%, produz variedades de peixes e mariscos; o setor de artesanato, também com percentual de 20%, faz aproveitamento de resíduos, como chifres, ossos e cocos, na produção de bijuterias (colares, anéis, chaveiros, mensageiros do vento), confecciona bordados, crochês, placas entalhadas, brinquedos em madeira; o setor de produção de alimentos tem menor percentual em relação aos demais – 10% – e dedica-se à preparação de alimentos prontos congelados, doces, bufês (almoços e jantares), culinária convencional e culinária integral. O gráfico 5 expõe os segmentos por produção.

Gráfico 5 – Grupos conforme segmento de produção



Fonte: elaboração da autora (2012)

Quanto à produção dos grupos, 85% dos participantes encontravam-se produzindo, enquanto 15% no momento da entrevista não produziam por questões de ordem financeira. Muitos desses cidadãos não dispõem do mínimo necessário para exercer a atividade produtiva embora tenham habilidade, falta-lhes condição financeira para adquirir ferramentas e insumos que garantam a produção. Observamos principalmente entre o segmento da pesca a ausência de apetrechos básicos para essa atividade, como redes, anzóis, freezer para estocar o pescado. A falta de itens como o “gelo” torna-se uma limitação à pesca, porque, se não houver imediatamente a comercialização, o produto é perdido ou comercializado por preço irrisório e nessa circunstância o “atravessador”, aproveita-se dessa condição de impotência, e da problemática de sobrevivência do pescador, a luta constante para encontrar meios de

incrementar sua produção. Vale salientar que nas comunidades onde se localizam os grupos pesquisados, não há fábrica de gelo, as pessoas precisam deslocar-se para adquirir nas sedes dos municípios. O que exige uma logística de transporte e armazenamento, difícil para quem já falta o básico necessário.

A tabela 1 ilustra a capacidade produtiva mensal dos grupos, calculado numa base que vai de 30 a 2.400 quilos, perfazendo um total de 7.430 quilos, e nos itens artesanais a capacidade produtiva atinge 300 unidades ou peças. O grupo da Associação dos Criadores de Aves da Fazenda Açú da Capivara, em Arembepe, atingiu o maior volume em produção agrícola orgânica. No segmento artesanato, o grupo Arte Nativa, 200 unidades por mês.

Tabela 1 – Capacidade produtiva mensal dos grupos

Grupo	Produção	Localidade	Município	Quilos	%	Unidade	%
Grupo 1 - Agricultura orgânica - Alamedas do Rio - Camaçari				1.000	13,45		
Grupo 2 - Agricultura orgânica - Rancho Alegre - Camaçari				1.500	20,18		
Grupo 3 - Produção de alimentos - Lauro de Freitas				30	0,4		
Grupo 4 - Artesanato - Retiro - Mata de São João						100	33,33
Grupo 5 - Meliponicultura - Agricultura orgânica – Artesanato - Camaçari				500	6,72		
Grupo 6 - Agricultura orgânica- Foz do Imbassai - Mata de São João				1.200	16,15		
Grupo 7 – Pesca - Praia de Poças – Conde				200	2,6		
Grupo 8 – Pesca - Ponte de Itabatinga – Jandaíra				600	8,1		
Grupo 9 - Agricultura orgânica- Açú da Capivara - Camaçari				2.400	32,3		
Grupo 10 – Artesanato - Baixo – Esplanada						200	66,66
Total				7.430	100	300	100

Fonte: elaboração da autora (2012)

Os participantes que estão produzindo informaram que 100% da sua produção é comercializada. O processo de comercialização da produção dá-se de forma individual com 80% dos grupos, 10% já experimentam o processo coletivo, como também 10% adotam o processo conjugado (combinação do individual e coletivo).

O processo de escoamento da produção ocorre no comércio local para 40% dos grupos, principalmente nas feiras livres de Barra de Pojuca, Vila de Abrantes e condomínios (Arembepe), município de Camaçari em Praia do Forte (Mata de São João), feira do Conde (município do Conde), Ponte de Tabatinga (município de Jandaíra). Os outros 60% dos grupos escoam para outros municípios, e, neste caso, a prefeitura de Lauro de Freitas é

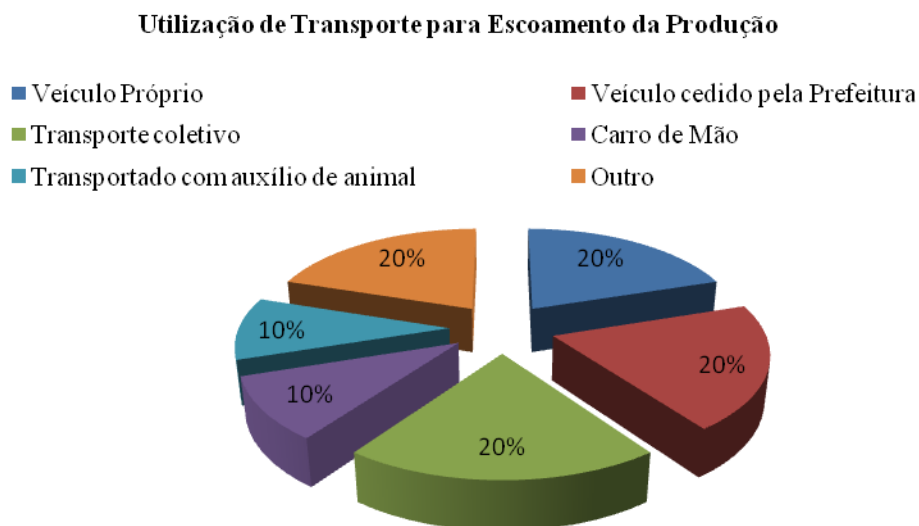
potencial adquirente do suprimento para o Programa Banco de Alimentos e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal – Conab –, para doação para creches e escolas).

No transporte da produção, 20% utilizam veículo próprio; 20% utilizam o transporte coletivo; também 20% utilizam veículo cedido pela prefeitura; 10% transportam em carro de mão (equipamento empurrado pelo condutor); 10% usam transporte com auxílio de animal (jumento); e ainda 20% usam os classificados como outros – bicicleta, caminhão e Kombi, contratados pelos produtores).

O processo de escoamento da produção exige esforço sobre-humano, pois a opção por transporte automotor implica custo muito alto e não compensa financeiramente. Observamos casos de deslocamentos feitos por mulheres em percurso de oito quilômetros, entre ida e volta, em estrada sem pavimento, empurrando carro de mão carregado de produtos agrícolas.

Os grupos que escoavam para prefeituras, atendendo a programas do governo, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), contam com o transporte da prefeitura.

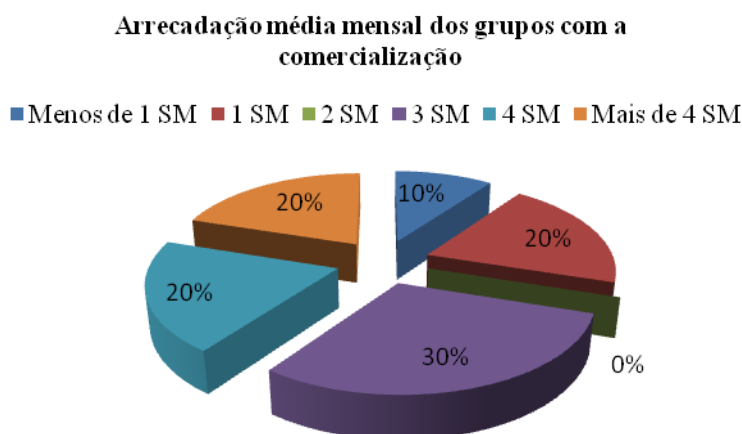
Gráfico 6 – Transporte da produção



Fonte: elaboração da autora (2012)

Utilizamos o salário mínimo nacional²³ – R\$ 622,00 – como base para calcular o valor médio mensal arrecadado pelos grupos com a produção comercializada. Embora não adotem em sua maioria o processo coletivo de produção e comercialização, mas, para termos uma compreensão do montante adquirido pelo grupo com a comercialização da produção, estabelecemos com os entrevistados esse parâmetro. Há grupo cuja arrecadação não chega a um salário mínimo correspondendo a 10%; nas faixas de um salário mínimo, quatro salários e mais de quatro salários mínimos, coube o percentual de 20% para cada uma dessas faixas; três salários mínimos foi o maior índice encontrado, correspondendo a 30%. Não houve informação correspondente à arrecadação de dois salários mínimos.

Gráfico 7 – Arrecadação média mensal dos grupos com a comercialização da produção



Fonte: elaboração da autora

Todos os grupos pesquisados apresentam insuficiência de equipamentos, o que dificulta e limita a produção. Relacionamos a disponibilidade de ferramentas de trabalho (pá, enxada, roçadeira, ancinho, carro de mão, machado, foice, cavador, facão, bomba de pulverização, tanque-rede, redes, covos, duas canoas de fibra, tarrafa, dois motores, máquina de costura, motor de esmeril, fogão, geladeira). Percebemos nos entrevistados uma expectativa alta de aquisição de equipamentos e insumos que receberão ao integrar o Projeto Desperta Litoral.

²³ Salário mínimo nacional no período de janeiro/fevereiro 2012, R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais). Publicado no Diário Oficial da União, Edição nº 247, Seção I, página 5, dia 26 de dezembro de 2011.

No levantamento com os grupos de suas demandas em relação a recursos financeiros que suplantem as necessidades atuais para o incremento da produção, os valores informados foram numa ordem a partir de R\$ 5.000,00, para grupo de artesanato em Baixio, município de Esplanada, a R\$ 30.000,00, para o grupo de agricultura orgânica em Foz do Rio Imbassaí, município de Mata de São João, perfazendo um total de R\$ 144.000,00. Vale salientar que o Projeto Desperta Litoral recebeu do Governo da Bahia, pela Setre, o valor de R\$ 199.955,12 para sua execução. Conforme França Filho (2001, p. 77):

Uma economia não mercantil – fundada no princípio da redistribuição. Ou seja, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los.

Quanto à participação dos integrantes dos grupos em treinamentos e capacitações, identificou-se que 90% já tinham feito algum treinamento e/ou capacitação e 10% ainda não tiveram essa oportunidade.

Os treinamentos e capacitações oferecidos foram promovidos, principalmente, pela Concessionária Litoral Norte – CLN, perfazendo 54%; pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), 15%; Prefeitura de Lauro de Freitas, 8%; Instituto Mauá, 8%; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), 8%; e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), 7%.

As formações versaram sobre: reeducação alimentar, agricultura orgânica, gestão social, gestão de empreendimentos comunitários, conteúdos sobre pesca artesanal, educação ambiental, educação de trânsito, design, aproveitamento do coco, formação de preço, atendimento ao cliente, cooperativismo, capacitação empresarial, beneficiamento da mandioca, cocadas e doces, geleias, despertar rural, criação de aves e administração de bares e restaurantes.

Os integrantes dos grupos, questionados sobre as demandas quanto às futuras capacitações, elencaram com mais destaque as formações relacionadas a agroecologia, agrofloresta, etc., com 26,7%; 20% referem-se ao artesanato; 13,3% sugerem formação de preço, técnicas de venda; o mesmo percentual sugerido para noções contábeis e captação de recursos; e mais outras opções com índices iguais a 6,7% relacionadas a doces, beneficiamento de produtos da abelha, corte e costura, nutrição e culinária. No entanto, fazem referência ao sentimento de isolamento em suas comunidades e à ausência de políticas

públicas estruturantes, que possam oferecer oportunidades, já que contam com poucas opções de sobrevivência, e os treinamentos e capacitações são facilitadores de colocação num restrito mercado de trabalho.

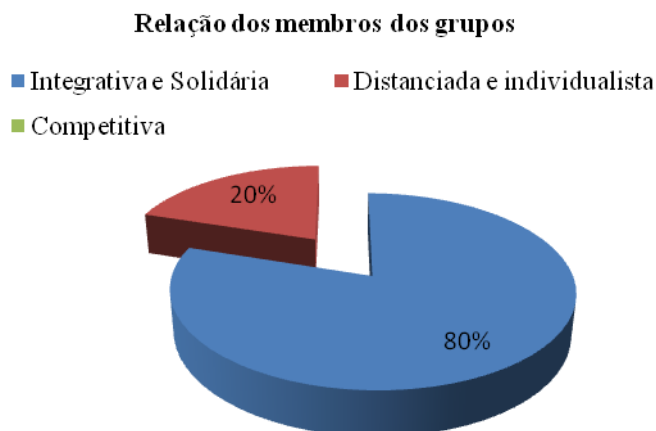
Além do mais, as formações e ou treinamentos são espaços de integração e convívio entre os participantes, como estimuladores à elevação do grau de instrução. Uma das entrevistadas declarou que, ao participar de uma das capacitações oferecidas pela CLN sobre gestão social, foi motivada a fazer o ensino médio, já que naquela ocasião ela tinha apenas o primeiro grau. Com toda a dificuldade peculiar de quem mora em sítio e com idade acima dos 55 anos, retomou os estudos e hoje já concluiu o ensino médio. A tabela 2 explicita os cursos sugeridos e seus percentuais por ordem de escolha

Tabela 2 – Demonstrativo – Demandas dos grupos por capacitação

Demandas	Nº	%
Agroecologia, agrofloresta, floresta sustentável (agricultura orgânica)	4	26,7
Formação de preço, técnicas de venda, marketing	2	13,3
Noções contábeis e captação de recursos	2	13,3
Artesanato	3	20,0
Doces, confeitados, salgados	1	6,7
Beneficiamento de produtos da abelha	1	6,7
Corte e costura	1	6,7
Nutrição e culinária	1	6,7
Total	15	100

Fonte: elaboração da autora

Nas entrevistas, evidenciou-se que as relações dos membros dos grupos entre si ocorrem de forma integrativa e solidária, correspondendo a 80%. Vinte por cento informam tratar-se de relação distanciada e individualista.

Gráfico 8 – Relações dos membros dos grupos entre si

Fonte: elaboração da autora (2013)

Os participantes da pesquisa informaram ser bem comum algumas iniciativas solidárias nos grupos, a exemplo de mutirão, caixa e outros. Enumeramos com os pesquisados algumas dessas ações: trabalho comunitário compartilhado por todos, construção de sede para a associação; levantamento de telhado de sede; organização de festa do Dia das Crianças; apoio às pessoas com problemas financeiros; auxílio com alimentos; auxílio nas atividades da roça quando o vizinho precisa; limpeza, roçagem de terreno; conserto de estrada; auxílio a alguém que esteja doente; levantamento de cerca de uma integrante que ficou viúva; construção de sanitário para um integrante doente.

Podemos analisar as iniciativas à luz do pensamento de França Filho (2001): uma economia não monetária, decorrente da participação voluntária, uma espécie de doação material ou humana (doação de tempo), que se caracteriza como uma lógica reciprocitária ou em forma de dádiva, originada no princípio da reciprocidade. A maneira como se dá essa troca assemelha-se à lógica da dádiva, conforme foi exposta por Mauss (1923 apud FRANÇA FILHO, 2001, p. 253).

A dádiva compreende três momentos: o dar, o receber e o retribuir. Neste tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo da circulação destes bens e/ou serviços vai muito além da satisfação utilitária das necessidades. Trata-se, sobretudo, de perenizar os laços sociais (ou a tessitura do liame social). A lógica da dádiva obedece assim a um tipo de determinação social específica, pois, ao mesmo tempo livre e obrigada, a doação (ou esse registro de lógica) é essencialmente paradoxal.

Buscamos compreender a lógica dos grupos em relação a investimento na produção. Identificamos que 40% dos pesquisados já utilizaram financiamento bancário, todos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) por intermédio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Sessenta por cento não fizeram uso de financiamento bancário. Observamos na reação dos entrevistados à indagação certo receio com a utilização desse recurso, como que se precavessessem de uma relação bancária. É também perceptível tratar-se de assunto não muito comum na cultura dos pesquisados.

Os grupos expressaram seus sentimentos em relação à participação no Projeto Desperta Litoral – projeto de apoio à organização produtiva e implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros: 100% optaram pela alternativa de resposta: incentivo e oportunidade ao incremento da produção. Da mesma forma os grupos opinaram sobre o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros: 100% como aliado e promotor de oportunidade para as entidades comunitárias.

9.1.2 Entrevista grupo focal

Realizamos a entrevista de grupo focal em data pré-agendada com duas horas de duração e a participação de sete membros, entre eles a diretoria do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros e integrantes da organização, com a ausência da presidente e da tesoureira do fórum, que foram convidadas e não se fizeram presentes.

Com base na definição de Patton (2002 apud FLICK UWE, 2009, p. 181): “Uma entrevista tipo grupo focal é uma entrevista com um pequeno grupo de pessoas sobre um tópico específico. Em regra, os grupos são formados por seis a oito pessoas, que participam da entrevista por um período de 30 minutos a duas horas”.

Enquanto moderadora da atividade a ser realizada, foram apresentados ao grupo o objetivo e o roteiro previsto, e, à medida que se fazia a leitura de cada item, o assunto era desenvolvido pelos participantes.

O grupo posicionou-se em relação aos dois membros da diretoria ausentes: a queixa refere-se a não estarem sendo envolvidos nos processos relacionados ao fórum, principalmente no tocante ao Projeto Desperta Litoral, pois há um total desconhecimento de

como vem sendo articulado junto à Setre, mesmo sendo solicitado à presidente, ela não tem dado atenção aos apelos (AS 4, 2012)²⁴. “Vivemos um momento de crise” (AS 5, 2012).

Como presidente do conselho fiscal, há oito meses peço à presidente uma reunião e prestação de contas e essa ainda não realizou, não temos acesso à documentação, perdemos algumas oportunidades de dar entrada em editais, mas não tivemos acesso à documentação que fica nas mãos da tesoureira (AS 5, 2012).

A secretária AS 6 (2012) reforça as queixas e diz que também é negado à mesma o acesso à documentação do fórum. O fórum é coletivo e não está funcionando assim. A gestão não é participativa, hoje tem uma posição individualista, manifesta-se outro membro, participante do fórum. Um membro da diretoria pronuncia-se:

A diretoria não tem conhecimento dos recursos captados, porque não se tem prestação de contas e não é informado. Está sendo desmotivador a situação que encontramos, estamos completamente distanciados, mas temos uma história de união, de participação, momentos ricos de experiência vivenciados e não podemos deixar que as coisas fiquem assim (AS 7, 2012).

Os dois membros da direção (presidente e tesoureira) vivem isolando-se da base, estão equivocadas, e nós estamos trabalhando para resolver isso, somos fundadores do fórum e precisamos trabalhar numa proposta de melhorias para todos”, informa um membro (AS 9, 2012) do conselho fiscal.

Buscamos apoios na CLN, como meios de promover as pessoas da região, executamos os projetos Plante Saúde, que foi um benefício para os agricultores. Precisamos uma providência para desvincular essas duas pessoas da direção do fórum, elas se perderam e não podem continuar, refere-se outra representante do conselho fiscal (AS 9, 2012).

Sobre a articulação do fórum com a sociedade civil, não temos condição de avaliar, porque não estamos acompanhando, sabemos do projeto selecionado pelo Governo do Estado, mas não sabemos o que tem sido feito. Sabemos da importância do trabalho que o fórum já desenvolveu, a exemplo do projeto Plante Saúde, que levou dignidade para o povo das comunidades. Vamos trabalhar com economia solidária e não temos ainda um entendimento sobre essa temática (AS 8, 2012).

“A CLN é nossa apoiadora e é com quem contamos, através dos trabalhos e capacitações que nosso grupo já fez, tem nos profissionalizado, isso é de grande relevância para nós e nossas comunidades” (AS 4, 2012).

Não temos nas comunidades nenhuma iniciativa que seja similar à atividade do projeto do Fundo Rotativo Solidário. Queremos um apoio para entendermos sobre Fundo Rotativo Solidário, para todos nós da Costa dos Coqueiros”. “Estamos aqui desabafando, poderíamos ter isso do fórum, mas não contamos com esse apoio, desde quando a presidente não nos ouve (AS 10, 2012).

²⁴ AS (2012) – Ator social participante da pesquisa – membro do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros.

Estamos precisando de apoio, fazemos um apelo porque precisamos resolver essa situação. Quando o fórum foi criado, nossa proposta era outra, precisamos resolver esse problema de gestão, já temos muita coisa construída, precisamos continuar nossa caminhada, buscar as pessoas que outrora estiveram unidas a nós, para levantar a autoestima e continuarmos nosso trabalho, ultrapassando esse obstáculo, relata uma integrante do fórum (AS 6, 2012).

9.2 DIAGNÓSTICO ATUAL

Neste diagnóstico, apresentamos os resultados do Projeto Desperta Litoral. Tomamos conhecimento de que a direção do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros solicitou à Setre prorrogação do prazo de execução do projeto, ou seja, um termo aditivo de tempo, por mais 12 meses.

A previsão de execução do projeto era de 24 meses a partir da data do termo de convênio celebrado em 18 de novembro de 2011, logo, o encerramento estava previsto para 18 de novembro de 2013; no entanto, diante de conflitos internos vivenciados pela direção e integrantes dos grupos produtivos, decorrentes de incompatibilidade gerada por problemas de dois membros da diretoria, respectivamente presidente e tesoureira, houve uma intervenção por iniciativa da presidência do conselho fiscal e demais membros da direção, que convocaram uma assembleia geral, quando os citados membros foram destituídos dos cargos e eleita uma nova diretoria.

O processo de formalização e autonomia da nova diretoria foi moroso, haja vista a dificuldade de acesso a documentos do fórum, por se encontrarem em mãos dos membros afastados. Esse processo dificultou o início do projeto e consequentemente a aquisição dos equipamentos e insumos para os grupos de produção, atrasando a sua execução.

Nessa etapa, o levantamento de dados ocorreu em julho de 2013 mediante a aplicação dos instrumentos de pesquisa com público integrante da direção do fórum, os grupos de produção, comitê gestor local, técnicos envolvidos e colaboradores do fórum, cujos perfis foram caracterizados.

9.2.1 Perfil do público participante

Demarcamos o perfil do público participante da pesquisa, mediante os dados colhidos nos respectivos instrumentos adotados. Utilizamos da entrevista estruturada com os representantes de doze dos treze grupos de produção atendidos pelo Projeto Desperta Litoral, muito dos quais acompanhados por membros dos grupos. Vale salientar que, no processo de execução, houve a inclusão de mais um grupo que se encontrava habilitado, mas no momento de início do projeto não havia sido incluído. Essa inclusão ocorreu durante oficina para procedimentos operacionais realizada pela Setre e Cáritas junto aos grupos produtivos e a direção do fórum entre os dias 22 e 23 de maio de 2013, quando houve uma consulta coletiva aos participantes, tendo sido aceita por todos. Outra situação a esclarecer é a ausência de um dos grupos não só nas etapas do trabalho de pesquisa, mas em todo o processo de execução do projeto, esquivando-se de qualquer participação, acompanhamento e/ou prestação de contas, tendo adquirido os equipamentos e insumos previstos para seu grupo.

A entrevista semiestruturada foi utilizada com as pessoas relacionadas à gestão e execução do projeto, que exercem papéis diferenciados de participação e que de alguma forma influenciam pela inserção e contribuição no processo de execução do mesmo. São elas: presidente do fórum, coordenadora e agente local do Projeto Desperta Litoral, coordenador dos Fundos Rotativos Solidários da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), educadora social da Cáritas Regional NE 3, instrutora de formação em economia solidária.

A entrevista grupo focal foi realizada em um só momento com a direção do fórum e membros do comitê gestor local, observando que o mesmo é formado por participantes dos grupos de produção e direção do fórum.

9.2.2 Entrevista estruturada

As entrevistas estruturadas realizadas corresponderam a 92,3% do público referente aos grupos de produção participantes. Relacionamos os dados característicos dos membros dos grupos quanto a sexo e faixa etária média, por grupo de produção, já que não tivemos condição de levantar individualmente a idade dos componentes, haja vista os grupos não

disponham desses dados. Nos resultados, identificamos que 51% do público pesquisado é do sexo feminino e 49% do sexo masculino; que 75% do público pesquisado encontra-se na faixa de 20 a 65 anos; e que uma parcela significativa acima de 65 anos corresponde a 25%.

Quadro 8 – Demonstrativo do público participante da pesquisa (Grupos de produção)

Grupos produtivos	Sexo	Faixa etária
Grupo 1	Masculino 4 - Feminino 2	35 a 63
Grupo 2	Masculino 16 - Feminino 4	30 a 65
Grupo 3	Masculino 3 - Feminino 5	57 a 73
Grupo 4	Masculino 5 - Feminino 7	25 a 57
Grupo 5	Masculino 1 - Feminino 3	42 a 59
Grupo 6	Feminino 5	42 a 76
Grupo 7	Masculino 6 - Feminino 6	34 a 71
Grupo 8	Masculino 5 - Feminino 15	20 a 60
Grupo 9	Masculino 26 - Feminino 34	20 a 64
Grupo 10	Masculino 6 - Feminino 2	41 a 60
Grupo 11	Masculino 9 - Feminino 4	27 a 65
Grupo 12	Masculino 8 - Feminino 5	27 a 45

Fonte: elaborado pela autora (2013)

Gráfico 9 – Componentes dos grupos de produção por sexo (Diagnóstico atual)

Componentes dos grupos de produção por sexo

■ Masculino ■ Feminino

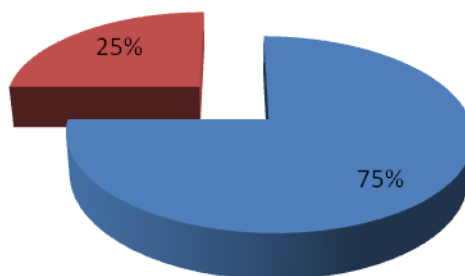


Fonte: elaborado pela autora (2013)

Gráfico 10 – Faixa etária média dos componentes dos grupos de produção

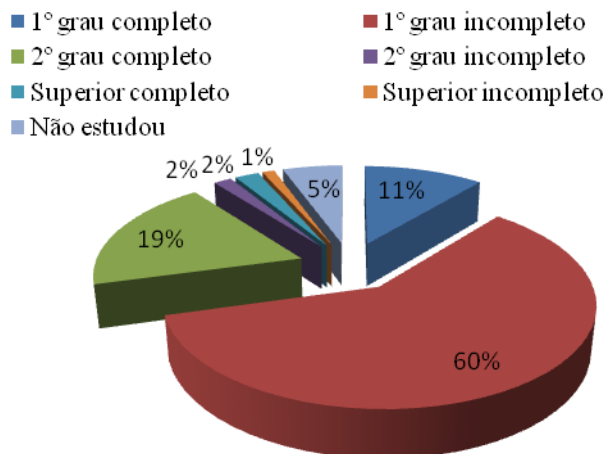
Faixa etária média dos componentes dos grupos de produção

■ 20 a 65 anos ■ Acima de 66 anos



Fonte: elaborado pela autora (2013)

Nas informações referentes a grau de instrução dos membros dos grupos de produção, identificou-se que 60% dos participantes não chegaram a concluir o primeiro grau, resultado obtido apenas para 11% com conclusão; 19% dos participantes concluíram o segundo grau, sendo que 2% não concluíram. Nos grupos, ficou evidente o percentual de 5% de pessoas que não tiveram acesso à escola, ao passo que 2% concluíram o curso superior e 1% não concluiu.

Gráfico 11 – Grau de instrução dos membros dos grupos de produção**Grau de Instrução dos membros dos grupos de produção**

Fonte: elaborado pela autora (2013)

9.2.3 Entrevista semiestruturada

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com público previamente estabelecido e contatado. Foram caracterizados por segmento, função e formação desses. Entre os segmentos encontram-se representantes do poder público estadual (Setre), sociedade civil e terceiro setor (Cáritas e Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros). Quanto à função, temos cargo público de coordenação; educadora social; presidente de organização social; coordenação e agente local de organização social; instrutora de formação em economia solidária. Quanto à formação, 83% das pessoas participantes têm curso superior completo, ao passo que 17% cursaram até o ensino médio.

Quadro 9 – Demonstrativo do público participante da pesquisa

Segmentos	Função	Formação
Secretaria do trabalho, Emprego, Renda e Esporte	Coordenador/ Fundos Rotativos Solidários	Administrador de empresas
Cáritas Regional NE3	Educadora social	Administradora
Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros	Agente local	Filósofa
Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros	Coordenadora	Ensino médio completo
Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros	Presidente do Fórum Sustentável /Gestora	Pedagoga
Educadora em Economia Solidária	Instrutora	Mestranda

Fonte: elaborado pela autora (2013)

9.2.4 Entrevista grupo focal

A realização do grupo focal exigiu um agendamento prévio com o público relacionado à direção do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, comitê gestor local e participantes dos grupos de produção, com duração de duas horas e com a participação de nove componentes; 73% dos participantes são integrantes do fórum e subdividem-se em direção, coordenação e agente local; 2,73% dos participantes são membros do conselho gestor local. Salientamos que alguns desses membros apresentam duplo papel, por também integrarem entidades comunitárias, critério para participação no conselho gestor local. Quanto à formação, 27% não concluíram o primeiro grau, 45% concluíram o ensino médio, 9% concluíram o primeiro grau e 18% têm curso superior completo.

Quadro 10 – Demonstrativo do público participante da pesquisa (Fórum e Comitê Gestor Local)

Segmento	Função	Formação
Fórum sustentável	Presidente	Superior completo
Fórum sustentável	Secretária	Ensino médio completo
Fórum sustentável	Tesoureira	1º grau incompleto
Fórum sustentável	Conselho fiscal 1	1º grau incompleto
Fórum sustentável	Conselho fiscal 2	Ensino médio completo
Fórum sustentável	Agente local	Superior completo
Fórum sustentável	Coordenadora	Ensino médio completo
Fórum sustentável	Comunicação social	1º grau completo
Comitê gestor local	Secretária	Ensino médio completo
Comitê gestor local	Presidente	Ensino médio completo
Comitê gestor local	Agente fiscalizador	1º grau incompleto

Fonte: elaborado pela autora (2013)

9.3 AVALIAÇÃO DE RESULTADOS COM BASE NOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Essa avaliação foi realizada tendo como base os objetivos específicos do Projeto Desperta Litoral a partir da análise feita das evidências quantitativas e qualitativas adquiridas por meio dos instrumentos de pesquisa aplicados, relacionados aos indicadores, verificando se os resultados foram atingidos conforme os objetivos previam. É nessa etapa que estaremos fazendo a comparação dos dados do passado (diagnóstico marco zero) com os dados presentes (diagnóstico atual) e, para isso adotaremos como público participante da análise o mesmo que participou do diagnóstico marco zero. Nesse caso, trabalharemos com dez grupos, utilizando o instrumento da entrevista estruturada, reunindo as temáticas abordadas similares nos dois momentos diagnóstico das entrevistas estruturadas. Desprezamos os dados de dois grupos que não estiveram presentes naquela etapa. Nessa etapa, também agregamos a análise dos instrumentos da entrevista grupo focal e entrevista semiestruturada. As questões abertas foram agrupadas por categorias.

Como orientam Cohen e Franco (2012, p. 152):

Uma instância central do processo de avaliação consiste em determinar o grau em que foram alcançadas as finalidades do projeto. Isto requer dimensionar o objetivo geral em subconjuntos de objetivos específicos, os quais por sua vez terão “metas”, cuja obtenção será medida através de indicadores. As variações nos valores que são verificados nas unidades de análise permitem quantificar este processo.

Analisaremos o alcance dos resultados conforme os objetivos e as temáticas que os acompanham:

Objetivo específico 1: verificar a ocorrência de melhoria da capacidade produtiva dos grupos solidários por meio da aquisição de materiais e equipamentos necessários à sua organização. Temática: **melhoria da capacidade produtiva dos grupos tendo em vista a aquisição de equipamentos e insumos recebidos.**

Objetivo específico 2: identificar a efetivação de capacitação para a gestão do fórum e em temáticas específicas para as cadeias produtivas (agroecologia com meliponicultura, pesca, artesanato e serviço de alimentação) onde se inserem os treze grupos solidários. Temática: **evidências de eficácia da gestão do fórum e dos grupos a partir das capacitações oferecidas.**

Objetivo específico 3: analisar as evidências de implantação do Fundo Rotativo

Solidário da Costa dos Coqueiros. Temática: **identificar as evidências de funcionamento do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.**

Em seguida, responderemos à proposta do objetivo geral, verificando se os objetivos específicos do Projeto Desperta Litoral contribuíram para o desenvolvimento local sustentável-solidário.

Relacionado ao objetivo 1: identificar nos resultados que se referem à organização dos empreendimentos as soluções sustentáveis-solidárias coletivas enquanto estratégia de cooperação para o desenvolvimento local.

Relacionado ao objetivo 2: verificar nos resultados dos aprendizados formativos as relações constituídas, a troca de experiências, a articulação dos empreendimentos na geração do próprio processo de desenvolvimento.

Relacionado ao objetivo 3: analisar a partir dos resultados de operacionalização do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros evidências da articulação de uma rede dos empreendimentos solidários participantes.

9.3.1 Melhoria da capacidade produtiva dos grupos tendo em vista a aquisição de equipamentos e insumos recebidos

No atendimento a esse objetivo, utilizamos os resultados obtidos com a entrevista estruturada e a entrevista semiestruturada, com os grupos de produção, quanto à melhoria da capacidade produtiva, pela aquisição de insumos e equipamentos, relacionados aos indicadores de volume da produção; diversidade de produtos e resultado financeiro de arrecadação.

Quadro 11 – Melhoria da capacidade produtiva pela aquisição de insumos e equipamentos

Metas	Atores	Indicadores
Melhoria da capacidade produtiva pela aquisição de insumos e equipamentos	Representantes dos grupos de produção Direção do fórum Técnicos envolvidos no projeto	Volume de produção Diversidade de produtos Resultado financeiro de arrecadação

Fonte: elaboração da autora (2013)

Na análise da capacidade produtiva, incluiremos os dados referentes à produção mensal, escoamento e comercialização realizada pelos grupos produtivos. Conforme a afirmativa de 100% dos entrevistados, evidenciou-se a melhoria da capacidade produtiva dos dez grupos.

Para medir o volume de produção dos grupos, tomou-se por base a produção mensal apontada no marco zero, acrescentando o percentual de resultado atual, informado pelo entrevistado representante do grupo. Nesse caso, 40% dos grupos aumentaram a produção: Associação dos Produtores Rurais de Prevenção Ecológica; Grupo Produtivo de Joia do Rio; Associação de Pescadores e Marisqueiros do Município do Conde; Associação Agrícola Rancho Alegre.

Trinta por cento dos grupos informaram ter aumentado em 30% a produção mensal: Associação Beneficente Progresso Alamedas do Rio; Associação Comunitária dos Moradores do Bairro do Retiro; Associação de Marisqueiras e Pescadores de Ponte de Tabatinga.

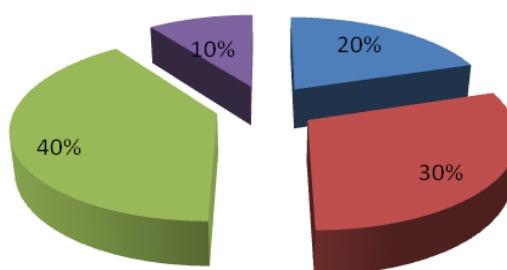
Outros 20% tiveram aumento de sua produção mensal correspondente a 20%: Grupo de Produção de Alimentos; Grupo de Produção Arte Nativa.

Dez por cento dos entrevistados informaram aumento de 10%. Comentam que poderiam ter tido resultado melhor, haja vista a retardação do recebimento dos equipamentos e a perda da plantação pela estiagem, como foi o caso da Associação dos Criadores de Aves da Fazenda Açu da Capivara.

Gráfico 12 – Aumento da produção mensal dos grupos em percentual com base no diagnóstico marco zero

Aumento da produção mensal dos grupos em percentual com base no diagnóstico marco zero

■ 20% ■ 30% ■ 40% ■ 10%



Fonte: elaboração da autora (2013)

Organizamos na tabela 3 os motivos explicitados pelos grupos sobre a capacidade produtiva.

Tabela 3 – Distribuição dos motivos explicitados pelos grupos de produção (capacidade produtiva)

Motivos explicitados	Nº	%
<p>Relacionado a aumento e diversificação produtiva</p> <p>Passamos a criar animais de pequeno porte, galinha, porco, cabra, peixe</p> <p>Diversificamos a produção – meliponicultura, artesanato com ampliação da cadeia produtiva, criação de animais de pequeno porte, polpa de frutas</p> <p>Aumento da produção artesanal e diversificação das peças artesanais</p>	3	30
<p>Relacionado a aumento da produção</p> <p>Aumentou a produção, as roçadeiras contribuem com a preservação do meio ambiente, pois não precisa devastar Aumento da produção (entre peixes e mariscos), com mais redes, houve maior oportunidade de pesca</p> <p>Passamos a pescar mais, aumentou a produção. Aumentou o número de beneficiários</p> <p>Muita gente nossa não produzia porque não tinha material; com a aquisição, as pessoas ficaram motivadas a produzir, economizamos tempo. Houve um acréscimo na produção agrícola</p>	3	30
<p>Relacionado à motivação e participação</p> <p>Muito bom para a gente, as pessoas passaram a se motivar, a participar, uma evolução para a associação – estamos sendo orientadas pela Setre /Cesol na construção de projeto de identidade cultural e sustentabilidade</p>	1	10
<p>Relacionado a mais facilidade e melhoria na condição de trabalho</p> <p>Melhora muito significativa, possibilitou o trabalho, em vez de enxadas temos roçadeiras, facilitando a condição de trabalho</p>	1	10
<p>Relacionado a problemas que impediram maior produção</p> <p>Perdemos parte do que tínhamos plantado com a estiagem</p> <p>Recebemos há bem pouco tempo (junho-2013) parte dos materiais faltantes. Ainda estamos com problemas quanto ao local para organizarmos nossa estrutura</p>	2	20
Total	10	100

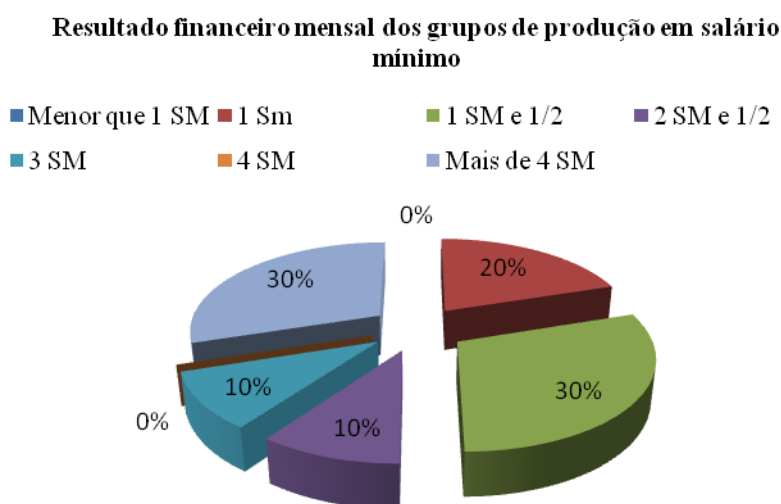
Fonte: elaboração da autora (2013)

Além dos resultados da produção, os grupos informaram a arrecadação financeira mensal, tendo por base o salário mínimo vigente em julho de 2013, R\$ 678,00²⁵. A maior

²⁵ Decreto nº 7.872, de 26 de dezembro de 2012. DOU de 26.12.2012. Art. 1º. A partir de 1º de janeiro de 2013, o salário mínimo será de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais).

parte dos grupos, ou seja, 50%, informou uma média mensal entre um e um e meio salário mínimo; 30% informaram uma média superior a quatro salários mínimos; 10% informaram o valor de dois e meio salários mínimos; o mesmo percentual, 10%, informou três salários mínimos; não houve registros para a faixa de quatro salários mínimos. Diferentemente do diagnóstico marco zero, não houve grupo com faixa inferior a um salário mínimo. Comparando com os resultados do diagnóstico marco zero, há acréscimos a serem mais bem observados na exposição que faremos caso a caso. Observando as particularidades, em algumas situações manteve-se o mesmo patamar; na maioria, elevou-se o percentual de arrecadação financeira. O gráfico 13 demonstra os índices.

Gráfico nº 13 – Resultado financeiro mensal dos grupos de produção, em salário mínimo



Fonte: elaboração da autora (2013)

Para uma melhor constatação dos resultados, relacionamos os dados do diagnóstico atual levantados com cada grupo estabelecendo o comparativo de resultados com o diagnóstico marco zero. Procuramos destacar os resultados registrados na coluna variação, com ilustração colorida, para melhor observação dos indicadores contemplados com base na informação dos pesquisados.

Quadro 12 Demonstrativo de comparação de dados- Associação Beneficente Progresso Alamedas do Rio

Produção - escoamento – comercialização	Grupo	Diagnóstico marco zero	Diagnóstico atual	Variação
O que o grupo produz?	1	Hortaliças, verduras, frutas, criação de animais (aves), meliponicultura	Hortaliças, verduras, frutas, criação de animais de pequeno porte (aves, ovelha, cabra, porco, peixe), meliponicultura	Aumento diversificado da produção
Número de pessoas do grupo produzindo:		4	6	Aumentou o número de produtores
Processo de escoamento/comercialização:		Veículo próprio – bicicleta (5 km – distância) no mesmo município – mercados	Veículo próprio, atende por encomendas	Acrescentou mais opções de venda
O processo de produção/comercialização: individual ou coletivo?		Individual	Individual	Mantém a condição de produção individual
Resultado da produção:		1.000 kg (mensal)	1.300 kg	Aumentou 30 %
Valor médio mensal arrecadado:		1 salário mínimo	1 e ½ salário mínimo	Aumentou a arrecadação em 50%

Fonte: elaboração da autora (2013)

Quadro 13 - Demonstrativo de comparação de dados- Associação de Produtores Rurais de Preservação Ecológica – Mara de São João

Produção – escoamento – comercialização	Grupo	Diagnóstico marco zero	Diagnóstico atual	Variação
O que o grupo produz?	2	Hortaliças, verduras, frutas, criação de aves	Hortaliças, frutas, verduras, criação ves	Manteve a mesma espécie de produção
Número de pessoas do grupo produzindo:		26	20	Diminuiu o número de produtores
Processo de escoamento/comercialização:		Feira de Praia do Forte – Pref. Lauro de Freitas – veículo cedido pela prefeitura	Feiras, Pref. de Lauro de Freitas – veículo próprio da prefeitura reúne produção do grupo. Participação em feiras promocionais em shoppings e exposições	Ampliou o raio de penetração no mercado
O processo de produção/comercialização: individual ou coletivo?		Individual	Coletivo	Mais agregado, mais solidário
Resultado da produção:		1 tonelada	1. 400 kg	Aumentou a produção em 40%
Valor médio mensal arrecadado:		4 salários mínimos	5 salários mínimos	Aumentou a arrecadação em 25%

Fonte: elaboração da autora (2013)

Quadro 14 – Demonstrativo de comparação de dados- Assoc. Comunit. dos Produtores Rurais de Jóia do Rio e adjacências

Produção – escoamento – comercialização	Grupo	Diagnóstico marco zero	Diagnóstico atual	Variação
O que o grupo produz?	3	Meliponicultura, pescados, aves, bordados, confecções	Produção de mel, própolis, aves, artesanato	Manteve a especificidade de produção
Número de pessoas do grupo produzindo		15	8	Diminuiu o número de produtores
Processo de escoamento/comercialização:		Feira de Barra de Pojuca	Feira de Barra de Pojuca e na porta do sítio	Manteve o mesmo local de escoamento
O processo de produção/comercialização: individual ou coletivo?		Individual	Individual	Manteve a mesma condição de produção
Resultado da produção:		500 kg	700 kg	Aumentou a produção em 40%
Valor médio mensal arrecadado:		2 salários mínimos	2 e ½ salários mínimos	Aumentou a arrecadação em 50%

Fonte: elaboração da autora (2013)

Quadro 15 – Demonstrativo de comparação – Associação Comunitária dos Moradores do Bairro do Retiro – Mata de São João

Produção – escoamento – comercialização	Grupo	Diagnóstico marco zero	Diagnóstico atual	Variação
O que o grupo produz?	4	Bijuterias, placas entalhadas, produtos em crochê, brinquedos de madeira	Filé, crochê, placas entalhadas de sinalização, bijuterias	Manteve-se a mesma especificidade
Número de pessoas do grupo produzindo:		6	4 (8 aprendizes)	Diminuiu o número de produtores e aumentou o número de participantes como aprendizes.
Processo de escoamento/comercialização:		Hotéis da Praia do Forte – transporte coletivo	Hotel Paládio, Iberostar, Instituto Imbassá – Cesol – centro público de economia solidária. O hotel oferece traslado grátis	Ampliou o espaço de comercialização
O processo de produção/comercialização: individual ou coletivo?		Há situações que praticam coletivo, outras não	Nos espaços de comercialização reúnem-se as produções do grupo	Mais coletivo
Resultado da produção:		100 peças	130 peças	Aumentou a produção em 30%
Valor médio mensal arrecadado		1 salário mínimo	1 salário mínimo	Manteve a mesma arrecadação

Fonte: elaboração da autora (2013)

Quadro 16 – Demonstrativo de comparação de dados- Assoc. dos Criadores de aves da Fazenda Açú da Capivara - Camaçari

Produção – escoamento – comercialização	Grupo	Diagnóstico marco zero	Diagnóstico atual	Variação
O que o grupo produz?	5	Hortaliças, verduras, leguminosas, frutas	Hortaliças, milho, verduras, frutas, criação de aves	Manteve a mesma especificidade
Número de pessoas do grupo produzindo		6	4	Diminuiu o número de produtores
Processo de escoamento/comercialização		Condomínios e loteamentos de Arembepé, utilizando-se de transporte (carro de mão) ou barco	Arembepé, Camaçari, Barra do Jacuipé. Transporte utilizado: carro de mão, veículo, coletivo, barco	Manteve o mesmo quadro
O processo de produção/comercialização: individual ou coletivo?		Individual	Individual e coletivo	Ampliou para a condição mista
Resultado da produção		2.400 kg	2.640 kg	Aumentou a produção em 10%
Valor médio mensal arrecadado		Menos de 1 salário mínimo	1 e ½ salário mínimo	Aumentou a arrecadação em 50%

Fonte: elaboração da autora (2013)

Quadro 17 – Demonstrativo de comparação de dados- Grupo de Produção de Alimentos – Lauro de Freitas

Produção – escoamento – comercialização	Grupo	Diagnóstico marco zero	Diagnóstico atual	Variação
O que o grupo produz?	6	Alimentos prontos, congelados, doces, almoços, jantares, bufê	Prestação de serviços de alimentos, eventos, café da manhã, feiras, coffee-break, polpas de frutas	Ampliou itens de produção
Número de pessoas do grupo produzindo		3	5	Aumentou o número de produtores
Processo de escoamento/comercialização		Lauro de Freitas – utiliza transporte coletivo	Praças públicas, empresas, alugam transporte quando tem uma encomenda grande. Recebeu convite do Sesc para treinamento em culinária natural com contrato de 6 meses	Ampliou espaços de comercialização
Processo de produção/comercialização: individual ou coletivo?		Individual	Em algumas iniciativas, é coletivo; em outras, individual	Agregou a condição de coletivo
Resultado da produção:		30 kg – congelados e doces	36 kg	Aumentou a produção em 20%
Valor médio mensal arrecadado		1 salário mínimo	1 e ½ salário mínimo	Aumentou a arrecadação em 50%

Fonte: elaboração da autora (2013)

Quadro 18 – Demonstrativo de comparação – Arte Nativa – Baixio, Esplanada

Produção – escoamento – comercialização	Grupo	Diagnóstico marco zero	Diagnóstico atual	Variação
O que o grupo produz?	7	Artesanato de coco, chifre e osso, reaproveitamento do resíduo (confecção de bijuterias)	Artesanato – bijuterias, mensageiros do vento, utilização de ostras e escamas de peixe. Foi convidada para dar curso de bijuterias no Sesc com contrato de 6 meses com direito a renovação	Mantém a mesma especificidade de produto, diversificou em modelos. Ampliou para a condição de instrutora do Sesc em artesanato de bijuterias
Número de pessoas do grupo produzindo		8	(8 aprendizes)	Diminuiu o número de produtores, agregou aprendizes
Processo de escoamento/comercialização		Instituto Mauá, rodadas de negociação do Sebrae, feiras	Participação em eventos, inclusive em outros estados e outro país – Alemanha (2 clientes adquirem produtos e comercializam)	Ampliou os espaços de comercialização, inclusive para outros estados e para a Alemanha
Processo de produção/comercialização: individual ou coletivo?		Coletivo	Coletivo	Manteve a condição coletiva
Resultado da produção:		200 peças	240 peças	Aumentou a produção em 20%
Valor médio mensal arrecadado		1 salário mínimo	1 salário mínimo	Manteve o mesmo valor arrecadado

Fonte: elaboração da autora (2013)

Quadro 19 – Demonstrativo de comparação de dados- Assoc. de Pescadores e Marisqueiras do Município do Conde

Produção – escoamento – comercialização	Grupo	Diagnóstico marco zero	Diagnóstico atual	Variação
O que o grupo produz?	8	Pescados e mariscos	Pescados e mariscos	Mantém o mesmo produto
Número de pessoas do grupo produzindo:		38	43	Ampliou o número de produtores
Processo de escoamento/comercialização:		Feira do Conde – transporte contratado pelos pescadores	Feira do Conde – transporte contratado pelos pescadores	Mantém o mesmo espaço de comercialização
Processo de produção/comercialização: individual ou coletivo?		Individual	Individual e coletivo	Agregou para coletivo
Resultado da produção		200 kg	280 kg	Aumentou a produção em 40%
Valor médio mensal arrecadado:		4 salários mínimos	6 salários mínimos	Aumentou a arrecadação em 50%

Fonte: elaboração da autora (2013)

Quadro 20 – Demonstrativo de comparação de dados- Assoc. de Marisqueiros e Pescadores de Ponte de Tabatinga

Produção – escoamento – comercialização	Grupo	Diagnóstico marco zero	Diagnóstico atual	Variação
O que o grupo produz?	9	Pescados e mariscos	Pescados e mariscos	Manteve o mesmo produto
Número de pessoas do grupo produzindo		60	60	Manteve o mesmo número de produtores
Processo de escoamento/comercialização		Comunidades local e vizinhas/transporta em carro de mão, com auxílio de animal e nas costas	Comunidades local e vizinhas/ transporte em motos	Mantém o mesmo processo de escoamento – opção nova de uso de moto
Processo de produção/comercialização: individual ou coletivo?		Individual	Coletivo e individual	Agrega para a condição coletiva de comercialização
Resultado da produção		600 kg	780 kg	Aumentou a produção em 30%
Valor médio mensal arrecadado		60 salários mínimos	78 salários mínimos	Aumentou a arrecadação correspondente ao percentual de produção em 30%

Fonte: elaboração da autora (2013)

Quadro 21 – Demonstrativo de comparação – Associação Agrícola Rancho Alegre, Camaçari

Produção – escoamento – comercialização	Grupo	Diagnóstico marco zero	Diagnóstico atual	Variação
O que o grupo produz?	10	Frutas, verduras, leguminosas, raízes, coco	Hortaliças, frutas, verduras, coco, raízes	Mantiveram-se os mesmos itens de produção
Número de pessoas do grupo produzindo		9	6	Diminuiu o número de produtores
Processo de escoamento/comercialização		Prefeitura de Lauro de Freitas – banco de alimentos, Arembepé – condomínios e loteamentos.	Arempépe – dificuldades de escoamento	Reduziu o âmbito de escoamento. Problemas com o cliente-prefeitura
Processo de produção/comercialização: individual ou coletivo?		Individual	Individual	Manteve a mesma condição de produção
Resultado da produção		1.500 kg	2.100 kg	Aumentou 40% da produção
Valor médio mensal arrecadado		3 salários mínimos	3 salários mínimos	Manteve a mesma arrecadação

Fonte: elaboração da autora (2013)

Nos resultados levantados do Projeto Desperta Litoral, constatamos, a partir das aquisições de equipamentos e insumos, avanços não só relacionados aos indicadores de volume e diversificação de produção como também referentes ao resultado financeiro.

Registramos aqui os depoimentos dos atores que participaram de entrevistas semiestruturada e que se referiram às aquisições recebidas pelos produtores e sua repercussão.

“Os grupos produtivos melhoraram sua capacidade produtiva em decorrência da aquisição de materiais e máquinas que foi proporcionada pelo projeto” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 11).

“Autonomia dos grupos produtivos com a aquisição dos equipamentos necessários em conformidade com a solicitação e impactando na participação voluntária dos envolvidos assistidos em reconhecimento à efetividade da ação” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 12).

“A visibilidade dos grupos produtivos, ganho das máquinas e equipamentos e aproximação das instituições com o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 11).

“Nós sabemos que as entidades associadas são de comunidades muito pobres, que a renda mensal era de R\$ 70,00. Hoje, com os equipamentos e insumos adquiridos pelo Projeto Desperta Litoral, a renda é de R\$ 500,00 a R\$ 600,00/mês” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 10).

9.3.1.1. Relaciona-se ao objetivo específico 1:

Identificar nos resultados que se referem à organização dos empreendimentos as soluções sustentáveis-solidárias coletivas enquanto estratégia de cooperação para o desenvolvimento local.

Conforme França Filho (2011, p. 223):

O modo de realização da concepção sustentável-solidária passa pela ideia de reorganização das chamadas economias locais, com base na afirmação do conceito de rede de economia solidária enquanto estratégia complexa e inovadora de cooperação para a promoção do desenvolvimento local.

Quadro 22 – Soluções sustentáveis-solidárias coletivas relacionadas à organização dos empreendimentos

Meta	Atores	Indicador
Contribuições sustentáveis-solidárias coletivas relacionadas à organização dos empreendimentos, enquanto estratégia de cooperação para o desenvolvimento local	Direção do fórum Comitê gestor local Representantes dos grupos de produção Técnicos envolvidos com o projeto	Soluções sustentáveis-solidárias coletivas

Fonte: elaboração da autora (2013)

Observando os depoimentos das entrevistas semiestruturadas:

A operacionalização do projeto ocorre de forma fragmentada em virtude da falta de maturidade e compreensão de parte dos membros do comitê gestor local. No entanto, é nítido o desenvolvimento das atividades exercidas na Costa dos Coqueiros nos empreendimentos de economia solidária envolvidos e assistidos pelo Fundo Rotativo Solidário (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 12).

Como dificuldade, identificamos “a logística/locomção; o fluxo da comunicação; o estabelecer noção de grupo/coletividade com todos os participantes”. “[...] Muitos grupos produtivos trabalham de forma individual, muitas vezes comercializam coletivamente, mas ainda há um longo caminho a ser feito para consciência de grupo” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 13).

“Ainda precisamos caminhar muito para atingirmos esse patamar, mas o Fundo Rotativo Solidário auxiliará as pessoas a fazerem trocas, mutirões e a comunicação entre eles, mesmo com produções diferentes haverá uma cooperação significativa” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 6).

As conquistas: “Em decorrência dos contratempos na execução do projeto e da não finalização do mesmo, podemos falar de uma grande conquista que foi a possibilidade de trabalhar a noção de grupo e coletividade introduzindo os grupos à economia solidária” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 13).

[...] Embora nem todos os grupos já tenham estabelecido unidade na realização de atividades de maneira coletiva, atualmente alguns já conseguem pensar coletivamente as soluções para seus problemas (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 13).

“A solução para os grupos é o estabelecimento de unidade entre os grupos produtivos; enquanto não houver sentido de união, não há como ter uma solução solidária coletiva de cooperação” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 13).

“Houve um aumento de renda, com uma melhora significativa na vida das pessoas” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 6).

“Os resultados são positivos em todos os grupos, pois há uma melhora visível tanto no objetivo do projeto como na ideia da criação do Fundo Rotativo Solidário” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 6).

Vemos como positivo, “as iniciativas de produção, as vendas dos produtos dos grupos e as trocas de experiências entre os diversos segmentos produtivos” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 11).

“O desenvolvimento do próprio grupo produtivo o aumento de produtos circulando nas comunidades” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS11).

“Com o Projeto Desperta Litoral houve uma elevação da renda mensal dos grupos produtivos. O que significa dizer que houve maior poder de compra dentro das comunidades” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 10).

Como contribuição ao desenvolvimento local, é mencionado por um participante o “aprendizado para preservação do meio ambiente, trabalho coletivo, associativo, consumo consciente, cultura de orgânicos e outras práticas implícitas da economia solidária” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 14).

Em entrevista com a presidente do fórum, fomos informadas sobre a ocorrência em 19 e 20 de agosto de 2013 de uma oficina realizada pela Cáritas com os grupos produtivos do Projeto Desperta Litoral. Esse encontro já era esperado, principalmente para o debate de algumas situações enfrentadas, e veio na tentativa de solucionar os problemas relacionados à reformulação do Projeto Desperta Litoral, por incompatibilidade de despesas e receitas, à construção do regimento interno, a operacionalização do comitê gestor local e do Fundo Rotativo Solidário.

Na discussão sobre a operacionalização do Fundo Rotativo Solidário, uma iniciativa de um dos grupos de produção surpreendeu a todos. Esse grupo desenvolveu entre seus componentes outro fundo similar ao do Projeto Desperta Litoral. Com essa iniciativa, já

conseguiu pagar 96% do valor referente aos 30% do recurso do fundo rotativo do projeto. Diante dessa experiência, houve uma total adesão dos grupos a essa iniciativa como uma forma de solucionar os problemas locais.

Assim, foi acordado entre os grupos que os recursos geridos pelo fundo, uma parte seja devolvida aos atuais 12²⁶ grupos de produção, que, com esse recurso, iniciarão um fundo rotativo em suas comunidades para o atendimento das questões econômico-sociais mais urgentes com o objetivo de desenvolvimento local. Outra parte do recurso ficará sob a gestão do comitê local para a continuidade do processo, atendendo a outros grupos de produção.

Portanto, verificamos que essa iniciativa emerge como uma importante estratégia de solução sustentável-solidária no âmbito da cooperação para a promoção do desenvolvimento local a desdobrar-se numa rede de economia solidária.

9.3.2 Evidências de eficácia da gestão a partir das capacitações oferecidas

Para atender ao propósito desse objetivo, trabalhamos alguns dados levantados na entrevista estruturada com os grupos de produção sobre gestão e capacitação e principalmente com dados qualitativos levantados na entrevista semiestruturada e no grupo focal. Seguimos conforme os indicadores previstos: capacidade organizativa; relação com a base (integrantes); capacidade articulativa com interorganizações; capacidade resolutive de gestão.

Quadro 23 – Evidências de eficácia da gestão a partir das capacitações oferecidas e indicadores relacionados

Meta	Atores	Indicadores
Evidências de eficácia da gestão do fórum e dos 12 grupos solidários a partir das capacitações oferecidas	Representantes dos grupos de produção	Capacidade organizativa
	Direção do fórum	Relação com a base
	Comitê gestor local	Capacidade articulativa com interorganizações
	Técnicos envolvidos	Capacidade resolutive de gestão

Fonte: elaboração da autora (2013)

²⁶ São considerados 12 grupos pelo motivo de ausência já informado de um desses grupos do processo de execução, acompanhamento e, inclusive, da presente pesquisa. Segundo o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, o grupo que recebeu equipamentos e insumos não tem participado também da devolução do recurso para efeito de formação do Fundo Rotativo Solidário.

As capacitações previstas no projeto para atendimento aos grupos em suas cadeias produtivas até o momento não ocorreram pelos impedimentos já relatados, em decorrência dos problemas administrativos com a gestão anterior do fórum, conforme depoimento da presidente durante a entrevista do grupo focal:

[...] Como nós estamos em atraso no projeto por questões de algumas “circunstâncias” que ocorreram, nosso projeto tem algumas atividades suspensas porque requerem recursos, a partir da reformulação do plano de trabalho, já previsto pela Cáritas. Ocorrerá ainda no mês de agosto, e a partir daí vamos juntos reformular para dar continuidade. O projeto tem muitas ações a serem feitas. Precisamos reavaliar a suspensão que fizemos de alguns cursos porque estamos vendo a necessidade de ser retomado (GRUPO FOCAL, 2013).

Houve até então, com relação à capacitação/treinamento, cinco oficinas de economia solidária para os grupos produtivos e direção do fórum: em 27/8/2012, com 18 participantes; em 29/9/2012, com 17 participantes; em 12/11/2012, com 15 participantes; em 13/12/2012, com 14 participantes; em 24/1/2013, com 10 participantes. Apresentamos nas tabelas a seguir repercussões dessas oficinas no cotidiano dos grupos de produção, conforme as respostas dos entrevistados. Segundo a instrutora das oficinas, nas atividades desenvolvidas:

Foram realizadas oficinas mensais em que utilizamos vídeos, dinâmicas, debates, trabalhamos conteúdos fundamentais em economia solidária e finanças solidárias. Além disso, foi possível pensarmos sobre as atividades de cada grupo e de que forma o fundo rotativo tem contribuído para a viabilidade econômica dos grupos (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2012-2013).

Essa formação teve o objetivo de capacitar os empreendimentos econômicos solidários integrantes do Projeto Desperta Litoral com vistas à formação do primeiro Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros. As oficinas versaram sobre conteúdos previstos nos objetivos específicos, como estruturação, mecanismos e propagação da lógica capitalista e suas influências no nosso modelo civilizatório; a perspectiva da economia solidária como um processo contínuo de aprendizado e desconstrução de valores vigentes e próprios da economia capitalista; autogestão, estudo de viabilidade econômica, finanças solidárias, dentre outros que estão diretamente relacionados com a economia solidária; análise de cada atividade econômica, identificando e fortalecendo as condições necessárias para que o projeto tenha êxito.

Apresentamos na tabela 4 resultado levantado em dados das entrevistas estruturadas sobre a repercussão das oficinas de economia solidária nos grupos de produção. Observamos, pela demonstração, uma tendência à melhoria da organização expressada por 40% dos

entrevistados, que informaram ter sido influenciados pela contribuição das mesmas. Também foram expressivos os percentuais relacionados ao sentimento solidário, 20%. Como aprendizado, 20%. Em relação ao compartilhamento com o grupo, caracterizando uma disseminação dos conteúdos aprendidos entre seus pares, o percentual foi de 20%.

Tabela 4 – Demonstrativa das contribuições das oficinas de economia solidária

Motivos explicitados	Nº	%
Relacionados a sentimento solidário		
Troca de serviços, troca de produtos, adquirir o produto do vizinho		
Temos procurado utilizar na relação com as pessoas e na condução do grupo princípios da economia solidária	2	20
Relacionados ao aprendizado – compartilhamento		
Tinha sempre uma coisa para aprender e levar para a comunidade		
Multiplicamos o aprendizado com o grupo	2	20
Relacionados ao aprendizado		
É um estudo, um conhecimento claro		
Dar uma melhor visão de nossa atividade		
O aprendizado é a base de tudo	2	20
Relacionados à melhoria da organização		
Melhorou a organização		
Tem auxiliado muito na nossa gestão		
Auxiliou principalmente na organização		
Contribui para a organização do grupo		
Mais organização no grupo	4	40
Total	10	100

Fonte: elaboração da autora (2013)

A tabela 5 traz a informação sobre a capacidade organizativa do grupo e a influência das oficinas de economia solidária para tal: 50% dos participantes da pesquisa referiram-se à valorização da organização, incentivo e disciplina; 10% relacionaram a facilidade de melhoria da organização pelo aprendizado nas oficinas; também o mesmo índice, 10%, para estratégia de devolução, com a iniciativa de um grupo de formar o próprio fundo interno, um avanço na busca de sustentabilidade dos empreendimentos e de fortalecimento do potencial endógeno.

Tabela 5 – Capacidade organizativa dos grupos a partir da capacitação

Motivos explicitados	Nº	%
Relacionados à facilidade pelo aprendizado		
Facilita a organização pelo aprendizado nas oficinas	1	10
Relacionados à contribuição x dispersão		
Tem auxiliado muito na condução do grupo, mas a dispersão é grande pelas distâncias das localidades	1	10
Relacionado à organização		
Valorização da organização		
Incentiva as pessoas, melhora a organização		
Temos nos organizado com documentação		
Melhoria da condição de organização do grupo		
Organização		
Disciplina	5	50
Relacionados às estratégias de devolução		
Estabelecemos para a associação um fundo onde o associado contribui com 100% do valor correspondente ao equipamento recebido. Pagaremos 30% do fundo do fórum e formaremos o da associação, que será para a construção da nossa sede.	1	10
Ausência de informação		
Ausência de respostas	2	20
Total	10	100

Fonte: elaboração da autora (2013)

A tabela 6 expressa a relação dos grupos com seus membros, tendo o percentual mais significativo relacionado à motivação à participação, com percentual de 30%. Há ainda quem informe sobre algumas limitações à participação, como falta de maturidade ou entendimento do processo, 20%. Um grupo expressa-se sobre a boa relação com seus integrantes, referindo-se à facilidade por ser um grupo pequeno, 20%. E 10% fazem relação à união de seus pares.

Tabela 6 – Relação dos grupos com seus membros a partir da capacitação

Motivos explicitados:	Nº	%
Relacionados a dificuldades de participação dos membros do grupo:		
Dificuldades de participação – motivação pelo benefício recebido.		
Dificuldade de participação – falta de maturidade para uma participação mais ativa.	2	20
Ausência de resposta – não respondeu	2	20
Relacionados à motivação à participação:		
Participação com motivação, incentivo.		
União, motivação, vontade de crescer .		
Mais motivação/ credibilidade/ facilidade .		
Motivação/ facilidade com as aquisições, mais participação.		
As pessoas se agregam, mas a participação é difícil, uma pessoa só para dar conta da responsabilidade.		
As pessoas ainda não têm maturidade para uma participação mais ativa.	3	30
Relacionado a uma boa relação entre os membros		
O grupo, por ser pequeno, contribui para maior entendimento de nossas diferenças. Temos boa relação, grupo pequeno.	2	20
Relacionado com a União – similaridade do segmento		
União, definição pela agricultura .	1	10
Total	10	100

Fonte: elaboração da autora (2013)

Uma visível alteração em todos os grupos de produção diz respeito ao grau de articulação que mantém hoje com variados segmentos da sociedade no tocante a órgãos públicos, iniciativa privada, terceiro setor. Chega a 60% a articulação relacionada com a sociedade civil. Quarenta por cento destas articulações relacionam-se a órgãos públicos nas três esferas, municipal, estadual e federal. De alguma forma, observam-se movimentações positivas na dinâmica dos grupos e principalmente de seus representantes, a partir da operacionalização do projeto, consequentemente essas podem ter sido motivadas pelas formações já ocorridas, mas também por inserções em outras iniciativas de projetos socioambientais de setores públicos e privados ocorridos na região, como também na articulação que vem sendo construída pelo Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros e que reflete nos grupos. Em dois grupos de produção²⁷ houve inserção de seus representantes pelo

²⁷ Associação Beneficente Casa da União da Bahia (Lauro de Freitas) e Associação dos Artesãos e Doceiras do Baixo (Esplanada).

Senac²⁸, em um programa de valorização social, com contrato de trabalho por seis meses podendo ser ampliado. Eles estão desenvolvendo treinamentos nas comunidades e também em unidades da instituição. As formações versam sobre culinária natural (representante do primeiro grupo) e confecção de bijuterias (representante do segundo grupo). Outro grupo²⁹ teve o representante concorrendo ao pleito municipal de Jandaíra, em 3/10/2012, como candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT), tendo sido eleito com 258 votos, tomando posse em 1º/1/2013. Hoje integra a Câmara de Vereadores deste município, composta de nove membros, e vem exercendo seu mandato com iniciativas de valorização do pescador e do agricultor – buscando na formalização dos mesmos a aptidão para inserção nos benefícios da política pública –, como também de valorização do esporte no município.

Tabela 7 – Capacidade de articulação dos grupos a partir da participação na capacitação

Motivos explicitados	Nº	%
Relacionados à articulação com o governo (municipal, estadual e federal):		
Prefeitura de Camaçari; Ministério da Agricultura – Comissão de Produção Orgânica da Bahia (CPORG); Prefeitura de Mata de São João; Lauro de Freitas; Sebrae; Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA); Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Sec. de Agricultura de Camaçari; Prefeitura de Esplanada; Sec. da Educação de Mata de São João; Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR)	4	40
Relacionados à articulação com a sociedade civil:		
Participação em eleição de delegados – agricultura e urbanização das cidades; Concessionária Litoral Norte (CLN) – Projeto Mão Dupla; Instituto Imbassaí; Projeto Floresta Sustentável; participação em feiras; conferências municipal, territorial, estadual e nacional; pousadas e comerciantes de Baixo; Feira Nacional Agropecuária da Bahia (Fenagro); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) – rodada de negociação; movimento popular – encontro de economia solidária – Rio Real, com outros assentamentos; Colônia Z31 – Conde; ONG alemã – Glogal Carber; Senac – contratação de representantes de grupos de produção para a função de instrutores; Senac – treinamento de um representante de grupo de produção; representante de grupo de produção eleito como vereador do PT, município de Jandaíra	6	60
Total	10	100

Fonte: elaboração da autora (2013)

²⁸ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

²⁹ Associação de Marisqueiros e Pescadores de Ponte de Tabatinga (Jandaíra).

A tabela 8 demonstra a capacidade resolução de gestão dos grupos a partir da experiência formativa: 40% concentram o maior índice, por razões relacionadas à melhoria da gestão, motivada principalmente pela aquisição de materiais, o que se compreende pela dimensão que esse aporte teve nos grupos, haja vista a dificuldade que encontram para empreender atividades produtivas; 20% referem-se às iniciativas solidárias e já cultuam essa prática entre si; 10% fazem relação ao treinamento e à influência na gestão. E ainda 10% referem-se à articulação com a Setre /Cesol em projeto de identidade cultural e sustentabilidade na região.

Tabela 8 – Capacidade de resolução de gestão nos grupos a partir da capacitação

Razões explicitadas:	Nº	%
Relacionadas à melhoria da gestão:		
Melhoria com o apoio da aquisição dos equipamentos, que nos deu condição para enfrentar o mercado, auxiliando os produtores		
Facilitação da produção com a distribuição entre os associados dos materiais do fundo rotativo		
Conforme as necessidades e responsabilidade, trabalhamos ainda individualmente	4	40
Ausência de resposta	2	20
Relacionadas à busca de solidariedade no grupo:		
Queremos é que a solidariedade frutifique em nós.		
Definimos nossa forma de contribuição do grupo com auxílio de mão de obra para construção de nossa sede.	2	20
Relacionadas ao treinamento, auxiliando na gestão:		
Os treinamentos têm auxiliado na gestão, a nossa maior dificuldade é transporte, pela distância.	1	10
Relacionadas à construção de parcerias:		
Parcerias construídas com a Setre e a Cesol – construção de projeto de identidade cultural e sustentabilidade.	1	10
Total	10	100

Fonte: elaboração da autora (2013)

Durante a realização do grupo focal, questionamos o grupo sobre a capacitação para a gestão do fórum, previsto no objetivo específico. O assunto causou surpresa porque ainda não haviam identificado essa formação na programação dos treinamentos previstos no projeto, embora constasse no objetivo específico 2 do Projeto Desperta Litoral. Nesse momento,

houve uma discussão entre os participantes sobre a necessidade de uma formação nesse sentido para a direção do fórum e grupos de produção. Conforme a agente local:

Estamos precisando de uma reciclagem, todos nós do fórum, para que se possa melhorar a gestão. A gestão não é de uma pessoa só. Atitudes não podem ser tomadas individualmente. As pessoas precisam ser ouvidas, temos muito que aprender com muita gente aqui, que tem experiência (GRUPO FOCAL, 2013).

O presidente do conselho fiscal pronuncia-se:

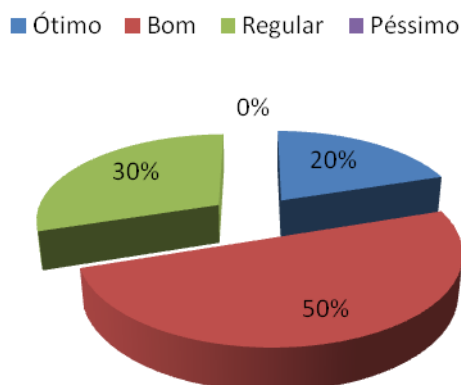
Precisamos de uma gestão compartilhada sem hierarquia. Precisamos chamar as pessoas para os encontros do fórum, que hoje está voltado somente para os grupos produtivos. Para compartilhar a gestão, precisamos tirar as “farpas”. O fórum precisa mostrar sua cara, principalmente em ações para as quais se propõe. Informar o que está fazendo. É preciso capacitar a direção do fórum para aprender como administrar, fazer a gestão (GRUPO FOCAL, 2013).

Ainda o presidente do conselho fiscal:

A condição hoje em que se encontra o projeto, com atividades importantes suspensas aguardando um posicionamento da Setre ou mesmo o acompanhamento da Cáritas. Precisamos tomar uma providência, buscar esses órgãos para solicitar a realização do que está previsto no projeto, não dá para esperar tanto tempo (GRUPO FOCAL, 2013).

Relata outro membro do conselho fiscal: “Um problema também de gestão é a falta de comunicação. Temos deficiência porque estamos muito distantes uns dos outros. Os deslocamentos são dispendiosos, poucas pessoas têm um e-mail. As pessoas ficam distantes, fazendo as coisas individualmente” (GRUPO FOCAL, 2013).

Na pesquisa, solicitamos aos diversos atores envolvidos uma avaliação do fórum enquanto gestor do Projeto Desperta Litoral. Os grupos de produção, numa escala de opção entre os conceitos ótimo, bom, regular e péssimo, avaliaram 50% com o conceito bom; 30%, regular; e 20% com o conceito ótimo.

Gráfico 14 – Avaliação da gestão do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros**Avaliação da gestão do Fórum Sustentável pelos grupos produtivos**

Fonte: elaboração da autora, 2013

Os grupos produtivos opinaram sobre a gestão do fórum na execução do Projeto Desperta Litoral. Aqueles que avaliaram com o conceito bom, 50%, referem-se à percepção do esforço empreendido para a execução do projeto, mas reconhecem que depende também de outras instâncias que acompanham a gestão, inclusive em relação às informações e orientações. Observam melhoria da comunicação e entendimento; no entanto, fazem exigências quanto à frequência de realizações de reuniões e concretização de decisões. Os 30% que fazem opção pelo conceito regular e explicam certo grau de insatisfação sugerem motivar os grupos e encontrar forma de dinamizá-los. Os 20% que se referem ao conceito ótimo relacionam boas realizações e aprendizados, citando o exemplo da execução pelo fórum do Projeto Plante Saúde.

Tabela 9 – Os grupos avaliam a gestão do Fórum na execução do Projeto Desperta Litoral

Motivos explicitados	Nº	%
Relacionados ao conceito ótimo: Trazem coisas boas para a gente, pedem opinião, estão ativos. Com o fórum, tivemos aprendizado que nunca tivemos antes (reportam ao Projeto Plante Saúde), executado pelo fórum, investimento da CLN.	2	20
Relacionados ao conceito bom: Está faltando mais pulso, frequência de reuniões, o tempo passa e as coisas não se resolvem. Tem- se esforçado o máximo, mas depende de outras questões que não estão na mão do fórum. Ainda não tem funcionamento, faltam informações dos próprios órgãos. Melhorou bastante. Hoje temos uma comunicação melhor, vivemos antes um momento muito difícil de desentendimentos.	5	50
Relacionados ao conceito regular: Deixa a desejar. Ainda falta trabalhar os grupos, motivar, estimular para funcionarem . Cabe ao fórum formar comissões para dinamizar os grupos.	3	30
Total	10	100

Fonte: elaboração da autora (2013)

Relacionamos os depoimentos colhidos nas entrevistas semiestruturadas quanto à avaliação que fazem sobre a gestão do fórum:

De acordo com o plano de trabalho que contempla 13 grupos produtivos, encontra-se a desejar, em virtude de conflitos internos e com sérias dificuldades administrativas para dar sequência às atividades que até o momento só viabilizou recursos para 12 grupos que atuam sem dificuldades, porém compromete o objetivo geral (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 12).

“O projeto foi elaborado com o intuito de ajudar as comunidades, mas as estratégias para a gestão do mesmo estão fragilizadas e não asseguram o acompanhamento devido” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 6).

De forma participativa, com reuniões mensais, sempre buscando o diálogo com as associações; executando o projeto; e na perspectiva de desenvolver novos projetos, a partir do momento em que resgataremos todos os documentos “perdidos” pela diretoria anterior. Trazendo esperança de desenvolvimento local com a implantação do Banco Comunitário na Costa dos Coqueiros, fazendo assim inclusão socioeconômica através da economia solidária, atendendo as classes menos favorecidas que não têm direito a crédito nos bancos convencionais (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 10).

“O fórum vem tentando desenvolver e executar as ações previstas no projeto aprovado. Existem dificuldades de deslocamento e comunicação que, por vezes, interferem na realização do trabalho, mas o fórum vem cumprindo a partir do cronograma elaborado” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 13).

A informação sobre eficácia da gestão do fórum não foi dimensionada na entrevista estruturada da avaliação marco zero, até porque ainda não havia iniciado a operacionalização da gestão do projeto. A relação das entidades comunitárias com o fórum era ainda distante para uma avaliação da gestão. Solicitamos naquela ocasião informações sobre a gestão dos grupos de produção na relação com o fórum, já exposto na descrição do diagnóstico marco zero.

Conforme a entrevista do grupo focal realizada naquele momento com a direção do fórum, a realidade apresentava uma situação conflituosa em decorrência das posturas de dois membros da direção, conforme já exposto. Naquela oportunidade, observamos insatisfação, descontentamento e interesse pela solução das questões problemáticas de gestão identificadas pelo grupo autoritarismo, distanciamento e isolamento –, refletindo na relação entre a direção e a base.

Observamos pelos dados colhidos nos instrumentos aplicados que o fórum vive hoje outro momento, existe uma capacidade organizativa ainda frágil, mas um esforço grande por fortalecimento e conquista de autonomia. A relação com a base, conforme os resultados, classificou-se entre boa e regular, contando com uma participação ativa da direção, que aponta para a construção de decisões mais democráticas e de resoluções de problemas principalmente relacionados com a operacionalização do Projeto Desperta Litoral, a exigir mais acompanhamento e orientação dos órgãos comprometidos com o projeto e talvez mais agilidade do fórum na implementação das decisões tomadas com a direção, bem como as definições fruto das reuniões com a Cáritas e a Setre.

Identificamos a ausência de formação de gestão para o fórum e as organizações comunitárias e também para as cadeias produtivas previstas no Projeto Desperta Litoral. Por motivo de passivo administrativo enfrentado pelo fórum na gestão passada, ainda não foi possível executá-las. Trata-se de iniciativa que tem muito a contribuir no processo de organização, gestão e vocação dos empreendimentos, como também no fortalecimento e

amadurecimento do fórum enquanto entidade representativa de uma região inserida nos territórios de identidade, Região Metropolitana de Salvador, Litoral Norte e Agreste Baiano.

As formações estimulam e dão suporte aos processos que precisam ser compreendidos, a exemplo do enraizamento territorial, para que se expressem em organização social compatível com as questões de equidade socioeconômica as interfaces entre os fatores exógenos e endógenos, no entendimento dos comportamentos dos lugares na busca de unidades espaciais socialmente integradas e solidárias numa perspectiva de desenvolvimento local (SILVA e SILVA, 2003).

O fórum tem buscado desenvolver sua capacidade articulativa com interorganizações à medida que participa em eventos importantes, representado como delegados, conselheiros e/ou participantes, expondo experiências, como no VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, em Salvador, de 28 a 31 de março de 2012; ExpoBrasil, de 25 a 27 de abril 2012, em Brasília; Rio +20 – Cúpula dos Povos, de 13 a 22 de junho de 2012; II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, em Simões Filho, em 2013; V Conferência Estadual das Cidades – Salvador, 2013; Conferência Municipal das Cidades, em Camaçari, 2013; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – participação do fórum; Conselho Gestor da APA Joanes-Ipitanga – membro titular; Comissão de Produção Orgânica do Estado da Bahia (CPORG) – membro titular; Encontro da Rede Baiana de Bancos Comunitários de Desenvolvimento em Matarandiba, 2012; Encontro Regional da Rede de Bancos Comunitários e Desenvolvimento, em Fortaleza, em 2013; 3º Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, em Fortaleza, em 2013; II Seminário de Fundos Rotativos da Bahia, em Salvador, em 2013; Simpósio Baiano do Empreendedor Individual, em Salvador, em 2013.

A capacidade resolutiva de gestão dá-se na prática diária do lidar com as questões das comunidades e suas demandas, os desafios de gerir um projeto do governo com recursos públicos com a participação de 13 grupos produtivos em segmentos e demandas diferenciadas localizados em seis municípios. Uma iniciativa nova e com muitos impedimentos diante de problemas administrativos gerados por uma gestão anterior e de dificuldades de acompanhamento da experiência pelos órgãos responsáveis. Um dos exemplos mais significativos dessa capacidade resolutiva que o fórum experimentou foi a decisão de seu conselho fiscal e demais membros da direção e participantes que assumiram uma postura

corajosa, em nome da cidadania e da transparência, de retomar o curso de uma gestão que não tinha mais a representatividade necessária.

9.3.2.1 Relaciona-se ao objetivo específico 2:

Verificar nos resultados dos aprendizados formativos as relações constituídas, a troca de experiência, a articulação dos empreendimentos na geração do próprio processo de desenvolvimento.

Quadro 24 – Soluções sustentáveis-solidárias geradas no próprio território

Meta	Atores	Indicador
Contribuições ao desenvolvimento local, enquanto soluções sustentáveis-solidárias, geradas no próprio território	Direção do fórum Comitê gestor local Representantes dos grupos de produção Técnicos envolvidos com o projeto	Soluções próprias de modalidades articuladas com base nas relações econômicas e na troca de experiências

Fonte: elaboração da autora (2013)

Verificar a contribuição do objetivo para o desenvolvimento local sustentável-solidário com base no indicador – soluções próprias de modalidades articuladas com base nas relações econômicas e na troca de experiências.

Como já sinalizado, dos aprendizados formativos previstos, apenas as oficinas de economia solidária, num total de cinco, foram realizadas. Os grupos distribuem-se por seis municípios, os deslocamentos são dispendiosos, e, segundo a direção do fórum, o recurso orçado não cobre as necessidades demandadas, conforme a modalidade exigida de prestação de contas pela Setre, de despesa dessa natureza, o que dificulta uma convivência efetiva para a ambientação necessária da promoção das soluções próprias de modalidades articuladas com base nas relações econômicas e na troca de experiências.

No entanto, em depoimentos de representantes de grupos de produção, direção do fórum, conselho gestor e técnicos envolvidos com o projeto, identificamos algumas iniciativas relacionadas ao indicador que podem delinear soluções próprias de modalidades articuladas com base nas relações econômicas e na troca de experiências:

“A ideia da irrigação de água com a implantação do motor” (ENTREVISTA ESTRUTURADA, 2013, AS 15).

“Mutirões frequentes para a reforma da associação” (ENTREVISTA ESTRUTURADA, 2013, AS 16).

“Estamos no início, um socorre o outro, trocamos mercadorias e aprendizados” (ENTREVISTA ESTRUTURADA, 2013, AS 17).

“Há uma solidariedade entre os grupos auxiliando a desenvolver as localidades” (ENTREVISTA ESTRUTURADA, 2013, AS 18).

“As feiras são boas iniciativas. Chegamos a realizar algumas com os grupos” (ENTREVISTA ESTRUTURADA, 2013, AS 19).

“Procuramos nos auxiliar, unimo-nos às representações de Barra de Pojuca, Colônia Z31, Ponte de Tabatinga e Foz do Imbassaí” (ENTREVISTA ESTRUTURADA, 2013, AS 20).

“Reuniões para almoços solidários – arrecadamos recursos” (ENTREVISTA ESTRUTURADA, 2013, AS 21).

“Tínhamos a associação, mas não trabalhávamos associativismo, hoje estamos buscando produzir de forma associativa” (ENTREVISTA ESTRUTURADA, 2013, AS 22).

“Auxiliamos as pessoas que estão em dificuldade, doentes. Realizamos mutirões para limpeza do rio, construção de casa de taipa e também de alvenaria” (ENTREVISTA ESTRUTURADA, 2013, AS 23).

“Tudo que fazemos adotamos princípios de economia solidária estendemos para a sociedade, somos socorridos pelos comerciantes e comunidades” (ENTREVISTA ESTRUTURADA, 2013, AS 24).

Existe hoje uma consciência ecológica na maioria dos grupos para evitar uso de químicos, agrotóxicos. A noção que a terra não é somente para nós, mas para nossos filhos, nossos netos, cuidados com as gerações futuras. Responsabilidade com o cliente, o que não quero botar na minha mesa não vou colocar para o cliente. O aprendizado vai abrindo a mente da gente (ENTREVISTA ESTRUTURADA, 2013, AS 25).

Onde vivemos precisamos de cooperação para a sobrevivência, manuseamos uma bomba para abastecer cinco comunidades, passamos de setembro de 2012 até julho de 2013 fazendo esse manuseio no braço, se não fizer, não cai água. Colocamos sempre à disposição nosso veículo para socorrer alguém da comunidade (ENTREVISTA ESTRUTURADA, 2013, AS 25).

“A solução para os grupos é o estabelecimento de unidade entre os grupos produtivos; enquanto não houver sentido de união, não há como ter uma solução solidária coletiva de cooperação” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 13).

“As iniciativas de produção, as vendas dos produtos dos grupos e as trocas de experiências entre os diversos segmentos produtivos” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 11).

Praticar, praticar e praticar solidariedade. O que, no passado, eram atitudes tão comuns de solidariedade entre as comunidades, hoje estamos precisando ensinar. Não é que nos grupos não tenha solidariedade. Eu fiquei embevecida com algumas histórias de solidariedade. Mas eu acredito que a grande missão do Fórum da Costa dos Coqueiros é ensinar a solidariedade praticando. Parece uma utopia! Mas não é, não! O que precisamos é tomar consciência do nosso papel de voluntário solidário dentro dessa gestão do fórum. Resumindo, quem deve aprender primeiro a praticar a solidariedade e a cooperação é a gestão do fórum. Sendo assim, seremos modelo para os grupos que convivem conosco (ESTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 10).

São muitas as iniciativas no âmbito interno dos grupos em suas comunidades, mas ainda são poucas as iniciativas coletivas, que envolvam os grupos entre si. Compreendemos que o processo é gradativo, que as iniciativas solidárias transcritas ainda são indícios a se fortalecer enquanto potencial endógeno de um território na condição de promover o próprio processo de desenvolvimento.

9.3.3 Identificar as evidências de funcionamento do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros

Esse objetivo tem o propósito de analisar as evidências de implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros. No atendimento ao objetivo, utilizamos os instrumentos da entrevista estruturada, grupo focal e entrevista semiestruturada relacionados aos indicadores de operacionalidade do comitê gestor local na constituição do Fundo Rotativo Solidário, frequência da contribuição dos grupos de produção e distribuição de recursos com os grupos até então não contemplados.

Quadro 25 – Evidências de funcionamento do fundo rotativo

Meta	Atores	Indicador
Identificar as evidências de funcionamento do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros	Direção do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros	Operacionalidade do comitê gestor local na constituição do Fundo Rotativo Solidário
	Comitê gestor local	Frequência das contribuições dos grupos de produção
	Representantes dos grupos produtivos	Distribuição de recursos com grupos até então não contemplados
	Técnicos envolvidos com o projeto	

Fonte: elaboração da autora (2013)

Projeto Desperta Litoral em sua fase atual encontra-se em processo de organização do Fundo Rotativo Solidário, um tanto tardio se considerarmos a assinatura do termo de convênio³⁰ com a Setre, porém o projeto, como já explicitado, enfrentou problemas administrativos que dificultaram seu desenvolvimento.

A organização do fundo exige a implantação de um comitê gestor local, constituído por representantes da direção do fórum (sete membros) e representantes eleitos dos grupos de produção (sete membros), formando uma comissão de quatorze pessoas que vão fazer a gestão do fundo. O processo visa promover a transparência e a confiança no processo da administração e gestão dos recursos. Conforme depoimento da presidente do fórum, “está sendo elaborado o regimento interno do fundo rotativo pela direção do fórum e os grupos produtivos, com o assessoramento da Cáritas, que vai explicitar funcionamento, aspectos da gestão e critérios a serem cumpridos. Até o momento o regimento ainda não ficou pronto. Independentemente disso, os grupos já iniciaram a devolução do recurso financeiro previsto, correspondente a 30% das aquisições recebidas”.

Na tabela 10 consta demonstrativo com dados dos grupos produtivos e respectivos valores recebidos em equipamentos e insumos, valores devolvidos e saldo restante a pagar. Fizemos o registro dos treze grupos para um entendimento do universo da pesquisa, embora estejamos nesse trabalho adotando os resultados apenas de dez grupos produtivos, tendo por base os grupos que participaram do diagnóstico marco zero.

³⁰ Termo de convênio com a Setre, assinado pela representante do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros em 18 de novembro de 2011.

Tabela 10 – Demonstrativo dos grupos produtivos quanto a valores de aquisição e devolução

Ord.	Grupos	Localização	Produto	Participantes	Arrecadação mensal do grupo (SM) ³¹	Valor de aquisição com o projeto	Devolução ao fundo	Saldo restante
1	Associação Beneficente Progresso Alamedas do Rio	Rua A, lote 16 – Alamedas do Rio – Camaçari	Agricultura orgânica, meliponicultura, apicultura, avicultura e piscicultura	6	1 e ½ SM	R\$ 8.067,49	R\$ 1.200,00	R\$ 1.220,24
2	Associação de Produtores Rurais e Preservação Ecológica	Rodovia BA-099, km-67, Comunidade Foz do Imbasaí – Mata de São João	Agricultura orgânica e artesanato (derivados do coco, sementes e pedras)	20	5 SM	R\$ 6.932,97	R\$ 400,00	R\$ 1.640,00
3	Associação dos Produtores Rurais de Joia do Rio e Adjacências	Estrada da Tiririca, s/n- Comunidade Joia do Rio 2, Barra do Pojuca – Camaçari	Meliponicultura, aves, frutas, artesanato	8	2 e ½ SM	R\$ 6.210,00	R\$ 540,00	R\$ 1.323,00
4	Associação de Moradores Bairro do Retiro	Rua Direta do Retiro, s/n – Mata de São João	Artesanato com utilização de metais e pedras, couros, madeiras, tecelagem, agricultura orgânica	12	1 SM	R\$ 9.845,56	R\$ 393,78	R\$ 2.559,88
5	Associação dos Criadores de Aves da Fazenda Açú da Capivara	Fazenda Açú da Capivara, s/n – Coqueiro de Arembépe – Camaçari	Agricultura orgânica: hortaliças, leguminosas, frutas, verduras, raízes	4	1 SM	R\$ 9.734,56	R\$ 200,00	R\$ 2.720,36
6	Associação Beneficente Casa da União da Bahia	Rua Dejanira Maria Bastos, 56, Caji – Lauro de Freitas	Prestação de serviços de alimentação (cafés, almoços, eventos, bufês)	5	1 e ½ SM	R\$ 9.996,08	R\$ 600,00	R\$ 2.398,82
7	Associação dos Artesãos e Doceiras do Baixo	Rua Grande, 45, Baixio – Esplanada	Doces (frutas da região), luminárias e bijuterias (coco, osso chifre, cipó e búzios)	12	1 SM	R\$ 10.000,00	0	R\$ 3.000,00
8	Associação de Pescadores e Marisqueiras do Município de Conde	Praia dos Passos, Poças – Conde	Pescados e mariscos	20	6 SM	R\$ 9.035,00	0	R\$ 2.710,50

³¹ Salário mínimo nacional em julho 2012 – R\$ 678,00 – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Ord.	Grupos	Localização	Produto	Participantes	Arrecadação mensal do grupo (SM) ³¹	Valor de aquisição com o projeto	Devolução ao fundo	Saldo restante
9	Associação de Pescadores e Marisqueiras de Ponte de Tabatinga	Rua A, 124, Povoado de Tabatinga – Jandaíra	Pescados e mariscos	60	90 SM	R\$ 7.976,00	R\$ 500,00	R\$ 1.892,80
10	Associação Agrícola Rancho Alegre	Fazenda Rancho Alegre, s/n, Arembepé – Camaçari	Agricultura orgânica; hortaliças, frutas, coco, raízes	8	3 SM	R\$ 10.262,67	R\$ 150,00	R\$ 2.928,80
11	Associação de Artesãos Domínio dos Deuses	Sítio Deus conosco, Comunidade Bom viver, Imbassaí – Mata de São João	Artesanato com utilização de metais e pedras, couros, entalhes em madeira, macramê, tecelagem, pinturas e cerâmica, agricultura orgânica	13	2 SM	R\$ 9.996,00	R\$ 2.860,00	R\$ 117,50
12	Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto de Assentamento Euclides Neto	Fazenda Gameleira e Carijó de Cima, s/n, Assentamento Euclides Neto, Agrovila – Mata de São João	Agricultura orgânica, criação de galinhas, apiários, piscicultura, suinocultura e criação de caprinos	13	3 SM	R\$ 7.396,59	R\$ 170,00	R\$ 2.048,95
13	Associação das Costureiras e Bordadeiras	Fazenda Malícia II, km-13, Estrada do Coco, Vila de Abrantes – Camaçari	Artigos para o lar: toalhas, jogos de cozinha, panos de prato, bolsas de praia (tecidos e aviamentos em geral)	5	0	R\$ 6.604,20	0	R\$ 1.981,26
Total				186		R\$ 112.057,12	R\$ 7.013,78	R\$ 26.542,11

Fonte: elaboração da autora (2013)

O comitê gestor local ainda não se encontra em funcionamento, embora os membros representantes dos grupos produtivos tenham sido eleitos. Na entrevista do grupo focal, quando questionados sobre o Fundo Rotativo Solidário, os participantes pronunciaram-se. Segundo a presidente do fórum:

O fundo rotativo foi formado a partir do momento em que os grupos produtivos passaram a devolver os valores determinados pelo projeto, de acordo com o valor que receberam, e vão repassar 30%. Esses valores repassados por cada grupo vão formar o Fundo Rotativo Solidário do fórum (GRUPO FOCAL, 2013).

Explica a presidente do fórum sobre o comitê gestor local, “no momento, o comitê não está em funcionamento, porque houve a necessidade de se fazer uma retroalimentação, uma reformulação do projeto, para redefinir algumas coisas. Então fizemos uma suspensão” (GRUPO FOCAL, 2013).

O comitê, na minha visão como gestora do fórum, não funcionou porque as pessoas que compõem estão muito distantes, cada um num município, e os valores orçados não contemplam as ações de encontro do comitê com os grupos. Faltou o cuidado para fazer a escolha das pessoas que compõem o comitê por proximidade. Para melhor nos comunicarmos e facilitar o trabalho (GRUPO FOCAL, 2013).

Se o comitê não está em condição de funcionar, por que não se faz uma assembleia para se discutir e se encontrar uma solução? O projeto já se encontra no final, como vai ser? (moderadora). Relata a presidente do fórum: “O projeto pode pedir um adicional em relação ao tempo, por causa dos problemas que enfrentamos. Não estamos nem na metade do final do projeto” (GRUPO FOCAL, 2013). Informa a presidente do fórum:

Tivemos vários problemas com a mudança de diretoria, bloqueio da conta, a compra de material se deu de forma muito lenta devido às dificuldades de as pessoas se deslocarem e combinarem o melhor dia, também a forma de pagamento; a forma exigida pela Setre dificultava porque nem todas as empresas ajustavam-se às exigências. Ainda tem grupo que não concluiu a compra. Isso tudo atrasa muito (GRUPO FOCAL, 2013).

Qual a atribuição do comitê? É ter o controle dos recursos que chegam? Qual o prazo estipulado para redistribuir o fundo? São coisas que precisam ser esclarecidas (moderadora). Informa um dos representantes do conselho fiscal: “O que eu entendi é que, no final do projeto, vai se investir com o recurso arrecadado em outras comunidades. Uma parte do pessoal ainda não iniciou a contribuição que seria em janeiro, outros já vêm devolvendo, e alguns até adiantados” (GRUPO FOCAL, 2013).

Ouvimos a presidente do conselho gestor:

Além de ser de grupo de produção, também sou do comitê gestor, eu peguei o cargo porque não tinha quem assumisse, sugeriram o meu nome, já pela segunda vez houve essa troca, porque a pessoa escolhida não assumiu. Nós todos não temos experiência nem ainda o conhecimento real nem do projeto em si, nem eu como presidente do comitê gestor, eu tenho aqui as informações pelo projeto do que se deve fazer. Mas na verdade o projeto diz que o comitê terá 48 encontros, mas não tivemos até hoje nenhum. A Cáritas, em reunião em 25/1/2013, disse que ia orientar o grupo do comitê gestor para explicar a função e as mudanças que ocorreriam no projeto; em outra reunião conosco, a Setre e a presidente do fórum falaram do projeto que seria reformulado, mas até hoje não foi feito esse encontro, estamos sabendo que será agora em julho, já se passaram seis meses (GRUPO FOCAL, 2013).

O que a presidente do comitê gestor traz precisa ser esclarecido, ela ainda nem sabe a atribuição dela. Quem vai explicá-la? O fórum tem competência suficiente sobre esse assunto para orientar o comitê gestor local? (moderadora). Ou isso compete à Cáritas, à Setre?

A agente local responde:

Quero defender o comitê, faltou instrução da Setre, da Cáritas e do próprio fórum, que se ausentou e não informou que o comitê gestor tem autonomia para dirigir esse projeto, talvez ela só tenha sabido agora. Faltou espaço para o comitê e cobrança nossa, inclusive eu mesma me culpo por não estar dando essa instrução para o comitê estar se reunindo, juntando as pessoas. O que faltou acontecer para o comitê gestor gerir esse projeto foi orientação da Setre, Cáritas e fórum. Ainda está em tempo de o comitê assumir o seu papel, saber as ações que o fórum está fazendo para este projeto, inclusive as participações em feiras, reuniões na Setre, o comitê deveria estar sendo convidado e de fato passar a gerir (GRUPO FOCAL, 2013).

A secretária do comitê declara:

Eu preciso ter mais informações sobre o projeto, como os recursos estão sendo utilizados, as aquisições feitas, como o comitê vai gerir o projeto, e nós não sabemos o que está acontecendo, não quero continuar nesse cargo, porque sei da responsabilidade e não estou me sentindo segura.

Um membro do conselho fiscal diz:

Os atrasos começaram desde o início, desde o período das emissões de notas fiscais, as empresas não entendiam como tinha que ser. O reembolso do transporte só vale se for locado, fica muito caro pelas distâncias de nossas localidades. Não se pode solicitar reembolso de recibos. Estamos sempre aguardando uma orientação da Setre e da Cáritas para resolver isso. O comitê não pode se deslocar para fazer o trabalho porque tem dificuldade de ser reembolsado. Houve uma oficina em Baixio com algumas orientações, mas não temos ainda clareza disso.

A tesoureira do fórum declara: “Precisamos cobrar da Setre o funcionamento devido do projeto”. A agente local lembra que existe a previsão de um intercâmbio com outros

projetos de fundo rotativo, “precisamos visitá-los até para aprender com eles, ver como estão desenvolvendo o projeto” (GRUPO FOCAL, 2013).

A presidente do fórum expõe: “Precisamos organizar o regimento interno para o funcionamento adequado do projeto, vai ser feito quando reorganizarmos o plano de trabalho e fizermos o aditivo. Ainda não fizemos porque precisamos encontrar espaço livre na agenda da representante da Cáritas” (GRUPO FOCAL, 2013, AS 10).

O estabelecimento do comitê gestor do Fundo Rotativo Solidário se deu durante uma oficina de reorganização do projeto que vivia muitos conflitos à época. Assim, o comitê não demonstra muita atuação na gestão do Fundo Rotativo Solidário, já que as reuniões não estão acontecendo por causa da logística complicada. Nesse cenário não há como avaliar as ações desse grupo. O Fundo Rotativo Solidário está em fase de implantação, os grupos estão comprometidos com a devolução, mas ainda não existe o regimento interno (instrumento que contém as normas de utilização do recurso (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 13).

Para outro participante da pesquisa, o comitê gestor local está em evolução; no entanto, há centralização que inibe os participantes do comitê, atrofiando o desenvolvimento da entidade (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 12).

Por problemas de gestão ou de informação, o comitê ainda não funcionou, mas vai funcionar; quanto à implantação do fundo, tivemos problemas para iniciarmos, mas a expectativa é positiva, pois o resultado constituirá novas alianças com outras comunidades e a implementação da prática solidária, busca um resultado solidário (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 6).

“O comitê ainda não se achou dentro do projeto, precisa de ajustes com urgência. Quanto ao fundo rotativo, tem dado bons sinais de solidez na sua implantação, pois os grupos se sentem responsáveis e comprometidos na devolução dos recursos” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 11).

Participante da pesquisa reconhece que “os conflitos internos e a falta de segurança dos membros do comitê gestor local para tomar decisões e inibir situações impedem o desenvolvimento das atividades de estruturação dos fundos rotativos solidários” (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2013, AS 12).

Com relação ao público participante da entrevista estruturada no diagnóstico atual: 100% responderam saber da existência do fundo, como também 100% entendem que vão devolver 30% do valor correspondente aos equipamentos e insumos para constituir novo fundo rotativo. No tocante à avaliação do conselho gestor, as pessoas não souberam opinar a respeito por desconhecerem seu funcionamento e suas finalidades.

Com relação à operacionalização do comitê gestor local, diante das falas coletadas nas entrevistas estruturadas e dos grupos focais, constatamos que, embora tenham sido eleitos os membros para compor com a direção do fórum o comitê, até então não ocorreu; para isso, demanda a construção do regimento interno, que subsidiará o funcionamento do fundo como também a operacionalização do referido comitê.

Outra constatação é a falta de preparação e orientação dos próprios membros eleitos sobre o funcionamento do comitê. Iniciou-se a elaboração do regimento em setembro de 2013 com a direção do fórum e os grupos de produção assessorados pela Cáritas. A reformulação do projeto para adequação do orçamento também depende desse processo. Observa-se, pelas respostas nas entrevistas estruturadas, que os grupos de produção estão esclarecidos quanto ao fundo e à devolução dos 30% para a geração do Fundo Rotativo Solidário, que tem o objetivo de contribuir com outros grupos produtivos ainda não contemplados.

Dessa forma, muitos já iniciaram a devolução dos recursos previstos para a formação do fundo, a partir de janeiro de 2013. Há grupos que já saldaram mais de 96% do valor devido. O valor devolvido até agora chega a R\$ 7.013,78. O saldo a ser devolvido é de R\$ 26.542,11. Existem três grupos que ainda não fizeram nenhum pagamento – um deles, como já explicado, ficou ausente de todo o processo; os outros dois informam ainda não terem tido condições financeiras de efetuar o pagamento. A frequência das contribuições deve ser mensal, porém tem sido irregular – as pessoas estão efetuando o pagamento, à medida das suas condições.

A distribuição de recursos aos grupos até então não contemplados não ocorreu, também ainda não se tem a estruturação e a geração do fundo.

9.3.3.1 Relaciona-se ao objetivo específico 3:

Analisar, a partir dos resultados do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, evidências da articulação de uma rede dos empreendimentos solidários participantes.

Quadro 26 – Evidências da articulação de uma rede dos empreendimentos solidários

Meta	Atores	Indicador
Contribuições advindas da operacionalização do Fundo Rotativo solidário da Costa dos Coqueiros, para a articulação de uma rede dos empreendimentos solidários participantes	Direção do fórum Comitê gestor local Representantes dos grupos de produção Técnicos envolvidos com o projeto	Articulação de rede dos empreendimentos solidários participantes.

Fonte: elaboração da autora (2013)

O momento atual do Projeto Desperta Litoral reflete as dificuldades no percurso relacionadas a aspectos administrativos e de sua condução, tendo em vista a operacionalização que não correspondeu ao tempo de duração previsto, consequentemente repercutindo nos resultados esperados, tendo sido atingida apenas parte desses objetivos. No tocante ao objetivo específico 3, relacionado aos resultados do Fundo Rotativo Solidário e às evidências da articulação de uma rede dos empreendimentos solidários participantes, observamos que o Fundo Rotativo Solidário ainda não foi operacionalizado, tampouco existe essa articulação. Contudo constatamos em algumas iniciativas esboços de participações coletivas em ações que envolveram alguns desses grupos, porém ainda inexpressivas para ser consideradas uma articulação em rede.

Consideramos que, caso seja deferida a solicitação do fórum à Setre, de adiamento de tempo e a reformulação do projeto, disponibilização das formações previstas para as cadeias produtivas, gestão do fórum e dos grupos de produção, são alterações que podem reverter-se em suporte de contribuição à condução do projeto e atender às etapas até então não atingidas, o que poderá facilitar a consecução dos objetivos que não foram atendidos.

Enquanto isso, ainda não se tem a funcionalidade do comitê gestor local e, embora o fundo não tenha sido operacionalizado, já se recolhe a devolução de recursos financeiros dos grupos de produção para a formação deste. Esboça-se a iniciativa de um dos grupos de produção que constituiu um fundo próprio com o objetivo da construção da sede da associação e já conseguiu efetuar sua devolução em mais de 96% do valor devido. Esse grupo apresentou a ideia em uma oficina coordenada pela Cáritas, sendo aprovada pelos grupos como iniciativa a ser adotada na geração do fundo. Segundo informação da presidente do fórum em entrevista conosco, pretende-se colocar essa ideia em prática. Trata-se de

disponibilizar parte do recurso do fundo gerado para os grupos de produção já contemplados, que, de posse do recurso, constituirão o fundo local a ser gerido pela associação com grupos de suas comunidades. Nessa modalidade, adotarão a devolução de 100% do recurso adquirido à própria associação. Esse fundo será gerado com o objetivo de oferecer oportunidades a outros grupos daquelas comunidades.

Paralelamente a essa iniciativa, o fórum, junto ao comitê gestor local, utilizará a outra parte do recurso proveniente do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, mantendo o processo que vem sendo adotado pelo fórum, beneficiando outros grupos de produção.

Vemos nessa iniciativa a possibilidade de se formar uma rede dos empreendimentos solidários pela motivação e integração que traz a proposta. A iniciativa apresenta identificação com as soluções sustentáveis solidárias, que certamente contribuirão com o desenvolvimento local.

Na descrição e análise desses resultados, vemos que o Projeto Desperta Litoral exerce um papel importante na Costa dos Coqueiros, como meio de viabilizar oportunidade a grupos produtivos da região que até então não dispunham de condições favoráveis para incrementar suas atividades produtivas ou as faziam com muitas dificuldades.

No entanto, conforme já explicitado, a operacionalização do projeto enfrenta as dificuldades de vencer os problemas administrativos pendentes de outra gestão, como também certo desconhecimento do processo que envolve experiência em finanças solidárias. Sabemos que, para o fórum e os grupos de produção, trata-se de uma temática nova, ainda com pouca assimilação do potencial associativo e solidário a se aculturar para vencer a lógica capitalista do mercado. O processo de adoção das práticas relacionadas à gestão das iniciativas solidárias e a aculturação com experiências próprias de protagonismo comunitário e autogestão ainda estão por se configurar nessa experiência.

As comunidades nas quais se encontram os grupos pesquisados distribuem-se por seis municípios numa costa litorânea de 217 quilômetros no Litoral Norte da Bahia. As reuniões com os grupos acontecem de forma esporádica e com pouca participação. A ação demanda recursos financeiros e disponibilidade de tempo para vencer as distâncias, observando-se que o orçamento do projeto não corresponde suficientemente à necessidade da logística adequada a transporte e alimentação, conforme a lógica das exigências burocráticas institucionais a que o projeto encontra-se submetido.

Uma das razões da dificuldade da frequência dos encontros, conforme explicado pela presidente do fórum, são os procedimentos nada adaptáveis à realidade desses territórios. Para que os encontros com os grupos tenham êxito, é preciso uma mobilização planejada atendendo aos requisitos exigidos, que, segundo a presidente do fórum, envolve espaços intermunicipais, bem distintos das realidades localizadas em espaços urbanos. Sabemos da importância da prática do convívio para a aproximação dos grupos, o amadurecimento das experiências compartilhadas nos desafios a vencer coletivamente, como as iniciativas sócio-organizativas a ampliarem-se em socioprodutivas em busca das soluções sustentáveis-solidárias para o desenvolvimento local.

Compreendemos as questões “problemáticas” identificadas pela pesquisa na execução do projeto como um conjunto de “limitações” que as comunidades e o Fórum Sustentável sozinhos não darão conta de resolver. Em suas realidades, vivem as consequências da contradição socioeconômica marcada pela desigualdade, a injustiça social, fruto de um modelo econômico concentrador de renda, que as torna vítimas de uma série de privações, como os serviços básicos essenciais. São questões estruturais que se situam em patamar muito além de suas possibilidades a exigir apoio institucional, que deve partir da esfera governamental com a possibilidade de ampliação de uma política pública a efetivar-se para a economia solidária na Bahia.

9.4 ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROJETO DESPERTA LITORAL

Considerando os indicadores que propomos para medir o alcance dos objetivos específicos, com ênfase na comparação com os resultados do diagnóstico marco zero, no objetivo específico 1, constatamos:

- que ocorreu melhoria da capacidade produtiva de todos os grupos de produção – 100% dos grupos participantes da pesquisa aumentaram a produção entre 40% e 10%.

Quanto à diversificação da produção:

- 30% dos grupos diversificaram a produção; 70% mantiveram a mesma especificidade.

Enquanto resultado financeiro:

- 70% aumentaram a arrecadação entre 50% e 25%; 30% mantiveram a mesma arrecadação.

Quadro 27 – Ocorrência de melhoria da capacidade produtiva, diversificação e arrecadação financeira dos grupos

Objetivos específicos (1)	Indicadores	Resultados
Verificar a ocorrência de melhoria da capacidade produtiva de 13 grupos solidários por meio da aquisição de materiais e equipamentos necessários à sua organização.	<p>Volume de produção</p> <p>Diversidade de produtos</p> <p>Resultado financeiro da arrecadação</p>	<p>100% dos grupos aumentaram a produção entre 40% e 10%</p> <p>30% dos grupos diversificaram a produção</p> <p>70 % dos grupos aumentaram a arrecadação financeira entre 50% e 25%; 30% mantiveram a mesma arrecadação</p>

Fonte: elaboração da autora (2013)

Tendo em vista os indicadores que propomos para medir o alcance do objetivo específico 2, identificamos:

- 50% dos grupos tiveram melhoria da organização;
- 10% referiram-se à facilidade no aprendizado da formação em economia solidária;
- 10% informaram a contribuição da formação, mas apontam a dispersão dos grupos pela distância que os separa;
- 10% estabeleceram a estratégia de criação de um fundo similar ao do fórum em sua comunidade com retorno de 100% dos recursos recebidos para efetuarem 30% ao fundo do fórum e 70% para a construção da sede da associação;
- 20% não responderam.

Quanto à relação com a base:

- 30% informaram que há motivação e participação da base;
- 20% referem-se à boa relação entre os membros;
- 10% reportam-se ao sentimento de união entre os agricultores;
- 20% não responderam.
- Conforme a capacidade articulativa dos grupos com interorganizações, informaram que 60% foram feitos com entidades e organizações da sociedade civil; 40% foram feitos com as esferas públicas municipal, estadual e federal.

Quadro 28 – Efetivação de capacitação para a gestão do Fórum e em temáticas específicas para as cadeias produtivas

Objetivos específicos (2)	Indicadores	Resultados
Identificar a efetivação da capacitação para a gestão do fórum e em temáticas específicas para as cadeias produtivas (agroecologia com meliponicultura, pesca, artesanato e serviço de alimentação) onde se inserem os 13 grupos solidários	<p>Capacidade organizativa</p> <p>Relação com a base (integrantes)</p> <p>Capacidade articulativa com interorganizações</p> <p>Capacidade resolutiva de gestão</p>	<p>Ainda não houve capacitação para a gestão do fórum e dos grupos, como também outras relacionadas às cadeias produtivas.</p> <p>Ocorreu capacitação para os grupos e a direção do fórum em economia solidária.</p> <p>50% dos grupos apresentam melhoria da organização.</p> <p>30% dos grupos informam motivação e participação.</p> <p>60% correspondem à articulação com a sociedade civil – 40% com as esferas públicas municipal, estadual e federal.</p> <p>40% é resultado de melhoria da gestão entre os grupos de produção.</p>

Fonte: elaboração da autora (2013)

Com base nos indicadores escolhidos para medir o alcance do objetivo específico 3 do projeto de pesquisa:

- O indicador de operacionalização do comitê gestor local na constituição do Fundo Rotativo Solidário não foi alcançado.
- O indicador correspondente à frequência das contribuições dos grupos de produção foi alcançado. No momento 77% dos grupos já iniciaram o pagamento referente à devolução para formação do Fundo Rotativo Solidário.
- O indicador referente à distribuição de recursos com outros grupos de produção até então não contemplados não foi alcançado.

Quadro 29 - Evidências de implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros

Objetivos específicos (3)	Indicadores	Resultados
Analisar as evidências de implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros	Operacionalização do comitê gestor local na constituição do Fundo Rotativo Solidário	Ainda não foi operacionalizado
	Frequência das contribuições dos grupos de produção	77% dos grupos já estão efetuando pagamento destinado ao fundo
	Distribuição de recurso com outros grupos de produção, até então não contemplados	O fundo rotativo ainda não foi operacionalizado, mesmo com o alcance do pagamento de parte dos grupos. Também ainda não existe fundo suficiente para distribuição com grupos ainda não contemplados.

Fonte: elaborada pela autora (2013)

Considerando-se os desdobramentos dos objetivos específicos do Projeto Desperta Litoral, verificando o objetivo 1, quanto às suas contribuições para o desenvolvimento local sustentável-solidário, com base no indicador escolhido para medir seu alcance, esse não foi contemplado. Acreditamos que, com a evolução do projeto, sejam constituídas as soluções sustentáveis-solidárias coletivas.

Quadro 30 – Soluções sustentáveis-solidárias coletivas enquanto estratégia de cooperação para o desenvolvimento local

Objetivos específicos (1)	Indicadores	Resultado
Identificar nos resultados que se referem à organização dos empreendimentos as soluções sustentáveis-solidárias coletivas enquanto estratégia de cooperação para o desenvolvimento local	Soluções sustentáveis-solidárias coletivas	Não houve alcance

Fonte: elaboração da autora (2013)

Da mesma forma, o indicador previsto para analisar o alcance do objetivo, ou seja, as soluções sustentáveis-solidárias coletivas, também não foi contemplado, algo que acreditamos vir ainda a ser constituído.

Quadro 31 – Relações constituídas, a troca de experiências, a articulação dos empreendimentos na geração do próprio processo de desenvolvimento

Objetivos específicos (2)	Indicadores	Resultados
Verificar nos resultados dos aprendizados formativos as relações constituídas, a troca de experiências, a articulação dos empreendimentos na geração do próprio processo de desenvolvimento	Soluções próprias de modalidades articuladas com base nas relações econômicas e na troca de experiências	Não houve alcance

Fonte: elaboração da autora (2013)

O indicador previsto para medir o alcance desse objetivo também não foi alcançado.

Quadro 32 – Evidências da articulação de uma rede dos empreendimentos solidários

Objetivos específicos (3)	Indicadores	Resultados
Analisar, a partir dos resultados de operacionalização do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, evidências da articulação de uma rede dos empreendimentos solidários participantes	Articulação de rede dos empreendimentos solidários participantes	Não houve alcance

Fonte: elaboração da autora (2013)

Pela análise que fazemos com base nos objetivos específicos do projeto Desperta Litoral, tendo como referência o diagnóstico marco zero comparado com os resultados

encontrados no diagnóstico atual, diante do que os indicadores apontam, concluímos que houve melhoria da capacidade produtiva dos grupos. É notória a diversificação de produção, embora a maioria, 70%, mantenha a mesma especificidade produtiva. Financeiramente o resultado é positivo, aumentou para a maioria dos grupos – 70% – em faixas que vão de 25% a 50% percentuais. Para os 30% restantes, não ampliou, mas manteve-se a mesma arrecadação. Isso quer dizer que não houve perdas, mesmo com os problemas de estiagem e dificuldade de escoamento. Com base nesses resultados, podemos afirmar que houve o atendimento do primeiro objetivo específico.

Em relação ao objetivo específico 2, a previsão de formação para os grupos produtivos e o fórum ainda não ocorreu. Foi realizada uma capacitação em economia solidária, porém não houve conclusão do número de oficinas previstas dessa modalidade. Observamos a necessidade de as formações previstas acontecerem tanto para os grupos produtivos como para o fórum. Compreendemos, conforme França Filho (2008), que um projeto com essa proposta de financiamento da economia popular solidária, numa perspectiva de promoção da cidadania econômica de pessoas que se situam fora da dinâmica convencional do mercado, requer um aporte que suplante as deficiências de escolaridade das pessoas participantes. Percebemos o quanto repercutiu positivamente nos grupos a formação em economia solidária.

O objetivo específico 3, conforme os indicadores de operacionalização do comitê gestor local na constituição do fundo e de distribuição de recurso com grupos até então não contemplados, ainda não foi atendido. Favorável a esta questão é a constatação de que os grupos já estão devolvendo os recursos, ainda sem uma frequência regular – há grupo com devolução acima de 96% do total previsto.

Considerando que havíamos previsto analisar, a partir dos desdobramentos dos objetivos específicos do Projeto Desperta Litoral, a verificação das contribuições para o desenvolvimento local sustentável-solidário, com base nos indicadores escolhidos para medir o alcance desses, os objetivos não foram atendidos. Compreendemos que as dificuldades administrativas e operacionais de execução do projeto contribuíram para o não atendimento das metas. Sabemos que as distâncias entre as comunidades que participam do projeto – uma limitação no processo de aproximação e integração das pessoas – e a logística financeira para a concretização dos encontros são dificuldades a vencer. A busca de soluções sustentáveis-solidárias exigirá um trabalho de aproximação entre os grupos, de identificação das soluções endógenas, do fortalecimento das capacidades locais na busca do próprio desenvolvimento.

Acreditamos na possibilidade do alcance destes objetivos tendo em vista a condição de continuidade do projeto, caso seja deferida pela Setre a solicitação de prorrogação feita pelo fórum. A qual avaliamos como legítima, por motivo dos impedimentos decorrentes dos problemas administrativos já citados vividos pelo fórum, como também o acesso tardio às aquisições de equipamentos e insumos de alguns grupos de produção, ocorridos após 10 meses de início do projeto. É possível que, com a extensão do tempo pretendida, os grupos possam aproveitar a oportunidade de compartilhar suas experiências, adquiram mais amadurecimento, por meio de ações interativas que estimulem as iniciativas de arranjos socioeconômicos sustentáveis, utilizem estratégias alternativas de desenvolvimento produtivo dos territórios, que sejam inspiradores da formulação e gestão de políticas públicas.

Diante do contexto apresentado, concluímos que o Projeto Desperta Litoral teve parte de seus objetivos atendida mesmo com as adversidades pontuadas – houve resultados de expressiva significação em todos os grupos. Destacamos aqueles relacionados ao aumento de produção com uma variação de 40% a 10%, considerando que esses resultados foram facilitados pelas aquisições ocorridas há até 10 meses após o início do projeto. Constatamos o aumento da capacidade arrecadadora financeira ocorrida com 70% dos grupos numa variação expressiva entre 50% e 25%. Assim mesmo, os 30% dos demais grupos mantiveram a mesma arrecadação, o que denota que, mesmo diante das dificuldades, conseguiram manter o mesmo patamar arrecadado no diagnóstico do marco zero. Identificamos também aumento da diversidade de produção em 30% dos grupos, o que consideramos que foi motivado pelas aquisições, tendo em vista os depoimentos dos entrevistados. Portanto, consideramos os resultados apontados significativamente importantes, levando-se em conta as condições de vida e estruturais dessas comunidades, o período tardio em que algumas aquisições se deram, como também as intercorrências que dificultaram o curso normal do projeto.

O cenário ilustra a importância de iniciativas como a que vivenciamos, o aporte do governo no papel de promover e viabilizar ações emancipatórias a segmentos da população que se encontram fora da dinâmica convencional do mercado. Com base na concepção das distintas visões da economia, referida por Polanyi (1983 apud FRANÇA FILHO, 2008), como princípios do comportamento econômico: o mercado autorregulado, a redistribuição, a reciprocidade e a domesticidade. Que, na modernidade, Laville (1994 apud FRANÇA FILHO, 2008) denomina de rearranjos, admitindo: uma economia mercantil – princípio relacionado à troca com o uso da equivalência monetária, marcado pelo utilitarismo; uma economia não

mercantil – princípio da redistribuição, onde o Estado apropria-se de recursos e os distribui; e uma economia não monetária – princípio da reciprocidade, relação de troca onde permeia a lógica da dádiva, que amplia a satisfação utilitária das necessidades e baseia-se nos laços sociais. Na experiência apresentada, podemos identificar a presença dessas lógicas econômicas, configurando-se como expressa-se a economia plural, relacionada ao conceito substantivo da economia, que compreende uma pluralidade de produzir e distribuir riquezas.

Buscamos neste capítulo, com a apresentação dos dados coletados, responder à questão da pesquisa de avaliar os resultados do Projeto Desperta Litoral, analisando as contribuições ao desenvolvimento local sustentável-solidário. O próximo capítulo corresponde às considerações finais da autora sobre essa experiência.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propor avaliar os resultados do Projeto *Desperta Litoral* tem uma significação importante para mim, primeiro pela empatia, envolvimento, carinho e compromisso que tenho com a região, as pessoas, o território onde desenvolvo minha prática profissional por treze anos. Segundo porque estou em processo de aprendizagem, e avaliação é um tema que sempre me interessou. Nada é mais motivador que fazer algo com satisfação, principalmente pela alegria de ver o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros uma organização de iniciativa comunitária ter tido acesso a um edital público do Governo da Bahia, pela Setre, e ser selecionado com o projeto em análise. Naquela ocasião, o resultado saiu às vésperas de minha seleção no Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social, e eu já defendia na banca como projeto de pesquisa realizar a sua avaliação.

Daquele tempo até hoje, vivemos um período intenso de interlocuções, escutas, reuniões, visitas, acompanhamento. O processo de formalização com a Setre ocorreu em novembro de 2011 e a operacionalização do projeto iniciou-se em janeiro de 2012, com a primeira reunião dos grupos produtivos.

A experiência proporcionada pelo projeto baseia-se nas relações de solidariedade em iniciativas de cooperação e ajuda mútua, na constituição de uma prática de finança solidária a se consolidar na formação do Fundo Rotativo Solidário, uma espécie de poupança comunitária com o objetivo de gerar coletivamente para fortalecer os grupos produtivos comunitários. Como o nome sugere, reúne recursos (fundo), é rotativo (o recurso gira) e solidário (compartilha o benefício com outros grupos). O tecido social constituído por essa realidade caracteriza-se pelo elevado grau de integração entre as pessoas, que superam suas limitações e dificuldades pela prevalência do sentimento de solidariedade. As condições de vida das comunidades analisadas revelam as contradições do modelo de desenvolvimento ancorado no modo capitalista de produção.

Entre janeiro e fevereiro de 2012, realizamos o diagnóstico marco zero, uma oportunidade de aproximação da realidade de cada grupo produtivo em seu contexto socioterritorial. Foi uma experiência rica de valores, aprendizado e diversidade, presentes nas distintas localidades (integram os territórios Região Metropolitana, Litoral Norte e Agreste baiano) e em múltiplos atores sociais (mulheres, homens, de escolaridade e faixa etária

distintas), e também pelas especificidades variadas das atividades produtivas: agricultura orgânica e meliponicultura, pesca, artesanato e serviço de alimentação.

Naquele período, integrava os grupos de produção uma população de 205 participantes; no momento atual, 186 pessoas, uma diminuição de 9,5%. Atribuímos a diminuição do número de participantes em alguns dos grupos ao retardamento de recebimento das aquisições e aos contratempos do processo, conseqüentemente causando descrédito e busca de alternativas. Em outros grupos, houve ampliação no número de integrantes, o que deduzimos tenha ocorrido principalmente por uma motivação pela experiência da prática de constituição do Fundo Rotativo Solidário, somada ao apoio nas aquisições de equipamentos e insumos. Houve em alguns grupos, nos dois momentos da pesquisa (diagnóstico marco zero e diagnóstico atual), a superação do percentual de mulheres em relação ao percentual de homens. Uma característica cada dia mais presente é a decorrência da providência feminina em busca de alternativas de sobrevivência, principalmente para suprir e prover a manutenção da prole.

No tocante aos grupos de produção e sua gestão sob a ótica dos integrantes, predominou a informação correspondente a uma gestão participativa, em ambos os momentos pesquisados. A relação com o fórum foi definida como satisfatória, embora nas falas observasse certa insatisfação relacionada à gestão anterior, como também alguma cobrança ligada à gestão atual, principalmente em referência às questões administrativas. Consideramos ser necessário o cumprimento da meta do Projeto *Desperta Litoral*, em alusão à formação prevista em gestão para o fórum e os respectivos grupos produtivos, para oferecer um melhor suporte à organização dessas associações. Houve depoimentos nos grupos quanto ao reconhecimento da importância do fórum e gratidão pela inserção no projeto.

A relação dos grupos com as entidades comunitárias da circunvizinhança também se mostrou positiva. Quanto à disposição financeira, apenas um grupo dispôs de uma pequena quantia, nos demais não houve declaração. Verificamos uma limitação das organizações comunitárias quanto à sustentabilidade do grupo, a maioria não tem recurso próprio nem de outras fontes, há sempre muita dificuldade para a participação e deslocamentos na região, por causa da precária condição financeira das pessoas e da logística nos grupos, daí porque muitas vezes a participação em movimentos e eventos é limitada. Todas essas questões relacionam-se à gestão dos grupos.

O volume de produção mensal, comparado com o marco zero, aumentou em todos os grupos: 40% para 40% dos grupos; 30% para 30% dos grupos; 20% para 20% dos grupos; e 10% para 10% dos grupos. O que significa que a aquisição dos equipamentos e insumos trouxe um importante incremento na produção. Os entrevistados estavam mais motivados e confiantes em produzir. Em 70% dos casos ocorreu acréscimo financeiro significativo, e 30% mantiveram o mesmo percentual uma constatação de que não houve prejuízo. A ampliação dos resultados desses grupos depende de resolver as dificuldades referentes à logística, que precisa agregar-se ao ato produtivo. Esses produtores localizam-se em áreas adentradas, de difícil acesso. As estradas vicinais com falta de pavimentação dificultam o escoamento. Além disso, há pouca opção de transporte os produtores ainda utilizam meios os mais rudimentares, como carro de mão, carregamento utilizando-se de animal, em alguns casos aventuram-se no transporte coletivo, carregando a mercadoria manualmente. Um ou outro participante de grupos de produção dispõe de veículo próprio. “Os fretes são caros e o ‘ganho’ não compensa locar veículo” (ENTREVISTA ESTRUTURADA, AS 26, 2013).

Numa das comunidades, em Rancho Alegre, há a opção de fazer o percurso por uma ponte construída pelos próprios moradores, que não oferece segurança, ou de barco a inconveniência é ter apenas uma unidade, ser de pequeno porte, e cujo proprietário, um morador da localidade, cobra pela travessia R\$ 1,00, “que muitas vezes falta para alguns” (ENTREVISTA ESTRUTURADA, AS 27, 2013). No barco, acomodam-se crianças, adultos e ainda mercadoria. É uma condição de uso de risco e desumana. Essa comunidade, conforme já exposto, tinha um convênio com a prefeitura de Lauro de Freitas, que disponibilizava transporte para escoamento dos produtos que consumia, mas não a totalidade da produção. Os grupos ainda não adotam a condição coletiva de produzir. Durante entrevista com produtores dessa comunidade, eles nos mostraram roçados de feijão amadurecendo porque não tinham como escoar, haja vista a mudança na gestão municipal e, com isso, a cessão dos contratos. Eles precisam articular-se para novo contrato ou outro cliente.

Essa é a realidade dos produtores, são pessoas que lidam com muitas adversidades, desde os problemas de estiagem, escoamento de produção sem a devida estrutura básica a dificuldades de acessos. Para o escoamento, é preciso estrutura de transporte e inserção no mercado. Houve casos de produtores que, a partir da aquisição dos equipamentos, plantaram, mas perderam tudo com a estiagem, por falta de irrigação ou mesmo de alternativas

sustentáveis para a manutenção do solo em condição produtiva, dificultando a condição de produzir. Os produtores não têm nenhuma garantia ou segurança de preservação da produção.

Entre os segmentos pesquisados, a agricultura se destaca na maior parte dos grupos. Eles cultivam de forma orgânica um produto de qualidade, mas, em razão da distância entre as localidades e os centros de comercialização, encontram dificuldades para acessar os poucos espaços de comercialização. No município de Camaçari, aproveitam as feiras locais, como Barra de Pojuca e Camaçari (sede); em Arembépe, comercializam em portas de condomínios e casas; em Mata de São João, um dos grupos fornece para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – modalidade de doação, iniciativa da Prefeitura de Lauro de Freitas, o outro grupo ainda não conseguiu essa oportunidade e, para não perder o produto, não lhes resta outra opção senão vender ao atravessador, que adquire por preço irrisório.

Analisando a situação dos pescadores, não é tão diferente, ou talvez eles estejam em condições de maior vulnerabilidade, pois lhes falta o básico rede, barco, apetrechos. Nessas comunidades, a pesca é a atividade principal, são muitos pescadores sem nenhuma assistência, inclusive lhes falta a carteira de pesca, sem a qual não podem receber o benefício no período do defeso³².

A produção do segmento da pesca é escoada principalmente para a feira do Conde e localidades próximas. Segundo a presidente da Associação de Pescadores e Marisqueiras do Município do Conde, com a aquisição dos equipamentos, estão mais fortalecidos. Agora podem armazenar o produto em freezers e conservá-lo para a comercialização na feira. Diferentemente de como era antes das aquisições, quando não tinham como conservar o produto, apelavam para o atravessador.

O segmento do artesanato tem forte potencial pela vocação turística da região. Os hotéis e praias disponibilizam pontos de comércio no local e os produtos são apreciados pela criatividade e bom gosto. Um reconhecimento considerável foi a contratação recente de uma das lideranças do grupo pelo Senac como instrutora para atendimento num projeto de treinamento em bijuterias em unidade da instituição em Salvador.

³² No Brasil, o defeso é o período em que as atividades de caça, coleta e pesca esportivas e comerciais ficam vetadas ou controladas em diversos locais do território nacional. Este período é estabelecido pelo Ibama de acordo com o tempo em que os crustáceos e os peixes se reproduzem na natureza. Visa à preservação das espécies e à fruição sustentável dos recursos naturais. Os pescadores artesanais recebem do governo proventos em dinheiro durante a época em que não podem obter renda da pesca por impedimento legal.

O grupo que presta serviço de alimentação, após a aquisição dos equipamentos, diversificou muito, frequentemente sendo solicitado para fornecimento de serviços, como bufês, cafés da manhã, jantares e almoços. Percebe-se a diferença em comparação com o período da entrevista do marco zero, quando estavam iniciando a atividade produtiva. Uma liderança desse grupo também foi contratada pelo Senac, como instrutora, para desenvolver treinamento em comunidades e em unidade da instituição. Vemos como um ganho para o grupo e o reconhecimento do trabalho, pela referência que é o Senac no ramo do comércio no Estado.

No diagnóstico marco zero, identificamos que 85% da população pesquisada encontrava-se produzindo, 15% não produziam. No diagnóstico atual, 88,39% estão em atividade de produção contra 11,60% que não produzem. O resultado reflete o aumento da produção que ocorreu em todos os grupos, pois, mesmo com redução do número de integrantes constatado no diagnóstico atual em relação ao marco zero, aumentou o número de produtores. A produção continua sendo comercializada nos mesmos espaços informados no marco zero. No entanto, houve ampliação de alguns grupos para participação em feiras e exposições.

Em relação ao resultado financeiro da arrecadação mensal dos grupos, comparando com o marco zero, houve avanço. Enquanto que no marco zero o maior percentual apresentado foi de 30% dos grupos, com uma arrecadação de três salários mínimos, no diagnóstico atual observa-se o mesmo percentual, 30%, porém o valor arrecadado aumentou para quatro salários mínimos; além disso, em outra faixa, houve aumento não só do percentual, mas do valor arrecadado: 30% dos grupos com arrecadação de um salário mínimo e meio, sendo que no marco zero era de 20 % para um salário mínimo. No diagnóstico atual, a arrecadação com mais de quatro salários mínimos corresponde a 30% dos grupos de produção; no marco zero, a mesma faixa de arrecadação correspondeu a 20% dos grupos. Constatamos mais uma vez evidências de resultado acima do que foi observado no marco zero.

No período da aplicação da pesquisa marco zero, levantamos com os grupos as suas demandas em relação à aquisição de equipamentos e instrumentos de trabalho, que naquele momento era precário. Os entrevistados informaram valores que corresponderiam às suas necessidades de aquisições, um total de R\$ 144.000,00. O Projeto *Desperta Litoral* disponibilizou recursos da ordem de R\$ 199.955,12. Interessante observar que o apoio

suplantou as demandas. No momento atual, fizemos a mesma pergunta aos entrevistados e observamos a existência hoje de outras demandas. Agregam-se a isso outras exigências, considerando a condição produtiva atual dos grupos, totalizando um valor de R\$ 102.000,00.

Observamos que os entrevistados valorizam os treinamentos oferecidos, reconhecendo o efeito positivo do aprendizado e a melhoria no processo de desenvolvimento pessoal e na pesquisa do marco zero. Identificamos a participação desses em muitas capacitações oferecidas pelo governo e iniciativa privada. No momento atual, levantamos com os entrevistados a demanda e sugestões de temas. Os produtores desejam formações sobre medicina natural, agricultura orgânica, levantamento de nascentes, meliponicultura, produção de caixas de abelhas, bordados, costura, vendas, contabilidade, gestão financeira, formação de preço, armazenamento, visão comunitária, informática, economia solidária. Indícios de que desejam aperfeiçoar-se e de que suas escolhas trazem coerência com as atividades que desempenham.

Quanto às iniciativas solidárias nos grupos de produção, no diagnóstico atual, são identificadas tais quais apontadas no diagnóstico marco zero: a adoção dos mutirões como solução para suplantiar diversas necessidades, como limpeza de terreno, para fazer plantação, construção de casa, e apoios variados, desde o atendimento às pessoas enfermas, como também em organização festiva, a exemplo do dia das crianças. São práticas frequentes entre os grupos, uma forma de apoiarem-se e fazerem frente às ausências de estruturas ou mesmo às deficiências encontradas nos sistemas básicos de atendimento ao cidadão. Um exemplo emblemático, citado no capítulo 2, é a construção de uma ponte na comunidade de Rancho Alegre em Arembepe, município de Camaçari. Segundo o presidente da associação³³, essa iniciativa deu-se há aproximadamente 14 anos, quando 85 moradores, entre homens e mulheres, juntaram-se num esforço hercúleo e construíram um acesso durante um período de oito meses, com pedras, sacos de areia e madeira, “uma ponte que mede 800 metros, localizada no mangue do rio Capivara, a ponte fez um corte no rio, são 14 passagens de água, sem afetar a natureza” (ENTREVISTA ESTRUTURADA, AS 28, 2012). Rancho Alegre é uma área de assentamento, onde há aproximadamente 17 anos vivem cerca de 350 famílias. Para ter acesso a Arembepe e logicamente ao comércio, à escola ou ao posto de saúde, os

³³ Sr. José Zacarias de Brito, presidente da Associação Agrícola Rancho Alegre, em entrevista diagnóstico marco zero em 26.1.2012, falecido alguns meses depois do depoimento. Em julho de 2013, a entrevista diagnóstico atual foi realizada com o presidente eleito, Sr. José Manoel Alves Andrade.

moradores precisam fazer uma travessia sobre o rio Capivara. Ainda hoje esse é o acesso principal, funcionando de forma precária e colocando em risco os transeuntes; isso porque as outras opções tornam-se tão difíceis quanto, como por meio de um único barco de pequeno porte, já citado, ou por estrada que dista 15 quilômetros.

Figura 24 - Ponte sobre o Mangue do Rio Capivara, Rancho Alegre, Arembepe Camaçari



Fonte: arquivo do jornal A Tarde

Na avaliação da eficácia da gestão do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, no momento do diagnóstico marco zero, em entrevista de grupo focal, identificou-se insatisfação da direção em relação à gestão e condução do Projeto *Desperta Litoral*. Naquela oportunidade, ficou muito clara a posição dos membros da direção para a retomada do processo por uma condução mais participativa e solidária. Conforme os depoimentos já expostos no capítulo 9, houve problemas decorrentes da falta de comunicação de dois membros do fórum (presidente e tesoureira), que se distanciaram da base e passaram a conduzir o processo de gestão de forma isolada, numa postura autoritária, sem compartilhar decisões, prestação de contas, participação em reuniões. De acordo com depoimentos no grupo focal do marco zero, tanto a direção como as associações e grupos produtivos integrantes não vinham acompanhando o processo, por mais que solicitassem esclarecimentos. Denotando uma prática oposta aos princípios da economia solidária que norteiam o projeto, a basear-se em processos democráticos, onde o coletivo tem relevância direcionada para a lógica da cooperação, da igualdade e da solidariedade.

Diante desse quadro, onde ficou caracterizado o grau de compromisso, responsabilidade e autonomia do conselho fiscal, este liderou o processo de convocação de assembleia extraordinária à qual os citados membros não compareceram, com a eleição de nova diretoria e instalação de uma nova gestão. No diagnóstico atual, as questões levantadas

nas entrevistas semiestruturadas e grupo focal relacionam-se ao funcionamento do projeto, que, diante dessa situação, enfrentou problemas de ordem administrativa, que interferiu na evolução do processo, como também problemas decorrentes de um acompanhamento mais efetivo pelas instituições responsáveis, como a Setre e a Cáritas, haja vista o atraso na orientação para a solução de questões administrativas e de gestão.

Constatamos nos resultados que ainda há algum desconhecimento, por parte dos grupos de produção e inclusive da própria direção do fórum, em relação aos processos que envolvem a sistemática dos fundos rotativos solidários; com isso, não é possível oferecer o suporte adequado e exigido pelos grupos. Da mesma forma o conselho gestor que deve fazer a gestão do fundo, cujos membros eleitos sem o conhecimento de suas atribuições não devem ser cobrados por uma responsabilidade pela qual ainda não têm a competência devida para exercer.

Na entrevista do grupo focal, no diagnóstico atual, evidenciou-se o problema, as pessoas estavam ansiosas querendo acertar sem saber como fazer. Por outro lado, o fórum não teve a retaguarda suficiente para responder a essas demandas ou então não as absorveu de fato, porque, mesmo com o esforço empreendido, não houve solução dos problemas. Há questões relacionadas ao planejamento financeiro e à operacionalização do conselho gestor local e do fundo; das formações previstas, só uma foi feita até agora, inclusive restando duas oficinas para fechamento; o acompanhamento dos grupos não acontece como deveria ser; a agente local e a contadora estão ainda sem formalização, e isso gera insatisfação. São muitos detalhes que desgastam a gestão do fórum, por não dar conta das demandas, além das questões pendentes da gestão passada que implicam problemas de ordem administrativa e jurídica.

Observamos que o momento da pesquisa, diagnóstico atual (julho de 2013), causou impacto, pois mobilizamos os grupos produtivos, a direção do fórum, o conselho gestor local, técnicos da Setre e da Cáritas, além da instrutora em formação de economia solidária. A presidente do fórum traduziu o momento como “levantar poeira”. Nas questões identificadas na pesquisa, os atores entrevistados buscavam as respostas, e em muitas era constatada a inexistência até então de procedimentos que já deveriam estar acontecendo. Sentimos que passou a haver certa “insatisfação”, com a angústia pela não realização dos procedimentos previstos, e então uma movimentação para agilização.

Nos dias 19 e 20 de agosto de 2013, a Cáritas realizou duas oficinas com o fórum e os grupos produtivos para reformulação do plano de trabalho e definição do procedimento com os recursos devolvidos pelos grupos ao fundo. Nessa reunião, ficou decidido que, do montante arrecadado, serão destinados R\$ 13.000,00 em concessão aos grupos de produção atuais, como incentivo para criarem o próprio fundo. O valor restante, R\$ 17.000,00, vai gerar outro fundo a ser operacionalizado pelo fórum para atender a grupos produtivos até então não atendidos. Em 9 de setembro de 2013, houve reunião com a Cáritas para formulação do regimento interno, mas até agora ele não foi concluído. Nos dias 23, 24, 25, 26 e 27 de setembro de 2013, a Setre visitou seis grupos produtivos e realizou trabalho interno junto à agente local e à coordenadora.

As experiências dos grupos produtivos revelam caminhos para transcender a lógica mercantil e sinalizam desafios em articular a dimensão social, política e econômica na construção de uma alternativa de desenvolvimento que tenha como horizonte ético a justiça social.

Em relação ao atendimento dos objetivos específicos do Projeto *Desperta Litoral*, temos a dizer que foi notória a ocorrência de melhoria da capacidade produtiva de 12 dos 13 grupos produtivos, pela aquisição de equipamentos e insumos necessários à sua organização. O grupo que se manteve ausente do acompanhamento do projeto do início até o presente momento, por opção própria, haja vista a situação descrita por nós do problema administrativo vivenciado pelo fórum com dois membros da gestão anterior, é coordenado pela ex-tesoureira da gestão passada, destituída do cargo, e constitui-se de cinco pessoas que até então não se apresentaram à direção do fórum nem aos órgãos que acompanham o projeto, tampouco participaram das atividades desenvolvidas na execução do projeto. Além disso, segundo a direção do fórum, este grupo, recebeu 65% do valor destinado aos equipamentos e insumos necessários e encontra-se de posse do mobiliário e equipamentos de escritório adquiridos para o funcionamento do fórum. O mesmo se omitiu também de participar da pesquisa

Com relação à capacitação para gestão do fórum e às temáticas específicas para as cadeias produtivas relacionadas aos grupos de produção, essas não ocorreram. Segundo a presidente do fórum, houve uma recomendação da Setre para que suspendesse essa atividade tendo em vista os problemas administrativos e a operacionalização financeira dos recursos previstos para atender à logística que a atividade exige. Foram realizadas as oficinas de

economia solidária que tiveram uma repercussão positiva no conjunto de ações executadas pelo projeto.

Conforme já exposto, o Fundo Rotativo Solidário não chegou a ser implantado, haja vista a não operacionalização do comitê gestor local e a não conclusão do regimento interno. Conforme a presidente do fórum, o regimento foi iniciado com o assessoramento da Cáritas, mas ainda não foi concluído. O comitê gestor local será constituído de 14 membros, entre direção do fórum e representantes dos grupos. Os membros foram eleitos, mas não se constituíram enquanto organização, falta-lhes orientação sobre o funcionamento. Dos 44 encontros do comitê previstos, nenhum ocorreu ainda. Enquanto isso, os grupos mostraram na entrevista estruturada que estão cientes da devolução ao fórum de 30% do recurso recebido, para geração de fundo, e já se encontram em processo de devolução conforme suas condições.

Quanto aos objetivos específicos e às contribuições para o desenvolvimento local sustentável-solidário, observamos que apenas um desses foi alcançado, o que se propunha à melhoria da capacidade produtiva. No entanto, com base nesse resultado, não se pode garantir que foi estimulador de soluções sustentáveis-solidárias coletivas enquanto estratégia de cooperação para o desenvolvimento local. São muitas as limitações que dificultaram uma maior aproximação dos grupos. Com base em França Filho (2008), constata-se que as soluções de enfrentamento à pobreza e de promoção do desenvolvimento local devem dar-se por esforços coletivos, com base em modalidades de regulação das relações econômico-sociais. A concepção sustentável-solidária valoriza a capacidade dos territórios de serem sustentáveis e estimula a reorganização das economias locais, com foco no conceito de rede de economia solidária como estratégia de cooperação na promoção do desenvolvimento local.

Os grupos produtivos, no entanto, abrangem seis municípios, e os encontros entre eles, que deveriam ser frequentes, até porque se tinha uma previsão de formações conjuntas, não aconteceram; e as oficinas realizadas foram esporádicas e algumas vezes com pouca participação. Logo após a aquisição dos equipamentos e insumos, o Projeto *Desperta Litoral* passou por situação de suspensão de uso de recursos, prorrogado por um longo tempo, inclusive no momento da pesquisa, em julho de 2013, a situação ainda perdurava. Segundo a presidente do fórum, seguia-se a orientação dada pela Setre.

Diante dessas circunstâncias, faltou um trabalho de aproximação e integração entre os grupos para que pudessem estar mais coesos e participativos no sentido de pensar suas práticas de forma cooperada e pudessem exercer articulação para formar um circuito próprio

de relações econômicas, intercambiando experiências e saberes formativos, que, conforme França Filho (2008) explica, é a forma como se dá uma rede de economia solidária. Numa mesma base territorial, uma rede congrega empreendimentos ou ainda iniciativas de economia solidária em diversos âmbitos de atuação, como consumo ético, finanças solidárias, tecnologias livres, comércio justo, produção autogestionária e serviços locais (FRANÇA FILHO, 2008).

Observamos que os problemas e limitações identificados nos grupos produtivos e consequentemente em suas comunidades, mesmo em espaços distintos, decorrem de questões muitos similares. Esta é uma das razões da necessidade de um trabalho integrado entre os grupos, para que, juntos, em rede, busquem vencer os desafios e construam iniciativas integradas de relações socioeconômicas e sociopolíticas que os fortaleçam enquanto rede.

Numa lógica de rede de economia solidária, segundo França Filho (2008), as iniciativas associativa ou cooperativista estão relacionadas num contexto territorial, onde moradores buscam a resolução de problemas públicos, ligados à condição de vida cotidiana, por meio do fomento às atividades socioeconômicas. Dessa forma, as atividades ou a oferta de serviços decorrem de demandas reais dos moradores daquele local. Essa economia estimula no território um circuito integrado de relações socioeconômicas envolvendo produtores e prestadores de serviço, articulados com consumidores e usuários de serviço.

A formação do capital social resultante do processo de interação e protagonismo coletivo serve como fomento adequado aos micro e pequenos empreendimentos, e também de uma nova governança local, por meio da cooperação e da pactuação de atores, em um projeto coletivo estratégico, que, conforme Zapata (2011), relaciona-se ao desenvolvimento local. Segundo a autora, o território é um espaço de fomento à ação coletiva. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável e o protagonismo local reconhecem e valorizam as potencialidades e as redes socioprodutivas a serem ativadas em cada território. O “local”, como construção social, pode significar uma trama produtiva, social e cognitiva, uma cultura em rede. O território é, assim, um ator real, espaço de sujeitos sociais podendo realizar a gestão do seu desenvolvimento (ZAPATA, 2011).

Então se, por um lado, não houve entre os grupos produtivos capital social suficientemente integrador no fomento de um projeto coletivo que fizesse frente a seus problemas e promovesse o desenvolvimento local sustentável-solidário nos territórios, por outro, não podemos negar que cada grupo de produção, diante da perspectiva do recurso

adquirido, resultando em aumento de produção e melhoria da arrecadação, sem dúvida, exerceu alguma influência positiva em sua comunidade, como melhoria nos aspectos econômicos e sociais. Cabe à ação política do governo e à sociedade civil atentar para essa emergência no sentido de convergir ações complementares que fortaleçam essa iniciativa e promovam a economia solidária. Como diz Kraychete (2011, p. 16), “[...] não são os empreendimentos econômicos solidários que promovem o desenvolvimento local, mas o crescimento da economia solidária pressupõe uma ambiência e um processo de desenvolvimento que promova este tipo de economia”. Para o autor, “a emergência destas condições requer ações convergentes e complementares de múltiplas instituições, a exemplo das organizações não governamentais, sindicatos, igrejas, instituições de ensino e pesquisa, órgãos governamentais, etc.” (p. 17).

Conforme França Filho (2008), essa economia mobiliza no território um circuito integrado de relações socioeconômicas, que envolvem os produtores e/ou prestadores de serviço que se articulam aos consumidores e/ou usuários de serviço, numa lógica de rede de economia solidária. Portanto, num processo como esse, perdem sentido a oferta e a demanda como entidades abstratas, assim também a competição, tendo em vista que o objetivo da rede é a ruptura com a dicotomia habitual. Assim sendo, o estímulo à livre associação entre produtores e consumidores, ou mesmo prestadores de serviço e usuários, permite o surgimento dos prossumidores³⁴. Essa construção conjunta da oferta e da demanda constitui-se numa característica principal dessa economia em experiência de rede local, que se articula entre as dimensões socioeconômicas e sociopolíticas.

Diante dos resultados apontados pela pesquisa, temos o propósito de poder contribuir para a realidade investigada com algumas proposições:

- Uma proposta de redistribuição de recursos no compromisso do Governo com a superação dos mecanismos geradores de pobreza deve estar imbuída da necessidade de compreensão das realidades socioterritoriais onde se encontram os cidadãos que serão atendidos pelos projetos. A questão não é somente distribuir os recursos, mas oferecer suporte suficiente para o acompanhamento técnico frequente, regular e

³⁴ Nessa economia de prossumidores, a regulação ocorre por meio de debates públicos concretos no espaço associativo, num exercício de democracia local, em que os próprios moradores planejam e decidem sobre a oferta de produtos e/ou serviços (ou seja, a criação das atividades socioeconômicas), em função das demandas efetivas identificadas precedentemente por eles próprios (FRANÇA FILHO, 2008).

adequado a essa experiência; do contrário, estaremos diante de realidades que não poderão sozinhas suplantam as adversidades a que estão submetidas, e o projeto estará prestes a não obter os resultados previstos.

- Deve ser revisto o processo de comprovação de documentação de prestação de contas, considerando as diferentes realidades socioterritoriais, pois cada uma tem sua particularidade e torna-se difícil cumprir com exigências que a realidade não contribui pelas especificidades, a exemplo do uso de transporte coletivo, as comunidades localizam-se em áreas intermunicipais e não podem corresponder com a exigência determinada pela Setre. Além de, nessas localidades o transporte tem custo elevado e não se assemelha a quem se encontra em área urbana. Esse foi um limitador do processo de execução do projeto, impedindo a realização das formações e encontros previstos.
- As comunidades por si só já enfrentam os dilemas em relação à formação e capacitação das pessoas. Na Bahia, o número de analfabetos chega a 1,712 milhões³⁵. As pessoas participantes de uma experiência como essa precisam de suporte de formação básica e capacitações específicas em gestão, economia solidária e conteúdos relacionados à formação técnica e política, conjugados com os saberes locais a serem preservados. As formações e/ou treinamentos já são previstos no projeto em função dessas demandas.
- É necessário diagnosticar antes da operacionalização do projeto o potencial humano, as condições em que se dão as atividades produtivas, a forma adotada de escoamento e transporte dos produtos, os espaços de comercialização utilizados e as possibilidades que poderão ser potencializadas a partir desse estudo.
- O processo de associação e socialização dos participantes não é uma prática cotidiana. Um projeto de economia solidária exige preparo das pessoas para emergir nessa lógica, então é preciso um trabalho de base para que o projeto seja compreendido e tenha êxito na execução; intensificar ações de formação e organização, estimulando o patrimônio coletivo; fomentando o protagonismo do seu próprio desenvolvimento econômico e social. Para a construção das soluções coletivas, é necessário esse entendimento, só assim formas coletivas de produção, escoamento e comercialização podem ser adotadas.

³⁵ Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) –IBGE, 2012.

- É preciso uma pesquisa e intervenção no mercado para orientar e inserir os produtores em espaços que possam aderir aos objetivos do projeto, oportunizando um melhor resultado da atividade produtiva.
- Um trabalho de informação e incentivo para que a sociedade abrace essa causa é complementar a uma ação inerente da economia solidária. O respaldo da sociedade agregará a todos, produtores e consumidores, nas variadas dimensões, econômica, social, ambiental e humana.
- Ampliação e fortalecimento de uma política pública de economia solidária no Estado da Bahia, que envolva as iniciativas de finanças solidárias, a exemplo dos bancos comunitários de desenvolvimento, uma prática de apoio às economias populares de territórios com baixo índice de desenvolvimento humano, na promoção do desenvolvimento das comunidades e dos empreendimentos solidários.

Justificamos o caráter de importância dessa pesquisa, onde avaliamos os resultados do Projeto *Desperta Litoral*, uma experiência que construímos num processo de interação com os atores sociais correspondentes aos grupos produtivos, direção e colaboradores do Fórum Sustentável Costa dos Coqueiros, representantes das instituições Setre e Cáritas, consultora-instrutora e os vínculos estabelecidos com os espaços socioterritoriais envolvidos, oportunidade em que apresentamos algumas mudanças apontadas pela pesquisa, considerando o grau de alcance dos objetivos do projeto. Para Cohen e Franco (2012, p. 102):

A razão essencial do projeto é produzir mudanças em alguma parcela da realidade, solucionar um problema social, ou prestar um serviço a um determinado subconjunto populacional. Operacionalmente, a eficácia é o grau em que se alcançam os objetivos e metas do projeto na população beneficiária, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados.

Reconhecemos a importância do instrumento da avaliação como oportunidade de melhor explicitar essa realidade, contribuindo, por meio dessa experiência, para auxiliar na análise da política da economia solidária no Governo da Bahia e em seus processos decisórios para a utilização dos resultados dessa pesquisa na melhoria dos processos avaliados, a superação dos limites diagnosticados numa ação comprometida com todos os atores envolvidos. Vemos também como um instrumento estimulador da iniciativa privada de

investimento social³⁶, no momento em que já se encontra em curso um processo, que estamos acompanhando, desde a articulação, decisão e mobilização de recursos, para a implementação de um Banco Comunitário, a ser operacionalizado em Vila de Abrantes, na Costa dos Coqueiros, para atendimento à população da região, iniciando o processo de mobilização em setembro de 2013, decorrente da experiência com finanças solidárias, no Projeto *Desperta Litoral*.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) são definidos como: uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares de territórios com baixo índice de desenvolvimento humano. Estruturados a partir de dinâmicas associativas locais, os BCDs se apoiam em uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda no território (FRANÇA FILHO; SANTANA, 2013).

Essa experiência no campo das finanças solidárias, prática que tem origem num dado contexto territorial com o propósito de atender às necessidades e demandas de uma determinada comunidade, definida como finanças de proximidade, baseia-se na manutenção de padrões de relacionamento socioaproximadores norteados por critérios de confiança e solidariedade (FRANÇA FILHO e PASSOS, 2013) e requer a avaliação de seus resultados para uma melhor compreensão da eficácia das ações e que possa ser propositivo à contribuição para a política de economia solidária no Estado da Bahia.

Adotamos a contribuição de alguns autores, que, ao referirem-se à avaliação de resultados, orientaram-nos neste estudo. As avaliações somativas são “conduzidas frequentemente quando o programa já está implementado há algum tempo (avaliação *ex-post*), para o estudo de sua eficácia e o julgamento de seu valor geral” (ALA- HARJA & HELGASON, 2000, p. 7). Na mesma linha, afirmam Castanhar e Costa (2003, p. 979): “A avaliação de metas tem o propósito de medir o grau de êxito que um programa obtém com relação ao alcance de metas previamente estabelecidas”.

Essa modalidade de avaliação pressupõe que se atribuam valores a um conjunto de metas, definindo-se o êxito relativo do programa em função do grau em que tais metas tenham sido cumpridas. Trata-se de uma avaliação *ex-post facto*, ou seja, requer que o programa (ou uma etapa do mesmo) tenha sido concluído para se poder avaliá-lo (CASTANHAR E COSTA, 2003, p. 979).

³⁶ O Banco comunitário de desenvolvimento: fortalecendo uma Rede de Economia Solidária na Costa dos Coqueiros com implantação iniciada em setembro de 2012 em Vila de Abrantes, município de Camaçari, executado pelo ITES – Incubadora Tecnológica de Economia Solidária- tem objetivo de fortalecer a atuação do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, através da constituição do Banco, enquanto estratégia de Economia solidária para desenvolvimento socioeconômico. Um investimento da Concessionária Litoral Norte- CLN.

Os autores reforçam a argumentação: “A avaliação somativa refere-se ao estudo dos resultados ou efeitos de um programa” (PATTON, 1978; MORRIS e FITZ-GIBBON, 1978, apud AGUILAR e ANDER-EGG, 1994, p. 43). Determina até que ponto os objetivos foram cumpridos e produzidos os efeitos previstos. Identifica o valor do programa, comparando os efeitos às necessidades dos beneficiários. Permite ainda julgar a validade da manutenção ou não do programa (AGUILAR e ANDER-EGG, 1994).

Na pesquisa, adotamos a abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando dos instrumentos de coleta de dados, as entrevistas estruturadas, entrevistas semiestruturadas e entrevista de grupo focal, análise documental e análise dos indicadores, para medir o alcance dos objetivos específicos. Os indicadores utilizados para medir os resultados traduziram a obtenção e/ou não dos objetivos específicos numa relação de implicação lógica. Cohen e Franco (2012, p. 152) explicam, na avaliação, que o indicador é a unidade que permite medir o alcance de um objetivo específico.

Sintonizamos com o pensamento de Vieira e Tenório (2010) que nos leva a refletir sobre a possibilidade de avançar para a sustentabilidade dos resultados, vislumbrando um novo paradigma – o da sustentabilidade –, incluindo um novo conceito de avaliação: “Avaliar é o diagnóstico para a tomada de decisão com vistas na melhoria do processo” (p. 65). Nessa linha de raciocínio, o conceito inclui todas as dimensões da avaliação, estendendo a ação avaliativa para depois da tomada de decisão, numa fase posterior ao que é identificado como resultados da avaliação. O argumento requer experimentar uma nova forma de pensar os valores dos interessados, observar os resultados numa fase posterior à avaliação incluindo outros interessados, como o meio ambiente, a comunidade, a sociedade. O novo conceito imbuí-se de compromisso com a sustentabilidade, a complexidade do ser por não restringir-se às limitações das construções, mas ir além da significação social, onde o não construído também tem suas possibilidades, envolvendo todos os vínculos entre homem e mundo, sejam entendidos enquanto interessados, na rede da vida, conforme o conceito de Capra (1996 apud VIEIRA E TENÓRIO, 2010).

No paradigma da sustentabilidade, o papel do avaliador, de acordo com Vieira e Tenório (2010), amplia-se para além do de mero descobridor, para o papel de formador de realidades, além de controlador, colaborador, mas na condição de envolvimento numa cidadania responsável, de transformador-transformado da e pela realidade, numa mediatização das relações entre aquele que ensina e aquele que aprende, numa construção de conhecimento

em conjunto e ao mesmo tempo, transformado por essa, numa alusão à pedagogia libertadora de Freire.

Concluimos com os argumentos de Vieira e Tenório (2010) que serviram de inspiração e base de orientação para este trabalho. Para os autores, o compromisso do avaliador estende-se a uma condição que ultrapassa o papel de mero observador passivo para a condição de um sujeito envolvido, implicado na mudança, na decisão, na responsabilidade, não só pelos resultados (eficácia) como também pela sustentabilidade desses (efetividade).

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Maria José e ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de Serviços e Programas Sociais**. Tradução de Jaime A. Clasen e Lúcia Mathilde E. Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 199 p.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Métodos y Técnicas de Investigacion Social**. Buenos Aires: Editorial Distribuidora Lumen SRL, 2001. 267 p.

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em Direção às Melhores Práticas de Avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 51, n.4, out. out./dez. 2000.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. Dimensões do Desemprego e da Pobreza no Brasil. ©INTERFACEHS– **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.3, n.2, Traduções, abr./ agosto.2008 www.interfacehs.sp.senac.br. Disponível em: http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/traducoes.asp?ed=8&cod_artigo=140. Acesso em: 05 mai. 2013.

ARAÚJO, Edgilson Tavares. Critérios de avaliação para projetos sociais. In: BOULOSA, Rosana de Freitas; ARAÚJO, Edgilson Tavares. (Org.). **Avaliação e Monitoramento de Projetos Sociais**. Curitiba, PR: IESDE Brasil S.A, 2009. p. 111-131.

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no Estudo sobre Avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo Rico (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: Uma questão em debate**. 6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009. p. 29-39.

BAHIA (Estado). Secretaria do Planejamento. A região, que compreende sete municípios, integra os territórios de identidade reconhecidos pelo Governo da Bahia. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade/mapa>. Acesso em 08.07.2012.

BAHIA (Estado). Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Resultado da seleção de Empreendimentos para constituição de Fundos Rotativos Solidários- **Edital nº 001/2011**. Disponível em: <http://www.portaldotrabalho.ba.gov.br/search>. Acesso em 20.01.2014.

BAHIA tem o maior número de miseráveis em todo o Brasil. Conforme dados do IBGE, no ano de 2010, cerca de 2,4 milhões de pessoas, ou 17,7% da população do Estado da Bahia, estão vivendo com uma renda mensal per capita de até R\$ 70,00. **Correio da Bahia**, Salvador, Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-1/artigo/bahia-tem-o-maior-numero-de-misveis-em-todo-o-brasil>. Acesso em 25/10/2011.

BAHIA é o melhor estado da região nordeste no índice de analfabetismo nacional. Na Bahia, o número de analfabetos chega a 1,712 milhões. **Correio da Bahia**, Salvador. 28. Set. 2013. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-1/artigo/secretario-de-educacao-contesta-analfabetismo-na-bahia/>. Acesso em 11.10.2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Conversão de moedas**. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/Resultado.asp?idpai=convmoeda>. Acesso em 25/10/2011.

BAUER, Adriana. Formação continuada de professores e resultados dos alunos no SARESP: propostas e realizações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v 37, n.4, p. 809-824, dez. 2011.

BOULLOSA, Rosana Freitas. Avaliação de políticas e programas sociais no Brasil. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas; ARAÚJO, Edilson Tavares. (Org.). **Avaliação e Monitoramento de Projetos Sociais**. Curitiba, PR: IESDE Brasil S.A, 2009. p. 29-38.

BRASIL. Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, dez. 2012. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/decreto-7872-2012.htm>. Acesso em 02.10.2013.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do Dom: o terceiro paradigma**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CAMPANHA, Alexssandro; TENÓRIO, Robinson Moreira. Expectativas de melhoria a partir da avaliação de políticas públicas: o Projeto Educação Fiscal nas escolas do governo do Estado da Bahia. In: TENÓRIO, Robinson; FERREIRA, Rosilda; LOPES, Uaçaí. (Org.). **Avaliação e Resiliência: diagnosticar, negociar e melhorar**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 209-229.

CAMPÊLO, Amanda Farias. **Avaliação de Programas Sociais em ONGS: Discutindo aspectos conceituais e Levantando algumas orientações metodológicas sobre avaliação de Impacto**. Disponível em: http://www.cereja.org.br/arquivos.../avaliacaoprogrsocioais_amandafcampelo.pdf. Acesso em 18 de setembro 2011.

CAMPOS, Rosana Onocko; FURTADO, Juarez Pereira. Prefácio. In: GUBA, Egon; LINCOLN, Yvonna. **Avaliação de Quarta Geração**. Tradução de Beth Honorato. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas - Ciência para uma vida sustentável**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2002. 296 p.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Avaliação Participativa - Uma escolha Metodológica. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: Uma questão em debate**. 6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009. p. 87-94.

CARVALHO, Sonia Nahas. **Avaliação de Programas Sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate**. São Paulo em Perspectiva, 17. 2003.

CASTANHAR, José Cezar; COSTA, Frederico Lustosa. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública (RAP)** Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rio de Janeiro, 37, set./out. 2003.

CHIANCA, T.; MARINO, E.; SCHIESARI, L. Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil. **Coleção Gestão e Sustentabilidade**. São Paulo: Editora Global, 2001.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 318 p.

COLLETTE, Cristine; PIGÉ, Benoît. **Économie sociale et solidaire**. Paris: Dunod, 2008. 150 p.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista de Serviço Público (RSP)** ano 49. n. 2, abr./jun. 1998.

CORTIZO, Maria Del Carmen; OLIVEIRA, Adriana Lucinda. A economia solidária como espaço de politização. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, v. 80, p. 82- 93. nov. 2004.

DACHEUX, Eric et GOUJON, Daniel. **Principes d'économie solidaire**. Paris: Ellipses, 2011. 255 p.

DEMO, Pedro. **Avaliação sob o olhar propedêutico**. São Paulo: Papirus, 6ª ed. 2005.

DIEESE. Salário mínimo nacional- no período de janeiro/fevereiro 2012. **Valores mensais do salário mínimo nominal e necessário**. São Paulo, fev. 2012. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em 03.07. 2013.

DIONE, Jean; LAVILLE, Christian. **A Construção do Saber**: manual da metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 342 p.

DOWBOR, Ladislau. **Redes de apoio ao desenvolvimento local**: uma estratégia de inclusão produtiva. set. 2006.

DRAIBE, Sônia. Apresentação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais**: Uma questão em debate. 6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009. p. 7-8.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. 16. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 2001. 170 p.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política de Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 20, n.59, 2005.

FERREIRA, Dimas Enéas Soares. **Experiências Recentes de Controle Social Sobre o Processo de Orçamento Pública Municipal no Brasil**. Brasília: ESAF, 2006. 79 p. Monografia premiada em 2º lugar no XI Prêmio Tesouro Nacional – 2006, Tributação, Orçamentos e Sistemas de Informação sobre a Administração Pública, Barbacena (MG).

FERREIRA, Rosilda Arruda; TENÓRIO, Robinson Moreira. Avaliação Educacional e Indicadores de Qualidade: um enfoque epistemológico e metodológico. TENÓRIO, Robinson

Moreira; LOPES, Uaçaí de Magalhães (Org.). In: **Avaliação e Gestão: Teorias e Práticas**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 143- 181.

FERREIRA, Rosilda Arruda; COELHO, Lielson Antônio de Almeida. Contribuição da avaliação para a tomada de decisão em políticas públicas: medições entre decisores, gestores e avaliadores. In: TENÓRIO, Robinson Moreira; FERREIRA, Rosilda Arruda. (Org.). **Avaliação e Decisão: teorias, modelos e usos**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 25-47.

FERREIRA, Rosilda Arruda; TENÓRIO, Robinson Moreira. Introdução ao conceito e à importância da decisão em avaliação. In: FERREIRA, Rosilda Arruda; TENÓRIO, Robinson Moreira (Orgs.) **Avaliação e Decisão: teorias, modelos e usos**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 9-21.

FISCHER, Tânia *et al.* Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**, v.40, n.5, set.- out., p. 789-808. Rio de Janeiro, 2006.

FLICK, Uwe. **Métodos de Pesquisa: Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FÓRUM SUSTENTÁVEL DA COSTA DOS COQUEITOS. **Projeto Desperta Litoral**: projeto de apoio à organização produtiva e implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, Camaçari, 2011. 39 p.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. A problemática da Economia Solidária: Uma perspectiva Internacional. **Soc. estado**. vol.16 no. 1-2 Brasília Jun /Dec. 2001.

_____. A Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local. **O&S**.v.15, n. 45, 2008.

_____. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. Salvador. **Bahia Análise & Dados**. SEI v.12 n.1p. 9-19. Jun. 2002.

_____. A perspectiva da Economia Solidária. In: FISCHER, Tânia. (Org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002.

_____. Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. **CIVITAS Revista de Ciências Sociais**. Periódicos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande de Sul (PUCRS), v. 7, n.1, 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/2041>. Acesso em: 18.09.2013.

_____. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) como expressão de finanças solidárias**: por uma outra abordagem da inclusão financeira. Fortaleza, CE: Arte Visual. 2013. 107 p.

_____. Economia Solidária - Fundamentos e Contexto. In: Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. (Org.). **Economia Solidária**. 1ed. Salvador: Setre, 2011, v. 1, p. 75-108.

_____; SANTANA JUNIOR, Gildásio. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local: uma Contribuição para Redefinição da Noção de Sustentabilidade a partir da Análise de três casos na Bahia.** Disponível em http://dowbor.org/ar/07_genautolocal.doc em 17/11/2013.

_____; LAVILLE, Jean Louis. As relações entre economia e solidariedade na modernidade: contornos de uma problemática. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean Louis. **Economia Solidária uma Abordagem Internacional**, Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2005. 79 p.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de Políticas Públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n.21, jun. 2000.

FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASIL. Fundos Solidários: Por uma Política de Emancipação Produtiva dos Movimentos Sociais – **Caderno 1**. Fortaleza: F. Grupo Esquel Brasil. 2007.

FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GAMBOA, Sílvia Sanchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007.

GOLDBOUT, Jacques T. **O espírito da dádiva**. Jacques T. Godbout com Alain Caillé. Tradutor Patrice Charles F. X. WuiLLaume. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. 272 p.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. A História dos Fundos Rotativos Solidários no Estado da Paraíba: A construção Político-Institucional de uma política pública. **Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios**, Recife, v.1, n. 1, fev. 2010.

GRANJA, Ariovaldo Denis. **Definição e Preparação de dissertações e Teses**: Diretrizes Gerais. Disponível em: http://www.fec.unicamp.br/~adgranja/.../preparacao_definicao_teses.pdf-Acesso em: 22 abr. 2013.

GUBA, Egon; LINCOLN, Yvonna. **Avaliação de quarta geração**. Tradução de Beth Honorato. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. 320 p.

HECK, Silvino. **Fundos Solidários/Rotativos: apoio projetos produtivos solidários**. 2007. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/artigo/apoio-a-projetos-produtivos-solidarios>. Acesso em: 27 dez.2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. 326 p.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.27, Rio de Janeiro, 2010.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades:** entre territórios de vida e territórios vividos. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 331 p.

KRAYCHETE, Gabriel. Viabilidade econômica e sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária: conceitos básicos. In: Setre - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. (Org.). **Economia Sustentável**. Salvador: SETRE, 2011. p. 7-18.

LOPES, Uaçaí; TENÓRIO, Robinson. Avaliação e Gestão: teorias e práticas. In: LOPES, Uaçaí Magalhães; TENÓRIO, Robinson Moreira (Org.). **Avaliação e Gestão:** teorias e práticas. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 15-24.

_____. Robinson Moreira. **Educação como Fundamento da Sustentabilidade**. Salvador: EDUFBA, 2011. 170 p.

MARINO, E. **Manual de Avaliação de Projetos Sociais**. São Paulo: IAS – Pedagogia Social, 1 ed. 1998.

MARTINS, Paulo Henrique & NUNES, Brasilmar Ferreira. (org). A Nova Ordem Social- Perspectivas da solidariedade contemporânea. LAVILLE, Jean –Louis. **Com Mauss e Polanyi, rumo a uma teoria da economia plural**. Tradução de Maria Pontes Martins de Albuquerque. Capítulo 2. Brasília: Paralelo 15, 2004. 243 p.

MELO, Marcus André. As sete vidas da Agenda Pública Brasileira. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais:** Uma questão em debate. 6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009. p. 11-28.

MORAIS, Cléssia Lobo. **Educação Básica e Educação Profissional na Bahia:** avaliação de resultado do programa de articulação do ensino médio do SESI com cursos técnicos do SENAI. 2013. 192 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

MORAIS, Leandro; BORGES, Adriano (Organizadores). **Novos Paradigmas de Produção e Consumo:** experiências inovadoras. São Paulo: Instituto Pólis, 2010. 468 p.

NASCIMENTO, Jaqueline Dourado. **Uma análise do Processo de avaliação do Projeto de Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. 2013. 177 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

OLIVEIRA, Francisco. Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In: **Novos contornos da gestão local:** conceitos em construção. CAECIA-BAVA, Sílvia; PAULICS, Verônica; SPICK, Peter – (ORG). São Paulo: Polís; **Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP**, 2002. 336 p.

PORTAL DO BRASIL. **Salário Mínimo Brasileiro de 2012**. Disponível em: http://www.portalbrasil.net/salariominimo_2012.htm. Acesso em 29.09.2013.

ROCHE, Chris. **Avaliação de Impacto dos Trabalhos de ONGs**: Aprendendo a valorizar as mudanças. Tradução: Tisel Tradução e Interpretação Simultânea Escrita - 2 ed. São Paulo: Cortez; ABONG; Oxford. Inglaterra: Oxfam. 2002. 348 p.

Read more: Joseph Mayer Rice (1857–1934) - **Schools, Education, School**, and Public – State University.com. Disponível em: <http://education.stateuniversity.com/pages/2370/Rice-Joseph-Mayer-1857-1934.html#ixzz2PprlsBTa>. Acesso em: 7 de abr. 2013.

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Rio de Janeiro, v. 40, n.6, Nov./Dez., p.1145-62, 2006.

SACHS, Ignacy. **Inclusão Social pelo Trabalho** - Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. 200 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Cap. 9. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1997 a.

SCHIOCHET, Valmor. Prefácio. In: FRANÇA Fº, Genauto Carvalho de, LAVILLE, Jean-Louis, MEDEIROS, Alzira e MAGNEM, Jean-Philippe (Organizadores.). **Ação Pública e Economia Solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Salvador: EDUFBA, 2006. 326 p.

SCRIVEN, Michael. **Evaluation Checklist 22**. Evaluation Checklists Project www.wmich.edu/evalctr/checklists Key. Fev. 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**: diretrizes para o trabalho didático na universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. 159 p.

SILVA, Christian Luiz; BASSI, Nádia Solange Schmidt. Políticas Públicas e Desenvolvimento Local. In: SILVA, Christian Luiz (Org). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA; Sylvio Bandeira de Mello. **Estudos sobre Globalização, Território e Bahia**. Mesa redonda Emergência do Espaço Organizacional para Gestão Social. IX Colóquio Internacional sobre Poder Local. Programa de Pós-Graduação em Administração/UFBA. Salvador, 15 a 18 jun. 2003. p. 1-31.

SILVA, Clarício Filho. **Fundos Rotativos Solidários**: Dilemas, avanços e esperanças de uma política publica inclusiva no marco da economia solidária no Nordeste do Brasil. Jan.2010.

SINGER, Paul. Falta de crédito desafia a economia solidária. São Paulo, **RBA publicado**, 29 abr. 2013. Entrevista a Júlia Rabahie. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/04/paul-singer-desafios-da-economia-solidaria-sao-permanentes>. Acesso em: 27.12.2013.

SOCIEDADE E ESTADO. Print version . **Soc. Estado**. vol.16 no.1-2 Brasília June/Dec. 2001 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922001000100011> > Acesso em 08.10.2013.

SUASSUNA, Livia. **“Paradigmas de avaliação – uma visão panorâmica.”** Programa Brasil alfabetizado 2005. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Centro de Estudos em Educação e Linguagem- CEEL. Recife, novembro de 2005. Mesa-redonda: avaliação na educação de jovens e adultos.

STUFFLEBEAM, Daniel L. **Modelos Fundamentais para o século XXI-Avaliação de Programas.** O Centro de Avaliação - Universidade do Oeste de Michigan. 1999.

TENÓRIO, Fernando G. A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs). **RAP** Rio de Janeiro 40(6):1145-62, Nov./Dez. 2006.

TENÓRIO, Robinson Moreira; SANTOS, Ana Cristina Olivier; LIMA, Aline Maria Peixoto. **Dicionário de avaliação educacional.** Salvador: FAPESB/SCTI; Núcleo de Avaliação/Linha Política e Gestão em Educação/PPGE-UFBA, 2010. 1 CD-ROM.

TENÓRIO, Robinson Moreira; FERREIRA, Rosilda Arruda; LOPES, Uaçaí Magalhães. A avaliação só se completa com a melhoria do processo avaliado. In: TENÓRIO, Robinson Moreira; FERREIRA, Rosilda Arruda; LOPES, Uaçaí Magalhães (Orgs.). **Avaliação e Resiliência: diagnosticar, negociar e melhorar.** Salvador: EDUFBA, 2012.

TEODORO, Auristela Felix; SANTOS, Juçara Freire; TENÓRIO, Robinson Moreira. Contribuição da Avaliação ao Aperfeiçoamento de Políticas, Programas e Projetos Socioeducativos. In: TENÓRIO, Robinson; FERREIRA, Rosilda; LOPES, Uaçaí.(Orgs.). **Avaliação e Resiliência: diagnosticar, negociar e melhorar.** Salvador: EDUFBA, 2012. p. 175-196.

TRIVINOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: o Positivismo, a fenomenologia, o Marxismo.** São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Nilton. Bansol: uma nova experiência em finanças solidárias. **Revista Bahia Análise e Dados.** Salvador, SEI, v.12, n.1, p. 131-140, Junho, 2002.

VIEIRA, Marcos; TENÓRIO, Robinson. Lacunas Conceituais na Doutrina das Quatro Gerações: elementos para uma teoria da avaliação. In: TENÓRIO, Robinson Moreira; LOPES, Uaçaí Magalhães (Orgs.). **Avaliação e Gestão: teorias e práticas.** Salvador: EDUFBA, 2010. p. 53-73.

VIANNA, Heraldo Marelim. Avaliação de Programas Educacionais: duas questões. **Revista Estudos em Avaliação Educacional**, v. 16, n. 32, jul./dez. 2005.

WEISS, Carol H. Temos aprendido algo novo sobre o Uso de Avaliação. **Jornal Americano de Avaliação**, v.19, nº 1, 1978. p. 21-33.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Para alguns pescadores, lhes falta a carteira de pesca, sem a qual não podem receber o benefício no período do defeso. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Per%C3%ADodo_de_defeso. Acesso em 09.10.2013.

WORTHEN, Blaine R; SANDERS, James R; FITZPATRICK, Jody L. Avaliações Centradas em Objetivos. In: _____. **Avaliação de Programas: concepções e práticas**. São Paulo: Gente, 2004. p. 129- 144.

ZAPATA, Tania et al. **A Experiência de Desenvolvimento Local na bomba do Hemetério: Um olhar sobre a concepção pedagógica**. Recife: IADH, 2011. 228 p.

APÊNDICE A – Memorial - Experiência da Residência Social na Universidade de Lyon 2 -
ISH- Unidade de Pesquisa da Universidade de Lyon 2 - COACTIS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO - EA
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL – PDGS
MESTRADO INTERDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOL-
VIMENTO E GESTÃO SOCIAL



JUÇARA FREIRE DOS SANTOS

MEMORIAL
RESIDÊNCIA SOCIAL

Salvador
2013

JUÇARA FREIRE DOS SANTOS

MEMORIAL

RESIDÊNCIA SOCIAL

Orientador: **Prof. Dr. Robinson Moreira Tenório**

Salvador

2013

MEU AGRADECIMENTO

Ao Prof. Robinson Tenório, pelo estímulo, apoio e orientação.

Ao Prof. Alain Martinet, pelo empenho, atenção e oportunidade.

Ao Prof. Franck Tannery, pelo acolhimento e boa vontade.

Às Profas. Emilie Lanciano e Claire Delfosse, pelo carinho e colaboração.

À Faiza Bettaieb, pela prestimosidade e compreensão.

À Kevin Guilhermin, pelo auxílio precioso.

Ao casal Paulo César Marques e Cristina Elyot, “porto seguro” baiano em Lyon.

Ao CIAGS, pela dedicação.

"O valor do bem só sabe quem recebe".

... Que quer dizer “cativar”?

– É algo quase sempre esquecido – disse a raposa.

Significa “criar laços”...

– Criar laços?

... E então será maravilhoso quando me tiverdes cativado. O trigo, que é dourado, fará com que me lembre de ti. E eu amarei o barulho do vento no trigo...

... A gente só conhece bem as coisas que cativou – disse a raposa. ”

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de.

1 RESIDÊNCIA SOCIAL EM LYON - FRANÇA

A residência social busca promover uma aprendizagem especial, situada e significativa numa atividade curricular de aprendizagem prático-reflexiva a partir da imersão do estudante em contextos sociais práticos correspondentes ao campo da gestão social e ao desenvolvimento social de territórios, identificados com o tema específico de estudo e diferenciados dos contextos habituais (PDGS¹, 2013).

Nesse espaço prático, o objetivo é de formação – lugar onde ocorrem as articulações de diferentes saberes, de forma transversal, envolvendo os saberes adquiridos no curso, que lhe são próprios, e os saberes que a vivência proporciona. O processo é de reciprocidade. O aprendizado é compartilhado. O conhecimento tem duas vias: o residente, enquanto aprende, também contribui, com a aproximação e o envolvimento, para a reflexão, por meio de questionamentos, cultura e expressão (PDGS, 2013).

1.1 A OPÇÃO PELA FRANÇA

Em março de 2012, tive a oportunidade de participar de um evento, *Estados Gerais da Gestão nos Países de Expressão Latina* (EGGEPEL), em Portugal. O congresso reunia ideias e correntes científicas no campo da gestão das organizações - ideias e correntes científicas não apenas presentes em Portugal e países lusófonos mas também em países e regiões de expressão latina da Europa, da África, das Américas e da Ásia. Nesse congresso apresentei o artigo² *Avaliação de impacto do Projeto “Desperta, Litoral”*: apoio à organização produtiva e implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros no período de 2011 a 2013.

Durante a realização desse evento, conheci o professor Alain Charles Martinet, da Université de Lyon 3, Presidente da Comissão Científica Internacional dos EGGPEL. Conversamos sobre o objeto de pesquisa do meu mestrado e o cumprimento da etapa de residência social. Ele mostrou-se acessível à possibilidade de que eu realizasse a residência social na Université de Lyon 2, que oferecia condição de compatibilidade com o meu projeto.

¹ Programa de Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS).

² Autores do artigo: Nascimento, Jaqueline Dourado; Santos, Juçara Freire; Tenório, Robinson Moreira.

O processo de articulação dessa etapa se deu de forma favorável, confirmando para mim o valor da determinação e de laços de amizade construídos no espaço da aprendizagem acadêmica. A oportunidade de uma vivência na França era um sonho antigo meu. Conhecer esse país, pelo que traz a sua história como legado ao mundo - com os ideais de progresso do homem, a influência do Iluminismo, o Humanismo, com a sua profunda crença no homem, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a criação de uma doutrina dos direitos e garantias fundamentais –, começava a se tornar então possível realidade.

Escolhi, como epígrafe para o memorial, uma citação da obra de Antoine de Saint – Exupéri, que consiste no diálogo da raposa com o pequeno príncipe. Nesse clássico da literatura infantil, o autor, filho ilustre de Lyon, utiliza em sua sábia narrativa uma construção filosófica que serve a público de todas as idades. Na minha história de vida, estabelece uma sintonia com o significado da experiência da residência social. O que seria essa prática senão uma relação de trocas, uma construção de laços de reciprocidade, onde o cativar tem significado e importância, envolve sentimento, emoção, é “chave” que acessa algumas portas, como a da aproximação, da comunicação, da confiança, da segurança, da acessibilidade, do compartilhamento, da coletividade, da solidariedade?

Lyon é uma importante cidade francesa (segunda maior área urbana, terceiro maior município), capital da região Ródano-Alpes e do departamento de Ródano, na junção do Ródano e do Saône. Tem cerca de 479 803 habitantes, aproximadamente 2 142 732 habitantes em sua região metropolitana. Foi fundada em 43 a.C. pelos romanos, com a designação de Lugduno, era a capital da província da Gália. A cidade tem grande importância pela forte presença de indústrias e universidades. (WIKIPÉDIA, 2013).

Figura 1 - Panorama da Cidade de Lyon



Fonte: foto Google imagens

Figura 2 - Universidade de Lyon 2



Fonte: foto da autora

A residência social foi realizada na Universidade de Lyon 2 - ISH - Unidade de Pesquisa da Universidade de Lyon 2, especializada em Ciências de Gestão, no período de 13 de maio a 04 de junho de 2012.

Coactis é o laboratório de pesquisa em gestão da Universidade Lumière Lyon 2 e a Universidade Jean Monnet de Sain-Etienne. Atua com equipe multidisciplinar em ciências de gestão e é reconhecida pelo Ministério da Educação Superior e da Investigação (LES PORTAILS LYON 2, 2013) (tradução nossa). Centro de pesquisa da universidade, trata-se de uma organização pública, fundada em 2006, com experiência e atividade em educação e pesquisa, tendo o professor Franck Tannery como diretor. Sua missão, portanto, é ser uma Unidade de Pesquisa da Universidade de Lyon 2, especializada em ciência da administração. Sua estrutura organizacional comporta 50 pessoas (LES PORTAILS LYON 2, 2013). (tradução nossa).

Eixos de Pesquisa:

Coactis reúne um grupo multidisciplinar em Ciências de Gestão (estratégia, finanças, marketing, informação, sistemas de contabilidade - controle, gestão de recursos humanos) e oferece uma estrutura de apoio para a formação de mestres (Investigação e Profissional) e doutorado realizada por seus membros. Coactis desenvolve um projeto científico para analisar e projetar as formas e a dinâmica de crescimento das empresas e organizações, tais como as práticas de gestão concebidas e desenvolvidas *in situ*. A pesquisa é realizada com organizações e empresas para explicar melhor as suas formas de evolução. O objetivo é desenvolver o conhecimento sobre as questões estratégicas, a fim de fornecer quadros conceptuais de avaliação e estruturação de sistemas de governança, financiamento, gestão e administração de empresas e organizações (LES PORTAILS LYON 2, 2013) (tradução nossa).

O programa é realizado em quatro projetos:

- O desenvolvimento de uma plataforma de pesquisa sobre a dinâmica de crescimento das PME³ e ETI⁴;

³ Pequenas Médias Empresas

⁴ Empresas de Tamanho Intermediário

- O estudo dos produtores de circuitos curtos - os consumidores no processamento de alimentos;
- Análise das estratégias e modos de organização espacial dos grupos, apoiada pelo projeto Região Rhône-Alpes;
- Instrumentação prática e controle de sistemas de produção e serviços, apoiados pelo projeto Região Rhône-Alpes (LES PORTAILS LYON 2, 2013). (tradução nossa).

2 PLANO DE ATIVIDADE DA RESIDÊNCIA SOCIAL

O plano de atividades foi elaborado com base no meu projeto de pesquisa: avaliar os resultados do projeto *Desperta, Litoral*⁵, analisando a contribuição ao desenvolvimento local sustentável-solidário na Costa dos Coqueiros, Litoral Norte da Bahia, no período 2011 a 2013.

Com base nos objetivos do projeto de pesquisa:

Geral: avaliar os resultados do projeto *Desperta, Litoral*, analisando a contribuição ao desenvolvimento local sustentável-solidário na Costa dos Coqueiros, Litoral Norte da Bahia, no período 2011 a 2013.

Específicos:

- a) Com base nos objetivos específicos do projeto *Desperta, Litoral*, constatar se os objetivos foram atingidos.
 1. Verificar a ocorrência de melhoria da capacidade produtiva de 13 grupos solidários por meio da aquisição de materiais e equipamentos necessários à sua organização;
 2. Identificar a efetivação de capacitação para a gestão do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros em temáticas específicas para as cadeias produtivas

⁵ *Desperta, Litoral*: Projeto de apoio à organização produtiva e implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros. Objetivos Específicos: Melhorar a capacidade produtiva de 13 grupos solidários por meio da aquisição de materiais e equipamentos necessários à sua organização; oferecer capacitação para a gestão do Fórum em temáticas específicas para as cadeias produtivas (agroecologia, pesca e artesanato), onde se inserem os 13 grupos solidários; implantar o Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.

(agroecologia com meliponicultura, pesca, artesanato e serviço de alimentação), onde se inserem os 13 grupos solidários;

3. Analisar as evidências de implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.

b) Verificar se os objetivos específicos do projeto *Desperta, Litoral* contribuíram para o desenvolvimento local sustentável-solidário.

1. Identificar, nos resultados que se referem à organização dos empreendimentos, as soluções sustentáveis-solidárias coletivas enquanto estratégia de cooperação para o desenvolvimento local.
2. Verificar, nos resultados dos aprendizados formativos, as relações constituídas, a troca das experiências, a articulação dos empreendimentos na geração do próprio processo de desenvolvimento.
3. Analisar, a partir dos resultados de operacionalização do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, evidências da articulação de uma rede dos empreendimentos solidários participantes.

Prevista, ao final da residência social, a apresentação de produto, uma análise comparativa entre as experiências (Brasil-França) a partir dos elementos que se mostraram comuns, servindo como uma posterior contribuição à evolução, eficácia e produtos.

O plano previa, no período de quatro semanas, as atividades de apresentação e discussão da agenda de trabalho com o representante institucional; observação participante do ambiente organizacional; entrevistas semiestruturadas com a equipe organizacional; análise documental; visita de campo; entrevistas semiestruturadas com participantes – beneficiários; análise e síntese da experiência; sistematização da experiência construída com a instituição acolhedora.

A metodologia para a consecução dessas atividades consistia de fase exploratória, registros, desenhos cognitivos, fotografias, filmagens, sistematização; observar evidências, processos de construção: referenciais teóricos e práticos, metodologias de intervenção, construção de roteiros de entrevistas semiestruturadas, atores sociais envolvidos; observação direta-procedimento direto de coleta de informação, observação indireta- coleta de informação

com atores respondentes, confronto com dados primários e secundários; codificação das entrevistas para produção de relatório /memorial.

No momento de apresentação à instituição do plano de trabalho, dialogando com o representante institucional, já constatamos que este sofreria algumas alterações para adequação à realidade. Não tínhamos um projeto identificado com o que apresentávamos para a análise comparativa prevista. Nosso intuito era de avaliar uma experiência característica da temática da economia solidária, ou seja, o projeto *Desperta Litoral*: apoio à organização produtiva e implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros. O projeto situa-se na área de finanças solidárias, o fundo rotativo-solidário, experiência em execução pelo Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, atendendo grupos produtivos mediante recurso público da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), Governo da Bahia, pelo edital público de 01/2011.

Na adequação do plano ao contexto local, previmos análise documental, entrevistas semiestruturadas com profissionais envolvidos em trabalhos relacionados à experiência de economia solidária e participantes dessas atividades mediante realização de visitas de campo. A instituição ofereceu-me uma excelente acolhida, disponibilizando-me acomodação em sala de pesquisa, equipamentos, livros e documentos. Tudo isso me fez sentir, de fato, uma integrante daquele espaço. À medida que mantinha contato com as leituras e com as pessoas, inseria-me naquela realidade.

A Biblioteca Universitária de Chevreul Universidade de Lyon 2 - referência em economia e ciências sociais, ciência política, história da arte e arqueologia, foi também um recurso utilizado para contribuir com minha pesquisa, consultando obras de economia solidária.

2. 1 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM PROFISSIONAIS

Para o atendimento à minha pesquisa, a universidade também facilitou a minha aproximação com dois profissionais que têm suas atividades relacionadas à economia solidária.

Um dos profissionais com quem tive contato direto foi **Emilie Lanciano**, professora Université Saint-Etienne, membro da Universidade de Lyon – COACTIS, pesquisadora e conferencista. Orientou-me no acompanhamento das atividades da residência social. Com ela, tive a oportunidade de aprender sobre a realidade relacionada às experiências de economia solidária. Mas não só isso: também com seu jeito ativista, humanista e solidário de ser, outras lições foram aprendidas por mim.

As atividades desenvolvidas na residência social estiveram relacionadas a um dos eixos de pesquisa – COACTIS, dinâmicas de crescimento das organizações solidárias e sociais – relação produtores-consumidores, que consta: desenvolver uma plataforma de pesquisa das transformações referentes a produtores e consumidores no domínio agrícola e agroalimentar por intermédio do Projeto LIPROCO⁶; estudar e analisar os procedimentos de valorização das proximidades produtores-consumidores numa perspectiva monográfica e de comparação interregional; elaborar sistemas de coordenação de desenvolvimento territorial, integrando as escalas pertinentes da ação (LES PORTAILS LYON 2, 2013) (tradução nossa).

Com base nas leituras e no eixo de pesquisa COACTIS relacionada à nossa pesquisa, pelo menos enquanto temática comum, organizei um roteiro com algumas questões concernentes à atividade dos circuitos curtos: o que é mesmo **circuitos curtos**? Como funcionam? Em que se relacionam com a economia solidária? Essas experiências são avaliadas? Como são avaliadas? As questões foram abordadas em entrevistas semiestruturadas com os profissionais da área que me foram apresentados. Em seguida, parti para as visitas de campo, para manter contato com a realidade. Visitei mercados (feiras), pontos de venda-cooperativas, realizando as abordagens com os atores, produtores-consumidores, por meio de entrevistas semiestruturadas.

⁶ LIPROCO - é um projeto de pesquisa. Seu objetivo? Curto-circuitos alimentos. Seus objetivos? Identificar fatores de risco para o surgimento e a sustentabilidade das iniciativas que destacam as relações entre produtores e consumidores melhores produto alimentícios de valor. (LIPROCO-CIRCUITS COURTS, 2013).

A partir dos diálogos com Emilie, registrei algumas falas:

Economia social e solidária

“Economia solidária, como princípio de funcionamento democrático na empresa com *status* econômico particular, é um traço de redistribuição e governança e de utilidade social”.
(tradução nossa)

Circuitos Curtos

“O circuito curto permite ao produtor ter uma melhor renda para responder à demanda de consumo de produtos de qualidade. Não é economia social e solidária, é algo de estatos, traço de governança”. (tradução nossa)

“O circuito curto é algo de preciso, é um estatos, há objetivos a longo prazo, como a cooperativa e regras de funcionamento. Há um preço, há uma utilidade social da atividade com princípios de redistribuição”.(tradução nossa)

“Circuito curto é uma economia capitalista clássica, é uma nova maneira de valorizar e de produzir. Então são duas coisas diferentes. Há algumas iniciativas que fazem circuito curto, mas gostariam também de estar na economia social e solidária.”(tradução nossa)

“O mercado e as feiras não são economia social e solidária. São produtores que vendem seus produtos. Às vezes algumas iniciativas se autodenominam economia social e solidária, mas nem todas são. É preciso ter cuidado, para não confundir as duas coisas.”
(tradução nossa)

“Economia solidária são as associações. Há várias maneiras de definir economia solidária. Por exemplo, definir pelo estatos, são as associações, as cooperativas, é por isso que os circuitos curtos, quando não estão em associações ou não estão em cooperativas, não são economia social e solidária”.(tradução nossa)

“A economia social e solidária, em princípio, é uma economia mercante privada, é uma economia que recebe muitos subsídios. O interessante da economia solidária é o caráter híbrido. Tem o estatos jurídico de uma associação, de uma cooperativa, mas não é, por isso que não é inserido no mercado. A única coisa que pode diferenciar são as regras de funcionamento de uma empresa clássica”. (tradução nossa)

“Uma das diferenças com a empresa privada é que talvez receba mais ajuda do Estado. Por isso são submetidas a regras de avaliação e de funcionamento diferente. [...] deve justificar as despesas, outras justificativas burocráticas que você não encontra nas pequenas empresas clássicas. Isso aí, é o que caracteriza o estatuto difícil da economia solidária.” (tradução nossa)

Avaliação dos projetos:

“A pergunta sobre avaliação seria **por quê?** E **por quem?** A primeira ideia, quando li, foi sobre subvenções. Senão, como qualquer outra empresa, seria uma avaliação feita pelo próprio mercado, para saber se o produto funciona ou não no mercado. No relatório do último ano, fizemos um livro em que constam os “logos” que recebemos. O fato de ter um livro no mercado já é uma forma de avaliação.” (tradução nossa)

“Um dos critérios de pesquisa do Liproco era saber se eram capazes de produzir informações. Também temos um site. Eles tinham que produzir resultado de pesquisa, mas não só isso, reproduzir os resultados para se tornar um tipo de acervo que fosse, ao mesmo tempo acessível e disponível para profissionais como os produtores. Pelo site, a informação ganha mais visibilidade e torna-se mais acessível. Na França, chamamos isso de valorização. Essa é uma das condições das fontes de subvenções nossas. Quem avalia é quem dá o dinheiro, mas Liproco não é um projeto de circuito curto, não é um projeto de economia solidária. Somos um projeto de pesquisa. Nós não somos atores.” (tradução nossa)

“Liproco é um projeto de pesquisa. É avaliado como todos os projetos são. O projeto foi aceito e, nessa ocasião, a primeira avaliação foi feita. A gente então recebeu recursos. Em todos os anos o projeto foi avaliado. Temos que fazer um relatório das atividades para dizer o que a gente fez. No último ano fizemos isso.” (tradução nossa)

“As experiências com empresas privadas têm subsídios e são submetidas a regras de avaliação, há rigor burocrático. Elas são obrigadas a integrarem as necessidades de justificativas de gastos burocráticos, que não estão presentes na pequena empresa.” (tradução nossa)

Sobre encontrar meios de comparação com nossa experiência:

“Para compararmos, temos que ter clareza do propósito da comparação. Quem é o ator: a economia social ou a economia solidária? O objetivo é encontrar emprego? É fazer com que as pessoas encontrem emprego no território? É lutar contra a pobreza? Há vários objetivos diferentes.” (tradução nossa)

“Todas as iniciativas de economia social e solidária são iniciativas que se desenvolvem de modo desordenado. São iniciativas econômicas, que são muitas e não têm uma ordem preestabelecida. É a gente que tem que reconstruir um sistema institucional. São sistemas que se movem muito, mais rápido que as empresas.” (tradução nossa)

Explicando: subvenções, Estado é diferente de economia social e solidária, subdividem-se em associações – lei 1901; cooperativas e seguro dispõem de estatutos jurídicos.


Economia → social redistribuição - exemplo: seguro.

→ **solidária** participação, subdivide-se em cooperativas; associações; empreendimento.

Região Rhône-Alpes: muito agrícola - procedimentos agrícolas de economia social e solidária.

Circuitos curtos:

- mercados (feiras);
- pontos de venda coletiva – uniforme
- venda da fazenda “Boas-vindas à fazenda”
- cestas – contrato de 6 meses

produtor  consumidor

1 cesta de frutas e legumes por semana

Restauração coletiva → 59 rue Chevreul - 3 petits pois

Cooperativas → De l'autre côté de la rue, 75 cours de la Liberté

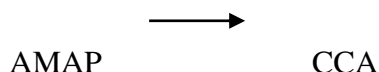
↘ 1 mercado fechado de produtores ligados no subúrbio de Lyon

Claire Delfosse, professora de Geografia - Universidade de Lyon 2, membro do Laboratório de Estudos Rurais.

Ajuda alimentar

Mercearias solidárias

Circuitos curtos – venda direta



Sugestão às visitas de campo: Zuai St Antoine; Place Jean Macé; Mercado dos Produtores; Mercearias solidárias.

Para uma melhor compreensão, utilizamos texto de apresentação de Claire Delfosse (2010), que trata de um inventário de curtos-circuitos entre as formas "tradicionais", as "inovadoras" e as estratégias territoriais. Curtos-Circuitos – alimentos. (tradução nossa)

Na comercialização adotada em curto-circuito, já se identifica um reconhecimento à economia de proximidade e da multifuncionalidade da agricultura por parte das autoridades locais e governamentais. Por parte dos consumidores, atende às novas exigências de padrões de compra e de consumo atuais. Entre os produtores, melhorou não somente a renda mas também a comunicação, a coesão social e a integração territorial. Na literatura anglo-saxônica, curtos-circuitos referem-se às redes alternativas de alimentos (alimentação alternativa, redes de RAA). A diferença se dá pela defesa dos valores em comparação com a produção de alimentos em massa e o atendimento de uma demanda de proximidade entre o produtor e o consumidor (DELFOSSSE, 2010). (tradução nossa)

Todas as formas de curtos-circuitos são alternativas?

Seus impactos espaciais? Como estão inseridos nas estratégias territoriais? A autora propõe um inventário qualitativo com trabalhos de campo a ser realizados em três estágios. O primeiro refere-se às formas "tradicionais", em dificuldade e/ou renovada. São feitas vendas diretas agrícolas em mercados, borda de vendas, na estrada, em turnê. Quando alguns mercados apresentam perdas, há uma renovação desse tipo de curto-circuito. Diferentes atores estão interessados em seu trabalho e "modernização".

Tais atores funcionam também como intermediários entre o produtor e o consumidor. Em certas áreas, alguns deles desempenham um papel central entre consumidores e produtores, pois ajudam na promoção de produtos para turistas. As diversas formas

"tradicionais" de venda de curto-circuito têm sua importância na contribuição ao desenvolvimento local (DELFOSSSE, 2010) (tradução nossa).

Formas inovadoras de curtos-circuitos surgiram e se desenvolveram. Resultam de reflexões sobre a relação e proximidade entre a cidade e o campo, cidade e agricultura. Há iniciativas inovadoras que são realizadas por agricultores e agentes rurais; outras, são apoiadas por cidadãos que podem estar na origem de novos tipos de empresa, como inserção ou empresas privadas, com um intermediário que organiza a venda através da internet entre os consumidores e produtores (DELFOSSSE, 2010) (tradução nossa).

A AMAP⁷, considerado um movimento principalmente urbano, registra novas formas do que é chamado o “consumo consciente”.

Mídias complexas e inovadoras, vanguardas das autoridades locais, auxiliam no diálogo entre as organizações agrícolas, buscando o desenvolvimento territorial e das comunidades. Como terceira questão do inventário, são as estratégias territoriais, sustentadas pelo interesse em curto-circuito. Podemos perguntar se são "territórios curtos-circuitos" mais propícios do que outras áreas para o desenvolvimento desse tipo de circuito? Relação entre os curtos-circuitos e território, análise das estratégias urbanas, tipos de venda. Para além dos problemas em termos de produção e consumo, ligações urbano-rurais são fatores de diferenciação espacial e distinção (DELFOSSSE, 2010) (tradução nossa).

Kevin Guilhermin

Gestor – ESSEC, co-gerente da GRAP - cooperativa de mutualização de serviços – projetos de economia solidária (alimentação orgânica, circuitos curtos).

No último dia em Lyon, conheci Kevin Guilhermin - contato articulado por Emilie por ser ele um gestor com atividades em cooperativas, que fala português e já esteve um período trabalhando no Rio de Janeiro. Foi um momento prazeroso, uma vez que facilitou a comunicação entre mim e Émilie. Estivemos pouco tempo juntos, durante um almoço, mas a nossa conversa foi muito esclarecedora. Seguem alguns trechos de nosso diálogo.

“Circuitos curtos’ é uma denominação comum, adotada nos últimos dez anos.”

⁷ AMAP – Association pour Le maintien de l’agriculture paysane

“O ‘produto’, independentemente de ser ou não orgânico, pela iniciativa de estar na feira, tem importância pela valorização do produto da região”.

“Parte da economia solidária atua na alimentação. Visão de comércio, conceito de agricultura orgânica e certificação. Antes praticado pelo Ministério da Agricultura, hoje a certificação é uma norma europeia, com imagem, símbolo e respeito à norma.”

“GRAP - união de várias cooperativas. Uma cooperativa que reúne três lojas e faz importação de produtos mediterrâneos. Vantagens: mutualizar a contabilidade; apresentar software de gestão; acompanhar mais de perto a área de alimentação; desenvolver o negócio de financiamentos – engenharia e meios financeiros. As lojas - a 155 km de Lyon – Pétits pois, 1 restaurante, 1 mercado fechado de produtores ligados a cooperativas no subúrbio de Lyon. Contabilidade jurídica”.

Circuitos curtos:

“Definição 1: circuito de distribuição de produtos vindos de uma área geográfica próxima (ex. hortaliças e frutos cultivados a uma distância inferior a 80 km). O “curto” refere-se então à distancia.” Impacto ecológico (menos transporte), econômico (valor agregado para a comunidade local) e humano (é mais fácil conhecer a pessoa atrás do produto)”.

“Definição 2: circuito de distribuição com apenas 1 intermediário. Ex: Um agricultor que vende a sua produção diretamente numa feira ou vende para uma loja, que vende para o consumidor.

Impacto econômico (mais valor agregado para o produtor, menos valor gasto com intermediários inúteis, preço melhor para o consumidor) e humano (é mais fácil conhecer a pessoa atrás do produto). A presença de um intermediário entre o produtor e a loja final não configura um circuito curto.”

“A definição 2 é a mais usada para circuitos curtos. No sentido geográfico, falamos também de "consume local" ou "locavorismo" (neologismo para designar quem come os produtos locais)”

“A maioria dos projetos de circuitos curtos faz parte da economia solidária, mas isso não é automático: há empresas convencionais que tentam se aproveitar do movimento dos circuitos curtos”.

Economia social e economia solidária

“**Economia social:** a definição vem dos estatutos da organização (associação, cooperativa, mútuo). Princípios comuns em todas essas organizações:

- 1) Lucro limitado: o lucro não é proibido, mas é proibido distribuir o lucro para os acionistas, como numa empresa tradicional.
- 2) Democracia: 1 pessoa = 1 voto. O voto não depende do capital.
- 3) Liberdade: a entrada e a saída da organização são livres.
- 4) Finalidade: social antes de econômica.”

“**Economia solidária:** geralmente com estatuto de economia social (associação, cooperativa), mas também pode ter um estatuto de empresa convencional.

As organizações de economia solidária se preocupam mais com a maneira, os meios, os métodos, e não simplesmente com a finalidade. Por exemplo: Como o trabalho se organiza dentro da cooperativa? Quem são os nossos clientes? Qual é a diferença entre o salário mais alto e o mais baixo? Quem participa das decisões dentro da organização?”

“Geralmente as organizações de economia solidária seguem um objetivo de transformação social, e não só de acompanhamento e tratamento dos problemas do capitalismo. Desde alguns anos aparece o conceito de ESSE, designando Economia Social, Solidária e Ecológica, que mostra o crescimento das preocupações ecológicas no setor.”

2.2 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM PRODUTORES

A partir dos diálogos com os profissionais, procurei visitar os pontos mencionados por eles, na tentativa de entrevistar produtores e consumidores para conhecimento e constatação do que lia e ouvia. As visitas a esses espaços sempre foram desafios a vencer. Ainda não conhecia a cidade, tinha dificuldades de compreensão dos deslocamentos, limitações com a língua e, nos mercados (feiras) e pontos de venda, a frequente movimentação e circulação das pessoas (consumidores) em meio à comercialização, somada aos limites de horário de funcionamento, me afligiam. As feiras obedecem dias e horários prefixados. Tive a oportunidade de observar o início (montagem) e o término delas, com a retirada de produtos e equipamentos, prevalecendo o cuidado pela organização e limpeza do local. Escolhia os

intervalos entre a saída e a chegada dos consumidores para a abordagem, momento em que explicava as razões da pesquisa e pedia a permissão para a entrevista. Dado o consentimento, relacionava os temas conforme roteiro de seis questões, gravando as respostas:

- 1- Você participa do sistema de circuitos curtos?
- 2- O que você produz?
- 3- O sistema circuitos curtos contribui para o desenvolvimento de sua localidade?
- 4- Seu trabalho é coletivo ou individual?
- 5- A prática de circuitos curtos melhorou sua condição de vida e econômica?
- 6- Para você, o que é economia solidária?

Todos os entrevistados participam do sistema de circuitos curtos (6). Alguns são produtores e praticam o circuito curto individualmente (3); outros estão em cooperativas e adquirem os seus produtos diretamente dos produtores (3).

Todos afirmam que o sistema de circuitos curtos contribui para o desenvolvimento local. Também asseguram que a prática de circuitos curtos melhorou sua condição de vida e econômica. Faço registros de suas falas, principalmente no que se refere à economia solidária.

1ª entrevista:

Figura 3 - Place Jean Macé – Lyon



Fonte: foto da autora

“Evitar de comprar muito longe, na China.

A gente pode encontrar nossos ingredientes aqui mesmo, perto da gente.

Mas há alguns produtos que vêm de longe. Há certos tipos de grãos que não há na França.

Nós compramos aqui queijos, ovos, embutidos.

Sou uma empresa privada.” (tradução nossa)

2ª entrevista: 59 rue Chevreul – Lyon

Figura 4 - Cooperativa – pétits pois



Fonte: foto da autora

“A gente tenta comprar, diretamente do produtor, produtos que estão na estação: legumes frescos, queijos, ovos e pão de uma padaria que nos fornece todos os dias. Temos a ótica de comprar dos produtores locais. Fazemos isso para evitar intermediários e, ao mesmo tempo, evitar a poluição do transporte da mercadoria. Fazemos parte de uma cooperativa. Nós todos somos assalariados e empreendedores. Nós participamos das decisões da empresa coletivamente.” (tradução nossa)

Economia solidária é “mais ideológico, é sobretudo o aspecto democrático, uma forma de organização em que o trabalhador deverá decidir o futuro de vida da empresa, das grandes decisões. E em segundo plano é trabalhar atores da economia solidária. Privilegiar isso é o que a gente tenta fazer.” (tradução nossa)

3ª entrevista

Figura 5- Marché des producteurs- Lyon



Fonte: foto da autora

“Estamos completamente no sistema circuitos curtos. Os morangos foram colhidos nesta manhã e a gente vende para o cliente à tarde. A gente não pode ter uma qualidade de frutas frescas melhor do que esse sistema.” (tradução nossa)

“Mantém as exportações nas periferias das grandes cidades, permitindo valorizar nosso produto, oferecendo produtos de qualidade para nossos clientes”.

“A gente trabalha em coletividade, exportação em comum.”

“Melhorou muito, eliminando os intermediários. A gente valoriza mais nossos produtos, assegurando à nossa clientela um produto que é realmente acessível, barato.”

“Economia solidária é fazer a troca com um bom procedimento entre a clientela e o produtor, numa melhor revalorização do seu produto, com o preço mais justo possível.” (tradução nossa)

4ª entrevista - Marché des producteurs- Lyon

Figura 6 - Marché des producteurs- Lyon



Fonte: foto da autora

“Produto de comercialização – Flores

O produto não é “bio”(orgânico), mas, se pedir, posso conseguir”

“Trabalha de forma individual.”

“Não ocorreu melhoria da vida, mas econômica, sim.

Economia solidária é uma economia responsável, todo mundo divide os mesmos valores. Para mim, é isso.” (tradução nossa)

5ª entrevista:

Figura 7 - Cooperativa - De l'autre cote de la rue – 75 cours de lo Liberté



Fonte: foto da autora

“Participo com os produtos de nossa butique - frutas, legumes, carnes, condimentos secos, embutidos.

A gente está numa cidade grande, não é isso que vai mudar.

Melhoria, para nós, não; mas, para o produtor, talvez.

Economia solidária é uma questão, uma armadilha, você me pegou. Não sei responder.” (tradução nossa)

6ª entrevista:

Figura 8 - Zuai St Antoine



Fonte: foto da autora

“Eu trabalho o máximo possível com produto da região, para ter circuitos com produtos que se conhece e com o mínimo de transporte.” (tradução nossa)

“Eu não conheço economia solidária, é muito específico. É difícil pra mim falar sobre isso. Eu queria até falar, mas é difícil. É uma coisa mais responsável e você partilha efetivamente. Eu não falo muito bem; eu não sei me expressar.” (tradução nossa)

As entrevistas se deram, a partir da aceitação do entrevistado, de forma muito espontânea, embora tenham sido feitas muitas abordagens sem êxito, o que não é difícil compreender pelo fato de ser aquele momento incompatível com qualquer outra coisa que não fosse a troca comercial produtor-consumidor. Aqueles que opinaram tiveram muita boa

vontade em atender à solicitação da minha pesquisa, porém a maioria olhava um tanto desconfiada, “incomodada”, acredito, pela impropriedade do momento.

As abordagens feitas com as mulheres não foram bem-sucedidas, não houve aceitação da parte delas. Algumas apontavam-me outro interlocutor, geralmente um homem. Desconheço se a relação era de patrão x empregado ou mesmo familiar. Estavam previstas abordagens com o segmento dos consumidores, porém não houve nenhuma possibilidade, todas as tentativas foram em vão. Ao me aproximar de algum deles, à medida que explicava sobre a pesquisa, deixavam bem clara a sua não-aceitação. Na oportunidade da abordagem com o produtor/empreendedor, alguns, que se encontravam próximos a mim, afastaram-se, demonstrando não quererem registros. Uma das minhas últimas tentativas nesse sentido ocorreu num domingo. Quando dirigia-me à feira em Saint Antoine, aproximei-me de um jovem casal que já os identifiquei pelo carrinho que levavam que estariam indo na mesma direção que eu, os abordei no sentido de me orientarem para o endereço. Acertada na intuição, sugeriram-me que os acompanhassem. Fizemos um trajeto descontraído, falávamos sobre o Brasil e também sobre a França. Mas, ao chegar à feira, quando falei sobre a entrevista, para minha surpresa, disseram-me que não a fariam.

3 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Estaremos nesta etapa interpretando os dados colhidos nas entrevistas semi-estruturadas, inicialmente com os profissionais (3) e, em seguida, com os produtores (6) que abordamos mediante roteiro previamente estabelecido no período da residência social.

3.1 PROFISSIONAIS DA ÁREA

Identificamos semelhanças nas falas dos profissionais e, ao mesmo tempo, um concatenar de ideias que se complementam, facilitando uma melhor compreensão das complexidades do contexto e daquilo que se caracteriza como economia solidária, economia social e sistema de circuitos curtos.

Diante do exposto, compreendemos que os circuitos curtos não necessariamente inserem-se na economia solidária, podem ser definidos como um “modelo”, uma tecnologia do capital, dispondo-se no mercado com o diferencial de apresentar uma nova forma de produzir e de valorizar. Essa modalidade oferece ao produtor a possibilidade de obter uma melhoria de renda para, inclusive, atender com qualidade as demandas originárias do segmento de consumidores. Diferentemente da economia solidária, tem um caráter, um *status* de governança. A atividade configura-se como de utilitarismo social, com efeito de redistribuição.

O mercado e as feiras são espaços dinâmicos no circuito de troca, lugares onde os empreendedores exercem a atividade comercial, atraindo capital.

A economia solidária é apresentada como uma economia privada, com definição relacionada às associações, às cooperativas. Por essa razão, podemos compreender que os circuitos curtos que não estão inseridos nessas modalidades não se incluem enquanto economia solidária. Há casos de praticantes de circuitos curtos que afirmam participar da economia solidária ou mesmo terem interesse por ela. Há controvérsias, porque não o são de fato.

Conforme as informações extraídas do texto de Claire Delfosse (2010), os “curtos circuitos” detêm o reconhecimento dos públicos mais diretamente envolvidos, como as autoridades locais e os governos, pelos mecanismos da economia de proximidade e da multifuncionalidade da agricultura. Os consumidores são atendidos segundo as novas exigências de padrão de compra e consumo atuais. Os produtores efetivam a melhoria da renda, da comunicação, da coesão social e da integração territorial.

Os circuitos curtos, como a própria literatura originária refere-se às redes alternativas de alimentos, como tais, diferenciam-se pelas condições de proximidade entre o produtor e o consumidor e a aplicação de valores diferenciados da produção convencional de alimentos em massa.

Observa-se também a inserção de outros atores e outras iniciativas no processo de circuitos curtos, com sua parcela de contribuição ao desenvolvimento local, classificando-se umas como formas tradicionais; outras, inovadoras - não necessariamente no segmento produtor - consumidor, mas na condição de intermediários que colaboram no processo de modernização, envolvem a cadeia de turismo ou, ainda, intercedem na comercialização entre

produtores e consumidores, via internet, em outras circunstâncias, agricultores, agentes rurais e cidadãos com visão de novos tipos de empresa.

Uma outra questão sugerida para o inventário é a das estratégias territoriais de interesse dos curtos circuitos. Quais os territórios mais propícios ao desenvolvimento deste tipo de circuito e qual a relação estabelecida entre os curtos circuitos e o território, de acordo a análise das estratégias urbanas, tipo de venda, produção e consumo, ligações urbano-rurais, fatores de diferenciação espacial e as devidas distinções?

As respostas de Kevin apresentam duas definições para circuitos curtos: uma relacionada à origem do cultivo por área geográfica, outra com relação à distribuição. A origem do cultivo por área geográfica inferior a 80 km tem a “distância” como determinante da condição de “curto”. E também os impactos decorrentes nas dimensões ecológica (menos transporte), econômica (maior valor para a comunidade local) e humana (pela facilidade de conhecer quem está por trás do produto).

Com relação à distribuição, existe somente um intermediário. Isso gera mais impacto econômico (mais valor agregado ao produtor, menos valor gasto com intermediários, preço melhor para o consumidor) e humano (é mais fácil conhecer a pessoa atrás do produto). A presença de um intermediário entre o produtor e a loja final não se caracteriza como circuito curto.

Segundo Kevin, os projetos de circuitos curtos, em sua maioria, fazem parte da economia solidária, mas, segundo esse gestor, essa condição não ocorre de forma automática. Ainda há, continua ele, entre as empresas convencionais, aquelas que tentam aproveitar-se do movimento dos circuitos curtos.

Fica clara a definição que apresenta para Economia Social, relacionando-a com os estatutos da organização (associação, cooperativa, mútuo) e os princípios comuns de lucro limitado, permitido, porém com proibição de distribuição entre os acionistas, se aplicado em empresa tradicional; a forma democrática do voto por pessoa, sem dependência de capital; liberdade de entrar e sair da organização; primazia da finalidade social perante a econômica.

Discorre sobre a Economia Solidária, que adota geralmente estatuto de economia social (associação, cooperativa), porém nada impede que tenha estatuto de empresa convencional.

As organizações de economia solidária priorizam os meios, os métodos, em detrimento da finalidade. São motivadas pelo objetivo de transformação social, e não só de acompanhamento e tratamento dos problemas, consequências do sistema capitalista.

O conceito de ESSE, para Economia Social, Solidária e Ecológica, numa perspectiva de “economia verde”, integra o desenvolvimento sustentável, a adoção de modelos econômicos e o compromisso com uma produção limpa e um comércio justo. O desenvolvimento sustentável incorpora uma nova governança, com multiatores e multiníveis.

3.2 PRODUTORES

Evidências de compromisso dos entrevistados em compatibilidade com um dos conceitos do sistema de circuitos curtos. Aquisição por proximidade, valorização do produto local e compreensão para aquisição externa apenas de produtos que não se encontram na França.

A cooperativa apresenta bom entendimento da concepção do sistema de circuitos curtos, estabelece a aquisição de produtos diretamente do produtor, busca produtos da época (da estação), prioriza a aquisição dos produtos locais, diminuindo o impacto ambiental. Manifesta a compreensão da condição de cooperativado enquanto participação de todos, remuneração justa e decisões coletivas, adota princípios da economia solidária, mas percebemos certa dificuldade em tratar do tema, quando solicitada sua definição, interpreta como uma visão mais ideológica.

Impressionante a satisfação que presenciei em certos produtores quando da exposição e comercialização de seus produtos. Temos a fala de um dos entrevistados de cooperativa que se refere ao frescor das frutas devido à colheita recente, atestando a boa qualidade das mesmas. A garantia da exportação das periferias para a cidade, a valorização da produção coletiva, a eliminação do intermediário e a oferta mais acessível, com menor preço do produto, são as grandes vantagens apontadas nesse sistema de economia .

Uma definição alinhada com a economia solidária “é fazer a troca como um bom procedimento entre a clientela e o produtor, numa melhor revalorização do seu produto, com o preço mais justo possível”.

Busquei, entre os produtores, variados segmentos, como produtores de pães, de legumes, frutas, flores e plantas, embutidos, lojas “petits pois”, para termos uma amostra, embora pequena, diversa. Um dos empreendedores entrevistados, com produção de flores, informa que o produto não é bio (orgânico), mas que, se quisesse, poderia ter adquirido assim, o que denota a sua condição de atravessador. Refere-se a uma melhoria da condição econômica em decorrência da atividade exercida. Sobre a economia solidária, diz tratar-se de uma economia responsável, onde as pessoas partilham os mesmos valores.

Um dos empreendedores de loja (cooperativa) denota muito pouco interesse em me atender. Mesmo assim, estabelecemos um diálogo. Refere-se ao fato de encontrar-se numa cidade grande. Segundo ele, os resultados não vão impactar no desenvolvimento local, porém, para o produtor, acredita que seja diferente. Perguntado sobre economia solidária, informa não saber responder. Não permite que uma componente da loja seja entrevistada.

No mercado de Santo Antônio, embora estivesse repleto de pessoas numa bela manhã de domingo, tive dificuldades para conseguir alguém para ser entrevistado, tanto por parte dos produtores como dos consumidores. Já pensando em desistir, encontrei um produtor muito receptivo, todavia com muita dificuldade para se expressar. Ainda assim, deixa evidente a sua visão sobre circuitos curtos, dizendo que estes favorecem a proximidade dos produtos e, em consequência disso, causam menor desgaste ambiental. Sobre economia solidária, informa não conhecer, tem até interesse em falar, mas conclui que tem dificuldades de se expressar.

4 CONFLUÊNCIAS

Em Lyon, dois largos e extensos rios constroem um significado simbólico para a cidade. São eles o Rhône e a Saône. Entre eles, a diferença de gênero é marcada por suas denominações: Rhône (s.masculino) e Saône (s. feminino). Os dois correm paralelamente até que se encontram no sul de Lyon, onde a Saône deságua no Rhône.

Figura 9: Mapa o-Rhone-e-a-Saone Lyon

Fonte: pictolirica, 2009

Figura 10: Obra de autoria de Puvis de Chavanne Câmara de Comércio –Lyon

Fonte: pictolirica, 2009

O fenômeno descrito acima é conhecido como confluência. Desse modo, busco, na beleza e sabedoria da Natureza, a inspiração para a minha experiência. Afinal, o que mais é a residência social, senão uma confluência de idéias, experiências, trocas e sentimentos?

O estudo que desenvolvo, uma pesquisa de avaliação dos resultados do Projeto *Desperta, Litoral*, analisando as suas contribuições ao desenvolvimento local sustentável-solidário na Costa dos Coqueiros, Litoral Norte da Bahia, no período de 2011 a 2013.

Durante a residência social, ao me aproximar da realidade que a experiência em Lyon me proporcionava, buscava encontrar o ponto de confluência dessa experiência com o projeto que pesquiso - a avaliação de resultados, numa pesquisa avaliativa relacionada à economia solidária, especificamente finanças solidárias, um fundo rotativo solidário, projeto da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), do Governo do Estado da Bahia, analisando a contribuição ao desenvolvimento local sustentável solidário.

Mas, o que, de fato, nas duas experiências, representaria uma confluência?

Partimos dos principais temas presentes nas experiências: organizações solidárias e sociais; desenvolvimento territorial; relação produtores e consumidores no domínio agrícola e agroalimentar; valorização das proximidades produtores - consumidores; circuitos curtos; relação com a economia solidária; avaliações; fundo rotativo solidário; desenvolvimento local sustentável-solidário, apresentando aqui citações, argumentos, pontos de vista, para nos

auxiliar à construção de uma conclusão que reporte aos principais pontos de contribuição dessa rica experiência, a residência social.

Ambas as experiências têm relação com a economia solidária, porém há de se respeitar os devidos contextos sociopolíticos onde estão inseridas - o que de fato essas iniciativas representam na relação com as esferas do Estado ou do mercado?

Avaliamos um projeto que se insere na primeira iniciativa do Fundo Rotativo Solidário do Estado da Bahia, com recursos do governo, no montante geral de R\$ 3,5 milhões, divididos em 20 projetos contemplados na seleção do edital 001/2011, cabendo ao projeto em questão recurso da ordem de R\$ 199.995,12, para atender a 13 grupos produtivos, distribuídos em seis municípios, Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Esplanada, Conde e Jandaíra.

Para a população beneficiária, uma rara oportunidade a de ser contemplada com recurso público para desenvolver, ampliar e fortalecer suas produções, já que não dispunham, até então, de estímulo e apoio público para levar adiante a atividade produtiva. Suas carências vão dos instrumentos (ferramentas) de trabalho a questões maiores, como incentivo à produção, transporte, escoamento e tantos outros impedimentos que limitam a possibilidade de inserção no mercado.

O Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros se constitui numa organização comunitária, no âmbito dos grupos produtivos que compõem o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, cujo objetivo é oferecer serviços financeiros em rede. Propõe investir recursos na reorganização produtiva dos grupos, oferecer capacitação em temáticas demandadas por estes e implantar o primeiro Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.

Fundo Solidário é uma metodologia que casa o financiamento de iniciativas produtivas e sociais-comunitárias com ações de formação e organização popular, estimulando o fomento de um patrimônio coletivo que permita à comunidade organizada se tornar protagonista do seu próprio desenvolvimento econômico e social. (FUNDOS SOLIDÁRIOS: POR UMA POLÍTICA DE EMANCIPAÇÃO PRODUTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, CADERNO 1, 2007, p. 6.)

Nessa experiência particular de Fundo, há devolução de 30 % dos recursos recebidos, que pode ser monetária ou em produtos. A denominação “solidário” refere-se aos critérios para a concessão do crédito; está relacionada aos laços de proximidade e confiança. A condição “rotativo” refere-se ao recurso do Fundo, que, após a devolução por seus integrantes, é disponibilizado para outros grupos produtivos das comunidades.

O contexto evidencia as condições de desigualdade e exclusão econômica, social e política, o que nos reporta à globalização mundial, à hegemonia do grande capital financeiro, à aliança que se estabelece entre o capital bancário e o capital industrial, determinando novos padrões de produção e de trabalho. Em decorrência dessa situação, a demanda de trabalho é reduzida, aumentando a população sobrando para as necessidades médias do capital, ampliando a exclusão social, econômica, política e cultural de milhares de homens e mulheres, jovens e crianças das classes subalternas, que passam a viver sob a égide de uma violência institucionalizada. A condição de pauperização e de exclusão passa a ser resultado do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. O novo tempo, portanto, é marcado pela ausência de equidade, pelo agravamento das questões sociais, pela exaltação do mercado e do consumo, pela crescente concentração de renda, de capital e de poder (IAMAMOTO, 2008).

A análise contribui para reforçar a necessidade da busca de alternativas ao modelo de desenvolvimento excludente, o que justifica a iniciativa, uma ação pública de apoio às finanças solidárias, a implantação de um Fundo Rotativo Solidário - numa relação entre a sociedade civil e o Governo no exercício do princípio da redistribuição. Isso se traduz numa forma de economia não mercantilizada, quando o Estado apropria-se dos recursos para distribuí-los. No contexto europeu, França Filho (2002) nos reporta à origem das noções de economia solidária e economia social, tendo a França como principal referência. A herança das experiências históricas de associativismo, na primeira metade do século XIX, as sociedades de socorro mútuo, quando se concebe a ideia de proteção social, ou seja, a origem das ideias da concepção moderna de solidariedade pela via redistributiva do Estado, que conta com a experiência de no passado ter incorporado algumas iniciativas da economia social. Com base nessa leitura, uma reflexão sobre as iniciativas solidárias experimentadas e a possibilidade de inferirem com suas contribuições na geração de novos modos de regulação da sociedade, pela capacidade que possam ter de gerar formas de ação pública à semelhança do passado.

Economia solidária é um termo mais recente, surgiu na França nos anos de 1980. Fomentada pelos sociólogos Bernard Eme e Jean-Louis Laville, várias iniciativas são incluídas, como acolhimento dos pais, associações para os desempregados iniciarem seu próprio negócio sem pagar juros, com os sistemas de taxas locais, com foco comum na exigência de democracia, que trata da gestão, no ajuste de oferta e demanda para o

desenvolvimento de políticas públicas. São iniciativas impulsionadas pelos cidadãos para democratizar a economia, afetando vários setores (agricultura, serviços pessoais, comerciais justas, etc) em várias formas jurídicas (associações, empresas, cooperativas, etc.) (DACHEUX; GOUJON, 2011). (tradução nossa)

A economia solidária articula-se em dimensão de reciprocidade e de referência, relacionadas aos princípios de justiça e igualdade. Nesse sentido, aproxima-se da economia social, porém, define-se como serviços fins: assegura a inclusão, o fortalecimento dos laços sociais. O setor de solidariedade reúne um conjunto diversificado de práticas econômicas, como por exemplo, a inserção em atividade econômica, a poupança solidária, o comércio justo, as estruturas favoráveis ao desenvolvimento sustentável (COLLETTE; PIGÉ, 2008) (tradução nossa).

Economia social envolve as cooperativas, seguro complementar, associações e fundações que partilham características e as fazem distintas de empreendimentos individuais, empreendimentos públicos e corporações, diferenciam-se dos empreendimentos individuais pelas características coletivas, distinguem-se das corporações, porque eles trazem as pessoas antes de levantar capital e sem buscar retorno prioritário sobre o capital, o princípio do capitalismo, pelo caráter privado, diferenciam-se das empresas públicas (COLLETTE; PIGÉ, 2008). (tradução nossa)

A opção pela denominação "empreendimento", em vez de uma organização, tem conotação de uma dimensão projetiva, em primeiro lugar, porque a economia social é uma economia a serviço do homem, exclui a dimensão comercial da empresa, especialmente nas cooperativas, que são maioria. A economia social incluiu-se no direito francês pelo decreto de 15 de dezembro de 1981 - a Delegação Interministerial para a economia social, onde estão todas as iniciativas que colocam o ser humano no centro do desenvolvimento econômico (COLLETTE; PIGÉ, 2008). (tradução nossa).

Os circuitos curtos alimentares são uma forte iniciativa na França. Atrai interesse de produtores, atores locais e pesquisadores. Em Lyon, tive a oportunidade de ver de perto essa experiência em vários espaços públicos, os mercados (feiras) e espaços fechados em forma de cooperativas, cujo papel vai além da disposição alimentar, primando pelo desenvolvimento de territórios e a restauração de sistemas agrícolas.

O movimento dos circuitos curtos surgiu nos países anglo-saxões, na década de 1970, como uma forma de consumo alternativo, ou de protesto à forma convencional de economia. Os circuitos curtos reivindicam na França um compromisso com a agricultura de pequena escala, favorecendo o desenvolvimento sustentável (sem transporte, sem embalagem) e reagindo contra a comercialização em supermercados. Propõem, como diferencial, oferecer produtos frescos, maduros, simples, cultivados em áreas próximas - uma alusão ao setor agrícola para a sociedade urbanizada. A alternativa dispõe de novas formas de relacionamento entre consumidores e agricultores, sem o intermediário, que investe hoje em novas modalidades de contrato entre as partes (DELFOSSSE, 2012). (tradução nossa)

Os circuitos curtos têm o propósito da inovação, compondo-se de associações em detrimento de empresas comerciais, construindo vínculos sociais nas aquisições das práticas de trocas múltiplas, como a troca de mercado, de know-how, trabalho, informação direta, bens culturais, experiências. Há formas de comercialização dentro do mercado ou contra o mesmo. O movimento “*locavore*”⁸, por exemplo, leva a uma reflexão completa de modos de fornecimento. Há outras iniciativas, como AMAP, exigindo mais um modelo alternativo em relação a um segmento limitado da população, a mudança de concepção sobre a economia e o desenvolvimento de laços sociais, a condição alternativa de questionamento à agricultura convencional, o conceito de indústria agrícola e alimentar, bem como os rótulos de qualidade sobre os produtos. Os defensores dos circuitos curtos defendem a agricultura familiar baseada em know-how de modo naturalista (DELFOSSSE, 2012).(tradução nossa)

Esse movimento também propõe uma agricultura de respeito à biodiversidade, permitindo ao agricultor viver decentemente, oferecendo segurança aos consumidores, já que exclui as fazendas capitalistas altamente produtivas, desafiadas pela relação direta assumida pelos consumidores e agricultores. O mecanismo de circuitos curtos tem o propósito de valorizar o cotidiano mediante a recuperação da oferta de alimentos frescos, como frutas, vegetais, pão, leite, que, comercializados sem embalagem, participam de um movimento que visa a restituir as qualidades básicas do alimento, como a maturidade, o gosto, o natural. Esses alimentos encontram-se nas cantinas em refeições diárias, em casa, no hospital, em lojas, mercados, pontos turísticos, etc. Enfim, todas as práticas de compra e venda que podem

⁸ De acordo com o Wikipédia, *Locavore* é: “[...] é uma pessoa interessada em comer o alimento que é produzido localmente, e não movidos por longas distâncias para o mercado. O movimento locavore nos Estados Unidos e em outros lugares? -como foi gerando interesse em sustentabilidade e consciência ecológica - tornou-se mais prevalente”.

ser consideradas, na França, como tradicionais e, nos últimos anos, vistas como ultrapassadas são agora valorizadas. A valorização estende-se a lugares próximos onde ocorrem atividades diárias (estações de trem, local de trabalho, com a distribuição de cestas, estacionamento de *shopping center*), agregando valor à agricultura periurbana e rural, às vistas dos consumidores e turistas, ampliando essa ação para campanhas, como forma de dar vida a espaços utilizados apenas em fins de semana, como um mercado agrícola, uma festa *country* ou fazendas abertas (DELFOSSÉ, 2012). (tradução nossa)

Quanto à busca de avaliação, razão de meu projeto de pesquisa, conforme Lopes e Tenório (2010, p.15), “avaliar programas corresponde à utilização de metodologias de pesquisa social para investigar, de forma sistemática, a efetividade de programas de intervenção social”. E ainda:

[...] definir avaliação como sendo uma análise ponderada e sistemática da operação e/ou dos resultados de uma política ou de um programa em confronto com um conjunto de padrões implícitos ou explícitos, tendo como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento desse programa ou dessa política (LOPES e TENÓRIO, 2010, p. 16).

O processo de avaliação irá permitir aos formuladores e implementadores que o exercício da tomada de decisão seja embasado e respaldado por parâmetros que balizem aspectos como as despesas das atividades referentes ao objeto de intervenção estatal, identificação de pontos de estrangulamento e êxitos dos programas, consequentemente abrir perspectivas racionais à implementação de políticas públicas com capacidade de melhores resultados no plano da operacionalidade dos programas e políticas públicas (UNICAMP, 1999 apud BASSI; SILVA, 2012).

Dentre as classificações da avaliação é interessante para o estudo se ater à avaliação enquanto papel ou função a ser cumprida, podendo ser distinguida entre avaliação somativa e avaliação formativa. A avaliação somativa refere-se ao estudo dos resultados ou efeitos de um programa. (PATTON, 1978; MORRIS e FITZ-GIBBON, 1978 apud AGUILAR e ANDER-EGG, 1994). Determina até que ponto os objetivos foram cumpridos e produziram os efeitos previstos. Identifica o valor do programa, comparando os efeitos às necessidades dos beneficiários. Permite ainda julgar a validade da manutenção ou não do programa (AGUILAR e ANDER-EGG, 1994).

A avaliação formativa diz respeito ao seguimento na decorrência do processo de execução de um programa ou projeto. Traz informações sobre o desenvolvimento do processo

auxiliando ao andamento do programa no sentido de melhorar o que está em funcionamento (AGUILAR e ANDER-EGG, 1994).

Conforme Tenório et al., (2010, p. 10), na obra *Dicionário de avaliação*,

a avaliação de um processo é uma atividade que consiste no levantamento de informações fidedignas e precisas sobre o processo, para subsidiar uma tomada de decisão com vistas à sua melhoria. Em outras palavras, a avaliação comporta três grandes momentos: um primeiro momento do diagnóstico, de busca de informações de qualidade, ou seja, fidedignas e precisas; um segundo momento de julgamento, de tomada de decisão, em que as informações previamente levantadas, organizadas e analisadas servirão de subsídio para uma tomada de decisão com relação ao processo em avaliação; e finalmente, faz parte ainda da avaliação, um terceiro momento, que é o uso dessa decisão no sentido de melhoria do processo. Então, incorpora-se no conceito de avaliação, a finalidade da avaliação.

O nosso projeto de pesquisa inicia-se com uma avaliação marco zero, como primeira etapa deste estudo, constou de um estudo diagnóstico, realizado em janeiro de 2012, com o objetivo de orientar e servir posteriormente de base ao formato da avaliação de resultado do referido projeto, para uma comparação futura com os indicadores iniciais observados no diagnóstico - instrumento da gestão que visa contribuir para o acompanhamento e/ou transformação do projeto, vistos seus objetivos.

O momento atual é a etapa de empiria, que consiste no levantamento de dados para caracterização da eficácia, avaliação dos resultados do projeto. Conforme Weis (1982 apud COHEN; FRANCO, 2012, p. 73), o objeto da pesquisa avaliativa “é comparar os efeitos de um programa com as metas que se propôs alcançar, a fim de contribuir para a tomada de decisões subsequentes acerca do mesmo e para assim melhorar a programação futura”.

5 CONCLUSÃO

A partir de um longo exercício de organização das ideias, porque não é tarefa simples reunir a diversidade de conteúdos, de espaços geográficos, de contextos socioculturais, de linguagens, de experiências e significados que aqui se apresenta, chegamos à etapa síntese da vivência da Residência Social, com toda sua complexidade em breves 30 dias.

Fica patente, nas duas experiências, a opção pela economia solidária, considerando os contextos específicos de sociedade. Aqui, para nós, o cenário atual de desemprego exacerbado, deterioração e flexibilização das relações de trabalho e intensas críticas ao

modelo econômico dominante acirram as lutas travadas pelos movimentos sociais, de onde emergem iniciativas que rompem com os limites do mercado formal de trabalho, como propostas de desenvolvimento econômico, social, cultural, ecológico e político pautadas nos princípios da economia solidária, que se sobrepõem como alternativa de resposta a esse cenário de exclusão social cada vez mais presente nos centros urbanos, visto que os mecanismos de regulação econômico-social da sociedade já não respondem. A economia solidária apresenta-se então como potencial de iniciativas alternativas ao desemprego, possibilidade de gestão coletiva, fonte de complemento de renda ou acesso ao crédito mediadas por princípios de justiça, democracia e autogestão, favorecendo a inclusão no mercado de trabalho, oferecendo a condição de espaço de politização, aprendizado e construção coletiva (FRANÇA FILHO, 2002).

Na Europa, especificamente na França, a emergência da economia solidária pode ser observada na multiplicidade das práticas socioeconômicas de iniciativas locais, denominadas de “proximidades” ou “serviços solidários”. São iniciativas portadoras de um caráter novo, relativo ao funcionamento e finalidade, reunindo usuários, profissionais e voluntários com a intenção de articular emprego, reforçar a coesão social e gerar atividades econômicas com fins de vínculo social com formas diversas, como empresas sociais, sociedades de crédito, clubes de troca, organizações de autoprodução coletiva. Embora recente, o termo “economia solidária” abarca as dimensões econômica, social e política presentes nos ideais da economia social na sua origem (FRANÇA FILHO, 2002).

Experiências práticas:

LÁ...

Os circuitos curtos, experiência única da qual me aproximei no período de residência social, fazem parte das práticas socioeconômicas de iniciativas locais citadas acima. São uma “tecnologia” alternativa que agrega dimensões econômica, ambiental, social e humana, contando com o reconhecimento à economia de proximidade e da multifuncionalidade da agricultura por parte das autoridades locais, governos e cidadãos. Oferece segurança e qualidade, pelo cumprimento de exigências de padrões de compra e consumo, aos consumidores. Para os produtores, pesquisadores já apontam a melhoria de renda, da comunicação, da coesão social da integração territorial.

Com base nas observações feitas “in loco” sobre o segmento, nos variados espaços visitados, tudo parece funcionar muito bem em relação ao oferecimento dos produtos, que têm excelente qualidade. Assim, há eficiente estrutura de montagem, boa logística, boa receptividade ao consumidor, visão socioambiental aguçada, condições higiênicas adequadas, espaços cedidos bem adaptados. Os produtores não dispõem de recursos públicos, são autônomos e estão ligados às associações, cooperativas e empresas individuais – logo, empreendedores.

Figura 12- Zuai St Antoine



Fonte: foto da autora

E CÁ

Compartilhando a experiência vivenciada na residência social com os atores integrantes do projeto que pesquiso, já aqui no Brasil portanto, falamos principalmente dos “circuitos curtos”. Mostramos fotos e expusemos entrevistas, o que gerou um debate rico, motivado pela constatação das boas condições de exposição e qualidade dos produtos, assim como da eficiente logística na França. Aguçou no grupo a motivação da busca por apoio público, já que são agricultores, pescadores, marisqueiras, apicultores, artesãs, prestadoras de serviço de alimentação para os quais muito lhes falta para uma inserção digna no mercado.

O Fundo Rotativo Solidário, enquanto apoio e fortalecimento à produção, não atende a tantas demandas do lado de cá, como transporte, infraestrutura e assistência técnica, para proporcionar condição satisfatória de vida ao empreendedor, o que, consequentemente, dificulta a comercialização da produção, repercutindo na permanência da problemática socioeconômica dos grupos. Isso contraria o objetivo do Projeto *Desperta, Litoral*, que visa contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho na Costa dos Coqueiros, por

meio do fortalecimento da organização produtiva de 13 grupos produtivos solidários, participantes do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros.

Sabemos que o processo de produção, escoamento e comercialização só faz sentido como um processo coletivo. O território, como espaço de construção da vida, da cultura e das relações econômicas, precisa ser fortalecido, como forma de melhorar as condições de participação e decisão dos atores, que passam a atuar com base em práticas e soluções articuladas a partir das demandas, na busca de condições sistêmicas mais favoráveis para todos (MORAIS; BORGES, 2010).

A concepção sustentável-solidária, que nos inspira e vem permeando o objetivo geral de nosso projeto, tem como elemento motivador, para o combate à problemática do desemprego e da exclusão, o enfrentamento coletivo a partir de novas formas de regulação das relações econômico-sociais. Dessa forma as estratégias individuais não fazem sentido. Os territórios, por mais simples que sejam, têm o potencial de recursos próprios que podem ser acionados para viabilizar seus problemas a partir da reorganização da economia local, com base no conceito de rede de economia solidária, como uma estratégia de cooperação repercutindo no desenvolvimento local. A rede a ser estabelecida deve se constituir de entidades locais que convergirão em circuito próprio de relações econômicas, intercâmbio de saberes e experiências com o objetivo de promover a sustentabilidade dos empreendimentos e fortalecer o potencial endógeno do território (FRANÇA FILHO 2008).

Compreendemos que as experiências se somam, mesmo tão díspares, em aspectos econômicos, sociais, ambientais e socioterritoriais. As conexões acessadas servirão de mola propulsora à motivação na persistência da busca de estratégias que acionem, viabilizem e disponham de melhores condições de vida e oportunidade de trabalho para muitos cidadãos brasileiros que precisam de dignidade, de uma vida com segurança e igualdade social. Acreditamos na possibilidade do Estado brasileiro ampliar a democracia pelo oferecimento de oportunidades com equidade, políticas públicas inclusivas, mais espaços de diálogo e interação entre os membros da sociedade.

Figura 13 - Reunião com representantes de grupos produtivos



Fonte: foto da autora

Mas a residência social confluíu...

em outras vivências e oportunidades, que foram registradas por mim pelo seu significado - aprendizado de compartilhamento da cultura, da história e dos movimentos contemporâneos.

Ato de Resistência - coral em favor dos imigrantes sem documentos e da luta dos professores.

Figura 14 - Ato de Resistência



Fonte: foto da autora

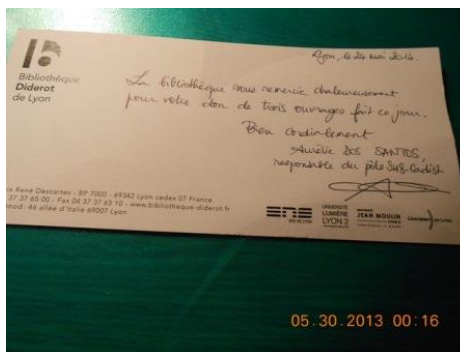
Visita à **Bibliothèque Diderot de Lyon**, para fazer a doação de publicações do **Núcleo- Linha de Pesquisa: Política e Gestão da Educação/ Grupo de Avaliação- Faculdade de Educação- UFBA**, do qual sou integrante.

Figura 15: Bibliothèque Diderot



Fonte: foto da autora

Figura 16: Comprovante de doação



Fonte: foto da autora

Encontro com manifestação política – **Le Front de Gauche**

Bandeiras:

“Juventude, medidas de urgência, é agora!”

“Marcha das Mulheres contra a austeridade!”

“Nossa aposentadoria ainda é de 60 anos”

Figura 17 – Manifestação “A Frente de Esquerda”



Fonte: foto da autora

A oportunidade de participar do **Coup de Pouce – Universite**

Durante a residência social tive aulas diárias de francês numa instituição de voluntários que auxiliam alunos oriundos de universidades estrangeiras (mestrado e doutorado). Uma instituição que tem forte teor solidário. Foi uma experiência que, além de me oferecer um suporte à língua, fez-me muito feliz pelo conteúdo humano. Fiz uma breve entrevista com uma das responsáveis, buscando informação sobre avaliação. (tradução nossa)

“A CPU é uma associação cristã que ajuda, ao tempo em que cria vínculos, alunos estrangeiros na aprendizagem do francês. Fundada em 2007, acolhe mais e mais alunos. Sem publicidade, a CPU é conhecida pela palavra.” (tradução nossa)

“A avaliação, para nós, é a chegada dos alunos que vieram pelos méritos da CPU. Os alunos vão encontrar um lugar agradável, onde eles vão conhecer estudantes de todas as origens e voluntários competentes para a aprendizagem. Nós somente pedimos uma taxa para participar da associação.” (tradução nossa)

Figura 18 - Coup de Pouce – Universite



Fonte: foto da autora

A oportunidade de conhecer mais da história francesa, sobre resistências e conquistas.

Visita a museus:

Museu da história de Lyon

Figura 19 – Museu Gadagne



Fonte: foto da autora

Centre d'Histoire de la Résistance et de la Déportation

Figura 20 - Museu da Resistência



Fonte: foto da autora

Figura 21 - Museu da Resistência



Fonte: foto da autor

Mais uma oportunidade que me foi concedida, a participação no **Colóquio Internacional Les Circuits Courts de Proximité Reconectar Territórios e Consumo de Alimentos** 4 e 5 de junho – AgroParisTech - Paris

Figura 22 - Colóquio

Figura 23 - Programação do Colóquio



Fonte: Foto da autora



Fonte: Foto da autora

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Maria José e ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de Serviços e Programas Sociais**. Tradução de Jaime A. Clasen e Lúcia Mathilde E. Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 199 p.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 318 p.

COLLETTE, Christine; PIGÉ, Benoît. **Économie Sociale et Solidaire**. Paris: Dunod, 2008. 146 p.

DACHEUX, Eric et GOUJON, Daniel. **Principes d'économie solidaire**. Paris: Ellipses, 2011. 255 p.

DOCUMENT CONÇU ET RÉALISÉ PAR : Service de la Valorisation et de la Communication Direction de la Recherche et des Ecoles Doctorales. **La recherche au service de l'innovation et du développement des organisations** Université Lumière Lyon 2- Décembre 2012.

FRANÇA, Filho. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. Salvador. **Bahia Análise & Dados**. SEI v.12 n.1p. 9-19. Jun. 2002.

_____. A Via Sustentável-Solidária no Desenvolvimento Local. **O&S**, v.15, n. 45, 2008.

FUNDAÇÃO GRUPO ESQUEL BRASIL. Fundos Solidários: Por uma Política de Emancipação Produtiva dos Movimentos Sociais – **Caderno 1**. Fortaleza: F. Grupo Esquel Brasil. 2007.

HÉRAULT, Catherine; PRIGENT, Anne Hélène. **Au Plus Près de L'Assiette**: Perniser les circuits courts alimentaires. Collection: Sciences en partage. Dijon cedex, Fr, Educagri éditions/Quae éditions, abr. 2012. 262 p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. 326 p.

LIPROCO. **Circuits courts**. Disponível em: <http://liproco-circuits-courtscom/>- Acesso em 09/08/2013

LES CIRCUITS COURTS ALIMENTAIRES. Disponível em:
file:///F:/INVENT%C3%81RIO%20DE%20CURTO-
CIRCUITO%20%20ESTRAT%C3%89GIAS%20DE%20ENTRE%20formas%20formas%20%27tradicionais%27%20de%20%27inovadora%27%20E%20TERRITORIAL.htm- Acesso 12/07/2013

LOCAVORE OU LOCALVORE, você sabe o que é isso?. Repensando. Disponível em: <http://repensandooverde.blogspot.com.br/2012/10/loavore-ou-localvore.html> - Acesso em 12/07/2013.

LYON - Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lyon> - Acesso em 11/06/2013.

LOPES, Uaçaí; TENÓRIO, Robinson (Org.). **Avaliação e Gestão: teorias e práticas**. Salvador: EDUFBA, 2010. 411, p.

MORAIS, Leandro; BORGES, Adriano (Organizadores). **Novos paradigmas de produção e consumo**: Experiências inovadoras. São Paulo: Instituto Pólis, 2010. 468 p.

O RHÔNE E A SAÔNE: a história de amor mais antiga de Lyon. Disponível em: <http://pictolirica.mtma.com.br/2009/11/27/o-rhone-e-a-saone-a-historia-de-amor-mais-antiga-de-lyon/> - Acesso em 12/07/2013

TENÓRIO, Robinson Moreira; SANTOS, Ana Cristina Olivier; LIMA, Aline Maria Peixoto. **Dicionário de avaliação educacional**. Salvador: FAPESB/SCTI; Núcleo de Avaliação/Linha Política e Gestão em Educação/PPGE-UFBa, 2010. 1 CD-ROM.

SILVA, Christian Luiz. (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**. Petrópolis, RJ, ed. Vozes, 2012. 190 p.

UNIVERSITÉ LYON 2 - Coactis. *Disponível em:* <http://www.univlyon2.fr/recherche/laboratoires/coactis-433074.kjsp?STNAV=&RUBNAV=> - Acesso em 15/05/2013.

APÊNDICE B - Entrevista Estruturada – Aplicada com os Grupos Produtivos (Marco Zero)

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO “*DESPERTA LITORAL*”, ANALISANDO AS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL-SOLIDÁRIO NA COSTA DOS COQUEIROS, LITORAL NORTE DA BAHIA, NO PERÍODO 2011 A 2013.

Grupo Focal: Aplicação - Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros - Marco zero

Roteiro

1 Como encontra-se a estrutura organizacional do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros?

- 1.1 Composição;
- 1.2 Documentação legal existente;
- 1.3 Associados e/ou participantes
- 1.4 Recursos captados disponíveis;

2 Como vem se dando a gestão do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros?

- 2.1 Interlocução com as entidades comunitárias integrantes;
- 2.2 Agregadora, favorecendo o compartilhamento de responsabilidades com seus pares.
- 2.3 Não estimuladora da participação e isolada da base
- 2.4 Apoiadora de iniciativas e movimentos desencadeados nas comunidades locais.
- 2.5 Interessada no bem comum e ampliação das condições socioeconômicas das comunidades envolvidas.
- 2.6 Estimuladora da participação de seus integrantes nos variadas dimensões: social, política, ambiental, cultural, etnia e de gênero.

3 Como o Fórum estabelece a comunicação e articulação com parceiros, terceiro setor, poder público local, estadual e nacional?

- 3.1 Articulação na sociedade civil.

4 O Fórum é estimulador de oportunidades para as iniciativas coletivas produtivas sustentáveis?

- 4.1 Mecanismos adotados para a ampliação de oportunidades.

5 O Fórum tem conhecimento da existência de alguma experiência produtiva e social comunitária na região com base na economia solidária?

- 5.1 Existência de iniciativas solidárias de cunho-comunitário (caixas, mutirão, adigitório)
- 5.2 Existência de iniciativa financeira de apoio aos grupos produtivos (empréstimos bancários)
- 5.3 Necessidade dos grupos produtivos em relação a um fundo rotativo solidário.

6 Qual a disposição atual de recursos financeiros do Fórum e como foi captado?

- 6.1 Capacidade financeira do Fórum

APÊNDICE C - Entrevista Estruturada -Aplicada com os grupos produtivos do Projeto *Desperta Litoral*

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO “*DESPERTA LITORAL*”, ANALISANDO AS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL-SOLIDÁRIO NA COSTA DOS COQUEIROS, LITORAL NORTE DA BAHIA, NO PERÍODO 2011 A 2013.

Entrevista Estruturada - aplicada com os grupos produtivos do Projeto Desperta Litoral
Roteiro

1. Dados de identificação:

Grupo de Produção: _____

Representante: _____

Organização responsável: _____

Endereço: _____

Município: _____

CEP: _____ Fone: _____

Email: _____

2 O que você pode informar sobre a capacidade produtiva de seu grupo a partir da aquisição dos materiais e equipamentos necessários à organização.

2.1 Ocorreu melhoria da capacidade produtiva?

() Sim () Não

Se afirmativo, o que melhorou?

Se negativo, por que não melhorou? _____

2.2 Quais os materiais/equipamentos recebidos? _____

Valor da aquisição: _____

2.3 Volume da produção em percentual com base no diagnóstico marco zero.

2.4 Resultados financeiros da arrecadação: valor médio mensal na comercialização em salário mínimo.

1 SM () 2 SM () 3 SM () 4SM () Mais de 4 SM

3 Foram realizadas as capacitações relacionadas às temáticas específicas das cadeias produtivas (agroecologia com meliponicultura, pesca, artesanato e serviço de alimentação) onde se inserem os 13 grupos solidários, como estavam previstas no projeto Desperta Litoral?

Sim () Não ()

Se negativo, por que? _____

3.1 Quais as capacitações que foram realizadas? _____

3.2 Quais as evidências de eficácia da gestão dos grupos solidários, a partir das capacitações oferecidas?

3.2.1 Capacidade organizativa:

3.2.2 Relação com a base (integrantes):

3.2.3 Capacidade articulativa com interorganizações:

3.2.4 Capacidade resolutiva de gestão:

4 Evidências da implantação do Fundo Rotativo Solidário:

Você sabe o que é o Fundo Rotativo Solidário?

() Sim () Não

Se afirmativo, como ficou sabendo? _____

O que alterou no seu grupo com o apoio do Fundo Rotativo Solidário?

Existe uma programação de devolução do recurso ao Fundo?

() Sim () Não

Se afirmativo como é essa programação? _____

Seu grupo já está devolvendo recurso ao Fundo?

() Sim () Não

Se afirmativo, quanto já devolveu? _____

Quanto falta? _____

Se negativo, quais as razões da não devolução? _____

5 Ocorreram resultados na organização do seu empreendimento?

() Sim () Não

Quais foram os resultados?

Se afirmativo, o que facilitou?

() Iniciativas coletivas () apoio público () articulação do grupo

Pode descrevê-las? _____

Se negativo, o que dificultou?

Quais as soluções sustentáveis-solidárias coletivas de cooperação no seu grupo, que estão contribuindo para o desenvolvimento local ?

6 As iniciativas do grupo referentes à troca de experiências e articulação dos empreendimentos relacionam-se aos aprendizados formativos?

() Sim () Não

Se afirmativas, quais?

7 A operacionalização do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, tem mostrado evidências da articulação de uma rede dos empreendimentos solidários participantes?

() Sim () Não

Se afirmativo, quais as evidências? _____

Se negativo, como articular essa rede? _____

8 Como o grupo avalia a gestão do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros sob o Projeto Desperta Litoral?

() Ótima () Boa () Regular () Péssimo

Por que? _____

Comparação com a pesquisa de Marco Zero realizada em janeiro /fevereiro de 2012 com os grupos produtivos do Projeto Desperta Litoral

1 Composição:

- 1.1 Quantas pessoas compõem o seu grupo hoje? _____
- 1.2 Quantas do sexo masculino: _____ Quantas do sexo feminino: _____
- 1.3 Faixa etária média dos participantes: _____
- 1.4 Grau de instrução dos membros do grupo:
- 1º grau completo _____ 2º grau completo _____ 3º grau _____
- 1º grau incompleto _____ 2º grau incompleto _____ 3º grau incompleto _____
- Não estudou _____

2 Gestão do Grupo de Produção:

Como vem se dando a gestão do grupo?

Participação dos integrantes: () ótima () boa () regular () péssima

Relação entre as pessoas: () ótima () boa () regular () péssima

Relação com o Fórum Sustentável : () ótima () boa () regular () péssima

Relação com as organizações de sua localidade: () ótima () boa () regular () péssima

Resultado adm. /financeiro: () positivo () negativo

Projeções a partir da experiência do Projeto Desperta Litoral : _____

3 Produção/Escoamento/Comercialização

3.1 Quantas pessoas do seu grupo estão produzindo? _____

3.2 Como vêm ocorrendo o processo de escoamento / Transporte utilizado

3.3 Como vêm ocorrendo a comercialização?

3.4 Para onde o grupo escoar sua produção?

3.5 Houve melhoria do valor médio mensal arrecadado na comercialização?

() Sim () Não

3.6 Da primeira avaliação para o momento atual qual o percentual de melhoria?

() 10% () 20% () 30 % () 40% () 50 % () 60% () 70 % () 80 % () 90 % () 100% () + de 100 %

3.7 Se negativo, o que impediu?

3.8 Capacidade produtiva mensal:

Grupo?

Kilogramas() _____ Variedades: _____

Unidades produzidas () _____ Variedades: _____

Litros () _____ Variedades: _____

Individual?

Kilogramas() _____ Variedades: _____

Unidades produzidas () _____ Variedades: _____

Litros () _____ Variedades: _____

4 Demanda atual do grupo? _____

4.1 Necessidade atual do grupo em relação à Treinamentos/ Capacitações

() Sim () Não

Se afirmativo, quais as capacitações demandadas?

5 Quais as iniciativas solidárias ocorridas no grupo?

6 O grupo utilizou atualmente financiamento bancário?

Sim () Não ()

Se afirmativo, qual financiamento e que Banco? _____

7 Como o grupo avalia a gestão do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros?

() Ótima () Boa () Regular () Péssimo

Por que?

APÊNDICE D - Roteiro Grupo Focal: aplicação com a Direção do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros (marco zero)

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO “*DESPERTA LITORAL*”, ANALISANDO AS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL-SOLIDÁRIO NA COSTA DOS COQUEIROS, LITORAL NORTE DA BAHIA, NO PERÍODO 2011 A 2013.

Grupo Focal: Aplicação - Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros - Marco zero

Roteiro

1 Como encontra-se a estrutura organizacional do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros?

- 1.1 Composição;
- 1.2 Documentação legal existente;
- 1.3 Associados e/ou participantes
- 1.4 Recursos captados disponíveis;

2 Como vem se dando a gestão do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros?

- 2.1 Interlocução com as entidades comunitárias integrantes;
- 2.2 Agregadora, favorecendo o compartilhamento de responsabilidades com seus pares.
- 2.3 Não estimuladora da participação e isolada da base
- 2.4 Apoiadora de iniciativas e movimentos desencadeados nas comunidades locais.
- 2.5 Interessada no bem comum e ampliação das condições socioeconômicas das comunidades envolvidas.
- 2.6 Estimuladora da participação de seus integrantes nos variadas dimensões: social, política, ambiental, cultural, etnia e de gênero.

3 Como o Fórum estabelece a comunicação e articulação com parceiros, terceiro setor, poder público local, estadual e nacional?

- 3.1 Articulação na sociedade civil.

4 O Fórum é estimulador de oportunidades para as iniciativas coletivas produtivas sustentáveis?

- 4.1 Mecanismos adotados para a ampliação de oportunidades.

5 O Fórum tem conhecimento da existência de alguma experiência produtiva e social comunitária na região com base na economia solidária?

5.1 Existência de iniciativas solidárias de cunho-comunitário (caixas, mutirão, adigitório)

5.2 Existência de iniciativa financeira de apoio aos grupos produtivos(empréstimos bancários)

5.3 Necessidade dos grupos produtivos em relação a um fundo rotativo solidário.

6 Qual a disposição atual de recursos financeiros do Fórum e como foi captado?

6.1 Capacidade financeira do Fórum

APÊNDICE E - Roteiro Grupo Focal: aplicação com a Direção do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, Grupos Produtivos, Conselho Gestor Local

Formação do Fundo rotativo solidário

Como vem sendo construído?

Qual atribuição do fundo?

Como será distribuído o valor gerado no Fundo?

Como os grupos estão se organizando para a devolução do recurso ao Fundo?

Comitê gestor local:

Como está funcionando?

Os 48 encontros previstos com os grupos de produção estão sendo realizados?

Qual o papel do Comitê?

As capacitações previstas

Por que não estão sendo realizadas?

Por que o Comitê não está gerindo o projeto?

Existe no projeto *Desperta Litoral* a previsão de capacitação para o Fórum e os grupos produtivos sobre gestão, como está sendo pensado?

APÊNDICE – F - Roteiro Entrevista Semiestruturada: aplicada com Instrutora de Capacitação em Economia Solidária

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO “*DESPERTA LITORAL*”, ANALISANDO AS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL-SOLIDÁRIO NA COSTA DOS COQUEIROS, LITORAL NORTE DA BAHIA, NO PERÍODO 2011 A 2013.

Entrevista Semiestruturada: Aplicada Com: Instrutora De Capacitação Em Economia Solidária

Roteiro

1. Dados de identificação:

Nome: _____
Organização: _____
Função: _____
Formação: _____
Contato/Fone: _____
Email: _____

2. Qual a atividade desempenhada no Projeto Desperta Litoral?

3. Descreva a atividade desenvolvida:

4. Informe grau de participação e envolvimento dos grupos de produção na atividade desenvolvida:

5. Qual sua avaliação sobre a atividade requerida pelo Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros?

6. A atividade foi concluída? Haverá continuidade?

7. Qual sua sugestão sobre outra forma de desenvolver essa atividade e/ou outras atividades a serem ainda desenvolvidas?

APÊNDICA G - Roteiro de Entrevista Semiestruturada: aplicada com Agente Local e Coordenação do Projeto

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO “*DESPERTA LITORAL*”, ANALISANDO AS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL-SOLIDÁRIO NA COSTA DOS COQUEIROS, LITORAL NORTE DA BAHIA, NO PERÍODO 2011 A 2013.

Roteiro De Entrevista Semiestruturada: aplicada com Agente Local e Coordenação do Projeto

1. Dados de identificação:

Nome: _____
Organização: _____
Função: _____
Formação: _____
Contato/Fone: _____
Email: _____

2. Qual sua função e atribuições no Projeto Desperta Litoral?

3. Como vem ocorrendo seu acompanhamento ao projeto Desperta Litoral?

4. Quais as dificuldades encontradas?

5. Quais as conquistas percebidas?

- 6. Você acha que o projeto Desperta Litoral, tem contribuído para a melhoria das condições de vida e de trabalho na Costa dos Coqueiros, através dos 13 grupos de produção?**

- 7. Os objetivos específicos de melhorar a capacidade produtiva dos grupos, oferecer capacitações à gestão do fórum e às cadeias produtivas e a implantação do fundo rotativo solidário vem sendo atendidos?**

- 8. O que você observa como solução sustentável solidária coletiva de cooperação entre os grupos?**

- 9. O que você identifica como contribuição do projeto para o desenvolvimento local?**

APÊNDICE H - Roteiro Entrevista Semiestruturada: aplicação com a Presidente do Fórum**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO “DESPERTA LITORAL”, ANALISANDO AS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL-SOLIDÁRIO NA COSTA DOS COQUEIROS, LITORAL NORTE DA BAHIA, NO PERÍODO 2011 A 2013.****Entrevista Semiestruturada****Aplicação com a presidente do Fórum****1. Dados de identificação:**

Nome: _____
Organização: _____
Função: _____
Formação: _____
Contato/Fone: _____
Email: _____

2. A partir do impedimento da gestão da diretoria anterior do Fórum, como e quando ocorreu a sua gestão?

3. Como é composta a direção do Fórum?

4. Como vem ocorrendo a gestão do Fórum?

5. Como presidente do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, qual suas atribuições no Projeto Desperta Litoral?

6. Quais as dificuldades encontradas?

7. Quais as conquistas percebidas?

8. Você acha que o projeto Desperta Litoral, tem contribuído para a melhoria das condições de vida e de trabalho na Costa dos Coqueiros, através dos 13 grupos de produção?

9. Os objetivos específicos de melhorar a capacidade produtiva dos grupos, oferecer capacitações à gestão do fórum e às cadeias produtivas e a implantação do fundo rotativo solidário vem sendo atendidos?

10. O que você observa como solução sustentável solidária coletiva de cooperação entre os grupos?

11. O que você identifica como contribuição do projeto Desperta Litoral para o desenvolvimento local?

APÊNDICE I - Roteiro Entrevista Semiestruturada - aplicado com Técnicos- Setre e Caritas**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO “DESPERTA LITORAL”, ANALISANDO AS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL-SOLIDÁRIO NA COSTA DOS COQUEIROS, LITORAL NORTE DA BAHIA, NO PERÍODO 2011 A 2013.****Roteiro Entrevista Semiestruturada - Aplicado Com Técnicos - Setre e Caritas****1. Dados de Identificação:**

Nome: _____
Organização: _____
Função: _____
Formação: _____
Contato/Fone: _____
Email: _____

2. Como o Fórum Sustentável Solidário da Costa dos Coqueiros vem cumprindo com seu papel de executor do Projeto Desperta Litoral?

3. Como vem ocorrendo a operacionalização do projeto Desperta Litoral, tendo em vista seu objetivo geral de contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho na Costa dos Coqueiros, por meio do fortalecimento da organização produtiva de 13 grupos produtivos solidários, participantes do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros?

4. Os objetivos específicos de melhorar a capacidade produtiva dos grupos, oferecer capacitações à gestão do fórum e às cadeias produtivas e a implantação do fundo rotativo solidário vem sendo atendidos?

5. Quais as dificuldades encontradas?

6. Quais as conquistas percebidas?

7. O que você observa como solução sustentável solidária coletiva de cooperação entre os grupos?

8. O que você identifica como contribuição do projeto Desperta Litoral para o desenvolvimento local?

APÊNDICE J - Carta Ao Superintendente Sesol- Superintendência de Economia Solidária

Salvador, 16 de outubro de 2013

Prezado Milton,

Sinto não termos tido uma conversa presencial para dialogarmos sobre a avaliação que fiz do projeto Desperta Litoral, projeto em execução pelo Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, selecionado pelo edital 01/2011 SETRE. Mas, não vai faltar oportunidade para você conhecer o trabalho. Como lhe informei, trata-se do meu objeto de estudo no Mestrado profissional em Gestão Social - Escola de Administração da UFBA, que concluo no final do mês de outubro.

Para melhor lhe situar em relação aos resultados encontrados, vou transcrever um parágrafo do resumo:

No atendimento aos objetivos específicos, foi comprovado o aumento da produção dos grupos, a diversificação da produção, a expansão da arrecadação financeira, a melhoria da organização dos grupos, a evolução da participação, a elevação da motivação, a articulação com a sociedade civil e com o governo (três esferas). O Conselho Gestor local, até a conclusão deste estudo, não se encontrava em funcionamento, como também ainda não havia sido operacionalizado o Fundo Rotativo Solidário - embora a maioria dos grupos já estivesse devolvendo, conforme exigência do Projeto, parte do recurso recebido. Não foram identificadas as soluções sustentáveis solidárias coletivas; tampouco as soluções próprias de modalidades articuladas com base nas relações econômicas e na troca de experiências; nem a articulação de rede dos empreendimentos solidários participantes.

A informação que eu tive pela direção do Fórum é que estão solicitando o adiamento do término, previsto para novembro/2013, logo pleiteiam uma prorrogação por mais um ano, haja vista os problemas administrativos que enfrentaram e que dificultaram a execução.

Ao final do processo, fiz algumas recomendações que vejo pertinência no sentido propositivo de contribuir com experiências similares. Achei interessante socializar com você no sentido de ouvir seu parecer a respeito.

Quero deixar claro que o parecer só será socializado com sua permissão.

Recomendações feitas:

Conforme os resultados apontados pela pesquisa, temos o propósito de contribuir para a realidade investigada com algumas proposições:

- Uma proposta de redistribuição de recursos no compromisso do Governo com a superação dos mecanismos geradores de pobreza deve estar imbuída da necessidade de compreensão das realidades sócio-territoriais onde se encontram os cidadãos que serão atendidos pelos projetos. A questão não é somente distribuir os recursos, mas oferecer suporte suficiente para o acompanhamento técnico frequente, regular e adequado à essa experiência, ao contrário estaremos diante de realidades que não poderão sozinhas suplantarem as adversidades a que estão submetidas e o projeto estará prestes a não obter os resultados previstos.
- As comunidades por si só já enfrentam os dilemas em relação à formação e capacitação das pessoas, na Bahia o número de analfabetos chega a 1.712 milhões em todo o Estado¹. As pessoas participantes de uma experiência dessa precisam de suporte de formação básica e capacitações específicas em gestão, economia solidária e conteúdos relacionados a formação técnica e política conjugados com os saberes locais a serem preservados.
- É preciso ser diagnosticado antes da operacionalização do projeto o potencial humano, as condições em que se dão as atividades produtivas, a forma adotada de escoamento e transporte dos produtos, os espaços de comercialização utilizados e as possibilidades que poderão ser potencializadas a partir desse estudo.
- O processo de associação e socialização dos participantes não é uma prática cotidiana, um projeto de economia solidária deve ter um preparo das pessoas para emergirem nessa lógica, então um trabalho de base deve ser feito para que seja melhor compreendido e tenha êxito na execução. Intensificar ações de formação e organização, estimulando o patrimônio coletivo e o tornar-se protagonista do seu próprio desenvolvimento econômico e social. Na construção das soluções coletivas é necessário esse entendimento, só assim podem adotar formas coletivas de produção, de escoamento e comercialização.
- Deve ser revisto o processo de comprovação de documentação de prestação de contas, pois cada realidade tem sua particularidade e torna-se difícil cumprir com exigências como, por exemplo, a documentação para uso de transporte coletivo, as comunidades encontram-se em área intermunicipais e não dão conta dessa exigên-

¹ Segundo dados da pesquisa nacional por amostra de domicílio (Pnad) IBGE, 2012.

cia, suas realidades não se ajustam à essas determinações. O valor de transporte para eles tem custo elevado e não se assemelha a quem está em área urbana².

- É preciso uma pesquisa e intervenção no mercado para orientar e inserir os produtores em espaços que possam aderir aos objetivos do projeto, podendo oportunizar um melhor resultado da atividade produtiva.
- Um trabalho na sociedade de informação e incentivo para que abracem essa causa é complementar a uma ação da natureza da economia solidária. O respaldo da sociedade agregará a todos, produtores, consumidores, sociedade em variadas dimensões, econômica, social, ambiental, humana.
- A criação e o fortalecimento de uma política pública para a economia solidária que envolva todas as iniciativas de finanças solidárias a exemplo dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento uma prática de apoio às economias populares de territórios com baixo índice de desenvolvimento humano.

Fico grata por sua receptividade, apoio e compreensão.

Abrço fraterno,

Juçara Freire

Fone: 91186367

² Essas comunidades localizam-se nos municípios de Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Esplanada, Conde e Jandaíra.

APÊNDICE K - Resposta do Superintendente SESOL

De: Milton Barbosa [milton.ba@uol.com.br]
Enviado: quarta-feira, 30 de outubro de 2013 23:25
Para: Jucara Santos
Assunto: Re: ENC: Carta

Prezada Jucara

A morte súbita de um querido amigo impediu-me de responder-lhe a tempo.

Concordo com suas observações e sugestões a respeito da política pública em ecosol. Em especial a necessidade de assistência técnica permanente, pública e de boa qualidade. Este é o principal objetivo dos Centros Públicos de Ecosol. Esta em curso a implantação destes equipamentos no estado da Bahia inclusive para a região do litoral norte. No momento enfrentamos dificuldades financeiras para a operação plena deste serviço, mas continuamos na luta.

Desejo-lhe boa sorte

Milton

ANEXO A - Formulário de Projeto - Projeto "Desperta Litoral"

SEÇÃO C – MODELO DE PLANO DE TRABALHO

FORMULÁRIO DE PROJETO

Identificação do projeto (Título)	Período de execução	
	Início	Término
	14/11/2011	14/11/2013
“Desperta Litoral”: projeto de apoio à organização produtiva e implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.		
Valor total (R\$)		

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da instituição: Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros			
Dirigente: Valquiria Silva Vinhas Juriti			
Endereço: Praça Matriz s/n Centro Comunitário da Paróquia do Divino Espírito Santo			
Bairro: Vila de Abrantes	Cidade Camaçari	Estado Bahia	CEP 42840 000
Telefones: : 71 9938 7902	Fax:	Página na internet (<i>home page</i>)	
Endereço eletrônico: quiria.vj@hotmail.com			

COORDENADORIA GERAL DA PROPOSTA

Nome completo do Coordenador: A contratar.	
Titulação:	Área(s):
Telefone (fixo, celular e fax):	Endereço eletrônico:

Coordenador(a) de outro(s) projeto(s)?**() Sim. Indicar quais:****(X) Não**

Função:

- gestão e acompanhamento das atividades;
- auxílio e monitoramento dos instrumentos de gestão para o FRS;
- apoio na elaboração de estratégias de ação para o FRS;
- orientação dos agentes locais nas atividades de campo;
- auxiliar as ações de acompanhamento do FRS;
- apoiar a organização de oficinas de trabalho voltadas para formação dos grupos produtivos e do Comitê Gestor do FRS;

RESPONSÁVEL TÉCNICO**Nome completo:** Valquíria Silva Vinhas Juriti**Telefone (fixo, celular e fax):** 71**Endereço eletrônico****Atividades sob a sua responsabilidade na execução do projeto:**

- Auxílio ao trabalho dos consultores para o FRS;
- Auxílio na sistematização de documentos gerados ao longo do processo de acompanhamento do FRS;
- Auxílio na organização e acompanhamento capacitações;
- Participação em encontros, reuniões e eventos de organização do FRS;
- Auxílio na elaboração de relatórios e prestação de contas do projeto;

DADOS DO PROJETO**Resumo do projeto:**

O Projeto “Desperta Litoral”: projeto de apoio à organização produtiva e implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, tem como objetivo contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho na Costa dos Coqueiros, por meio do fortalecimento da organização produtiva de 13 grupos produtivos solidários, participantes do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros. Para alcançar este objetivo propõe investir recursos na reorganização produtiva dos grupos, oferecer capacitação em temáticas demandadas por eles e implantar o primeiro Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.

Objetivos gerais e específicos do projeto:

Objetivo Geral:

Contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho na Costa dos Coqueiros, por meio do fortalecimento da organização produtiva de 13 grupos produtivos solidários, participantes do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros.

Objetivos Específicos:

1. Melhorar a capacidade produtiva de 13 grupos solidários através da aquisição de materiais e equipamentos necessários à sua organização;
2. Oferecer capacitação para a gestão do Fórum e em temáticas específicas para as cadeias produtivas (agroecologia, pesca e artesanato) onde se inserem os 13 grupos solidários;
3. Implantar o Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.

Justificativa do projeto:

Em junho de 2011 foi divulgada a constatação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com dados da pesquisa de 2010, que 2,4 milhões de baianos, ou 17,7% da população do estado, estão vivendo com uma renda mensal per capita de até R\$ 70. Desta forma, os dados revelam que cerca de 14,8% dos miseráveis do país estão na Bahia¹. A partir de tal constatação justifica-se a elaboração desta proposta que vem a sugerir que o apoio na reorganização produtiva dos 13 grupos tem como objetivo oferecer condições para que os participantes possam melhorar as possibilidades de geração de renda e melhoria da qualidade de vida deles nos aspectos econômicos e sociais.

Além do apoio à organização produtiva, este projeto busca implementar uma prática de finança solidária. Segundo França Filho (2004, p. 121), as finanças solidárias dizem respeito “um conjunto de experiências – também conhecidas sobre outras expressões (microcrédito, poupança solidária, microfinança, finança de proximidade, etc.)”. A prática de finança solidária pressupõe uma relação que foge das características do mercado financeiro, democratizando o acesso ao crédito para empreendimentos ligados à ocupação e geração de renda. (VASCONCELOS, 2002²). O Fundo Rotativo Solidário, estando inscrito nas práticas de Economia Solidária, se incumbi em buscar um resultado social do investimento que será feito em torno dos 12 grupos produtivos.

A prática de constituição de fundos rotativos vem se desenvolvendo no Brasil desde os anos 80, com destaque para o fundo gerido pela ASA – Articulação para o Semiárido na Paraíba. Devido ao potencial positivo de contribuição para alteração positiva da realidade, essa prática se espalhou por inúmeras comunidades, alcançando 1.840 fundos em 140 municípios, beneficiando 18.000 famílias. Esses dados justificam a propensão que os fundos rotativos solidários são instrumentos promissores no enfrentamento dos mecanismos que geram empobrecimento. A repercussão dos fundos rotativos atualmente revela que 180 organizações estão desenvolvendo esta metodologia, com cerca de 15.000 empreendimentos e grupos de geração de renda que podem ser participantes ou que estão a espera de apoio para implantar um fundo³.

Busca-se com o Fundo, o fortalecimento do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros e dos 13 grupos produtivos, realizar a “afirmação de uma finalidade de aplicação ética do dinheiro na direção daqueles projetos articulando por exemplo um trabalho de luta contra a exclusão, de preservação ambiental, de ação cultural, de desenvolvimento local”. (FRANÇA FILHO, 2001, p. 131). Tanto é relevante a proposta de constituir um Fundo Rotativo

1 <http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-1/artigo/bahia-tem-o-maior-numero-de-miseraveis-em-todo-o-brasil/>.

2 VASCONCELOS, Nilton. Bansol: uma nova experiência em finanças solidárias. Revista Bahia Análise e Dados. Salvador, SEI, v.12, n.1, p. 131-140, Junho 2002.

3 Fundos Solidários, caderno 1. Fundação Esquel, 2007.

Solidário, que até 2008, foram aplicados R\$ 4,8 milhões no programa, do Banco do Nordeste do Brasil que investe em Fundos Rotativos Solidários, sendo R\$ 2,5 milhões da SENAES e R\$ 2,3 alocados pelo BNB/FDR⁴.

Pressupõe-se, a partir das diversas experiências que vem sendo desenvolvidas no Brasil, que os Fundos Rotativos Solidários são mecanismos de promoção do desenvolvimento de territórios, através do suporte aos empreendimentos produtivos e fortalecimento da articulação em rede, representada pelo Fórum, sob a perspectiva da Economia Solidária em seus diversos âmbitos. Nesse sentido, esta proposta que contempla 13 grupos representa o início de um processo que tende a se fortalecer para que seja possível concretizar o universo de 113 grupos que compõem o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros ao longo de sua abrangência, envolvendo sete municípios (Camaçari, Mata de São João, Lauro de Freitas, Entre Rios, Espanada, Conde e Jandaíra).

Abrangência do projeto:

O Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros está sediado no Centro Comunitário da Paróquia do Divino Espírito Santo, Praça Matriz, s/n - Sala 05, Vilas de Abrantes, município de Camaçari. Sua abrangência inicia no município de Lauro de Freitas, vai até a divisa da Bahia com Sergipe, integrando 07 municípios, a saber: Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Espanada, Conde e Jandaíra (cobrindo aproximadamente 217 km). Por conta de ser um território muito extenso, representantes de empreendimentos comunitários se articularam em torno de uma personalidade jurídica que representa a todos na luta pelo desenvolvimento sustentável das comunidades na Costa dos Coqueiros.

Dados do Censo IBGE (2000), tendo como referência para a Costa dos Coqueiros os municípios de Lauro de Freitas, Mata de São João, Camaçari e Entre Rios, revelou que 42,61% da população vive sem rendimento e apenas 11,78% da população vive com mais de 5 salários mínimos, somente foram contabilizados trabalhadores registrados em regime de CLT. Vê-se ainda que 31,70% da população possuem Ensino Fundamental I completo, contra 5,55% que possuem ensino superior completo.

Segundo um estudo diagnóstico do Serviço Social da Concessionária Litoral Norte (2000), as principais dificuldades/necessidades levantadas junto às comunidades, foram: falta de segurança, transporte escasso, inexistência de ensino do segundo grau, desinformação dos pescadores a respeito do benefício de aposentadoria, carências no período de entressafra pesqueira, desemprego, falta alternativa de trabalho para jovens e funcionamento precário da Unidade de Saúde.

O universo de grupos/associações reunidas em torno do Fórum é de 113 grupos comunitários, mas devido às limitações, para efeitos desta proposta, foram selecionados somente 13 grupos para estes primeiros 2 anos de implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros. Observa-se que três cadeias produtivas são predominantes - Artesanato, Agroecologia e Pesca:

⁴ Fundos Rotativos Solidários: Dilemas, avanços e esperanças de uma política pública inclusiva no marco da economia solidária no Nordeste do Brasil.

Grupo	Localização	Produção	As-soc.	Renda Mensal
Associação de Pescadores e Marisqueiros de Jandaira	Tv. Francisco Borges, nº 145- Abadia- Jandaíra-BA , CEP 48.310-000	Peixes e frutos do mar/ Comercialização	26	Inferior ao salário mínimo
Associação Comunitária dos Moradores do Bairro do Retiro	Sítio Amor Fiel, s/nº Barro Branco - Mata de São João/Ba	Artesanato com utilização de metais e pedras, couros, entalhes em madeira, macramê, tecelagem, pinturas e cerâmica e Agricultura Orgânica.	20	540,00
Associação dos Artesãos e doceiras do Baixo	Baixo/ Esplanada-BA CEP 48.370-000	Doces(frutas da região)/ Luminárias e Bijuterias(coco, osso chifre,cipó e búzios)	35	R\$ 540,00 (em alta estação)
Associação de Pescadores e Marisqueiras do Município de Conde	Praia dos Passos, Poças/ Conde-BA CEP 48.300-000	Peixes e frutos do mar/ Comercialização	38	R\$ 540,00
Associação das Costureiras e Bordadeiras CNPJ 10.797.167/0001-89	Fazenda Malícia II Km 13, Estrada do Coco- Vila de Abrantes- Camaçari- BA CEP 42.840-000	Artigos para o lar: toalhas, jogos de cozinha, panos de prato, bolsas de praia (tecidos e aviamentos em geral)	5	Em média uns R\$ 540,00
Associação dos Criadores de Aves da Fazenda Açu da Capivara - CNPJ 06.123.887/0001-91	Fazenda Açu da Capivara, S/N, Coqueiro de Arembepe, Camaçari , CEP 42.835-000	Frango, ovos (biofertilizante natural) Confecção de Vestuário (tecido)	25	De R\$250,00 a R\$ 500,00
Associação dos Produtores rurais de Jóia do Rio e Adjacências - CNPJ 05.964.609/0001-02	Estrada da Tiririca- Comunidade Jóia do Rio 2, Camaçari	Peixe, frango, mel mudas de plantas ornamentais e frutíferas.	20	R\$ 500,00 a R\$ 600,00
Associação Agrícola Rancho Alegre - CNPJ 03.521.118/0001-53	Arembepe- Camaçari	Agricultura diversificada: sementes, adubos e mudas	10	R\$ 300,00 a 600,00
Associação Beneficente Progresso Alameda do Rio - CNPJ 08957544/0001-58	Rua São Bento, nº 66 Vila da Abrantes, CEP 42.840-000 Camaçari	Agricultura Orgânica, Meliponicultura, Apicultura, Avicultura e Picicultura.	25	R\$ 400,00
Associação de Artesãos Domínio dos Deuses CNPJ:10.417.839/000	Sítio Amor Fiel, s/nº Barro Branco - Mata de São João/Ba	Artesanato com utilização de metais e pedras, couros, entalhes em madeira,	12	R\$ 200,00 a 500,00

1-83		macramê, tecelagem, pinturas e cerâmica e Agricultura Orgânica.			
Associação dos pequenos Agricultores do projeto de Assentamento Euclides Neto CNPJ:04.825.837/0001-20	Fazenda Gameleira e Carijó de Cima,s/nº - Mata de São/Ba	Agricultura Orgânica,Criação de galinhas, Apiários, Piscicultura, Suinocultura e Criação de Caprinos	76	R\$ 240,00	
Associação de Produtores Rurais e Preservação Ecológica CNPJ: 10550810/0001-75	Fazenda Foz de Imbassaí, Km67, Linha Verde Mata de São João-Ba	Agricultura orgânica e Artesanato (Derivados do coco, sementes e pedras)	200	R\$ 400,00	
Associação Beneficente Casa da União da Bahia CNPJ:11.283.867/0001-18	Lot. Jardim Ipitanga, Fazenda Caji, s/nº Cep:42.7000-000 Lauro de Freitas/ Ba	Produtos Alimentícios Orgânicos	4	R\$ 540,00	

Metodologia e abordagem:

O Fundo Rotativo da Costa dos Coqueiros será uma organização comunitária, no âmbito dos grupos produtivos que compõem o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, cujo objetivo é poder oferecer serviços financeiros em rede. O Fórum é de natureza associativa, assim também o Fundo, que se direciona à fomentar a geração de trabalho e renda, sob os princípios da Economia Solidária. A metodologia é participativa com garantias baseadas no aval solidário e gestão de um Comitê Local, composto por sete membros dos grupos produtivos e da diretoria do Fórum. Essa abordagem garante que a comunidade se responsabilize pela gestão local dos recursos sem a intermediação de uma organização incubadora.

As capacitações e consultorias irão acontecer de forma a estimular que os interesses coletivos e a solidariedade se expressem nos vínculos sociais entre os membros dos grupos produtivos para que esta prática torne-se um efetivo instrumento de combate à pobreza, gerando renda e desenvolvimento. Pretende-se que a devolução do investimento por parte dos grupos produtivos seja de, no mínimo 30% (trinta por cento), com pagamento em 15 (quinze) meses, tendo como carência os primeiros 03 (três) meses estabelecendo-se um sistema que impeça a desvalorização do retorno, estabelecendo-se, em processos participativos, um fator de correção.

Metodologicamente, a execução do projeto prevê três fases, que correspondem a cada um dos objetivos específicos e que, por estarem inter-relacionadas, acontecerão concomitantemente:

Fase I - Aquisição de materiais e equipamentos necessários à organização dos 13 grupos;

Essa fase consiste basicamente na tomada de preço e aquisição e dos equipamentos e insumos solicitados para fortalecer a organização produtiva dos grupos. Já nessa fase, o Comitê Gestor do Fundo se encarrega de observar o cumprimento das atividades conforme foi apresentado nesta proposta. Toda esta fase será desenvolvida com o apoio de dois agentes comunitários contratados para dar suporte à execução deste projeto.

Fase II – Capacitação dos 13 grupos e do Fórum;

Relacionamento (Psicologia): dois encontros de 6 horas; Mobilização/Associativismo : dois encontros de 6 horas; Gênero: dois encontro de 6 horas; Comercialização: quatro encontros de 6 horas; Agro ecologia: dois encontros de 6 horas; Pesca: dois encontros de 6 horas; Artesanato: dois encontros de 6 horas; Apicultura: dois encontros de 6 horas; Aproveitamento integral de alimentos: dois encontros de 6 horas e Plano de Negócios: quatro encontros de 6 horas. Ao final terão sido executadas 144 horas. Esta carga horária foi estabelecida considerando a solicitação dos próprios grupos produtivos para que aconteçam 24 encontros de 6 horas cada um, o que representa 1 encontro.

Dessas capacitações participam 13 pessoas, uma por empreendimento comunitário que compõe o projeto. Estão previstos recursos para o deslocamento de pessoas dos sete municípios e alimentação durante os encontros. Tanto nesta fase quanto na fase III a consultoria contábil será de extrema importância tanto do ponto de vista da capacitação oferecida aos empreendimentos quanto na assessoria para construção de instrumentos adequados de acompanhamento financeiro.

Fase III – Implantação do Fundo Rotativo Solidário.

Esta fase contempla a sensibilização do Fórum e, principalmente dos 13 grupos produtivos, para a importância da devolução do investimento que foi feito em cada um deles. A meta mínima estabelecida foi de 30% do valor investido em cada grupo ser devolvido em dinheiro para formar o primeiro recurso do fundo. Inicialmente, as representações comunitárias solicitaram a devolução em 15 meses, sendo os primeiros três meses de carência.

Será formado um grupo de sete pessoas, dentre eles representantes do Fórum e dos empreendimentos, que será denominado Comitê Gestor Local do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros. Este comitê fará a gestão do fundo e será a garantia de um processo autogestionário. Estão previstos encontros desse comitê durante os 24 meses de projeto, assegurando recursos para as despesas de transporte e alimentação dos participantes.

Com o intuito de possibilitar uma experiência de intercâmbio para que os sete membros e mais um acompanhante possam conhecer visualizar os resultados de uma experiência exitosa de Fundo Rotativo Solidário na cidade de Salvador.

EQUIPE ENVOLVIDA NA EXECUÇÃO DO PROJETO

Nome: Valquíria Silva Vinhas Juriti

Entidade: Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros

Categoria profissional/Área de formação: Pedagoga

Função no projeto:

Auxílio ao trabalho dos consultores para o FRS;

Auxílio na reformulação sistematização de documentos gerados ao longo do processo de acompanhamento do FRS;

Auxílio na organização e acompanhamento capacitações;

Participação em encontros, reuniões e eventos de organização do FRS;

Auxílio na elaboração de relatórios e prestação de contas do projeto. C.H: 16 horas semanais.

E-mail: quiria.vj@hotmail.com

Telefone: 71 9938 7902

Nome: Maria Helenize Melo Fernandez

Entidade: Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros

Categoria profissional/Área de formação: Culinarista

Função no projeto:

Auxílio ao trabalho dos consultores para o FRS;

Auxílio na sistematização de documentos gerados ao longo do processo de acompanhamento do FRS;

Auxílio na organização e acompanhamento capacitações;

Participação em encontros, reuniões e eventos de organização do FRS;

Auxílio na elaboração de relatórios e prestação de contas do projeto. C.H: 16 horas semanais.

E-mail:

Telefone: 71 8888-6841

Nome: Maria Lúcia Lopes

Entidade: Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros

Categoria profissional/Área de formação: Filosofia

Função no projeto: Agente Local de Suporte Administrativo-financeiro.

E-mail: maria_lucialopes@hotmail.com

Telefone® 71) 9602 6504 / (71) 8732 6399

PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

Descrição da ação: compra de equipamentos e insumos para 13 grupos produtivos.

Meta/resultados esperados:

1. 13 grupos produtivos equipados.

Início: mês 1 **Término:** mês 3

Valor do orçamento (R\$): 64.954,82

Detalhamento do orçamento

Associação Beneficente Progresso Alameda do Rio

Associação de Produtores Rurais e Preservação Ecológica

Associação dos Produtores Rurais de Joia do Rio e Adjacências

Associação dos Criadores de Aves da Fazenda Açu da Capivara

Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto de Assentamento Euclides Neto

Associação Agrícola Rancho Alegre

EQUIPAMENTOS			
ITEM	QUANTIDADE	VALORES	
		V. Unitário	V. Total
Bomba a gasolina 2,5 HP	1	650,00	650,00
Bomba Rayman 0,5CV / 127V	3	150,00	450,00
Moto Serra a Gasolina sobre 18"	3	2.500,00	7.500,00
Triturador Para Alimentos de Animais até 4mm	2	925,00	1.850,00
Roçadeira a Gasolina Still, Lateral	4	1,594,42	6.377,68
Motor Bomba a Diesel 16CV 4 tempos	1	5.360,00	5.360,00
TOTAL			22.187,68

INSUMOS			
ITEM	QUANTIDADE	VALORES	
		V. Unitário	V. Total
Mangueira PVC 32mm	300m	5,55	1.695,00
Estrovengas	6	12,20	73,20
Cabo Flexível 2 x 6 mm ²	450m	9,00	4.050,00
Cabo de Enxada	15	12,97	194,55
Tela de Cobertura (sombrite)	40m	3,80	152,00
Regadores 10L	6	12,50	75,00
Adubo Orgânico	12	150,00	1.800,00
Mangueiras Pretas 2	950m	2,88	2.736,00
Registro 32mm	5	22,20	111,00
Registro 25mm	5	11,33	56,65
Carrinho de Mão	6	68,20	409,20
Sugador/Meliponicultura	1	590,00	590,00
Caixa de Pinto Pedrez	51	5,50	280,50
Ração Crescimento p/ Pinto (c/30)	250	1,13	282,50
Disjuntor Unipolar 20 ^a / 250U	2	16,90	33,80
Enxadas	5	12,12	60,60
Enxadetes	5	15,11	75,55
Pá	6	11,54	69,24
Tanques de PVC 1.000L	4	207,38	829,52
Total			13.574,31

Associação de Pescadores e Marisqueiras de Jandaíra

Associação de Pescadores e Marisqueiras do Município de Conde

EQUIPAMENTOS			
ITEM	QUANTI- DADE	VALORES	
		V. Uni- tário	V. Total
Freezer / Refr. HO Consul	2	1.499,00	2.998,00
Freezer/Refr HO Consul	1	1.799,00	1.799,00
TOTAL			4.797,00

INSUMOS			
ITEM	QUAN- TIDADE	VALORES	
		V. Unitário	V. Total
Caixade Anzol Chapinha 05	1	36,00	36,00
Caixa de Anzol Chapinha 06	1	25,00	25,00
Rede Pronta 0,40x40 com 50mt	3	133,00	399,00
Rede Pronta 0,35x35 com 50mt	3	133,00	399,00
Rede Pronta 0,70x70 com 50mt	3	460,00	1.380,00
Rede Pronta 0,50x65 com 50mt	2	305,00	610,00
Rede Pronta 0,30x30 com 50mt	1	112,00	112,00
KG Linha Raylon 0,35 mm	4	15,50	62,00
KG Linha Raylon 0,40 mm	4	15,50	62,00
KG Linha Raylon 0,50 mm	4	15,50	62,00
KG Linha Raylon 0,70 mm	4	15,50	62,00
Tarrafa Camarão Malha 18	1	130,00	130,00
Tarrafa Camarão Malha 15	1	120,00	120,00
Tarrafa de Peixe 0,35mm/18p	1	165,00	165,00
Tarrafas 0,40mm/22palmos	2	178,00	356,00
Rede Feiticeira 30x25 com 50 mts	2	125,00	250,00
Coletes Classe 3 Grande	16	22,50	360,00
Balaças de Peixe	3	10,00	30,00
Lanternas Manual	2	33,00	66,00
Balança Peixeira 25kg	1	15,00	15,00
Passaguá	3	9,00	27,00
TOTAL			4.728,00

Associação de Moradores Bairro do Retiro

Associação das Costureiras e Bordadeiras de Vila de Abrantes

Associação dos Artesãos Domínio dos Deuses

INSUMOS			
ITEM	QUANTI- DADE	VALORES	
		V. Unitário	V. Total
Broca Acrom P/M Makita AC	1	3,57	3,57
Broca Acrom P/M Makita AC	1	4,59	4,59
Broca Acrom P/M Makita AC	1	6,02	6,02
Serra Fita Banc Ferrari	1	1.190,00	1.190,00
Tesoura Funil.A Corneta	1	63,80	63,80
Aces Corta/ESM Bosh AC	1	133,00	133,00
Multibanc Carpi Ferrari	1	1.490,00	1.490,00
Ferro Solda ELE Foxlux	1	21,10	21,10
Solda Fio 63X37 Cobix	2	5,15	10,30
Broca Arapd mm Bosch AC	1	2,96	2,96
Broca Chata P/M Makita AC	1	11,10	11,10
Serra Coro JG 1 Bosch AC	1	368,00	368,00
Rebalo Esmeril Norton	1	31,20	31,20
Rebelo Esmeril Alcar	1	20,50	20,50
Rebelo Esmeril Alcar	1	39,90	39,00
Faca Aço Rap.PL Bosch AC	1	79,60	79,60
Broca Acrom P/M Makita AC	1	1,94	1,94
Broca Acrom P/M Makita AC	1	1,96	1,96
Broca Acrom P/M Makita AC	1	1,94	1,94
Broca Acrom P/M Makita AC	1	2,55	2,55
Furad Banc 5/8 Ferrari	1	713,00	713,00
Plaina ELET. 580 Makita FE	1	387,00	387,00
Broca Titanio M Great Wall	1	77,50	77,50
Broca Chata P/M Makita AC	1	4,50	4,50
Broca Chata P/M Makita AC	1	5,00	5,00
Broca Chata P/M Makita AC	1	5,05	5,05
Broca Chata P/M Makita AC	1	5,00	5,00
Broca Chata P/M Makita AC	1	5,61	5,61
Broca Chata P/M Makita AC	1	6,63	6,63
Broca Chata P/M Makita AC	1	8,06	8,06

Serra Marmore 1 Makita FE	2	193,00	386,00
Furad ½ IMP.V B&D FE	4	218,00	872,00
Torno Banc. FE N Schulz FE	1	125,00	125,00
Esmerilha ANG 4 B&D FE	3	135,00	405,00
Plania ELET 650 B&D FE	3	232,00	696,00
Serra Man Circ B&D FE	1	299,00	299,00
Formão Chanfrad Tramontina FE	1	17,20	17,20
Formão Chanfrad Tramontina FE	2	18,20	36,49
Serrote Profis. Cooper Tools	1	30,50	30,50
Serra T-Tico 12 Bosch FE	1	499,00	499,00
Macarico Gas DR Bosch FE	1	206,00	206,00
Maq.Costura TRA Singer	2	699,00	1.398,00
TOTAL			9.670,53

Associação dos Artesãos e Doceiras do Baixo

Associação Beneficente Casa da União da Bahia

EQUIPAMENTOS			
ITEM	QUAN- TIDA- DE	VALORES	
		V. Unitário	V. Total
Balança Dig.p.cozinha cap.5kg	1	88,20	88,20
Peneira inox	1	6,30	6,30
Placapead vermelha10x30x500futura	1	25,83	25,83
Placa pead branca10x30x500futura	1	25,83	25,83
Assadeira reforçada Retangular31x45	3	20,11	60,33
Forminha empada (alum.2 Doupan	5dz	7,74	38,70
Jarra graduada1ltPlasvale	1	2,83	2,83
Rolo Articulado60x300	1	47,97	47,97
Colher PM INDL 400mm futura	1	14,31	14,31
Coelher PM-INDL500mm futura	1	17,01	17,01
Faca legumes inox x 6athus Tramon- tina	1	1,98	1,98
Faca carne10MB Prof Bro266M	1	10,26	10,26
Faca cozinha 3MBBro 268Meganew	1	4,95	4,95
Bacia Canelada 8ltPlasvale	2	4,14	8,28
Organizador Alto26,5 Sanremo	1	32,67	32,67

Organizador Baixo26,2L Sanremo	2	34,92	69,84
Contentor CN 60L 0030036 VDF Pisani	2	29,43	58,86
Durafio Cabo PP Espatula Reta 100mm Di Sol	1	11,61	11,61
Pão Duro c/ caco Joly Grande Doupan	1	5,67	5,67
Cortador de Legumes Médio 10mm Dak	1	116,10	116,10
Jarra OS Air pot Aço Inox 1,8L 9728 Invicta	2	105,75	211,50
Diamante Prato Raso Nadi	50	2,38	119,00
Garfo p/ Mesa Backer	5	9,51	47,55
Faca p/ Mesa Backer	5	13,41	67,05
Escumadeira Hotel 12 ABC	1	9,90	9,90
Recipiente Plástico S 450 c/ tampa Supercro	2	16,65	33,30
Recipiente Plástico S 500 c/ tampa Supercro	1	17,55	17,55
Passador Arroz Hotel 35 ABC	1	45,81	45,81
Forma Reforçada p/ pão caseiro peq. Nigro	6	9,45	56,70
Fogão M 14 S.2000 P.5 c/2 dq p/ Panela Gramado	1	598,50	598,50
Forno Fogão S.2000 paralelo 48x48x30 gramado	1	364,50	364,50
Liquidificador Alta Rotação 2 lt BIMG	1	512,00	512,00
Caçarola Hotel 24 4,9L ABC	1	35,91	35,91
Caçarola Hotel 30 9,8L ABC	1	64,35	64,35
Caçarola Hotel 34 14,5L ABC	1	84,60	84,60
Caçarola Hotel 30 18,3L	1	83,25	83,25
Congelador Dupla Ação VD 410L 110V Gelopar	1	1.584,00	1.584,00
Refrigerador Continental 320L	1	1.349,00	1.349,00
Armário de Cozinha em Aço	1	399,00	399,00
Batedeira Mallory	1	59,90	59,90
Multiprocessador Mallory	1	99,00	99,00
Total			R\$ 6.489,90

INSUMOS			
ITEM	QUANTI- DADE	VALORES	
		V. Uni- tário	V. Total
Farinha de Trigo Sarandi	30Kg	1,68	50,40
Óleo de Milho Liza (900ml)	21	4,66	97,86
Açúcar Pinheiro	50Kg	2,10	315,00
Leite em pó Itambé (200g)	25pct	2,23	55,75
Manteiga Tourinho (500g)	48pct	5,46	262,08
Margarina Delicia (500g)	12pct	2,79	33,48
Banha Sandia	5kg	4,25	21,25
Requeijão Cremoso Minas (1,8kg)	3	15,27	45,81
Queijo Ralado Vigor (100g)	45	2,89	130,05
Azeite Doce Galo EV (500ml)	30	9,89	296,70
Chocolate em pó Garoto (200g)	20	5,73	114,60
Creme de leite Nestlé (200g)	54	1,45	78,30
Leite Condensado Itambé (395g)	72	2,48	178,56
Ameixa s/ caroço La Rioja	10kg	10,99	109,90
Castanha De Cajú La Rioja	10kg	31,90	319,00
Fermento Biologico inst. Fleishmann (10g)	104	0,65	67,60
Chocolate Garoto ao leite (500g)	20	11,75	235,00
Chocolate Garoto Branco (500g)	20	11,82	236,40
Chocolate Garoto meio amargo (500g)	20	11,86	237,20
Coco Ralado desidratado Sococo	2kg	22,30	44,60
Azeitona recheada Ting (2kg)	2	16,98	33,96
Palmito picado PoteD'oro (1,8kg)	4	31,00	124,00
Milho Jussara (2kg)	4	7,49	29,96
Passas pretas La Rioja (1kg)	5	9,98	49,90
Leite Liquido Bom Gosto (1L)	120	2,08	249,60
Açucar Mascavo Dular (500g)	20	2,53	50,60
Aveia em Flocos	20	1,99	39,84
TOTAL			3.507,40

Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros

EQUIPAMENTOS			
ITEM	QUANTI- DADE	VALORES	
		V. Uni- tário	V. Total
Projeto Multimídia Epson Powerlite S10+ 2600 Lumens (800x600)	1	1.250,00	1.250,00
Mesa Escritório	2	250,00	500,00
Cadeira Secretária com Braço	2	180,00	360,00
Arquivo de Aço	1	600,00	600,00
Armário de Aço	1	800,00	800,00
Câmera Digital Sony – Dscw310b	1	500,00	500,00
Microcomputador 4Gb/1TBHD/Core I5 HPP6660BR	1	2.066,00	2.066,00
Monitor Led 20 Polegadas LGE2050T	1	491,50	491,50
Tela Retrátil / 150 X 150cm	1	280,77	280,77
Estabilizador SMS 300VA	1	42,00	42,00
TOTAL			6.890,27

INSUMOS			
ITEM	QUANTI- DADE	VALORES	
		V. Unitá- rio	V. Total
Camisetas	500	12,00	6.000,00
Brochura	100	1,30	130,00
Pastas	100	1,20	120,00
Canetas	100	0,50	50,00
Lápis	100	0,50	50,00
Papel A4	10	9,00	90,00
Cartucho P/B	10	36,00	360,00
Cartucho Color	05	60,00	300,00
Sacola ecológica	460	7,00	3.220,00
TOTAL			10. 320,00

Estimativa de atendimento e alcance: 13 grupos, totalizando 496 pessoas nos municípios de Jandaíra, Esplanada, Conde, Camaçari, Mata de São João e Lauro de Freitas.

Descrição da ação: capacitação dos grupos produtivos.

Meta/resultados esperados:

1. 24 encontros de capacitação realizados.

Início: mês 1 **Término:** mês 24

Valor do orçamento (R\$): 22.626,30

Detalhamento do orçamento

CUSTOS INSTRUTORES					
	Unidade	Qtde	Valor Unit.	Encargos	Total
Psicologia	hora	12	50,00	120,00	720,00
Associativismo	hora	12	50,00	120,00	720,00
Tributação	hora	12	-----	-----	-----
Comercialização	hora	24	50,00	120,00	720,00
Agricultura	hora	12	50,00	120,00	720,00
Pesca	hora	12	50,00	120,00	720,00
Artesanato	hora	12	50,00	120,00	720,00
Apicultura	hora	12	50,00	120,00	720,00
Alimentos	hora	12	50,00	120,00	720,00
Plano de Negócios	hora	24	-----	-----	-----
TOTAL			-----		5.760,00

CUSTOS TRANSPORTE				
	Unidade	Qtde	Valor Unit.	Total
Psicologia	encontro	2	120,00	240,00
Mobilização/Associativismo	encontro	2	120,00	240,00
Gênero	encontro	2	120,00	240,00
Comercialização	encontro	4	120,00	480,00
Agroecologia	encontro	2	120,00	240,00
Pesca	encontro	2	120,00	240,00
Artesanato	encontro	2	120,00	240,00
Apicultura	encontro	2	120,00	240,00
Alimentos	encontro	2	432,00	864,00
Plano de Negócios	encontro	2	432,00	864,00
Agente local	deslocamento	70	36,00	1.728,00
TOTAL		4	-----	12.888,00

CUSTOS ALIMENTAÇÃO				
	Unidade	Qtde	Valor Unit.	Total
Psicologia	encontro	2	120,00	240,00
Mobilização/Associativismo	encontro	2	120,00	240,00
Gênero	encontro	2	120,00	240,00
Comercialização	encontro	4	120,00	480,00
Agroecologia	encontro	2	120,00	240,00
Pesca	encontro	2	120,00	240,00
Artesanato	encontro	2	120,00	240,00
Apicultura	encontro	2	120,00	240,00
Alimentos	encontro	2	120,00	240,00
Plano de Negócios	encontro	4	120,00	480,00
Agente Local	encontro	70	15,69	1.098,30
TOTAL		24		3.978,30

Cálculo para 13 participantes, tendo como referência os seguintes valores: lanche (R\$ 3,00); almoço (R\$ 7,00) e transporte (média de R\$ 36,00, considerando a ida e volta e os trechos das comunidades mais distantes até os locais onde acessar o transporte).

Estimativa de atendimento e alcance: 13 grupos, totalizando 496 pessoas nos municípios de Jandaíra, Esplanada, Conde, Camaçari, Mata de São João e Lauro de Freitas.

Descrição da ação: Implantação do Fundo Rotativo Solidário.

Meta/resultados esperados:

1. 01 Fundo Rotativo Implantado.

2. 01 visita de intercâmbio realizada.

Início: mês 1 **Término:** mês 24

Valor do orçamento (R\$): 60.119,00

Detalhamento do orçamento

INTERCÂMBIO			
	Unid	Qtidade	Total
Despesa com deslocamento	36,00	13	468,00
Alimentação	15,00	13	195,00
Total			663,00

ENCONTROS COMITÊ GESTOR LOCAL			
	Unitá- rio	Qtde	Total
Transporte	36,00	212	7.632,00
Alimentação	4,00	212	848,00
TOTAL			8.480,00

CONSULTORIAS			
	Unitário	Qtde	Total (com encargos)
Contábil	9.600,00	01	11.520,00
Fin. Soli- dárias	10.000,0	01	12.000,00
TOTAL			23.520,00

ANO 1		
AGENTE LO- CAL	Agente 1	Total
Base	648,00	648,00
FGTS (8%)	57,60	57,60
INSS Patronal (28%)	201,60	201,60
Férias	18,00	18,00
13°	54,00	54,00
50% FGTS	28,80	28,80
TOTAL		12.096,00

ANO 2		
AGENTE LOCAL	Agente 1	Total Ano 1
Base	822,86	822,86
FGTS (8%)	73,14	73,14
INSS Patronal (28%)	256,00	256,00
Férias	22,86	22,86
13º	68,57	68,57
50% FGTS	36,57	36,57
TOTAL		15.360,00

TOTAL ANO1 + ANO2 = 27.456,00

Estimativa de atendimento e alcance: 13 grupos, totalizando 496 pessoas nos municípios de Jandaíra, Esplanada, Conde, Camaçari, Mata de São João e Entre Rios.

Procedimentos de acompanhamento das ações

O acompanhamento de todas as atividades se dá no âmbito do Comitê Gestor Local, composto por sete pessoas, além da equipe executora como um todo. O acompanhamento se dá por meio de:

- A – Reuniões periódicas;
- B – Relatórios do projeto;
- C – Notas fiscais;
- D – Prestação de contas;
- E – Registros de contatos feitos com fornecedores;
- F – Documentos impressos gerados pelos pedidos de compra;
- G – Contrato de prestação de serviços com instrutores das oficinas;
- H – Contrato de prestação de serviços com consultores;
- I – Plano de trabalho das consultorias;
- J – Atas dos encontros do Comitê Gestor.

PROJETO “Desperta Litoral”: projeto de apoio à organização produtiva e implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.

PLANO DE TRABALHO

Identificação do projeto (Título)	Período de execução	
	Início	Término
	14/11/2011	14/11/2013
“Desperta Litoral”: projeto de apoio à organização produtiva e implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.		
Valor total (R\$)		

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da instituição: Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros			
Dirigente: Valquíria Silva Vinhas Juriti			
Endereço: Centro Comunitário da Paróquia do Divino Espírito Santo, sala 05, Praça Matriz s/n.			
Bairro: Vila de Abrantes	Cidade Camaçari	Estado Bahia	CEP 42840 000
Telefones : 71 9938 7902	Fax:	Página na internet (home page)	
Endereço eletrônico: quiria.vj@hotmail.com			

COORDENADORIA GERAL DA PROPOSTA

Nome completo do Coordenador: A contratar	
Titulação:	Área(s):
Telefone (fixo, celular e fax):	Endereço eletrônico:
Coordenador(a) de outro(s) projeto(s)? () Sim. Indicar quais: (X) Não Função: <ul style="list-style-type: none"> gestão e acompanhamento das atividades; auxílio e monitoramento dos instrumentos de gestão para o FRS; 	

- apoio na elaboração de estratégias de ação para o FRS;
- orientação dos agentes locais nas atividades de campo;
- auxiliar as ações de acompanhamento do FRS;
- apoiar a organização de oficinas de trabalho voltadas para formação dos grupos produtivos e do Comitê Gestor do FRS;

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome completo: Valquíria Silva Vinhas Juriti	
Telefone (fixo, celular e fax): 71 9938-7902	Endereço eletrônico quiria.vj@hotmail.com
Atividades sob a sua responsabilidade na execução do projeto: Auxílio ao trabalho dos consultores para o FRS; Auxílio na sistematização de documentos gerados ao longo do processo de acompanhamento do FRS; Auxílio na organização e acompanhamento de capacitações; Participação em encontros, reuniões e eventos de organização do FRS; Auxílio na elaboração de relatórios e prestação de contas do projeto;	

DADOS DO PROJETO

Resumo do projeto: O Projeto “Desperta Litoral”: projeto de apoio à organização produtiva e implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros, tem como objetivo contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho na Costa dos Coqueiros, por meio do fortalecimento da organização produtiva de 13 grupos produtivos solidários, participantes do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros. Para alcançar este objetivo propõe investir recursos na reorganização produtiva dos grupos, oferecer capacitação em temáticas demandadas por eles e implantar o primeiro Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.
Objetivos gerais e específicos do projeto: Objetivo Geral: Contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho na Costa dos Coqueiros, por meio do fortalecimento da organização produtiva de 13 grupos produtivos solidários, participantes do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros.

Objetivos Específicos:

1. Melhorar a capacidade produtiva de 13 grupos solidários através da aquisição de materiais e equipamentos necessários à sua organização;
2. Oferecer capacitação para a gestão do Fórum e em temáticas específicas para as cadeias produtivas (agroecologia, pesca e artesanato) onde se inserem os 13 grupos solidários;
3. Implantar o Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.

Justificativa do projeto:

Em junho de 2011 foi divulgada a constatação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com dados da pesquisa de 2010, que 2,4 milhões de baianos, ou 17,7% da população do estado, estão vivendo com uma renda mensal per capita de até R\$ 70. Desta forma, os dados revelam que cerca de 14,8% dos miseráveis do país estão na Bahia⁵. A partir de tal constatação justifica-se a elaboração desta proposta que vem a sugerir que o apoio na reorganização produtiva dos 13 grupos tem como objetivo oferecer condições para que os participantes possam melhorar as possibilidades de geração de renda e melhoria da qualidade de vida deles nos aspectos econômicos e sociais.

Além do apoio à organização produtiva, este projeto busca implementar uma prática de finança solidária. Segundo França Filho (2004, p. 121), as finanças solidárias dizem respeito “um conjunto de experiências – também conhecidas sobre outras expressões (microcrédito, poupança solidária, microfinança, finança de proximidade, etc.)”. A prática de finança solidária pressupõe uma relação que foge das características do mercado financeiro, democratizando o acesso ao crédito para empreendimentos ligados à ocupação e geração de renda. (VASCONCELOS, 2002⁶). O Fundo Rotativo Solidário, estando inscrito nas práticas de Economia Solidária, se incumbi em buscar um resultado social do investimento que será feito em torno dos 12 grupos produtivos.

A prática de constituição de fundos rotativos vem se desenvolvendo no Brasil desde os anos 80, com destaque para o fundo gerido pela ASA – Articulação para o Semiárido na Paraíba. Devido ao potencial positivo de contribuição para alteração positiva da realidade, essa prática se espalhou por inúmeras comunidades, alcançando 1.840 fundos em 140 municípios, beneficiando 18.000 famílias. Esses dados justificam a propensão que os fundos rotativos solidários são instrumentos promissores no enfrentamento dos mecanismos que geram empobrecimento. A repercussão dos fundos rotativos atualmente revela que 180 organizações estão desenvolvendo esta metodologia, com cerca de 15.000 empreendimentos e grupos de geração de renda que podem ser participantes ou que estão a espera de apoio para implantar um fundo⁷.

Busca-se com o Fundo, o fortalecimento do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros e dos 13 grupos produtivos, realizar a “afirmação de uma finalidade de aplicação ética do dinheiro na direção daqueles projetos articulando por exemplo um trabalho de luta

5 <http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-1/artigo/bahia-tem-o-maior-numero-de-miseraveis-em-todo-o-brasil/>.

6 VASCONCELOS, Nilton. Bansol: uma nova experiência em finanças solidárias. Revista Bahia Análise e Dados. Salvador, SEI, v.12, n.1, p. 131-140, Junho 2002.

7 Fundos Solidários, caderno 1. Fundação Esquel, 2007.

contra a exclusão, de preservação ambiental, de ação cultural, de desenvolvimento local”. (FRANÇA FILHO, 2001, p. 131). Tanto é relevante a proposta de constituir um Fundo Rotativo Solidário, que até 2008, foram aplicados R\$ 4,8 milhões no programa, do Banco do Nordeste do Brasil que investe em Fundos Rotativos Solidários, sendo R\$ 2,5 milhões da SENAES e R\$ 2,3 alocados pelo BNB/FDR⁸.

Pressupõe-se, a partir das diversas experiências que vem sendo desenvolvidas no Brasil, que os Fundos Rotativos Solidários são mecanismos de promoção do desenvolvimento de territórios, através do suporte aos empreendimentos produtivos e fortalecimento da articulação em rede, representada pelo Fórum, sob a perspectiva da Economia Solidária em seus diversos âmbitos. Nesse sentido, esta proposta que contempla 13 grupos representa o início de um processo que tende a se fortalecer para que seja possível concretizar o universo de 113 grupos que compõem o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros ao longo de sua abrangência, envolvendo sete municípios (Camaçari, Mata de São João, Lauro de Freitas, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra).

Abrangência do projeto:

O Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros está sediado no Centro Comunitário da Paróquia do Divino Espírito Santo, Praça Matriz, s/n - Sala 05, Vilas de Abrantes, município de Camaçari. Sua abrangência inicia no município de Lauro de Freitas, vai até a divisa da Bahia com Sergipe, integrando 07 municípios, a saber: Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Espanada, Conde e Jandaíra (cobrindo aproximadamente 217 km). Por conta de ser um território muito extenso, representantes de empreendimentos comunitários se articularam em torno de uma personalidade jurídica que representa a todos na luta pelo desenvolvimento sustentável das comunidades na Costa dos Coqueiros.

Dados do Censo IBGE (2000), tendo como referência para a Costa dos Coqueiros os municípios de Lauro de Freitas, Mata de São João, Camaçari e Entre Rios, revelou que 42,61% da população vive sem rendimento e apenas 11,78% da população vive com mais de 5 salários mínimos, somente foram contabilizados trabalhadores registrados em regime de CLT. Vê-se ainda que 31,70% da população possuem Ensino Fundamental I completo, contra 5,55% que possuem ensino superior completo.

Segundo um estudo diagnóstico do Serviço Social da Concessionária Litoral Norte (2000), as principais dificuldades/necessidades levantadas junto às comunidades, foram: falta de segurança, transporte escasso, inexistência de ensino do segundo grau, desinformação dos pescadores a respeito do benefício de aposentadoria, carências no período de entressafra pesqueira, desemprego, falta alternativa de trabalho para jovens e funcionamento precário da Unidade de Saúde.

O universo de grupos/associações reunidas em torno do Fórum é de 113 grupos comunitários, mas devido às limitações, para efeitos desta proposta, foram selecionados somente 13 grupos para estes primeiros 2 anos de implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros. Observa-se que três cadeias produtivas são predominantes - Artesanato, Agroecologia e Pesca:

8 Fundos Rotativos Solidários: Dilemas, avanços e esperanças de uma política pública inclusiva no marco da economia solidária no Nordeste do Brasil.

Grupo	Localização	Produção	As-soc.	Renda Mensal
Associação dos Artesãos Abadiense	Tv. Francisco Borges, nº 145- Abadia- Jandaíra-BA , CEP 48.310-000	Artigos para o lar/tecidos, aviamentos, produtos recicláveis(pet, retalhos)	26	Inferior ao salário mínimo
Associação dos Artesãos e doceiras do Baixo	Baixo/ Esplanada-BA CEP 48.370-000	Doces(frutas da região)/ Luminárias e Bijuterias(coco, osso chifre,cipó e búzios)	35	R\$ 540,00 (em alta estação)
Associação de Pescadores e Marisqueira do município de Conde	Praia dos Passos, Poças/ Conde-BA CEP 48.300-000	Peixes e frutos do mar/ Comercialização	38	R\$ 540,00
Associação das Costureiras e Bordadeiras CNPJ 10.797.167/0001-89	Fazenda Malícia II Km 13, Estrada do Coco- Vila de Abrantes- Camaçari- BA CEP 42.840-000	Artigos para o lar: toalhas, jogos de cozinha, panos de prato, bolsas de praia (tecidos e aviamentos em geral)	5	Em média uns R\$ 540,00
Associação dos Criadores de Aves da Fazenda Açu da Capivara - CNPJ 06.123.887/0001-91	Fazenda Açu da Capivara, S/N, Coqueiro de Arembepe, Camaçari , CEP 42.835-000	Frango, ovos (biofertilizante natural) Confecção de Vestuário (tecido)	25	De R\$250,00 a R\$ 500,00
Associação dos Produtores rurais de Jóia do Rio e adjacências - CNPJ 05.964.609/0001-02	Estrada da Tiririca- Comunidade Jóia do Rio 2, Camaçari	Peixe, frango, mel mudas de plantas ornamentais e frutíferas.	20	R\$ 500,00 a R\$ 600,00
Associação Agrícola Rancho Alegre - CNPJ 03.521.118/0001-53	Arembepe- Camaçari	Agricultura diversificada: sementes, adubos e mudas	10	R\$ 300,00 a 600,00
Associação Beneficente Progresso Alameda do Rio - CNPJ 08957544/0001-58	Rua São Bento, nº 66 Vila da Abrantes, CEP 42.840-000 Camaçari	Agricultura Orgânica, Meliponicultura, Apicultura, Avicultura e Picicultura.	25	R\$ 400,00
Associação de Artesãos Domínio dos Deuses CNPJ:10.417.839/0001-83	Sítio Amor Fiel, s/nº Barro Branco - Mata de São João/Ba	Artesanato com utilização de metais e pedras, couros, entalhes em madeira, macramê, tecelagem, pinturas e cerâmica e Agricultura Orgânica.	12	R\$ 200,00 a 500,00
Associação dos pequenos Agricultores do projeto de Assen-	Fazenda Gameleira e Carijó de Cima,s/nº - Mata de	Agricultura Orgânica,Criação de galinhas,Apiários, Pesci-	76	R\$ 240,00

tamento Euclides Neto CNPJ:04.825.837/0001-20	São/Ba	cultura, Suinocultura e Criação de Caprinos		
Associação de Produtores Rurais e Preservação Ecológica CNPJ: 10550810/0001-75	Fazenda Foz de Imbassaí, Km67, Linha Verde Mata de São João-Ba	Agricultura orgânica e Artesanato(Derivados do coco, sementes e pedras)	200	R\$ 400,00
Associação Beneficente Casa da União da Bahia CNPJ:11.283.867/0001-18	Lot. Jardim Ipitanga, Fazenda Caji, s/nº Cep:42.7000-000 Lauro de Freitas/ BA	Produtos Alimentícios Orgânicos	4	R\$ 540,00

Metodologia e abordagem:

O Fundo Rotativo da Costa dos Coqueiros será uma organização comunitária, no âmbito dos grupos produtivos que compõem o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros, cujo objetivo é poder oferecer serviços financeiros em rede. O Fórum é de natureza associativa, assim também o Fundo, que se direciona à fomentar a geração de trabalho e renda, sob os princípios da Economia Solidária. A metodologia é participativa com garantias baseadas no aval solidário e gestão de um Comitê Local, composto por sete membros dos grupos produtivos e da diretoria do Fórum. Essa abordagem garante que a comunidade se responsabilize pela gestão local dos recursos sem a intermediação de uma organização incubadora.

As capacitações e consultorias irão acontecer de forma a estimular que os interesses coletivos e a solidariedade se expressem nos vínculos sociais entre os membros dos grupos produtivos para que esta prática torne-se um efetivo instrumento de combate à pobreza, gerando renda e desenvolvimento. Pretende-se que a devolução do investimento por parte dos grupos produtivos seja de, no mínimo 30% (trinta por cento), com pagamento em 15 (quinze) meses, tendo como carência os primeiros 03 (três) meses estabelecendo-se um sistema que impeça a desvalorização do retorno, estabelecendo-se, em processos participativos, um fator de correção.

Metodologicamente, a execução do projeto prevê três fases, que correspondem a cada um dos objetivos específicos e que, por estarem inter-relacionadas, acontecerão concomitantemente:

Fase I - Aquisição de materiais e equipamentos necessários à organização dos 13 grupos;

Essa fase consiste basicamente na tomada de preço e aquisição e dos equipamentos e insumos solicitados para fortalecer a organização produtiva dos grupos. Já nessa fase, o Comitê Gestor do Fundo se encarrega de observar o cumprimento das atividades conforme foi apresentado nesta proposta. Toda esta fase será desenvolvida com o apoio de dois agentes comunitários contratados para dar suporte à execução deste projeto.

Fase II – Capacitação dos 13 grupos e do Fórum;

Relacionamento Mobilização/Associativismo: dois encontros de 6 horas; Comercialização e Plano de Negócios: quatro encontros de 6 horas; Agroecologia: dois encontros de 6 horas; Pesca: dois encontros de 6 horas; Artesanato: dois encontros de 6 horas; Apicultura: dois encontros de 6 horas; Aproveitamento Integral de Alimentos: dois encontros de 6 horas. Ao final terão sido executadas 72 horas. Esta carga horária foi estabelecida considerando a solicitação dos próprios grupos produtivos para que aconteçam 16 encontros de 6 horas cada um, o que representa 1 encontro mensal no 1º. ano, e no 2º. ano 04 encontros trimestral.

Dessas capacitações participam 13 pessoas, uma por empreendimento comunitário que compõe o projeto. Estão previstos recursos para o deslocamento de pessoas dos sete municípios e alimentação durante os encontros. Tanto nesta fase quanto na fase III a consultoria contábil será de extrema importância tanto do ponto de vista da capacitação oferecida aos empreendimentos quanto na assessoria para construção de instrumentos adequados de acompanhamento financeiro.

Fase III – Implantação do Fundo Rotativo Solidário.

Esta fase contempla a sensibilização do Fórum e, principalmente dos 13 grupos produtivos, para a importância da devolução do investimento que foi feito em cada um deles. A meta mínima estabelecida foi de 30% do valor investido em cada grupo ser devolvido em dinheiro para formar o primeiro recurso do fundo. Inicialmente, as representações comunitárias solicitaram a devolução em 15 meses, sendo os primeiros três meses de carência.

Será formado um grupo de sete pessoas, dentre eles representantes do Fórum e dos empreendimentos, que será denominado Comitê Gestor Local do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros. Este comitê fará a gestão do fundo e será a garantia de um processo autogestionário. Estão previstos 48 encontros desse comitê durante os 24 meses de projeto, assegurando recursos para as despesas de transporte e alimentação dos participantes.

Com o intuito de possibilitar uma experiência de intercâmbio para que os sete membros e mais um acompanhante possam conhecer visualizar os resultados de uma experiência exitosa de Fundo Rotativo Solidário na cidade de Salvador.

EQUIPE ENVOLVIDA NA EXECUÇÃO DO PROJETO

Nome: Valquíria Silva Vinhas Juriti – Presidente

Entidade: Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros

Categoria profissional/Área de formação: Pedagoga

Função no projeto: Auxílio ao trabalho dos consultores para o FRS;

Auxílio na reformulação sistematização de documentos gerados ao longo do processo de acompanhamento do FRS;

Auxílio na organização e acompanhamento capacitações;

Participação em encontros, reuniões e eventos de organização do FRS;

Auxílio na elaboração de relatórios e prestação de contas do projeto. C.H: 16 horas semanais.

E-mail: quiria.vj@hotmail.com

Telefone: 71 9938 7902

Nome: Maria Helenize Melo Fernandez

Entidade: Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros

Categoria profissional/Área de formação: Culinarista

Função no projeto: Auxílio ao trabalho dos consultores para o FRS;

Auxílio na sistematização de documentos gerados ao longo do processo de acompanhamento do FRS;

Auxílio na organização e acompanhamento capacitações;

Participação em encontros, reuniões e eventos de organização do FRS;

Auxílio na elaboração de relatórios e prestação de contas do projeto. C.H: 16 horas semanais.

E-mail: quiria.vj@hotmail.com

Telefone: 71 99387902

Nome: Maria Lúcia Lopes

Entidade: Fórum

Categoria profissional/Área de formação: Filosofia

Função no projeto: Agente Local de suporte administrativo-financeiro.

E-mail: Maria_lucialopes@hotmail.com

Telefone: 71 96026504 - 71 87326399

PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

Descrição da ação: compra de equipamentos e insumos para 13 grupos produtivos.

Meta/resultados esperados:

1. 13 grupos produtivos equipados.

Início: mês 1 **Término:** mês 3

Valor do orçamento (R\$): 64.954,82

Detalhamento do orçamento

Associação Beneficente Progresso Alameda do Rio

Ass. de Produtores Rurais e Preservação Ecológica

Associação dos Produtores Rurais de Joia do Rio e adjacências

Associação dos Criadores de Aves da Fazenda Açu da Capivara

Associação dos pequenos Agricultores do projeto de Assentamento Euclides Neto

Associação Agrícola Rancho Alegre

QUIPAMENTOS			
ITEM	QUANTI- DADE	VALORES	
		V. Uni- tário	V. Total
Bomba a gasolina 2,5 HP	1	650,00	650,00
Bomba Rayman 0,5CV / 127V	4	150,00	600,00
Moto Serra a Gasolina sobre 18"	3	2.500,00	7.500,00
Triturador Para Alimentos de Animais até 4mm	4	925,00	3.700,00
Roçadeira a Gasolina Still, Lateral	4	1,594,42	6,377,68
Tanques de PVC 1.000L	6	207,38	1.244,00
Registro 32mm	5	22,20	111,00
Registro 25mm	5	11,33	56,65
Carrinho de Mão	10	68,20	682,00
Dejunto Unipolar 20ª / 250U	2	16,90	33,80
Enxadas	6	12,12	72,20
Enxadetes	5	15,11	75,55
Pá	6	11,54	69,24
Estrovenga	4	12,20	48,80
Motor Bomba a Diesel 16CV 4 tempos	1	5.360,00	5.360,00
Sugador/Meliponicultura	1	590,00	590,00
Caixa de Pinto Pedrez	200	5,50	1.100,00
Ração Crescimento p/ Pinto (c/30)	500	1,13	565,00
TOTAL			28.270.92

INSUMOS			
ITEM	QUANTI- DADE	VALORES	
		V. Unitá- rio	V. Total
Mangueira PVC 32mm	300m	5,55	1.695,00
Cabo Flexível 2 x 6 mm ²	450m	9,00	4.050,00
Cabo de Enxada	10	12,97	129,70
Tela de Cobertura (sombrite)	40m	3,80	152,00
Regadores 10L	8	12,50	100,00
Adubo Orgânico	20	150,00	3.000,00
Mangueiras Preta 2	1.000m	2,88	2.880,00
Total			12.006,70

Associação de Pescadores e Marisqueiras de Jandaíra

Associação de Pescadores e Marisqueira do Município de Conde

EQUIPAMENTOS			
ITEM	QUANTI- DADE	VALORES	
		V. Uni- tário	V. Total
Freezer / Refr. HO Cònsul	2	1.499,00	2.998,00
Freezer/Refr HO Cònsul	1	1.799,00	1.799,00
TOTAL			4.797,00

INSUMOS			
ITEM	QUANTI- DADE	VALORES	
		V. Unitário	V. Total
Caixa de Anzol Chapinha 05	1	36,00	36,00
Caixa de Anzol Chapinha 06	1	25,000	25,00
Rede Pronta 0,40x40 com 50mt	3	133,00	399,00
Rede Pronta 0,35x35 com 50mt	3	133,00	399,00
Rede Pronta 0,70x70 com 50mt	3	460,00	1.380,00
Rede Pronta 0,50x65 com 50mt	2	305,00	610,00
Rede Pronta 0,30x30 com 50mt	1	112,00	112,00
KG Linha Raylon 0,35 mm	4	15,50	62,00
KG Linha Raylon 0,40 mm	4	15,50	62,00
KG Linha Raylon 0,50 mm	4	15,50	62,00
KG Linha Raylon 0,70 mm	4	15,50	62,00
Tarrafa Camarão Malha 18	1	130,00	130,00
Tarrafa Camarão Malha 15	1	120,00	120,00
Tarrafa de Peixe 0,35mm/18p	1	165,00	165,00
Tarrafas 0,40mm/22palmos	2	178,00	356,00
Rede Feiticeira 30x25 com 50 mts	2	125,00	250,00
Coletes Classe 3 Grande	16	22,50	360,00
Balaças de Peixe	3	10,00	30,00
Lanternas Manual	2	33,00	66,00
Balança Peixeira 25kg	1	15,00	15,00
Passaguá	3	9,00	27,00
TOTAL			4.728,00

Associação de Moradores Bairro do Retiro

Associação das Costureiras e Bordadeiras de Vila de Abrantes

Associação dos Artesãos Domínio dos Deuses

EQUIPAMENTOS			
ITEM	QUANTI- DADE	VALORES	
		V. Unitá- rio	V. Total
Broca Acrom P/M Makita AC	1	3,57	3,57
Broca Acrom P/M Makita AC	1	4,59	4,59
Broca Acrom P/M Makita AC	1	6,02	6,02
Serra Fita Banc Ferrari	1	1.190,00	1.190,00
Tesoura Funil.A Corneta	1	63,80	63,80
Aces Corta/ESM Bosh AC	1	133,00	133,00
Multibanc Carpi Ferrari	1	1.490,00	1.490,00
Ferro Solda ELE Foxlux	1	21,10	21,10
Solda Fio 63X37 Cobix	2	5,15	10,30
Broca Arapd mm Bosch AC	1	2,96	2,96
Broca Chata P/M Makita AC	1	11,10	11,10
Serra Coro JG 1 Bosch AC	1	368,00	368,00
Rebalo Esmeril Norton	1	31,20	31,20
Rebelo Esmeril Alcar	1	20,50	20,50
Rebelo Esmeril Alcar	1	39,90	39,00
Faca Aço Rap.PL Bosch AC	1	79,60	79,60
Broca Acrom P/M Makita AC	1	1,94	1,94
Broca Acrom P/M Makita AC	1	1,96	1,96
Broca Acrom P/M Makita AC	1	1,94	1,94
Broca Acrom P/M Makita AC	1	2,55	2,55
Furad Banc 5/8 Ferrari	1	713,00	713,00
Plaina ELET. 580 Makita FE	1	387,00	387,00
Broca Titanio M Great Wall	1	77,50	77,50
Broca Chata P/M Makita AC	1	4,50	4,50
Broca Chata P/M Makita AC	1	5,00	5,00
Broca Chata P/M Makita AC	1	5,05	5,05
Broca Chata P/M Makita AC	1	5,00	5,00
Broca Chata P/M Makita AC	1	5,61	5,61
Broca Chata P/M Makita AC	1	6,63	6,63
Broca Chata P/M Makita AC	1	8,06	8,06

Serra Marmore 1 Makita FE	2	193,00	386,00
Furad ½ IMP.V B&D FE	4	218,00	872,00
Torno Banc. FE N Schulz FE	1	125,00	125,00
Esmerilha ANG 4 B&D FE	3	135,00	405,00
Plania ELET 650 B&D FE	3	232,00	696,00
Serra Man Circ B&D FE	1	299,00	299,00
Formão Chanfrad Tramontina FE	1	17,20	17,20
Formão Chanfrad Tramontina FE	2	18,20	36,49
Serrote Profis. Cooper Tools	1	30,50	30,50
Serra T-Tico 12 Bosch FE	1	499,00	499,00
Macarico Gas DR Bosch FE	1	206,00	206,00
Maq.Costura TRA Singer	2	699,00	1.398,00
TOTAL			9.670,58

Associação dos Artesãos e doceiras do Baxio

Associação Beneficente Casa da União da Bahia

EQUIPAMENTOS			
ITEM	QUAN- TIDADE	VALORES	
		V. Unitário	V. Total
Balança Dig.p.cozinha cap.5kg	1	88,20	88,20
Peneira inox	1	6,30	6,30
Placapead vermelha10x30x500futura	1	25,83	25,83
Placa pead branca10x30x500futura	1	25,83	25,83
Assadeira reforçada Retangular31x45	3	20,11	60,33
Forminha empada (alum.2 Doupan	5dz	7,74	38,70
Jarra graduada1ltPlasvale	1	2,83	2,83
Rolo Articulado60x300	1	47,97	53,30
Colher PM INDL 400mm futura	1	14,31	14,31
Coelher PM-INDL500mm futura	1	17,01	17,01
Faca legumes inox x 6athus Tramon- tina	1	1,98	1,98
Faca carne10MB Prof Bro266M	1	10,26	10,26
Faca cozinha 3MBBro 268Meganew	1	4,95	4,95
Bacia Canelada 8ltPlasvale	2	4,14	8,28
Organizador Alto26,5 Sanremo	1	32,67	32,67

Organizador Baixo26,2L Sanremo	2	34,92	69,84
Contentor CN 60L 0030036 VDF Pisani	2	29,43	58,86
Durafio Cabo PP Espatula Reta 100mm Di Sol	1	11,61	11,61
Pão Duro c/ caco Joly Grande Doupan	1	5,67	5,67
Cortador de Legumes Médio 10mm Dak	1	116,10	116,10
Jarra OS Air pot Aço Inox 1,8L 9728 Invicta	2	105,75	211,50
Diamante Prato Raso Nadi	50	2,38	119,00
Garfo p/ Mesa Backer	5	9,51	47,55
Faca p/ Mesa Backer	5	R\$13,41	67,05
Escumadeira Hotel 12 ABC	1	R\$9,90	9,90
Recipiente Plástico S 450 c/ tampa Supercro	2	R\$16,65	33,30
Recipiente Plástico S 500 c/ tampa Supercro	1	R\$17,55	17,55
Passador Arroz Hotel 35 ABC	1	R\$45,81	45,81
Forma Reforçada p/ pão caseiro peq. Nigro	6	R\$9,45	56,70
Fogão M 14 S.2000 P.5 c/2 dq p/ Panela Gramado	1	R\$598,50	598,50
Forno Fogão S.2000 paralelo 48x48x30 gramado	1	R\$364,50	364,50
Liquidificador Alta Rotação 2 lt BIMG	1	R\$512,00	512,00
Caçarola Hotel 24 4,9L ABC	1	R\$35,91	35,91
Caçarola Hotel 30 9,8L ABC	1	R\$64,35	64,35
Caçarola Hotel 34 14,5L ABC	1	R\$84,60	84,60
Caçarola Hotel 30 18,3L	1	R\$83,25	83,25
Congelador Dupla Ação VD 410L 110V Gelopar	1	R\$1.584,00	1.584,00
Refrigerador Continental 320L	1	R\$1.349,00	1.349,00
Armário de Cozinha em Aço	1	R\$399,00	399,00
Batedeira Mallory	1	R\$59,90	59,90
Multiprocessador Mallory	1	R\$99,00	99,00
Total			6.489,90

INSUMOS			
ITEM	QUANTI- DADE	VALORES	
		V. Unitá- rio	V. Total
Farinha de Trigo Sarandi	30Kg	R\$1,68	R\$50,40
Óleo de Milho Liza (900ml)	21	R\$4,66	R\$97,86
Açúcar Pinheiro	50Kg	R\$2,10	R\$315,00
Leite em pó Itambé (200g)	25pct	R\$2,23	R\$55,75
Manteiga Tourinho (500g)	48pct	R\$5,46	R\$262,08
Margarina Delicia (500g)	12pct	R\$2,79	R\$33,48
Banha Sandia	5kg	R\$4,25	R\$21,25
Requeijão Cremoso Minas (1,8kg)	3	R\$15,27	R\$45,81
Queijo Ralado Vigor (100g)	45	R\$2,89	R\$130,05
Azeite Doce Galo EV (500ml)	30	R\$9,89	R\$296,70
Chocolate em pó Garoto (200g)	20	R\$5,73	R\$114,60
Creme de leite Nestlé (200g)	54	R\$1,45	R\$78,30
Leite Condensado Itambé (395g)	72	R\$2,48	R\$178,56
Ameixa s/ caroço La Rioja	10kg	R\$10,99	R\$109,90
Castanha De Cajú La Rioja	10kg	R\$31,90	R\$319,00
Fermento Biológico inst. Fleishmann (10g)	104	R\$0,65	R\$67,60
Chocolate Garoto ao leite (500g)	20	R\$11,75	R\$235,00
Chocolate Garoto Branco (500g)	20	R\$11,82	R\$236,40
Chocolate Garoto meio amargo (500g)	20	R\$11,86	R\$237,20
Coco Ralado desidratado Sococo	2kg	R\$22,30	R\$44,60
Azeitona recheada Ting (2kg)	2	R\$16,98	R\$33,96
Palmito picado PoteD'oro (1,8kg)	4	R\$31,00	R\$124,00
Milho Jussara (2kg)	4	R\$7,49	R\$29,96
Passas pretas La Rioja (1kg)	5	R\$9,98	R\$49,90
Leite Liquido Bom Gosto (1L)	120	R\$2,08	R\$249,60
Açucar Mascavo Dular (500g)	20	R\$2,53	R\$50,60
Aveia em Flocos	20	R\$1,99	R\$39,84
TOTAL			R\$ 3.507,40

Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros

EQUIPAMENTOS			
ITEM	QUANTI- DADE	VALORES	
		V. Uni- tário	V. Total
Projeto Multimídia Epson Powerlite S10+ 2600 Lumens (800x600)	1	1.250,00	1.250,00
Mesa Escritório	2	250,00	500,00
Cadeira Secretária com braço	2	180,00	360,00
Arquivo de Aço	1	600,00	600,00
Armário de Aço	1	800,00	800,00
Câmera digital Sony – Dscw310b	1	500,00	500,00
Microcomputador 4Gb/1TBHD/Core I5 HPP6660BR	1	2.066,00	2.066,00
Monitor Led 20 polegadas LGE2050T	1	491,50	491,50
Tela Retrátil / 150 X 150cm	1	280,77	280,77
Estabilizador SMS 300 VA	1	42,00	42,00
TOTAL			6.890,27

INSUMOS			
ITEM	QUANTIDADE	VALORES	
		V. Unitá- rio	V. Total
Camisetas	500	12,00	6.000,00
Brochura	100	1,30	130,00
Pastas	100	1,20	120,00
Canetas	100	0,50	50,00
Lápis	100	0,50	50,00
Papel A4	10	9,00	90,00
Cartucho P/B	10	36,00	360,00
Cartucho Collor	05	60,00	300,00
Sacola ecológica	460	7,00	3.220,00
TOTAL			10.320,00

Estimativa de atendimento e alcance: 13 grupos, totalizando 496 pessoas nos municípios de Jandaíra, Esplanada, Conde, Camaçari, Mata de São João e Lauro de Freitas.

Descrição da ação: capacitação dos grupos produtivos.

Meta/resultados esperados:

1. 24 encontros de capacitação realizados.

Início: mês 1 **Término:** mês 24

Valor do orçamento (R\$): 22.626,30

Detalhamento do orçamento

CUSTOS INSTRUTORES					
	Unidade	Qtde	Valor Unit.	Encargos	Total
Psicologia	hora	12	50,00	120,00	720,00
Associativismo	hora	12	50,00	120,00	720,00
Tributação	hora	12	-----	-----	-----
Comercialização	hora	24	50,00	120,00	720,00
Agricultura	hora	12	50,00	120,00	720,00
Pesca	hora	12	50,00	120,00	720,00
Artesanato	hora	12	50,00	120,00	720,00
Apicultura	hora	12	50,00	120,00	720,00
Alimentos	hora	12	50,00	120,00	720,00
Plano de Negócios	hora	24	-----	-----	-----
TOTAL		144	-----	840,00	5.760,00

CUSTO TRANSPORTE				
	Unidade	Qtd e	Valor Unit.	Total
Psicologia	encontro	2	432,00	864,00
Associativismo	encontro	2	432,00	864,00
Tributação	encontro	2	432,00	864,00
Comercialização	encontro	4	432,00	1.728,00
Agricultura	encontro	2	432,00	864,00
Pesca	encontro	2	432,00	864,00
Artesanato	encontro	2	432,00	864,00
Apicultura	encontro	2	432,00	864,00
Alimentos	encontro	2	432,00	864,00
Plano de Negócios	encontro	4	432,00	1.728,00
Agente local	deslocamento	70	36,00	2.520,00
TOTAL		24	-----	12.888,00

CUSTOS ALIMENTAÇÃO					ValorTotal
	Unidade	Qtde	Valor Unit.	Encargos	
Psicologia	hora	12	50,00	120,00	720,00
Associativismo	hora	12	50,00	120,00	720,00
Tributação	hora	12	-----	-----	-----
Comercialização	hora	24	50,00	120,00	720,00
Agricultura	hora	12	50,00	120,00	720,00
Pesca	hora	12	50,00	120,00	720,00
Artesanato	hora	12	50,00	120,00	720,00
Apicultura	hora	12	50,00	120,00	720,00
Alimentos	hora	12	50,00	120,00	720,00
Plano de Negócios	hora	24	-----	-----	-----
		144	-----	840,00	5.760,00

Cálculo para 13 participantes, tendo como referência os seguintes valores: lanche (R\$ 3,00); almoço (R\$ 7,00) e transporte (média de R\$ 36,00, considerando a ida e volta e os trechos das comunidades mais distantes até os locais onde acessar o transporte).

Estimativa de atendimento e alcance: 13 grupos, totalizando 496 pessoas nos municípios de Jandaíra, Esplanada, Conde, Camaçari, Mata de São João e Lauro de Freitas.

Descrição da ação: Implantação do Fundo Rotativo Solidário.

Meta/resultados esperados:

1. 01 Fundo Rotativo Implantado.

2. 01 visita de intercâmbio realizada.

Início: mês 1 **Término:** mês 24

Valor do orçamento (R\$): 60.119,00

Detalhamento do orçamento

INTERCÂMBIO			
	Unid	Qtda de	Total
Despesa com deslocamento	36,00	13	468,00
Alimentação	15,00	13	195,00
Total			663,00

ENCONTROS COMITÊ GESTOR LOCAL			
	Unitário	Qtdade	Total
Transporte	36,00	212	7.632,00
Alimentação	4,00	212	848,00
			8.480,00

CONSULTORIAS			
	Unitário	Qtda de	Total (com encargos)
Contábil	9.600,00	01	11.520,00
Fin. Solidárias	10.000,00	01	12.000,00
			23.520,00

ANO 1		
AGENTE LOCAL	Agente 1	Total
Base	648,00	648,00
FGTS (8%)	57,60	57,60
INSS Patronal (28%)	201,60	201,60
Férias	18,00	18,00
13°	54,00	54,00
50% FGTS	28,80	28,80
TOTAL		12.096,00

ANO 2		
AGENTE LOCAL	Agente 1	Total Ano 1
Base	822,86	822,86
FGTS (8%)	73,14	73,14
INSS Patronal (28%)	256,00	256,00
Férias	22,86	22,86
13°	68,57	68,57
50% FGTS	36,57	36,57
TOTAL		15.360,00

TOTAL ANO1 + ANO2 = 27.456,00

Estimativa de atendimento e alcance: 13 grupos, totalizando 476 pessoas nos municípios de Jandaíra, Esplanada, Conde, Camaçari, Mata de São João e Entre Rios.

Procedimentos de acompanhamento das ações

O acompanhamento de todas as atividades se dá no âmbito do Comitê Gestor Local, composto por sete pessoas, além da equipe executora como um todo. O acompanhamento se dá por meio de:

- A – Reuniões periódicas;
- B – Relatórios do projeto;
- C – Notas fiscais;
- D – Prestação de contas;
- E – Registros de contatos feitos com fornecedores;
- F – Documentos impressos gerados pelos pedidos de compra;
- G – Contrato de prestação de serviços com instrutores das oficinas;
- H – Contrato de prestação de serviços com consultores;
- I – Plano de trabalho das consultorias;
- J – Atas dos encontros do Comitê Gestor.

ANEXO B – Resultado da Seleção de Empreendimentos para Constituição de Fundos Rotativos Solidários - EDITAL Nº 001/2011

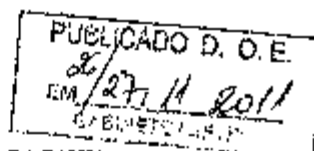
Modalidade	Território	Proponente	Projeto
D	Sisal	Agencia Regional de Comercialização do Sertão da Bahia - Arco Sertão	TECER SOLIDARIEDADE
D	Vitória da Conquista	Cooperativa dos Produtores dos Derivados da Cana-de-Açúcar - CODECANA	FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO DA REDE GAVIÃO
D	Metropolitana	Fórum Sustentável da Costa Coqueiros	DESPERTA LITORAL: PROJETO DE APOIO À ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E IMPLANTAÇÃO DO FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO DA COSTA DOS COQUEIROS
D	Metropolitana	Associação Comunitária Matarandiba / Vera Cruz - ASCOMA	MÃO AMIGA: PROJ. DE APOIO ÀS REDES LOCAIS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE MATARANDIBA
Modalidade			
C	Piemonte Norte do Itapicuru	Associação Regional Grupos Solidários - ARESOL	SOLIDARIEDADE E CIDADANIA SERTANEJA
Modalidade			
B	Sertão do São Francisco	Articulação Sindicato Rural da Região Iago de Sobradinho	FORTALECIMENTO DOS GRUPOS PRODUTIVOS COMUNITÁRIOS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS
B	Extremo Sul	Associação Lutar pela Vida em Abundância ALVA	FORTALECER O FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO DA ALVA
B	Portal do Sertão	MOC - Movimento de Organização Comunitária	PROJETO GENTE DA TERRA - TECENDO EXPRESSÕES DE SOLIDARIEDADE E AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO BAIANO.
B	Metropolitana	Associação Moradores do Conjunto Santa Luzia	UMOJA - FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO
B	Metropolitana	Cooperativa Agropecuária e Industrial Coqueiro Monte Gordo	COOPERATIVA MONTE GORDO - CONSOLIDANDO UMA REDE DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA NA REGIÃO

Modalidade	Território	Proponente	Projeto
B	Irecê	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia -FETAG	FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DA BAHIA
B	Piemonte da Diamantina	Cooperativa Assis e Agricultura Piemonte - COFASPI	PROMOÇÃO E FORTALECIMENTO DAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS SOLIDÁRIAS NO TERRITÓRIO PIEMONTE DA DIAMANTINA - ESTADO DA BAHIA
B	METROPOLITANA	União por Moradia Popular da Bahia	UNINDO EMPREENDIMENTO DA UNIÃO POR MORADIA POPULAR DA BAHIA (UMP)
B	Metropolitana	Instituto Capacitação Professor Luis Gama /Salvador	FORTALECENDO VIDAS
Modalidade			
A	Velho Chico	Associação Flor de Cactus - Associação de criadores e pequenos produtores de Bandarra	FUNDO ROTATIVO DA APICULTURA DO MUNICÍPIO DE MORPARÁ
A	Metropolitana	Cooperativa dos Recicladores da Unidade do Ogunja - COOPERBARI	CATANDO VIDA
A	Sisal	Associação dos Produtores Assentamento Nova Vida	PROJETO ROÇA PRODUTIVA
A	Sertão produtivo	Cooperativa Produtores Leite e Cereias Lagoa Real-COOPLLAR	RAÇÃO SOLIDÁRIA
A	Metropolitana	Cooperativa. Mista dos Produtores em Corte e Costura, Artefatos em Couro, Materiais de Limpeza, Bijuteria, Artesanato, Instrumentos Musicais e Serigrafia - Cooperativa COLIBRIS Modas	PROJETO COLIBRIS TECENDO SOLIDARIEDADE: capacitação em serigrafia, costura e gestão para jovens e mulheres da cooperativa colibris
A	Bacia do Jacuipe	União das Associações Comunitárias de Canela do Alto Alegre - UNA	BARRO SOLIDÁRIO: FOMENTO AO EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO DA CONCEIÇÃO

ANEXO C - Termo de Convênio



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.



TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 018 /2011 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E
ESPORTE - SETRE E FÓRUM SUSTENTÁVEL DA
COSTA DOS COQUEIROS-AGENDA 21.

O ESTADO DA BAHIA, através da **Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia - SETRE**, CNPJ nº 13.937.123/0001-03, situada na 2ª Avenida, nº. 200, Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, neste ato representada pelo seu Secretário, **Dr. Nilton Vasconcelos Júnior**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº. 165.306.915-53, RG nº 00777843-08, SSP/BA, doravante denominada **CONCEDENTE**, e o **Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros-Agenda 21**, pessoa jurídica de direito privado, sediada no Loteamento Luiz Caetano s/n, Volta do Robalo - Arembépe - Camaçari/BA, CCP: 42835-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.560.005/0001-43, neste ato representada pelo Sr(a). **Maria Jose Silva Machado**, na forma do seu estatuto social, na qualificação de Presidente da instituição, portador(a) de Carteira de Identidade de nº 01113170-53, expedida pela SSP-BA, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 161.390.545-91, doravante denominada **CONVENIENTE**, em conjunto **PARTICIPES**, tendo em vista o constante do processo nº 1600100002664 referente à Seleção Pública nº 001/2011, resolvem celebrar o presente convênio, constante do processo administrativo nº 1600110053046, sujeitando-se, no que couber, aos termos da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93, da Lei Estadual nº 9.433, de 01/03/2005, e do Decreto Estadual nº 9.266, de 14/12/2004, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem como objeto a cooperação técnica e financeira entre o **CONCEDENTE** e o **CONVENIENTE** para a execução do projeto **Desperta Litoral: Projeto de apoio a organização produtiva e implantação do fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros**, conforme plano de trabalho constante do processo nº 1600110053046, que passa a integrar o convênio como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução deste convênio, no valor total de R\$ 210.923,12, serão custeados pelo **CONCEDENTE** e pelo **CONVENIENTE**, e utilizados em estrita conformidade com o plano de trabalho, conforme a seguir discriminado:

I - CONVENIENTE: R\$ 10.968,00 relativos a sua contrapartida financeira.

II - CONCEDENTE: R\$ 199.955,12 através da seguinte dotação orçamentária:

	UNIDADE GESTORA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	FONTE	PROJETO/ ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
CÓDIGO	3.21.012 - SESOL	3.21.004 - DG	28	2122	44.50.42 Despesas de Capital	R\$ 70.611,57
CÓDIGO	3.21.012 - SESOL	3.21.004 - DG	28	2122	33.90.41 Despesas Correntes	R\$ 129.337,55

Seleção pública nº 01/2011 It. I -



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os recursos de que trata a presente cláusula destinam-se exclusivamente à realização do disposto na cláusula primeira, sendo vedado o seu emprego, ainda que transitoriamente, em outras despesas ou quaisquer atividades que não estejam plenamente vinculadas ao perfeito atendimento do objeto deste convênio.

PARÁGRAFO SEGUNDO – É vedada a utilização dos recursos do presente convênio para pagamento de despesas referentes à pessoal da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, a qualquer título e sob qualquer forma, diretamente ou através de terceiros, bem como em finalidade diversa da estabelecida neste convênio.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O **CONVENENTE** responsabilizar-se-á pelo cumprimento dos objetivos, metas e cronograma de execução constantes no plano de trabalho, conforme projeto aprovada pelo **CONCEDENTE**, cabendo-lhe o gerenciamento dos recursos financeiros, indissociavelmente vinculados ao objeto deste convênio.

PARÁGRAFO QUARTO – Toda e qualquer despesa que exceder ao valor previsto nesta cláusula será de inteira e exclusiva responsabilidade do **CONVENENTE**, que proverá os recursos necessários à sua cobertura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DO RECURSO FINANCEIRO

A liberação dos recursos financeiros a cargo do **CONCEDENTE**, previstos na cláusula segunda, dar-se-á em parcela única, que será repassada ao **CONVENENTE** de acordo com o cronograma de desembolso constante no plano de trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É vedada a realização de qualquer atividade prevista no plano de trabalho antes do início do repasse de recursos financeiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A liberação dos recursos será feita em única parcela, no valor de R\$ 199.995,12 (cento e noventa e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais e doze centavos), após a publicação do extrato do convênio no Diário Oficial do Estado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Após o término do prazo para o cumprimento deste convênio, conforme previsto no Edital, deverá ser feita a prestação de contas do **CONVENENTE** ao **CONCEDENTE** de acordo com as especificidades das despesas previstas no plano de trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO – O **CONVENENTE** movimentará os recursos previstos nesta cláusula em conta bancária específica vinculada ao convênio, devendo informar ao **CONCEDENTE** os dados desta conta para que o mesmo repasse o recurso.

PARÁGRAFO QUINTO – Na aplicação dos recursos deverão ser atendidos os princípios da economicidade e da eficiência, mediante cotação de preços dos bens e serviços adquiridos, sob pena de responsabilidade do **CONVENENTE** por atos de gestão antieconômica.

PARÁGRAFO SEXTO – Os saldos do convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 30 (trinta) dias, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SÉTIMO – As receitas financeiras, auferidas na forma do parágrafo sexto, serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no seu objeto, devendo



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.

constar de um demonstrativo específico que integrará as prestações de contas a que se refere à cláusula sétima.

PARÁGRAFO OITAVO – Quando da extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao **CONCEDENTE**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial, providenciada pelo **CONCEDENTE**.

PARÁGRAFO NONO – Caso haja inadimplemento de quaisquer das obrigações previstas neste convênio, será aplicada as sanções cabíveis, na forma da legislação aplicável, especialmente:

- a) quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, devendo ser realizada fiscalização local periódica pelo **CONCEDENTE** ou pelos órgãos competentes do controle interno da Administração;
- b) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas e/ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do **CONVENENTE** relativamente a outras cláusulas do convênio;
- c) quando o **CONVENENTE** deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo **CONCEDENTE** ou pelos órgãos competentes do controle interno da Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

Além dos compromissos gerais a que se submetem, por força deste convênio, os **PARTICIPES** se comprometem a:

I – CONCEDENTE:

- a) transferir ao **CONVENENTE** os recursos estipulados na cláusula segunda referentes à sua participação financeira;
- b) designar técnicos do seu quadro para fiscalizar e avaliar a realização do objeto deste convênio, conforme disciplinado na cláusula sexta;
- c) analisar a prestação de contas apresentada pelo **CONVENENTE**;
- d) apresentar ao final de cada etapa e/ou fase prevista no plano de trabalho laudo acerca do estágio de sua execução, atestando, em sendo o caso, o seu cumprimento para a liberação das parcelas correspondentes as etapas e/ou fases de execução seguintes;
- e) inscrever o **CONVENENTE** como inadimplente no SICON – Sistema de Informações Gerenciais de Convênios e Contratos nas hipóteses previstas no Decreto estadual nº 9.266/2004;
- f) quando o objeto do convênio for a execução de obras ou benfeitorias em imóvel, emitir documento de avaliação técnica sobre a área respectiva e o projeto básico;

II – CONVENENTE

- a) depositar em conta específica, vinculada ao convênio, discriminada na parágrafo sexto da cláusula terceira, o valor correspondente a sua contrapartida, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho;
- b) realizar as atividades constantes no plano de trabalho com o acompanhamento do responsável técnico indicado no Formulário de Projeto;
- c) apresentar relatório de execução físico-financeiro, informando o percentual de realizado do objeto e a sua compatibilidade com montante financeiro dos recursos recebidos e atendimento dos fins propostos;
- d) prestar contas de cada parcela recebida na forma prevista na cláusula sétima;



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.

- e) aplicar os recursos previstos na cláusula segunda, bem assim os rendimentos auferidos na forma do parágrafo nono da cláusula terceira exclusivamente na execução do objeto deste convênio;
- f) fazer constar na divulgação através de quaisquer meios de comunicação, inclusive impressos, cartazes, painéis, faixas, etc. a seguinte expressão: "Esta obra conta com o apoio do ESTADO DA BAHIA, através da SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE";
- g) realizar cotação de preços previamente à aquisição de bens e serviços, observando na aplicação dos recursos os princípios da economicidade e da eficiência, sob pena de responsabilidade por atos de gestão antieconômica;
- h) assumir por sua conta e risco as despesas referentes às taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, bem como as despesas referentes atrasos nos pagamentos;
- i) assumir, sob sua única e exclusiva responsabilidade os encargos tributários, trabalhista e previdenciários de todo o pessoal envolvido na execução do objeto deste convênio, que não terão qualquer vínculo empregatício ou relação de trabalho com o **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

O **CONCEDENTE** exercerá, diretamente, as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução deste convênio, além do exame das despesas, com a avaliação técnica relativa à aplicação dos recursos repassados, a fim de verificar sua correta utilização, mediante a elaboração de relatórios, realização de inspeções e visitas, e atestação da satisfatória realização do objeto do convênio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica assegurado ao **CONCEDENTE** o livre acesso de seus técnicos credenciados para acompanhar, incluindo-se aí membros dos Comitês Gestor e de Avaliação, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos praticados, relacionados direta ou indiretamente a este convênio, quando em missão fiscalizadora e ou de auditoria.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução deste convênio a cargo do **CONCEDENTE** será executada pelo Comitê Gestor dos Fundos Solidários.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O acompanhamento e a fiscalização exercidos pelo **CONCEDENTE** não excluem e nem reduzem as responsabilidades do **CONVENIENTE** de acompanhar e supervisionar a equipe e as ações desenvolvidas para execução do objeto deste convênio.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O **CONVENIENTE** deverá encaminhar ao **CONCEDENTE** prestações de contas de todos os recursos recebidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A prestação de contas parcial será exigida quando a liberação de recursos ocorrer em 02 (duas) ou mais parcelas, como condicionante à liberação das parcelas seguintes, e conterá os seguintes documentos:

- a) ofício de encaminhamento;
- b) cópia do convênio e, se for o caso, dos termos aditivos, bem como da respectiva publicação no Diário Oficial do Estado;
- c) cópia do plano de trabalho devidamente aprovado;
- d) relatório de execução físico-financeira;
- e) relação dos pagamentos efetuados em razão do convênio e respectivos comprovantes;
- f) demonstrativo das origens e aplicações dos recursos, assinado por profissional responsável pela contabilidade, com indicação do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade;



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.

- g) conciliação bancária, acompanhada de cópia do extrato da conta corrente específica, cópia dos documentos comprobatórios dos processos de licitação relativos ao período do recebimento e aplicação da parcela objeto da prestação de contas parcial, até o último pagamento
- h) relação de Bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do Convênio;

PARÁGRAFO SEGUNDO - A prestação de contas final será apresentada no prazo de 30 (trinta) dias do término da vigência do convênio, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) ofício de encaminhamento;
- b) cópia do convênio e, se for o caso, dos termos aditivos, bem como da respectiva publicação no Diário Oficial do Estado;
- c) cópia do plano de trabalho devidamente aprovado;
- d) relatório de execução físico-financeira;
- e) relação dos pagamentos efetuados em razão do convênio e respectivos comprovantes;
- f) demonstrativo das origens e aplicações dos recursos, assinado por profissional responsável pela contabilidade, com indicação do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade;
- g) conciliação bancária, acompanhada de cópia do extrato da conta corrente específica, cópia dos documentos comprobatórios dos processos de licitação relativos ao período do recebimento e aplicação da parcela objeto da prestação de contas parcial, até o último pagamento
- h) relação de Bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do Convênio;
- i) comprovante do recolhimento do saldo de recursos à conta corrente indicada pelo concedente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na prestação de contas final será dispensada a apresentação, relativamente aos documentos mencionados nas alíneas "e" a "h" do parágrafo segundo, daqueles já apresentados nas prestações de contas parciais.

PARÁGRAFO QUARTO - O relatório de execução físico-financeiro, referido nas alíneas "d" dos parágrafos primeiro e segundo deverá informar o percentual de realização do objeto do convênio e sua compatibilidade com o montante financeiro dos recursos recebidos e atendimento dos fins propostos.

PARÁGRAFO QUINTO - Quando o objeto contemplar a aquisição de máquinas ou equipamentos, o relatório de execução físico-financeira deverá mencionar se foram instalados e se estão em efetivo funcionamento.

PARÁGRAFO SEXTO - Quanto o objeto incluir a execução de obras e serviços de engenharia, o relatório de execução físico-financeiro deverá informar se o seu recebimento é provisório ou definitivo, apresentando as certidões de quitação dos encargos incidentes sobre a obra, bem como o documento hábil expedido pelo poder público municipal, liberando a obra para uso e utilização para os fins autorizados, quando cabível.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O demonstrativo das origens e aplicações dos recursos, referido nas alíneas "f" dos parágrafos primeiro e segundo incluirá, além dos recursos estaduais repassados, os rendimentos decorrentes da aplicação no mercado financeiro e os recursos previstos de contrapartida da **CONVENIENTE**, assim como as aplicações dos recursos totais e os saldos porventura devolvidos.

PARÁGRAFO OITAVO - Transcorrido o período previsto no cronograma de execução para cumprimento da(s) etapas(s) e/ou fase(s) de execução correspondente ao montante dos recursos já recebidos sem que tenha sido apresentada a prestação de contas respectiva, a **CONVENIENTE** será registrada como inadimplente no Sistema de Informações Gerenciais de Convênios e Contratos – SICON.

PARÁGRAFO NONO – A aprovação da prestação de contas fica condicionada à verificação da regularidade dos documentos apresentados, conforme previsto nos parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, bem assim à certificação do cumprimento da etapa(s) e/ou fase(s) de execução correspondente, mediante



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.

parecer circunstanciado do servidor responsável pela fiscalização do convênio indicado no parágrafo segundo da cláusula sexta.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A prestação de contas de que trata esta cláusula não exige o **CONVENIENTE** de comprovar a regular aplicação dos recursos ao Tribunal de Contas do Estado e a outros órgãos de controle interno e externo da Administração, nos termos da legislação específica vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

É vedada a alteração do objeto do convênio, salvo para a sua ampliação, desde que aprovado plano de trabalho adicional e comprovada a execução das etapas e/ou fases de execução anteriores com a devida prestação de contas.

PARÁGRAFO ÚNICO - A ampliação do objeto do convênio será formalizada mediante termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO

A extinção do convênio se dará mediante o cumprimento do seu objeto ou nas demais hipóteses previstas parágrafos seguintes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O convênio poderá ser resilido mediante notificação escrita, com antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias, por conveniência de qualquer dos partícipes, hipótese em que o **CONVENIENTE** fica obrigado a restituir integralmente os recursos recebidos e não aplicados no objeto do convênio, acrescidos do valor correspondente às aplicações financeiras.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O descumprimento de qualquer das cláusulas do convênio é causa para sua resolução, especialmente quando verificadas as seguintes situações:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o plano de trabalho;
- b) falta de apresentação de prestação de contas de qualquer parcela, conforme prazos estabelecidos;
- c) aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com as autorizações legais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A nulidade do convênio ou da seleção pública que o antecedeu poderá acarretar a sua rescisão.

PARÁGRAFO QUARTO – Extinto o convênio, os recursos financeiros ainda não aplicados na sua execução serão devolvidos ao **CONCEDENTE** na forma do disposto no parágrafo décimo da cláusula terceira, sem prejuízo da necessária prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DO PESSOAL

A **CONVENIENTE** se responsabiliza por todo pessoal utilizado na execução do objeto deste convênio, que não terá relação jurídica de qualquer natureza com o **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência de 24 meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado, mediante a formalização de termo aditivo, desde que aprovado novo plano de trabalho adicional.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AQUISIÇÃO DOS BENS

Os bens adquiridos com vistas à realização do projeto, conforme previsto na cláusula primeira, não poderão ser alienados, locados, emprestados ou oferecidos como garantia, ou cedidos a terceiros sem prévia e expressa autorização do **CONVENIENTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas em outras cláusulas deste convênio, o **CONVENIENTE** deverá apresentar relatórios semestrais acerca da utilização dos bens, seu local de instalação e estado de funcionamento durante todo o prazo do convênio.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **CONVENIENTE**, por meio do servidor responsável pela fiscalização do convênio, indicado no parágrafo segundo da cláusula sexta, emitirá pareceres acerca dos relatórios previstos no parágrafo primeiro desta cláusula e, constatando o seu mau uso ou desvio de finalidade, estes serão revertidos ao patrimônio do Estado da Bahia, sem prejuízo da responsabilização civil, penal e administrativa da entidade e de seus dirigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

O **CONCEDENTE** providenciará a publicação do extrato deste convênio no Diário Oficial do Estado, nos termos do artigo 131, §3º, da Lei estadual nº 9.433/2005.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Salvador, Capital do Estado da Bahia, como competente para dirimir as questões decorrentes deste instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, 18 de novembro de 2011



Dr. Nilton Vasconcelos Júnior

Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte



Maria Jose Silva Machado

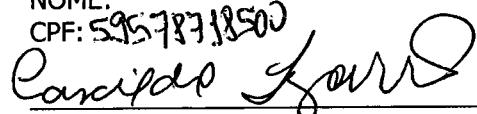
Presidente – Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros – Agenda 21

TESTEMUNHAS:



NOME:

CPF: 595.787.185-00



NOME:

CPF: 172.548.675-34





GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.

EDITAL 001/2011 – SELEÇÃO PÚBLICA

**PROJETO "Desperta Litoral": projeto de apoio à organização produtiva e
implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.
PLANO DE TRABALHO**

1. DADOS CADASTRAIS

Proponente Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros		CGC 09.560.005/0001-43	
Endereço Estrada do Coco, Km 13, Fazenda Malícia II, Vila de Abrantes			
Cidade Camaçari	UF Bahia	CEP 42840-000	DDD/telefone 71 3624-1325
Endereço eletrônico (e-mail) zecabi@hotmail.com			
Nome do responsável Mariá José Silva Machado		CPF 161.390.545-91	
CI/Órgão expedidor/UF RG: 1113.170-53 SSP/BA		Cargo Diretora Executiva Presidente	Função Articuladora da rede
Endereço Loteamento Luiz Caetano s/n, Volta do Robalo- Arembepe, Camaçari-Bahia		CEP 42835 000	

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do projeto "Desperta Litoral": projeto de apoio à organização produtiva e implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.	Período de execução	
	Início NOVEMBRO /2011	Término NOVEMBRO /2013
Identificação do objeto do convênio Implantação do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros.		
Responsável técnico do projeto Aldecy Brito		
Endereço do responsável técnico Fazenda Malícia II Km 13 Vila de Abrantes Camaçari-BA	DDD/Telefone 71 3623-3941	Endereço eletrônico (E-mail) aldecybrito@hotmail.com

3. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

Em junho de 2011 foi divulgada a constatação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com dados da pesquisa de 2010, que 2,4 milhões de baianos, ou 17,7% da população do estado, estão vivendo com uma renda mensal per capita de até R\$ 70. Desta forma, os dados revelam que cerca de 14,8% dos miseráveis do país estão na Bahia⁵. A partir de tal constatação justifica-se a elaboração desta proposta que vem a sugerir que o apoio na reorganização produtiva dos 19 grupos tem como objetivo oferecer condições para que os participantes possam melhorar as possibilidades de geração de renda e melhoria da qualidade de vida deles nos aspectos econômicos e sociais.

Além do apoio à organização produtiva, este projeto busca implementar uma prática de finança solidária. Segundo França Filho (2004, p. 121), as finanças solidárias dizem respeito "um conjunto de experiências – também conhecidas sobre outras expressões (microcrédito, poupança solidária, microfinança, finança de proximidade, etc.)". "A prática de finança solidária

5 <http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-1/artigo/bahia-tem-o-maior-numero-de-miseraveis-em-todo-o-brasil/>.

6 VASCONCELOS, Nilton. Bansom: uma nova experiência em finanças solidárias. Revista Bahia Análise e Dados. Salvador, SEI, v.12, n.1, p. 131-140, Junho 2002.

7 Fundos Solidários, caderno 1. Fundação Esquel, 2007.

Assinado



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.

EDITAL 001/2011 – SELEÇÃO PÚBLICA

Associação dos Produtores Rurais de Jóia do Rio e adjacências
Associação dos Criadores de Aves da Fazenda Açú da Capivara
Associação dos pequenos Agricultores do projeto de Assentamento Euclides Neto
Associação Agrícola Rancho Alegre

EQUIPAMENTOS			
ITEM	QUANTIDADE	VALORES	
		V. Unitário	V. Total
Tanque rede	11	1.000,00	11.000,00
Caixa Meliponicultura	60	80,00	4.800,00
Sugador Meliponicultura	2	500,00	1.000,00
Suporte Meliponicultura	34	10,00	340,00
TOTAL			17.140,00

INSUMOS			
ITEM	QUANTIDADE	VALORES	
		V. Unitário	V. Total
Alevino	10.000	0,10	1.000,00
Ração inicial aquicultura	500	2,20	1.100,00
Ração de crescimento aquicultura	820	2,00	1.640,00
Ração de engorda aquicultura	1.000	2,00	2.000,00
Pintos	200	2,50	500,00
Ração Inicial avicultura	300	1,15	330,00
Ração de crescimento avicultura	500	1,13	565,00
Ração de engorda avicultura	500	1,13	565,00
TOTAL			7.700,00

Associação de Pescadores e Marisqueira do Município de Conde

EQUIPAMENTOS			
ITEM	QUANTIDADE	VALORES	
		V. Unitário	V. Total
Freezer Consul horizontal CHB53C 530l 220V	4	1.699,00	6.796,00
TOTAL			6.796,00



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.

EDITAL 001/2011 – SELEÇÃO PÚBLICA

EQUIPAMENTOS			
ITEM	QUANTIDADE E	VALORES	
		V. Unitário	V. Total
Panagem mult: 210/22 x 20 200m	6	28,00	168,00
Panagem mono 30-30-48 100m	4	109,00	436,00
panagem pesca 0.40-30-4B	4	109,00	436,00
Tarrafa de camarão c/ 18 plamos 0,20	2	255,00	510,00
Rede feiticeira 70 m	2	420,00	840,00
TOTAL			2.390,00

Associação dos Artesãos Abadienses

Associação das Costureiras e Bordadeiras de Vila de Abrantes

Associação dos Artesãos Domínio dos Deuses

EQUIPAMENTOS			
ITEM	QUANTIDADE E	VALORES	
		V. Unitário	V. Total
Máquina de costura industrial reta (Singer)	3	1.350,00	4.050,00
Máquina de costura ind. Overloque (Singer)	3	1.820,00	5.460,00
Máquina de costura ind. Zig zag (Singer)	3	1.820,00	5.460,00
Máquina de corte 3 ½ Pol.	3	350,00	1.050,00
Cadeiras ortopédicas	3	210,00	630,00
Mesa para corte (3x1 m)	3	600,00	1.800,00
Tesoura pequena (Mundial)	15	5,60	84,00
Tesoura grande (Mundial)	15	10,30	154,50
Agulha manual nº 20	30	2,30	69,00
Agulha p/ máq. Industrial reta/zig zag	30	4,50	135,00
Agulha de máq. Ind. Overloque	30	4,50	135,00
Óleo de máq. Industrial (Singer)	6	38,00	228,00
TOTAL			19.255,50



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.

EDITAL 001/2011 – SELEÇÃO PÚBLICA

pressupõe uma relação que foge das características do mercado financeiro, democratizando o acesso ao crédito para empreendimentos ligados à ocupação e geração de renda. (VASCONCELOS, 2002⁶). O Fundo Rotativo Solidário, estando inscrito nas práticas de Economia Solidária, se incumbem em buscar um resultado social do investimento que será feito em torno dos 19 grupos produtivos.

A prática de constituição de fundos rotativos vem se desenvolvendo no Brasil desde os anos 80, com destaque para o fundo gerido pela ASA – Articulação para o Semiárido na Paraíba. Devido ao potencial positivo de contribuição para alteração positiva da realidade, essa prática se espalhou por inúmeras comunidades, alcançando 1.840 fundos em 140 municípios, beneficiando 18.000 famílias. Esses dados justificam a propensão que os fundos rotativos solidários são instrumentos promissores no enfrentamento dos mecanismos que geram empobrecimento. A repercussão dos fundos rotativos atualmente revela que 180 organizações estão desenvolvendo esta metodologia, com cerca de 15.000 empreendimentos e grupos de geração de renda que podem ser participantes ou que estão a espera de apoio para implantar um fundo⁷.

Busca-se com o Fundo, o fortalecimento do Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros e dos 19 grupos produtivos, realizar a "afirmação de uma finalidade de aplicação ética do dinheiro na direção daqueles projetos articulando por exemplo um trabalho de luta contra a exclusão, de preservação ambiental, de ação cultural, de desenvolvimento local". (FRANÇA FILHO, 2001, p. 131). Tanto é relevante a proposta de constituir um Fundo Rotativo Solidário, que até 2008, foram aplicados R\$ 4,8 milhões no programa, do Banco do Nordeste do Brasil que investe em Fundos Rotativos Solidários, sendo R\$ 2,5 milhões da SENAES e R\$ 2,3 alocados pelo BNB/FDR⁸.

Pressupõe-se, a partir das diversas experiências que vem sendo desenvolvidas no Brasil, que os Fundos Rotativos Solidários são mecanismos de promoção do desenvolvimento de territórios, através do suporte aos empreendimentos produtivos e fortalecimento da articulação em rede, representada pelo Fórum, sob a perspectiva da Economia Solidária em seus diversos âmbitos. Nesse sentido, esta proposta que contempla 12 grupos representa o início de um processo que tende a se fortalecer para que seja possível concretizar o universo de 113 grupos que compõem o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros ao longo de sua abrangência, envolvendo sete municípios (Camaçari, Mata de São João, Lauro de Freitas, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra).

Portanto, esta proposta trará benefícios diretos para 476 pessoas que compõem os grupos produtivos associativos, além dos seus familiares. Representará também o fortalecimento do Fórum, que reúne um total de 113 grupos numa abrangência de sete municípios.

8 Fundos Rotativos Solidários: Dilemas, avanços e esperanças de uma política pública inclusiva no marco da economia solidária no Nordeste do Brasil.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.

EDITAL 001/2011 – SELEÇÃO PÚBLICA

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

Meta	Etapa/ fase	Especificação	Indicador físico e financeiro		Valor		Duração <i>Refere-se ao prazo previsto para a implementação de cada meta, etapa ou fase</i>	
			Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Início	Término
12 grupos produtivos equipados;	Fase I	Aquisição de equipamentos e insumos;	X	X	X	113.989,82	Mês 1	Mês 3
24 encontros de capacitação realizados;	Fase II	Pagamento instrutores;	Hora	108	53,33	5.7600,00	Mês 1	Mês 24
		Transporte;	Encontro	24	537,00	12.888,00		
		Alimentação;	Encontro	24	165,76	3.978,30		
01 Fundo Rotativo Implantado;	Fase III	Contratação 1 agente;	Mês	24	1.144,00	27.456,00	Mês 1	Mês 24
		Consultorias;	X	X	X	23.520,00	Mês 1	Mês 9
01 visita de intercâmbio realizada;	Fase III	Passagem aérea;	Pessoa	13	36,00	468,00	Mês 4	Mês 4
		Passagem ônibus;	Pessoa	13	15,00	195,00	Mês 4	Mês 4
48 encontros do Comitê Gestor do FRS.	Fase III	Transporte;	Encontro	48	159,00	7.632,00	Mês 1	Mês 24
		Alimentação	Encontro	48	17,66	848,00	Mês 1	Mês 24



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.

EDITAL 001/2011 – SELEÇÃO PÚBLICA

5. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$)

TOTAL GERAL

NATUREZA DA DESPESA		TOTAL	CONCEDENTE	PROPONENTE
Item	Especificação			
<i>Registrar o número do item de cada elemento de despesa</i>	SERVIÇOS DE TERCEIROS	56.736,00	56.736,00	
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	70.617,57	70.617,57	
	TRANSPORTE	20.520,00	20.520,00	
	ALIMENTAÇÃO	4.826,30	4.826,30	
	INSUMOS	43.372,25	43.372,25	
	VIAGEM	663,00	663,00	
TOTAL GERAL		196.735,12	196.735,12	

6. DESCRIÇÃO DETALHADA DA META

6.1 Nome da proponente Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros	6.2 UF BA
6.3 Meta 12 grupos produtivos equipados. 24 encontros de capacitação realizados. 01 Fundo Rotativo Implantado. 01 visita de intercâmbio realizada. 48 encontros do Comitê Gestor do FRS.	
6.4 Descrição detalhada Fase I - Aquisição de materiais e equipamentos necessários à organização dos 12 grupos; Essa fase consiste basicamente na tomada de preço e aquisição e dos equipamentos e insumos solicitados para fortalecer a organização produtiva dos grupos. Já nessa fase, o Comitê Gestor do Fundo se encarrega de observar o cumprimento das atividades conforme foi apresentado nesta proposta. Toda esta fase será desenvolvida com o apoio de dois agentes comunitários contratados para dar suporte à execução deste projeto. Detalhamento dos custos	



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.

EDITAL 001/2011 – SELEÇÃO PÚBLICA

Associação Beneficente Progresso Alameda do Rio
Ass. de Produtores Rurais e Preservação Ecológica

EQUIPAMENTOS			
ITEM	QUANTIDADE	VALORES	
		V. Unitário	V. Total
Bomba a gasolina, 2,5hp, peso 13,9kg	4	449,00	1.796,00
Bomba Rayma 250w 127v	4	139,00	556,00
Registro de 25mm, tigre	12	12,00	144,00
Registro de 32mm, tigre	12	19,70	236,40
Registro de 40mm, tigre	6	26,90	161,40
TOTAL			2.893,80

INSUMOS			
ITEM	QUANTIDADE	VALORES	
		V. Unitário	V. Total
Telhas de Eternit, 2,40x0,50	200	10,00	2.000,00
Tubo para água de 25mm, barra de 6m, cardinale.	60	10,40	624,00
Tubo de 32mm	60	19,70	1.182,00
Tubo de 40mm	60	27,00	1.620,00
Pregos para telhas, gerdau.	2	15,80	31,60
Tela de h=1,5m arame 18, belgo.	383	8,75	3.351,25
Comedouro de alumínio de 15kg	10	41,00	410,00
Bebedouro plástico 2L	10	7,40	74,00
Gaiolas para 30 codornas, quatigua	10	82,00	820,00
Bebedouro, plástico.	20	3,00	60,00
Tela de arame para criação de pinto	100	5,10	510,00
colmeia para abelha urucu, com abelhas.	12	200,00	2.400,00
TOTAL			13.082,85



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.

EDITAL 001/2011 – SELEÇÃO PÚBLICA

INSUMOS			
ITEM	QUANTIDADE	VALORES	
		V. Unitário	V. Total
Bordado inglês médio	90	6,30	567,00
Viés largo (cores variadas)	90	4,60	414,00
Viés estreito (cores variadas)	90	3,80	342,00
Linha de costura p/ máq. Retã/zig zag	90	2,80	250,00
Linha de costura p/ overloque	90	3,60	324,00
Papel metro (moldes)	90	0,40	36,00
Acrilón fino	90	5,20	468,00
Espuma 5 mm	90	4,80	432,00
Entretela autocolante	15	55,00	825,00
Cola pano (acrillex)	17	6,20	105,40
Termolina (acrillex)	30	3,20	96,00
Zíper largo (cores variadas)	90	0,80	72,00
Puxador de zíper largo	90	0,30	27,00
Zíper estreito (cores variadas)	90	0,60	54,00
Puxador de zíper estreito	90	0,20	18,00
Cadarço militar de algodão	30	25,00	750,00
Came grosso	90	3,50	315,00
Came fino	90	0,80	72,00
Fita nº 05 (cores variadas)	90	2,30	207,00
Fita nº 08 (cores variadas)	90	3,50	315,00
Percal liso (2 peças de 30 m por comunidade)	60	16,00	960,00
Tricoline lisa (2 peças de 30 m por comunidade)	50	13,00	650,00
Brin cedro (5 cores por comunidade)	50	14,20	710,00
Tricoline estampada (2 peças de 30 m por comunidade)	30	13,80	414,00
Algodãozinho (2,60 m de largura)	90	8,30	747,00
Popeline estampada (2 peças de 30 m por comunidade)	31	13,50	418,50
Murim branco (200 m por comunidade)	90	2,80	252,00
Pano de copa (3 peças de 50m pra cada comunidade)	90	5,10	459,00
Popeline lisa (2 peças de 30 m por comunidade)	33	13,50	445,50
TOTAL			10.745,40



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.

EDITAL 001/2011 – SELEÇÃO PÚBLICA

Associação dos Artesãos e doceiras do Baxio
Associação Beneficente Casa da União da Bahia

EQUIPAMENTOS			
ITEM	QUANTIDADE E	VALORES	
		V. Unitário	V. Total
Impressora Epson p/ Tranfer	2	400,00	800,00
Maquina Estamparia com Bulk	1	2.000,00	2.000,00
Micro furadeira Dremel	1	500,00	1.000,00
Alicate de bico Mundial médio	2	50,00	100,00
Kit para furadeira Dremel	2	50,00	100,00
furadeira de bancada Bosch FG 1CV	1	900,00	900,00
Microcomputador 2Gb/1TBHD/Core I3 HP	2	1.800,00	3.600,00
Alicate de corte Mundial medio	20	5,00	100,00
Fogão industrial c/ forno 4 bocas	2	1.500,00	3.000,00
Liquidificador industrial 2L	2	500,00	1.000,00
Batedeira de bolo industrial	2	400,00	800,00
Pistola quente bastão fino	7	6,00	42,00
Freezer vertical 250L	2	1.000,00	2.000,00
Geladeira 250L	2	700,00	1.400,00
Tacho de cobre 50 cm	2	200,00	400,00
Caldeirão de alumínio	4	100,00	400,00
TOTAL			17.642,00

INSUMOS			
ITEM	QUANTIDADE	VALORES	
		V. Unitário	V. Total
Cola de sapateiro 1kg	10	12,00	120,00
lixa d'água 360	2	80,00	160,00
Lixa d'água 220	2	80,00	160,00
Disco de lixa 36 Norton	10	4,00	40,00
Disco de Lixa 50 Norton	10	4,00	40,00
Disco de corte Bosch 80 M/S	10	5,00	50,00
Bolas de isopor 0,05	100	1,00	100,00
Cola □ póxi 10 min c/ 12 unid	2	100,00	200,00
Cola □ póxi 2 soluções	2	70,00	140,00
Linha encerada	10	5,00	50,00
miçanga madeira quilo	2	100,00	200,00
Semente de açaí	2	100,00	200,00
bolinhas de madeira 6kg	2	50,00	100,00



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.

EDITAL 001/2011 – SELEÇÃO PÚBLICA

Elos p/ brinco inox	2	50,00	100,00
Anzol p/ brinco inox	2	50,00	100,00
Elos p/ chaveiro inox	2	100,00	200,00
Cordão encerado	2	17,00	34,00
lixa d'água 400	2	80,00	160,00
Botijão completo	2	100,00	200,00
TOTAL			2.354,00

Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros

EQUIPAMENTOS			
ITEM	QUANTIDADE	VALORES	
		V. Unitário	V. Total
Projeto Multimídia Epson Powerlite S10+ 2600 Lumens (800x600)	1	1.250,00	1.250,00
Mesa Escritório	2	250,00	500,00
Cadeira Seretária com braço	2	180,00	360,00
Arquivo de Aço	1	600,00	600,00
Armário de Aço	1	800,00	800,00
Câmera digital Sony – Dscw310b	1	500,00	500,00
Microcomputador 4Gb/1TBHD/Core I5 HPP666QBR	1	2.066,00	2.066,00
Monitor Led 20 polegadas LGE2050T	1	491,50	491,50
Tela Retrátil / 150 X 150cm	1	280,77	280,77
Estabilizador SMS 300 VA	1	42,00	42,00
TOTAL			6.890,27

Fase II – Capacitação dos 12 grupos e do Fórum;

Relacionamento (Psicologia): dois encontros de 6 horas; Mobilização/Associativismo: dois encontros de 6 horas; Gênero: dois encontros de 6 horas; Comercialização: quatro encontros de 6 horas; Agroecologia: dois encontros de 6 horas; Pesca: dois encontros de 6 horas; Artesanato: dois encontros de 6 horas; Apicultura: dois encontros de 6 horas; Aproveitamento Integral de Alimentos: dois encontros de 6 horas e Plano de Negócios: quatro encontros de 6 horas. Ao final terão sido executadas 144 horas. Esta carga horária foi estabelecida considerando a solicitação dos próprios grupos produtivos para que aconteçam 24 encontros de 6 horas cada um, o que representa 1 encontro mensal.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.

EDITAL 001/2011 – SELEÇÃO PÚBLICA

Detalhamento dos custos

CUSTOS INSTRUTORES					
	Unidade	Qtde	Valor Unit.	Encargos	Total
Psicologia	hora	12	50,00	120,00	720,00
Associativismo	hora	12	50,00	120,00	720,00
Tributação	hora	12	-----	-----	-----
Comercialização	hora	24	50,00	120,00	720,00
Agricultura	hora	12	50,00	120,00	720,00
Pesca	hora	12	50,00	120,00	720,00
Artesanato	hora	12	50,00	120,00	720,00
Apicultura	hora	12	50,00	120,00	720,00
Alimentos	hora	12	50,00	120,00	720,00
Plano de Negócios	hora	24	-----	-----	-----
TOTAL		144	-----	840,00	5.760,00

CUSTOS TRANSPORTE				
	Unidade	Qtde	Valor Unit.	Total
Psicologia	encontro	2	432,00	864,00
Associativismo	encontro	2	432,00	864,00
Tributação	encontro	2	432,00	864,00
Comercialização	encontro	4	432,00	1.728,00
Agricultura	encontro	2	432,00	864,00
Pesca	encontro	2	432,00	864,00
Artesanato	encontro	2	432,00	864,00
Apicultura	encontro	2	432,00	864,00
Alimentos	encontro	2	432,00	864,00
Plano de Negócios	encontro	4	432,00	1.728,00
Agente local	deslocamento	70	36,00	2.520,00
TOTAL		24	-----	12.888,00

CUSTOS ALIMENTAÇÃO				
	Unidade	Qtde	Valor Unit.	Total
Relacionamento (Psicologia)	encontro	2	120,00	240,00
Mobilização/Associativismo	encontro	2	120,00	240,00
Gênero	encontro	2	120,00	240,00
Comercialização	encontro	4	120,00	480,00
Agroecologia	encontro	2	120,00	240,00
Pesca	encontro	2	120,00	240,00

Handwritten signature



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.

EDITAL 001/2011 – SELEÇÃO PÚBLICA

Artesanato	encontro	2	120,00	240,00
Apicultura	encontro	2	120,00	240,00
Alimentos	encontro	2	120,00	240,00
Plano de Negócios	encontro	4	120,00	480,00
Agente Local	visitação	70	15,69	1.098,30
TOTAL		24	-----	3.978,30

Fase III – Implantação do Fundo Rotativo Solidário.

Esta fase contempla a sensibilização do Fórum e, principalmente dos 12 grupos produtivos, para a importância da devolução do investimento que foi feito em cada um deles. A meta mínima estabelecida foi de 30% do valor investido em cada grupo ser devolvido em dinheiro para formar o primeiro recurso do fundo. Inicialmente, as representações comunitárias solicitaram a devolução em 15 meses, sendo os primeiros três meses de carência.

Será formado um grupo de sete pessoas, dentre eles representantes do Fórum e dos empreendimentos, que será denominado Comitê Gestor Local do Fundo Rotativo Solidário da Costa dos Coqueiros. Este comitê fará a gestão do fundo e será a garantia de um processo autogestionário. Estão previstos 48 encontros desse comitê durante os 24 meses de projeto, assegurando recursos para as despesas de transporte e alimentação dos participantes.

Com o intuito de possibilitar uma experiência de intercâmbio para que os sete membros e mais um acompanhante possam conhecer e visualizar os resultados de uma experiência exitosa de Fundo Rotativo Solidário na cidade de Teixeira no estado da Paraíba, gerida pelo CEPFS – Centro de Educação Popular e Formação Social. As despesas com contratação de 02 agentes locais para dar suporte e acompanhamento das atividades, da rotina administrativo-financeira, prestação de contas, mobilização dos empreendimentos, logística das formações e tudo que diz respeito ao Fundo Rotativo Solidário foram colocadas nessa fase, mas o trabalho deles repercutirá em todas as atividades do projeto.

Detalhamento dos custos

INTERCÂMBIO			
	Unid	Qtdade	Total
Despesa com deslocamento	36,00	13	468,00
Alimentação	15,00	13	195,00
Total			663,00

ENCONTROS COMITÊ GESTOR LOCAL			
	Unitário	Qtdade	Total
Transporte	36,00	212	7.632,00
Alimentação	4,00	212	848,00
			8.480,00

Assinatura



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.

EDITAL 001/2011 – SELEÇÃO PÚBLICA

CONSULTORIAS			
	Unitário	Qtidade	Total (com encargos)
Contábil	9.600,00	01	11.520,00
Fin. Solidárias	10.000,00	01	12.000,00
			23.520,00

ANO 1		
AGENTE LOCAL	Agente 1	Total
Base	648,00	648,00
FGTS (8%)	57,60	57,60
INSS Patronal (28%)	201,60	201,60
Férias	18,00	18,00
13º	54,00	54,00
50% FGTS	28,80	28,80
		12.096,00
TOTAL		

ANO 2		
AGENTE LOCAL	Agente 1	Total Ano 1
Base	822,86	822,86
FGTS (8%)	73,14	73,14
INSS Patronal (28%)	256,00	256,00
Férias	22,86	22,86
13º	68,57	68,57
50% FGTS	36,57	36,57
TOTAL		15.360,00

TOTAL ANO1 + ANO2 = 27.456,00

Brachale



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE.

EDITAL 001/2011 – SELEÇÃO PÚBLICA

7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

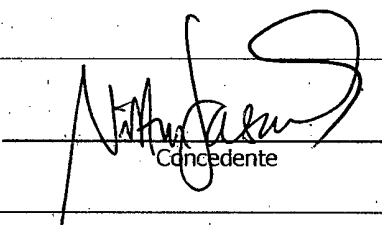
7.1. CONCEDENTE

META	JAN.	FEV.	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Indicar o número de ordem sequencial da meta	196.735,12					
META	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Indicar o número de ordem sequencial da meta						

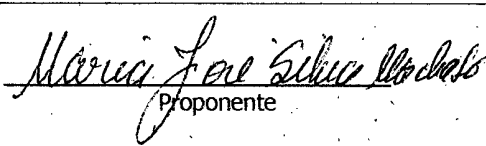
7.2. PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)

META	JAN.	FEV.	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Indicar o número de ordem sequencial da meta						
META	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Indicar o número de ordem sequencial da meta						

8. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado	 Concedente
Local e data	

9. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado	 Proponente
Local e data	

ANEXO D – PORTARIA Nº 069 – Institui o Comitê Gestor dos Fundos Rotativos Solidários Solidários e a Comissão Técnica de Avaliação dos Projetos

SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE

PORTARIA Nº 069 / 2011

Institui o Comitê Gestor dos Fundos Rotativos Solidários e a Comissão Técnica de Avaliação dos Projetos.

O SECRETÁRIO DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º - Fica instituído o Comitê Gestor dos Fundos Rotativos Solidários e a Comissão Técnica de Avaliação visando à habilitação, avaliação, julgamento e acompanhamento das propostas apresentadas frente ao Edital nº 001 / 2011.

Art. 2º - Ao Comitê Gestor dos Fundos Rotativos e Solidários compete:

- I. definir bases, princípios metodológicos e estratégias de operacionalização da ação e apoio a instituições de finanças solidárias;
- II. definir critérios para seleção dos projetos;
- III. analisar os projetos selecionados para financiamento;
- IV. coordenar os processos de sistematização, de acompanhamento / monitoramento e avaliação da ação e apoio a instituições de finanças solidárias;
- V. definir estratégias visando à implementação de políticas públicas de fundos rotativos solidários.

Art. 3º - O Comitê Gestor de que trata esta Portaria é composto pelos seguintes membros representantes desta Secretaria e de instituições e redes da sociedade civil, organizados por segmento:

- I. JOSÉ WELITO MENDES DOS SANTOS - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, que o coordenará;
- II. LARA SOUZA MATOS ANDRADE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte;
- III. KARINE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte;
- IV. RILTON GONÇALO BONFIM PRIMO - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte;
- V. LUIS OLIVEIRA COSTA - Fórum Baiano de Economia Solidária;
- VI. GISLEIDE DO CARMO OLIVEIRA CARNEIRO - Articulação do Semi-Árdo - ASA/Bahia;
- VII. JOSÉ CARLOS MORAES SOUZA - Caritas Regional NE3;
- VIII. BÁRBARA SCHMIDT-RAHMER - Conselho Nacional de Economia Solidária - Comissão de Finanças Solidárias.

Art. 4º - A Comissão Técnica de Avaliação instituída terá as seguintes competências:

- I. Analisar a habilitação dos proponentes, por meio da verificação da regularidade da documentação apresentada por cada empreendimento ou entidade, com vista à concessão da respectiva habilitação jurídica;
- II. Analisar a adequação dos projetos em estrita observância aos critérios estabelecidos no Edital nº 001/2011, para a seleção respectiva;
- III. Encaminhar ao Comitê Gestor as propostas analisadas, acompanhadas dos respectivos pareceres técnicos.

Parágrafo único: A Comissão Técnica de Avaliação de que trata o caput deste artigo tem a seguinte composição:

- I. TATIANA ARAUJO REIS
- II. CLEBER LEITE PEREIRA
- III. EDSON DOS SANTOS PINTO
- IV. ADRIANA FRANCISCA DE JESUS SILVA

Art. 5º - Fica designado o servidor JOSÉ WELITO MENDES DOS SANTOS, competindo-lhe prestar qualquer esclarecimento que se fizer necessário para a consecução dos trabalhos.

Art. 6º - O Comitê Gestor e a Comissão Técnica de Avaliação poderão, a qualquer tempo, convidar consultores técnicos para colaborar na apreciação de questões que se apresentem específicas, complexas ou de difícil compreensão.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO, em 27 de abril de 2011.

NILTON VASCONCELOS JÚNIOR
Secretário

SUPERINTENDÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

COMUNICADO

O Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, realiza Seleção Pública com o objetivo de selecionar empreendimentos econômicos solidários, instituições, rede de instituições ou de empreendimentos, sem fins lucrativos, que desenvolvam projetos associativos e comunitários de produção, beneficiamento, comercialização de bens e serviços, bem como formação e acompanhamento, e que mantenham ou se propõem a formar fundos rotativos solidários, conforme especificações constantes na Seção B - Disposições Específicas do Edital nº 001/2011.

As instituições interessadas em participar desta SELEÇÃO PÚBLICA deverão ser pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que tenham, dentre as suas finalidades, as atividades a que se refere o item V, com atuação comprovada no Estado da Bahia há pelo menos 02 (dois) anos, que demonstrem habilitação, nos termos do item X desta Seção A.

Os interessados poderão obter cópia do edital completo por meio do acesso ao site da SETRE no internet: <http://www.setre.ba.gov.br>. Os esclarecimentos e demais informações sobre o processo de seleção poderão ser obtidos junto à Coordenação de formação e divulgação - COFD, da Superintendência de Economia Solidária, nos telefones: (71) 3115-9945 / 0800 284 9015 Fax: (71) 3115-3110.



ANEXO E – Relatório da 1ª Oficina realizada em Baixios para Procedimento do Projeto 001/2011



FÓRUM SUSTENTÁVEL DA COSTA DOS COQUEIROS – AGENDA 21

Fundado em 29/08/2006

Relatório da 1ª oficina realizada em Baixios para procedimentos operacionais do projeto 001/2011 da SETRE. Representantes da SETRE, Cáritas, grupos produtivos do Projeto “Desperta Litoral,” diretoria do Fórum Sustentável Costa dos Coqueiros – Agenda 21 e convidados especiais - equipe sócio ambiental da CLN, Sra. Juçara Freire.

Aos vinte e dois dias do mês de Maio de dois mil e doze, reuniram-se, representantes da SETRE, diretoria do Fórum, grupos produtivos e convidados para juntos fazerem uma tomada de decisão para resolver o impasse existente no desenvolvimento do projeto Desperta Litoral. Devido a distância dos participantes para o local do evento houve atraso no início dos trabalhos, às onze horas foi iniciado, e a abertura dos trabalhos foi declarada pela presidente, Valquíria Juriti que entregou os crachás e passou a palavra para D. Dira, tesoureira do fórum que convidou a todos para um canto de louvor seguido da oração universal. Dando seguimento nossa anfitriã fez às honras da casa dando boas vindas acolhendo da melhor maneira à todos e agradecendo a oportunidade a todos os presentes e leu uma mensagem de otimismo. Seguindo da apresentação dos representantes da SETRE começando pelo Sr. Edson, seguindo do Sr. José Carlos e a representante da Cáritas Sra. Simaia. Sr. José Carlos fez as preliminares do que seria a oficina e o que iríamos trabalhar nos dois dias proposto para reiniciarmos os trabalhos do projeto. Simaia apresentou solicitando que todos o seguissem para um convívio melhor. Concluindo as apresentações saímos para o almoço, retornando às 14.00 horas, à sala de reunião onde foi formado quatro grupos para falar o que é ECONOMIA SOLIDÁRIA, cada grupo fez sua explanação sobre o que entendeu. Depois foi feito um círculo, todos sentados cada grupo falou o que sabia. O senhor Edson (SETRE) falou sobre o projeto que não foi feito talvez pelas pessoas que foram contempladas e sim por outras pessoas e por isso deve ser olhado com carinho para que o projeto chegue onde precisa chegar. Outra coisa importante é lidar com dinheiro, tratando-se de governo é preciso ter muito mais cuidado pois a prestação de conta é muito rigorosa, e para se tornar fácil só depende de compreensão, personalidade e trabalho de cada um. Falou sobre as notas fiscais a ação e a explanação do projeto quais os contemplados e que precisam saber quais os seus direitos e deveres desde que o Fórum tem contas a prestar ao governo do recebido. E que o objetivo do projeto organizado pelo Fórum, sinaliza objetivos específicos com abrangências de grupos e que a partir daí teríamos que formar um comitê Gestor local e que esse Comitê deve estar gerindo este projeto junto com a diretoria do Fórum. Sr. Antenor Rodrigues Leal contribuiu com a falação do companheiro e aproveitou e perguntou o que diz o estatuto do Fórum em relação a projetos, se consulta as comunidades contempladas? a presidente Valquíria Juriti, respondeu que sim muito embora aquele projeto não tivesse atendido aos normas do estatuto em razão de ter sido feito na gestão anterior e que mesmo assim iríamos fazer o que for possível para contemplar os que ainda não tinham sido beneficiados. E

complementou que deveríamos cumprir com as diretrizes implantadas no regimento para que tudo a partir dali fosse sempre de comum acordo com todos. Pediu desculpas por não ter apresentada nossa consultora Andréa. Assim foi encerrado nosso trabalhos do dia vinte e dois de maio de dois mil e treze, lembrando a todos que no dia seguinte iríamos retomar pois tínhamos muito o que se discutir.

ValquiriaSilva Vinhas Juriti
Presidente

Roselita França de Santana
Secretária

Maria lúcia Lopes
Agente Local

ANEXO F - Relatório da 2ª Oficina realizada em Baixios para Procedimentos Operacionais do Projeto 001/2011



FÓRUM SUSTENTÁVEL DA COSTA DOS COQUEIROS – AGENDA 21

Fundado em 29/08/2006

Relatório da 2ª oficina realizada em Baixios para procedimentos operacionais do projeto 001/2011 da SETRE. Representantes da SETRE, Cáritas, grupos produtivos do Projeto “Desperta Litoral,” diretoria do Fórum Sustentável Costa dos Coqueiros – Agenda 21 e convidados especiais da equipe sócio ambiental da CLN, Sra. Juçara Freire e Andréa, nossa consultora.

Aos vinte e três (23) dias do mês de maio de dois mil e doze (2012) realizada na Pousada Encanto's em Baixios, reaberto o segundo dia da (2ª) segunda oficina para dar continuidade aos trabalhos iniciados às 08h30, Sr. Edson da SETRE fez o acolhimento e os agradecimentos, a anfitriã senhora Maria José, ao corpo do Fórum e aos demais presentes e em nome do Sr. Joaquim, senhora Carine, e deu uma mensagem de encorajamento e ânimo, muita força e responsabilidade de todos nesta jornada. Sr. Carlos (SETRE) contribuiu com os agradecimentos pontuando a necessidade da transformação contemplando o exercício da cidadania e que não tenhamos receita e sim sairmos dali com solução para reiniciarmos o andamento do projeto 001/2011 “Desperta Litoral”, a presidente senhora Valquiria Juriti pediu aos grupos produtivos que ajudasse na entrega das cópias das notas fiscais daqueles já contemplados pela gestão anterior, a companheira Isis deu a sua contribuição bem como Damasceno, a companheira Kátia da Associação Moradores do Bairro do Retiro também colaborou, e todos os grupos a partir dali poderiam fazer novos orçamentos para comprar o restante do material. Sr. Carlos (SETRE) procurou explicar aos presentes o que estava acontecendo dentro do Fórum, disse-lhes: temos que resolver o problema que só depende dos grupos se organizarem com prudência, paciência e compreensão. Lúcia lembrou que o projeto estava com 12 grupos e que tínhamos que resolver pois o nome do grupo de Kátia não estava incluído, mas que já tinha sido contemplado e que precisávamos de uma solução lembrando ainda que o grupo de D. Roselita apesar de estar na lista não tinha sido contemplado, Sr. Marques falou que muitas vezes algumas decisões foram tomadas devido à distância dos grupos, Isis falou que não entendeu muito bem as decisões e os erros da diretoria anterior e não sabia explicar porque a gestão anterior tentou eliminar o grupo da associação de D. Roselita, novamente Sr. Carlos (SETRE) pediu união de todos e procurar fazer as compras em grupos e sugeriu que fizéssemos uma avaliação para que todos fossem contemplados quer dizer de (12) (doze) grupos passaria para 13 (treze). De acordo com a agitação dos grupos como sempre os representantes da SETRE mediando e ajudando já que trabalhamos em cima deste novo tipo de ECONOMIA, José Carlos (SETRE) pediu a todos que se desarmassem e aceitassem o beneficiamento que chegaram para todos ali presentes e aí surgiu a ideia de juntarmos os grupos e Edson aproveitou o momento para que nós deixássemos o egoísmo de lado e passássemos a pensar e agir dentro do socialismo e listou os nomes das associações que estão

no projeto e as que vão entrar, as que já compraram alguns produtos ,e as que não compraram nada. Após juntamos os grupo: Agricultura, Artesanato, Alimentação e Pescadores. Intervalo do almoço, á tarde as equipes retornaram aos trabalhos, e o senhor José Carlos, Edson e Simaia ajudaram na divisão dos grupos de acordo os seguimentos já citados. Depois a presidente pediu que cada grupo procurasse trabalhar com firmeza e anotassem as necessidades de cada grupo. Concluído os trabalhos ficou decidido que o grupo de Artesanato faria as compras juntas, seguido dos grupos de agricultura, Alimentação e pescadores marisqueiros. E o grupo de D. Roselita voltaria a fazer parte deste projeto , portanto treze grupos e não doze como diz o projeto e todos ficaram satisfeitos. A companheira Jarina pediu que se responsabilizassem pelo que lhe foi confiado. D. Dira pediu a palavra e disse que não estava satisfeita com a gestão anterior e que a SETRE poderia ter evitado pois foi dado muitos avisos através de membros da diretoria , Marluce usou a palavra e esclareceu porque teve que mudar a diretoria. Entendido, compreendido, ainda assim muita coisa precisa ajustar. Sr. José Carlos (SETRE) tomou a palavra através de um circulo (desenho) demonstrou como o fórum está ligado às treze comunidades e vice – versa e disse com toda propriedade que precisamos salvar e aplicar o projeto maior, (ECONOMIA SOLIDARIA), e que todo e qualquer problema nos grupos é de responsabilidade do FÓRUM SUSTENTÁVEL DA COSTA DOS COQUEIROS e repetiu que o projeto é de ECONOMIA SOLIDÁRIA e não de discórdia e que é preciso que cada um entenda este novo momento e tenha uma postura solidária. Jarina questionou o que é gestão e José Carlos (SETRE)o ajudou informando que é um exercício de cidadania compartilhada, Edson retomou a palavra dizendo para que nós deixássemos o egoísmo de lado e passássemos a pensar e agir dentro do socialismo. Seguindo, formou-se o comitê gestor local composto dos seguintes companheiros Maria José Santos Caldas, (Baixios) Antenor Rodrigus Leal (Foz de imbassay) Jarina Cardoso (Domínio dos Deuses) Edmilson da Silva (Joia do Rio) Adacy Oliveira Bezerra (Marisqueira de Itabatinga) Joselita Santos de oliveira (Marisqueira do Conde) e Darkcneide(Unia Beneficente de Lauro de Freitas) e no mesmo momento foi informado através da presidente senhora Valquiria juriti que Andrea seria a nossa consultora e recebeu o apoio de todos bem como reafirmou o Agente Local sendo Maria Lúcia Lopes que também recebeu o apoio de todos os presente, Juçara Freire da (Equipe Sócio ambiental da CLN) contribuiu falando da responsabilidade e do vínculo que a CLN tem com o Fórum informando que existem talentos nos grupos e que precisam ser vistos e respeitados e que confia nessa nova gestão do Fórum, e que a SETRE precisa continuar dando as orientações necessárias para um bom desempenho deste trabalho. Assim foi encerrado os trabalhos deste tão importante momento que o Fórum Sustentável da Costa dos Coqueiros atravessa. A presidente agradeceu a todos pelo desempenho, os representantes da SETRE e da Cáritas complementaram os agradecimentos, ficando a disposição para qualquer dúvida sobre o projeto 001/2011 “Desperta Litoral”

ValquiriaSiva Vinhas Juriti
Presidente

Roselita França de Santana
Secretária

Maria lúcia Lopes
Agente Local

ANEXO G – Proposta Metodológica das Ações de Consultoria para Grupos de Economia Solidária

1. Nome do proponente – Andréa Marques Santos
 portdea@yahoo.com.br
 75 8136 8560

2. Justificativa

A busca de alternativas ou caminhos para driblar a chamada “crise do trabalho” tem se tornado uma preocupação constante nos últimos anos, em razão do contexto bastante específico da dinâmica do capitalismo contemporâneo.

Singer (2002) pensando no caso brasileiro, constata ao final dos anos 90, uma dinâmica que ele chama de “desassalariamento da economia”: de cada 10 postos de trabalho gerados naquele momento no Brasil, apenas três eram de carteira assinada. O mesmo estudioso afirma que, nos últimos anos o país tem passado por um processo de recuperação significativa do chamado emprego formal, modificando o dado anterior. Contudo, o tamanho do déficit de trabalho formal continua extremamente elevado, refletindo no tamanho da informalidade aqui existente, o que aponta um horizonte de superação desse déficit quase impossível, pois supõe taxas de crescimento econômico acima de 10% no ano durante pelo menos dias décadas.

É nesse contexto que a Economia Solidária desponta como uma via baseada na premissa segundo a qual, em termos de combate à pobreza ou promoção do desenvolvimento local, as saídas ou soluções não podem ser individuais, ou seja, baseada numa suposta capacidade empreendedora individual, mas ao contrário suas soluções de enfrentamento devem ser coletivas, valorizando as soluções endógenas a partir da ideia de que todo local, bairro ou comunidade, por mais pobre que seja, pode ser portador de soluções para os seus próprios problemas.

A Economia Solidária pode ser definida como:

Uma outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista, oriundas da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam o seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias sócio produtivas autônomas e, em alguns casos, fortemente baseadas em relações não monetarizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias com os poderes públicos. (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004. Pg. 15)

As formas assumidas por esta economia também variam de acordo com as diferentes regiões e países: de cooperativas de produção e prestação de serviços, passando por bancos comunitários, clubes de trocas e associações de serviços em países latino-americanos, até as cooperativas sociais, as sociedades cooperativas de interesse público, as empresas sociais ou os sistemas de trocas locais, entre outros, em países europeus.

Desta forma, a presente proposta de Consultoria Sócio Política em Economia Solidária justifica-se na medida em que busca tocar num dos principais gargalos relacionados ao desenvolvimento territorial que é a questão da geração de trabalho e renda. Sabe-se que a dinâmica

atual do capitalismo é marcada, entre outras coisas, pela incapacidade do mercado em gerar emprego formal para todos e que muitos municípios não possui uma base produtiva, portanto, investir na consolidação do enfrentamento da crise do trabalho baseada no coletivo, em soluções endógenas e na consideração do ser humano nas suas mais diversas dimensões é fundamental para o desenvolvimento local e a superação da miséria.

3.1 Objetivo geral:

- Capacitar os Empreendimentos Econômicos solidários integrantes do Projeto Desperta Litoral com vistas à formação do primeiro Fundo Rotativo solidário do Território Costa dos Coqueiros .

3.2 Objetivos específicos:

- Compreender a estruturação da economia capitalista, seus mecanismos de propagação e como a lógica capitalista dita o nosso modelo civilizatório;
- Introduzir a perspectiva da Economia Solidária como um processo contínuo de aprendizado e desconstrução de valores vigentes e próprios da economia capitalista;
- Trabalhar temas como Autogestão, Estudo de Viabilidade Econômica, Finanças Solidárias, dentre outros que estão diretamente relacionados com a Economia Solidária;
- Realizar com os grupos a análise minuciosa de cada atividade econômica para identificar e fortalecer as condições necessárias para que o projeto tenha êxito;

4. Procedimentos metodológicos

4.1 Execução das ações

Objetivo 01: Compreender a estruturação da economia capitalista, seus mecanismos de propagação e como a lógica capitalista dita o nosso modelo civilizatório.

Metodologia utilizada: A metodologia utilizada em todas as oficinas da presente consultoria está fundamentada no que Nunes (2009) denominou “Pedagogia da participação” em que busca-se o enfrentamento das dificuldades objetivas e subjetivas inerentes ao contexto de vivência da pobreza, que desfavorecem a tomada de posição autônoma e atraente dos pobres face às situações de injustiça social.

Tipo de atividade: Oficina

Carga Horária: 8hs

Ações estruturantes:

- Exposição dialogada;
- Análise de vídeos;
- Debate.

Material didático:

- Slides
- Vídeo.

Objetivo 02: Introduzir a perspectiva da Economia Solidária como um processo contínuo de aprendizagem e desconstrução de valores vigentes e próprios da economia capitalista.

Metodologia utilizada: A metodologia utilizada em todas as oficinas da presente consultoria está fundamentada no que Nunes (2009) denominou “Pedagogia da participação” em que busca-se o enfrentamento das dificuldades objetivas e subjetivas inerentes ao contexto de vivência da pobreza, que desfavorecem a tomada de posição autônoma e atraente dos pobres face às situações de injustiça social.

Tipo de atividade: Oficina

Carga Horária: 12hs

Ações estruturantes:

- Exposição dialogada;
- Análise de vídeos;

Material didático:

- Slides;
- Vídeo;
- Textos

Objetivo 03: Trabalhar temas como Autogestão, Estudo de viabilidade econômica, Finanças solidárias, dentre outros, que estão diretamente relacionadas com a Economia Solidária.

Metodologia utilizada: A metodologia utilizada em todas as oficinas da presente consultoria está fundamentada no que Nunes (2009) denominou “Pedagogia da participação” em que busca-se o enfrentamento das dificuldades objetivas e subjetivas inerentes ao contexto de vivência da pobreza, que desfavorecem a tomada de posição autônoma e atraente dos pobres face às situações de injustiça social.

Tipo de atividade: Oficina

Carga Horária: 40hs

Ações estruturantes:

- Exposição dialogada;
- Análise de vídeos;
- Realização de questionário.

Material didático:

- Vídeo;
- Slides;
- Questionário;
- Textos.

Objetivo 04: Realizar com os grupos a análise minuciosa de cada atividade econômica para identificar e fortalecer as condições necessárias para que o projeto tenha êxito.

Metodologia utilizada: A metodologia utilizada em todas as oficinas da presente consultoria está fundamentada no que Nunes (2009) denominou “Pedagogia da participação” em que busca-se o enfrentamento das dificuldades objetivas e subjetivas inerentes ao contexto de vivência da pobreza, que desfavorecem a tomada de posição autônoma e atraente dos pobres face às situações de injustiça social. Nestas oficinas serão utilizadas também a metodologia de estudo de viabilidade dos empreendimentos associativos, tomando por referência o acervo acumulado pela Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa – CAPINA, no campo de formação. Vale ressaltar, que nesta metodologia os próprios participantes dos grupos, a partir de uma série de perguntas traçam o desenho dos seus empreendimentos.

Tipo de atividade: Oficina

Carga Horária: 12hs

Ações estruturantes:

- Exibição de vídeos;
- Realização de questionário;
- Estudo de caso.

Material didático:

- Vídeo;
- Questionário;

Objetivo 05: Discutir a questão da Economia Solidária e as questões jurídicas

Metodologia utilizada: A metodologia utilizada em todas as oficinas da presente consultoria está fundamentada no que Nunes (2009) denominou “Pedagogia da participação” em que busca-se o enfrentamento das dificuldades objetivas e subjetivas inerentes ao contexto de vivência da pobreza, que desfavorecem a tomada de posição autônoma e atraente dos pobres face às situações de injustiça social. Nestas oficinas serão utilizadas também a metodologia de estudo de viabilidade dos empreendimentos associativos, tomando por referência o acervo acumulado pela Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa – CAPINA, no campo de formação. Vale ressaltar, que nesta metodologia os próprios participantes dos grupos, a partir de uma série de perguntas traçam o desenho dos seus empreendimentos.

Tipo de atividade: Oficina

Carga Horária: 12hs

Ações estruturantes:

- Exibição de vídeos;
- Realização de questionário;
- Estudo de caso.

Material didático:

- Vídeo;
- Questionário;

ANEXO H – Oficinas Ministradas – Economia Solidária – Projeto Desperta Litoral**Economia Solidária****1. Procedimentos metodológicos****1.1 Execução das ações**

Objetivo 01: Compreender a estruturação da economia capitalista, seus mecanismos de propagação e como a lógica capitalista dita o nosso modelo civilizatório.

Metodologia utilizada: A metodologia utilizada em todas as oficinas da presente consultoria está fundamentada no que Nunes (2009) denominou “Pedagogia da participação” em que busca-se o enfrentamento das dificuldades objetivas e subjetivas inerentes ao contexto de vivência da pobreza, que desfavorecem a tomada de posição autônoma e atraente dos pobres face às situações de injustiça social.

Tipo de atividade: Oficina

Carga Horária: 6hs

Ações estruturantes:

- Exposição dialogada;
- Análise de vídeos;
- Debate.

Material didático:

- Slides
- Vídeo.

Objetivo 02: Introduzir a perspectiva da Economia Solidária como um processo contínuo de aprendizagem e desconstrução de valores vigentes e próprios da economia capitalista.

Metodologia utilizada: A metodologia utilizada em todas as oficinas da presente consultoria está fundamentada no que Nunes (2009) denominou “Pedagogia da participação” em que busca-se o enfrentamento das dificuldades objetivas e subjetivas inerentes ao contexto de vivência da pobreza, que desfavorecem a tomada de posição autônoma e atraente dos pobres face às situações de injustiça social.

Tipo de atividade: Oficina

Carga Horária: 6hs

Ações estruturantes:

- Exposição dialogada;
- Análise de vídeos;

Material didático:

- Slides;
- Vídeo;
- Textos

Foco da Oficina: Constituição e organização de empreendimentos solidários, tendo a Autogestão como princípio

Discutir o que são e como se organizam:

- Cooperativas, associações, empresas e grupos produtivos informais.
- Redes e Fóruns e coletivos diversos de Economia Solidária.

Objetivo 03: Trabalhar temas como Autogestão, Estudo de viabilidade econômica, Finanças solidárias, dentre outros, que estão diretamente relacionadas com a Economia Solidária.

Metodologia utilizada: A metodologia utilizada em todas as oficinas da presente consultoria está fundamentada no que Nunes (2009) denominou “Pedagogia da participação” em que busca-se o enfrentamento das dificuldades objetivas e subjetivas inerentes ao contexto de vivência da pobreza, que desfavorecem a tomada de posição autônoma e atraente dos pobres face às situações de injustiça social.

Tipo de atividade: Oficina

Carga Horária: 18hs

Ações estruturantes:

- Exposição dialogada;
- Análise de vídeos;
- Realização de questionário.

Material didático:

- Vídeo;
- Slides;
- Questionário;
- Textos.

Foco das oficinas:

a) O que é Autogestão – partindo de estudos de caso: Explicar os princípios, os processos e os instrumentos de tomada de decisão coletiva, incluindo sua hierarquia. Discutir como são convocadas, como são eleitas e como funcionam cada uma dessas instâncias.

- Assembléia: feitas para a tomada de decisões estratégicas como a eleição de dirigentes, aprovação de contas, inclusão e exclusão de membros, alteração estatutária, etc;

- Plenárias: instância de socialização de ações setoriais (das Comissões Temáticas, por exemplo). Frequência sugerida: mensal.
 - Reuniões de Comissões Temáticas/Grupos de trabalho: se relacionam com a operacionalização do dia-a-dia dos empreendimentos. Sua composição e frequência de encontros variam de empreendimento para empreendimento.
- b) Relações intersubjetivas no trabalho: discutir os conflitos, o que estes podem significar para o desenvolvimento do empreendimento solidário, quais suas motivações mais usuais (divisão de ganhos, autoritarismo, questões de gênero/geração/etnia, desconfiança, distribuição de tarefas etc.). Discutir as possibilidades de superação dos conflitos, entendendo que sua existência é natural e sua resolução é possível.

OBS: A oficina corresponde a um total de 18 horas - são temas trabalhados em sequência. Pela nossa programação interrompemos aqui. Foram realizadas 5 oficinas. Precisamos organizar a realização das que seguem abaixo.

Objetivo 04: Realizar com os grupos a análise minuciosa de cada atividade econômica para identificar e fortalecer as condições necessárias para que o projeto tenha êxito.

Metodologia utilizada: A metodologia utilizada em todas as oficinas da presente consultoria está fundamentada no que Nunes (2009) denominou “Pedagogia da participação” em que busca-se o enfrentamento das dificuldades objetivas e subjetivas inerentes ao contexto de vivência da pobreza, que desfavorecem a tomada de posição autônoma e atraente dos pobres face às situações de injustiça social. Nestas oficinas serão utilizadas também a metodologia de estudo de viabilidade dos empreendimentos associativos, tomando por referência o acervo acumulado pela Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa – CAPINA, no campo de formação. Vale ressaltar, que nesta metodologia os próprios participantes dos grupos, a partir de uma série de perguntas traçam o desenho dos seus empreendimentos.

Tipo de atividade: Oficina

Carga Horária: 6hs

Ações estruturantes:

- Exibição de vídeos;
- Realização de questionário;
- Estudo de caso.

Material didático:

- Vídeo;
- Questionário;

Foco das Oficinas :

a) Viabilidade, sustentabilidade e gestão administrativa: a formação em Economia Solidária também precisa abarcar as questões operacionais visando à qualidade dos produtos e serviços ofertados pelos empreendimentos e buscando o selo de certificação de produtos e serviços da Economia Solidária.

- Plano de negócios.
- Plano de ação.
- Captação de recursos.
- Controles contábeis e rotinas administrativas.
- Entendimento da cadeia do produto.
- Sustentabilidade como elemento de viabilidade.
- Processo de planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização.

Objetivo 05: Discutir a questão da Economia Solidária e as questões jurídicas

Metodologia utilizada: A metodologia utilizada em todas as oficinas da presente consultoria está fundamentada no que Nunes (2009) denominou “Pedagogia da participação” em que busca-se o enfrentamento das dificuldades objetivas e subjetivas inerentes ao contexto de vivência da pobreza, que desfavorecem a tomada de posição autônoma e atraente dos pobres face às situações de injustiça social. Nestas oficinas serão utilizadas também a metodologia de estudo de viabilidade dos empreendimentos associativos, tomando por referência o acervo acumulado pela Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa – CAPINA, no campo de formação. Vale ressaltar, que nesta metodologia os próprios participantes dos grupos, a partir de uma série de perguntas traçam o desenho dos seus empreendimentos.

Tipo de atividade: Oficina

Carga Horária: 6hs

Ações estruturantes:

- Exibição de vídeos;
- Realização de questionário;
- Estudo de caso.

Material didático:

- Vídeo;
- Questionário;

Foco das Oficinas:

a) O marco jurídico da Economia Solidária

- O direito da Economia Solidária – o que vem sendo construído?
- Formas jurídicas da Constituição Federal que nos dizem respeito (arts. 5 e 7), do Código Civil (arts. 45 a 63), da Lei das Cooperativas, da Lei das OSCIPs etc.
- Estudar as relações contratuais de trabalho.
- Legislação tributária.

b) Entender a participação cidadã e o controle social nas políticas públicas como processo inerente ao desenvolvimento da Economia Solidária:

- O que é controle social.

- Para que servem e como acessar cada um dos instrumentos de participação cidadã. Exemplos: Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Fórum de combate à violência, Conselhos setoriais: da criança e do Adolescente etc.
- Os instrumentos jurídicos que favorecem a participação cidadã: lei de iniciativa popular, referendo, plebiscito, audiências públicas, orçamento participativo.